UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR

ERICK PIRES DA SILVA JAROCZINSKI

A SEXUALIDADE FISCALIZADA:

Histórias orais de estudantes assexuais

Araraquara
2025

ERICK PIRES DA SILVA JAROCZINSKI

A SEXUALIDADE FISCALIZADA:

Histórias orais de estudantes assexuais

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de mestre em educação escolar.

Orientadora: Eva Aparecida da Silva

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos e Antropológicos sobre Escola e Cultura.

Financiamento: CAPES.

ARARAQUARA

2025

J37s

Jaroczinski, Erick Pires da Silva
A sexualidade fiscalizada : Histórias orais de estudantes assexuais / Erick Pires da Silva Jaroczinski. -- Araraquara, 2025
173 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Eva Aparecida da Silva

1. Sexonormatividade. 2. Assexualidade. 3. Teoria Queer. 4. História Oral. 5. Educação Sexual. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa possui um potencial científico no intuito de inovar a pesquisa em educação para a sexualidade, tendo em vista uma análise discursiva/performativa do conceito de sexo em Laqueur e Butler. Duas autorias pouco trabalhadas no Brasil. Além da análise de estudos em assexualidade e das entrevistas com ex-estudantes assexuais para compreender como podemos incluir melhor esses estudantes na escola com práticas pedagógicas, além de propor modificações necessárias na legislação educacional e currículo nacional. No futuro, será possível apresentar tais pesquisas a nível internacional pela importância do material coletado.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research has scientific potential aimed at innovating the study of sexuality education, considering a discursive/performative analysis of the concept of sex in Laqueur and Butler. These are two authors that are rarely explored in Brazil. In addition to analyzing studies on asexuality and interviews with former asexual students to understand how we can better include these students in schools with pedagogical practices, it also proposes necessary modifications to educational legislation and the national curriculum. In the future, it will be possible to present such research internationally due to the importance of the collected material.

ERICK PIRES DA SILVA JAROCZINSKI

A SEXUALIDADE FISCALIZADA:

Histórias orais de estudantes assexuais

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de Mestre em nome do curso de pós graduação em Educação Escolar.
Área de Concentração: Educação escolar

Data da defesa: 27/03/2025

Banca Examinadora:

_____

Profª. Drª. Eva Aparecida da Silva
UNESP - FCL - Araraquara

_____

Profª. Drª. Claudete de Sousa Nogueira
UNESP - FCL - Araraquara

_____

Profª. Drª. Ediléia Pereira dos Santos
Secretaria Municipal de Educação de Araraquara

Dedico este trabalho à Drª Elisabete Regina Baptista de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a CAPES por ter financiado durante um período o mestrado, por meio da bolsa. Se não fosse por ela, muito provavelmente eu teria que ter desistido do mestrado em um momento que fiquei desempregado e tive que mudar de cidade para trabalhar. Apenas desisti daquele trabalho para poder regressar à FCLAr/UNESP. Então o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Parte dessa pesquisa também possui trechos do relatório final entregue à FAPESP, que foi feito ao final da bolsa de iniciação científica. As reflexões sistematizadas neste relatório resultam da pesquisa realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob o processo nº 2018/26009-8, intitulada "Universidade como espaço de subjetivação, afirmação e subversão das identidades *queers*". As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

“Tudo o que não invento é falso”

(Barros, 2018, p.11)

RESUMO

A presente dissertação trata da sexonormatividade, suas raízes eurocêntricas, seu atual impacto na sociedade brasileira, principalmente em relação às pessoas assexuais e as discriminações que os mesmos sofrem, desde questões mais corriqueiras como a infantilização, exclusão social, fetichização, até problemáticas mais sérias, como a anulação de casamentos, patologização e estupro corretivo e/ou marital. A partir da constatação destas problemáticas, é indicado possibilidades para a legislação, currículo e prática pedagógica em educação sexual.

Palavras-chave: Sexonormatividade; Assexualidade; Teoria Queer; História Oral; Educação sexual.

ABSTRACT

This dissertation addresses the issue of sexual normativity, its Eurocentric roots, and its current impact on Brazilian society, particularly in relation to asexual people and the discrimination they face. The discrimination ranges from more common issues such as infantilization, social exclusion, and fetishization to more serious problems such as the annulment of marriages, pathologization, and corrective/marital rape. Based on the identification of these issues, the dissertation suggests possibilities for legislation, curriculum, and pedagogical practices in sex education.

Keywords: Sexnormativity; Asexuality; Queer theory; Oral history; Sexual education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 **Vagina como pênis** **49**

Figura 2 **Craniometria de uma mulher** **74**

Figura 3 **Trecho do livro “Pipo e Fifi”** **138**

Figura 4 **Trecho do livro “Não me toca, seu boboca”**..... **139**

Figura 5 **Trecho do livro “Tuca e Juba”**..... **140**

Figura 6 **Figura 6 – Desenho-estória de Sara** **145**

SUMÁRIO

1	**Da bruma das palavras ao oceano dos significados**	**12**
2	**A subjetividade oral escrita**	**23**
3	**Os discursos acerca do sexo e a teoria queer**	**36**
3.1	**O que encontraremos nas entranhas do discurso?**	**37**
3.2	**O sexo liquefeito e seus gotejamentos**	**47**
4	**Sexonormatividade e seus gotejamentos**	**67**
4.1	**Pesquisas em assexualidade**	**67**
4.2	**A proliferação da prole**	**77**
4.3	**A sexonormatividade nos dias de hoje**	**86**
5	**Assexualidade e abjeção**	**90**
6	**Educação para a sexualidade e suas nuances**	**121**
6.1	**Resquícios na educação sexual**	**122**
6.2	**Reinventando o sexo/gênero**	**137**
7	**O grande colapso**	**152**
	Referências	**163**

1. Da bruma das palavras ao oceano dos significados

Acabei de vê-los na escadaria A-73, tentando infiltrar em nossa fortaleza e enfraquecer nossa sociedade com suas outras representações. Sei disso, pois a pouco tempo estive em conflito com aqueles corpos estranhos que foram capazes de me matar. Antes de morrer pude vê-los subindo a escadaria e automaticamente essa informação já estava na mente dos meus outros corpos, tão dispostos quanto este meu outro corpo, agora cadáver, estava em poder combater aqueles que não são eu.

Se houvesse outros que não fosse eu, seria necessário estabelecer um tribunal para entender qual representação era a verdadeira. Quem estava certo e quem estava errado. E pior, estabelecer um tribunal para julgar o primeiro tribunal e um outro tribunal para julgar o segundo. E ainda assim haveria dúvidas acerca do veredito. Ou seja, do que verdadeiramente foi dito. O que é verídico? O que é fato? Quem atacou quem primeiro? De que maneira ocorreu esse ataque? Isso realmente importa para um juiz? Quem é esse juiz? De onde ele vem? E, mais importante de tudo, como ele vai julgar?

Do que estou falando? De um microorganismo estranho invadindo o meu organismo ou de uma pessoa invadindo uma sociedade em que todos os corpos são unificados por uma só consciência? Mia Consalvo (2004) faz uma análise social impressionante com enfoque nos estudos de gênero acerca da literatura de *Star Trek*, demonstrando como a mente unificada dos *Borgs* - uma raça cibernética neste universo - e sua coletividade agem de maneira a despersonalizá-los, onde indivíduos não existem. A única coisa que existe é uma rede neural coletiva em que, embora seus corpos cibernéticos sejam vários, a consciência, a mente, é completamente compartilhada e unificada. Os *Borgs* também são uma incrível analogia para países totalitários e colonizadores, pois, como os *Borgs* apenas possuem essa consciência compartilhada e pensam apenas em sua espécie, agem de forma a atacar todos que não sejam de sua espécie e no intuito da autopreservação da espécie, como abelhas.

Por incrível que pareça, quando foi trazida a tona essa teoria ficcional que é chamada de *hive mind* ou mente unificada, houve aqueles que defendessem o avanço tecnológico para que, um dia, houvesse apenas uma mente controlando todos os corpos que não possuiriam mais nenhuma vontade individual. Esses corpos apenas agiriam em prol da coletividade e morreriam para preservá-la, não por altruísmo ou uma virtude, mas por compreender que aquele é o seu dever na sociedade: preservar a mente unificada.

Para além do espanto daqueles que creem ser positivo essa mente unificada, acredito que é possível realizar uma incisão cirúrgica em nossa sociedade e pensar: De onde surgiu

essa aspiração totalitarista de controle total de um grupo e colonização de outros? Porque o anestesiamento da individualidade e das diversas representações seria tão importante?

Ainda nas aulas de "Fundamentos de política e gestão educacional", da pós graduação, a professora Drª Maria Teresa Miceli Kerbauy - que ministrava as aulas - e meus colegas debateram sobre o receio do individualismo nos dias de hoje e como, se levado ao extremo essa ideologia, aconteceria o fim das organizações sociais, fazendo com que nossa sociedade fosse guiada pela competição e consumismo.

Entretanto, ao ler Peter Brown (1990), Ana Lúcia Coelho (2015a) e considerando essas alusões ao totalitarismo, percebo que, no campo do gênero e sexualidade, há um conflito muito grande em torno do como as sociedades se organizavam antigamente, antes da fragmentação da identidade nacional - muito bem explicada por Stuart Hall (2006) - e de como, hoje, devemos pautar os limites necessários entre o individualismo e o coletivismo.

O almejo de uma sociedade que pensa de maneira unificada apenas demonstra a dificuldade que os eurodescendentes tiveram - e têm - historicamente, em lidar com a diversidade de representações de mundo. A resposta à alteridade, para eles, sempre foi a colonização ou a espada. E os corpos que pertencessem ao estado, tinham que se acomodar às necessidades do império. Aqueles que não queriam ter filhos foram legalmente forçados a se casar e ter filhos perante a *Lex lulia et papia*, como revela Coelho (2015a).

Rafael Teruel Coelho (2015b) aponta como as leis teodosianas da era cristã do império romano e esse receio de que não houvessem mais nascimentos para substituir os mortos levaram à proibição da homossexualidade, masturbação, do aborto e, até mesmo, das práticas sexuais entre homens e mulheres que não visassem a procriação. Imagine viver em uma sociedade assim, em que seus atos são a todo momento fiscalizados, visando a "correção" perante um *czar* que trata as pessoas como números a serem colocados de forma a importar apenas um objetivo: a proliferação da prole.

Acontece que, no nosso caso, seres humanos, cada um possui um corpo senciente que leva tais informações para a consciência e que cria uma representação de mundo. Podemos até ter representações muito parecidas e compartilhá-las com os outros essa representação a partir das mais diversas linguagens. Entretanto, jamais ocorrerá de termos uma mente unificada que controla todos os corpos ao *bel-prazer* de um império. Eis aí a necessidade do imperador Augusto de apagar a alteridade de representações.

Em meu aniversário de 20 anos, em 7 de outubro de 2016, me reconheci enquanto assexual, e o interesse em pesquisar a assexualidade, tão recente e que divide opiniões na

universidade e na sociedade, tem início com a vontade de me compreender e de compreender a sociedade sexonormativa onde eu me encontro.

Primeiro, gostaria de dizer que tal identificação não se deu do dia para a noite, houve todo um processo de parentes e amigos questionarem a minha sexualidade, e a minha recusa em querer namorar, beijar, entre outras coisas. Em um primeiro momento, o pensamento binário deles era que eu fosse *gay* - já que eu não me relacionava com mulheres – e que eu me mantinha em segredo ou que tinha dificuldades em me assumir. No entanto, devo dizer que, por mais complicada que seja a nossa sociedade em relação à homossexualidade, esse já é um debate que nela está bem colocado e um pouco mais incluído. Ainda que viesse a sofrer alguma represália pela sociedade, eu não teria problema algum em me assumir, atualmente, como homossexual.

Mas, acho importante trazer essa questão à tona, indivíduos assexuais também sofrem homofobia, pois o pensamento sexonormativo acredita que a atração sexual é algo universal, então esse pensamento ocorre da seguinte forma: "se uma determinada pessoa não se relaciona com mulheres, então se relaciona com homens. Pois se relacionar libidinosamente é algo da natureza humana". Tendo isso em vista, devo dizer que sofri muita homofobia na escola, me lembro que o meu primeiro beijo ocorreu exatamente por pressão de amigos. Era muito comum na escola as pessoas avisarem quando alguém ia deixar de ser "bv"[1] e fazer uma roda para todos os outros constatarem aquele momento tão aclamado por seus pares.

Perder a virgindade do beijo era um ritual quase que sagrado, pois aquilo determinava a passagem da infância para a adolescência. E digo ritual, pois essa prática é algo da nossa cultura, não gosto de compreender nossas práticas sociais desvinculadas da dimensão cultural, pois não somos aculturados. Nossa sociedade possui ritos e passagens, que, embora cada vez mais raros, ainda existem.

A sensação do primeiro beijo foi tão impactante quanto olhar a parede do meu quarto. Não senti nojo, nem alegria. Espero que ela também não tenha achado tão importante. Quando falei isso para meus amigos, o receio de que eu fosse homossexual só havia aumentado e muitos, inclusive, deixaram de ser meus amigos por essa questão. Eu precisei, inclusive, mudar de escola para que tivesse um pouco mais de paz. Espero que vocês, alossexuais[2], não se sintam atacados por minha representação assexual, até porque eu não acredito que suas representações sejam insignificantes ou moralmente incorretas. Mas, para mim, e para a

---

[1] Virgem de beijo.

[2] Alossexuais são sujeitos que sentem atração sexual. Exemplos de alossexuais: heterossexuais, homossexuais, bissexuais.

comunidade assexual, os atos libidinosos são tão interessantes quanto calçar um sapato. E, visto que, as pessoas assexuais são compostas por 1% da população, como afirma os estudos de Bogaert (2004), acredito que tais representações devam ser legitimadas como uma dentre tantas possibilidades da experiência humana.

Passado toda essa situação de vivências escolares, terminei o ensino médio, fiz cursinho pré-vestibular à noite enquanto trabalhava de dia e de tarde, e adentrei no curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", local pelo qual tenho grande apreço e guardo boas memórias.

Todo esse contexto é posterior ao 7 de outubro de 2016, mas naquele dia em específico ocorreu uma coisa interessante, uma amiga minha que vinha me cortejando a muito tempo, e eu a evitava. Ela me perguntou se eu era homossexual, e eu estava tão cansado de me relacionar naquela época, e foi então que me lembrei de uma coisa: quando eu estava no início da adolescência eu cheguei a cogitar se não existia uma possibilidade de não gostar de me relacionar, e foi a partir dessa lembrança que eu fiz uma pesquisa na *internet* acerca de não sentir atração sexual, e descobri a palavra assexual.

Naquele momento eu chorei, pois tudo começou a fazer sentido e eu percebi que por muito tempo eu me forçava a participar de coisas das quais eu nem gostava de verdade. Cheguei a me consultar com médicos que chegaram a me receitar hormônios, ainda que meus níveis de testosterona estivessem normais. Conheci uma comunidade na rede social *facebook* e outras pessoas que passavam por problemáticas parecidas. Ao mesmo tempo que me vi livre daquelas obrigações, eu me senti na obrigação de explicar para os demais indivíduos que eles não deveriam ficar fiscalizando a sexualidade dos outros, no intuito de obterem um certo controle sob a sexualidade dos demais.

Então eu passei a explicar acerca da assexualidade e da diversidade do grupo, de maneira muito similar à Jeanine Adler Trovão (2018), que aborda sobre os símbolos que pessoas assexuais utilizam, como o anel preto e o bolo. Estes são símbolos da comunidade assexual, assim como a *lábris* é um símbolo das lésbicas e o triângulo rosa dos homens *gays*. Retornando a Jeanine (2018), ela fala acerca de como a comunidade assexual compreende que atração sexual é diferente de atração romântica e que existem outras subcategorias de orientações sexuais, como a demissexualidade, que se refere àqueles em que a atração sexual está "necessariamente condicionada a um vínculo que foi formado anteriormente, podendo esse vínculo ser emocional, intelectual, afetivo" (Trovão, 2018, p.33).

Essas categorias e subclassificações e a etnografia dessa comunidade, por si só, são bastante interessantes, inclusive, acredito que elas demonstram que a sexualidade não está presa apenas neste escopo de "por qual gênero ocorre essa atração", e que a própria sexualidade é muito mais ampla do que imaginamos, no entanto, acredito que esse discurso seja necessário a um nível individual de compreender pelo o que você se interessa.

A um nível mais social e educacional, o importante é debater os preconceitos que os indivíduos assexuais sofrem em uma sociedade sexonormativa e quais políticas públicas podem ser realizadas para incluir essa população devidamente em nossa sociedade. E digo mais: enquanto a comunidade assexual não passar a compreender essas mazelas e lutar contra elas, nós não obteremos um avanço contra a patologização de sujeitos assexuais e o estupro corretivo que muitos de nós sofremos.

No entanto, esta pesquisa é acerca da educação escolar, então seu papel é sinalizar para quais temáticas devem ser incluídas na educação para a sexualidade para se combater a sexonormatividade em nossa sociedade, levar o conhecimento acerca desta identidade aos estudantes, assim como de muitas outras, para que os estudantes assexuais ou alossexuais não se sintam pressionados a ter atos libidinosos apenas porque seus colegas o pressionam a isso. Mais à frente vocês irão ler histórias de pessoas assexuais que relatam acerca de sentir participarem de um "estupro consensual" e de se sentirem intimados a prestarem esclarecimentos acerca de suas vidas sexuais.

Inclusive, a pesquisa de Jessie Ford (2017) aponta como jovens universitários homens e heterossexuais fizeram sexo mesmo sem sentir vontade, mas o fizeram para serem reconhecidos entre seus grupos de amigos e provar a sua masculinidade. Ford (2017) usa o termo "*unwanted sex*", no entanto, acredito que esse fenômeno revele como a sexonormatividade opera não apenas com sujeitos assexuais, mas também com os alossexuais.

Enfim, no início eu explicava acerca da diversidade do grupo de indivíduos assexuais, e geralmente eu percebia que a sociedade não se importava muito com isso, e foi aí que eu percebi que o elo que interligava a comunidade LGBTQIAPN+[3] é exatamente o fato de que estes sujeitos sofrem algum tipo de preconceito na sociedade. A partir disso, eu pensei em catalogar não a diversidade do grupo, mas sim as mais diversas formas de opressão pela qual a sexonormatividade se expressa, e percebi que muitos casos são similares a outras diversidades sexuais e de gênero.

A primeira questão é que eu percebi que pessoas assexuais, ou que não estavam em um relacionamento, eram fiscalizadas pelos demais acerca da sua sexualidade. Caso não

[3] Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexos, assexuais, pansexuais e não bináries.

estivessem se relacionando com uma pessoa do gênero oposto, então eram compreendidas como homossexuais e vivenciavam a homofobia. Em alguns relatos nos grupos *online* em assexualidade, os assexuais falavam que eram menosprezadas por nunca terem beijado alguém ou por serem "virjões", sendo essas ofensas bastante comuns.

Outro relato que ouvi nesse grupo foi quando prenderam uma menina assexual em uma sala com um outro menino e disseram que ela só sairia dali se ela beijasse esse menino. Sendo isso obviamente um crime sexual. Passei a investigar e entrei em contato com o termo estupro corretivo, o qual geralmente ocorre com homens transgênero, mulheres lésbicas e bissexuais. Quando percebi isso, fiz um questionamento no grupo *online* e constatei que houve também mulheres assexuais que sofreram estupro corretivo. Caso queiram ler mais acerca dessa questão - que é tão pouco discutida na sociedade e universidade - sugiro a leitura da monografia de Karolina Rodrigues (2021).

Ao longo da minha vida, quando contei acerca da assexualidade, também houve indivíduos que passaram a fetichizar a minha identidade. Já sofri um caso de tentativa de estupro corretivo por outra pessoa LGBTQIAPN+ e quando comentei com outros sujeitos do meio eu fui completamente ignorada, como se tal situação não fosse importante. Como se a opressão contra pessoas assexuais não fosse legítima.

Já sofri também assédio sexual no trabalho por um funcionário, ele não era necessariamente superior a mim, mas a mãe dele já havia sido supervisora de educação e ele se utilizava da posição da mãe para conseguir alguns privilégios da gestão da escola. No final das contas, ele vivia me paquerando, quando eu estava sentado ele tentava fazer massagem em mim sem a minha permissão, inclusive menosprezava a questão da assexualidade sobre a qual ele ficou sabendo por outro professor que trabalhava comigo e estudou na UNESP. Enfim, foi uma situação bastante desconfortável. Na época não busquei a justiça pois era professor celetista e tinha medo do que ele poderia fazer contra mim. Mas a gestão da escola sabia de toda essa situação e fingia que não havia nada acontecendo.

Quando uma identidade não é compreendida enquanto legítima, então os ataques a essas pessoas desse grupo são vistos como normais e necessários para que elas passem a se adequar às normas sociais vigentes e compulsórias. Eu sentia isso nesses ataques de assédio sexual no trabalho e na tentativa de estupro que sofri. Era como se minha existência fosse tão abjeta a ponto de que qualquer abuso, por mais absurdo que fosse, pudesse ser considerado corriqueiro e esperado.

Durante esses momentos eu tive muito apoio da Drª Paula Ramos de Oliveira, que foi minha orientadora durante a minha primeira e segunda iniciação científica. A bolsa

providenciava o apoio financeiro oriundo do CNPq, mas devo dizer, que, na verdade, o apoio de Paula e do Grupo de Estudo em Filosofia para Crianças (GEPFC) foi muito maior do que a presença da bolsa. O apoio se deu em forma de conselhos, de leituras acerca do existencialismo providenciadas pelo professor Drº Denis Domeneghetti Badia, e das experiências com a arte e a filosofia com crianças.

Aqueles momentos em que fazíamos esculturas e desenhos junto com as crianças foram espetaculares, apesar de todo o caos que eu vivia, e, os abusos que havia sofrido pareciam simplesmente desaparecer. Naquele momento eu percebi também que o que nos salva da loucura era a arte e isso fez toda a diferença em minha formação como pessoa, educador e pesquisador.

Outra particularidade que levo até hoje da Paula é o poder escrever sem me preocupar com a forma e a métrica da escrita. Ainda que seja esperado em uma dissertação de mestrado que, primeiro sejam escritos os agradecimentos, depois o resumo e então a introdução, de fato, não me agrada muito pensar na métrica primeiro. Acredito que a introdução é onde se escreve acerca de como se chegou a essa pesquisa, mas, em meio ao processo de encontrar a proposta de pesquisa, tu encontra pessoas nestes caminhos, sendo daí que vêm os agradecimentos. O amor à arte e a sua prática subversiva acredito que venham da Paula e do Denis. Essa dissertação está recheada de citações a músicas, poesias, literaturas e pinturas. Tudo isso é influência desses dois filósofos.

A professora Drª Eva Aparecida da Silva também deixou resquícios de sua individualidade em minha escrita. Quando realizei a iniciação científica “Universidade como espaço de subjetivação, afirmação e subversão das identidades *queers*”, que foi financiada pela FAPESP, uma das primeiras obras que a Eva me recomendou foi “Amkoullel: O menino fula”, de Amadou Hampâté Bâ (2013). E o modo como aquele africano organizava suas memórias e descrevia os sujeitos sem estabelecer limites claros entre o que era indivíduo e o que era a sociedade me impactaram profundamente.

Ainda que houvesse um esforço em colocar as histórias em uma ordem cronológica, era perceptível que ele contava a sua história de vida na ordem em que suas lembranças se apresentavam. E, para Bâ (2013), contar sua história era preciso que ele contasse a história de seus familiares. E tanto a sua história quanto a dos outros estava sempre interligada com eventos que ocorriam na sua localidade. Desde o aspecto político até mesmo os eventos climáticos afetam a vida humana.

Eva também tem uma característica bastante interessante, ela é bastante calma e organizada, ama metodologia e, depois de ter conhecido ela, passei a organizar melhor os

meus pensamentos. Até porque, não adianta simplesmente pensarmos, temos que, também, ter calma e organizar nossos pensamentos para que os outros possam compreendê-los. Eva, Dra. Claudete de Sousa Nogueira e Denis me ensinaram a ter um olhar antropológico, de conhecer as pessoas em relação à cultura na qual elas estão estabelecidas e dos grupos sociais com os quais interagem. Eva é uma das poucas pessoas que conseguem me acalmar, mesmo nos momentos mais difíceis.

Outra particularidade que me impressiona na Eva é sua maneira bastante ética de agir na universidade, sempre fugindo de conflitos e se preocupando em construir relações, e não em destruí-las. Resolução de conflitos e abertura ao diálogo são coisas que aprendi, e muito, com a Eva. Nem sempre ela me falou abertamente sobre essas questões, no entanto, nós que somos orientados acabamos aprendendo e muito observando nossas orientadoras e professores, que podem até não ter nos orientado no sentido estrito, mas, de maneira mais ampla, na simples convivência acabamos aprendendo algo com o outro.

Retornando à ordem cronológica, mais ou menos na mesma época em que eu entrei em contato com a Drª Paula Ramos eu também entrei em contato com a professora Drª Tatiane Pereira de Souza, na época orientanda do professor Drº Dagoberto José Fonseca. Naquele momento eu gostaria de estudar a questão da sexualidade e gênero, e fazer eventos sobre essas questões, e quem forneceu essa abertura, em um primeiro momento, foi o professor Dagoberto e depois foi a professora Eva.

Nesses momentos de pesquisa com a Paula eu sentia a necessidade de investigar acerca da sexualidade e gênero, então eu me lembro de fazer a pesquisa sobre a filosofia com crianças e linguagens artísticas bem rapidamente, para que tivesse tempo de ler sobre a teoria *queer* e dialogar com pessoas do movimento LGBTQIAPN+, a ponto de compreender essa diversidade.

O capítulo “Assexualidade e abjeção”, por exemplo, tive que parar de analisar as transcrições em determinados momentos, pois a dor e a angústia presente nessas histórias de vida refletiam também a minha experiência pessoal. Ao mesmo passo em que eu ia transcrevendo os seus choros também ocorriam fissuras em feridas que achava que já estavam muito bem cicatrizadas.

Mas, devo admitir que esse título traí o seu significado nesta dissertação. O tema da sexonormatividade por si só é algo muito pessoal para mim e as vivências das pessoas assexuais são algo muito distante da realidade da maioria das pessoas, então não tem como adentrá-lo com toda a calma e discrição que Eva sempre me orientou. Prefiro que as pessoas

adentrem nele como se estivessem pulando nesse oceano e que corram o risco de se afogar e de se perder neste universo um tanto desconhecido.

O primeiro capítulo explica acerca da metodologia de história oral e como os dados de entrevistas foram coletados. Da diferença entre a oralidade e a escrita, da importância da palavra estar em consonância com o mundo, da particularidade das entrevistas *online*, dentre outras questões que concernem ao como essa pesquisa ocorreu.

O segundo capítulo demonstra a teoria por trás destas análises, com bastante influência de Foucault (2007), para se debater sobre a forma como os discursos ocorrem e da vontade por trás dos discursos; A transformação do conceito de sexo na cultura greco-romana, como exposto por Laqueur (2001); A desnaturalização do sexo perante o discurso e à cultura, a partir da teoria *queer* de Judith Butler (2003); As normas reguladoras do gênero e a dinâmica performática da discriminação, e a crítica à forma como Freud postulou o complexo de édipo positivo e negativo como uma verdade universal, e do conceito de sublimação que postula um desejo original e verdadeiro, enquanto os outros são postulados como falsos e substitutos (Butler, 2003).

O terceiro capítulo se debruça nos estudos em assexualidade e sexonormatividade, primeiramente para compreender essa temática tão recente a ser pesquisada; tais estudos se dividem em 3 partes. A primeira é sobre a temática em si e sobre essa comunidade que vêm acrescentando ao debate de sexualidade e gênero a possibilidade de compreender a sexualidade por um viés que contraria a ideia de que a atração sexual seja universal.

A segunda é sobre os estudos que foram revisitados e compreendidos a partir dos estudos em assexualidade e sexonormatividade, e puderam fornecer um outro ponto de vista, como os estudos de Kinsey; A terceira parte é, especificamente, um subcapítulo denominado "A proliferação da prole", que, inclusive, quase se tornou o nome dessa dissertação, e acredito que, teoricamente, é uma das grandes contribuições dessa dissertação, pois se trata de um questionamento que eu tive acerca da origem da sexonormatividade e essas imposições sociais, e acredito que tenha encontrado sua origem na *lex lulia et papia* do imperador Augusto, uma lei que obrigava os solteiros a se casarem e a ter filhos.

Antes de continuar a explicar sobre a dissertação, acho importante dizer que esse subcapítulo, a proliferação da prole, também é uma maneira de revisitar estudos sobre sexualidade e gênero, e acaba por demonstrar como a sexonormatividade foi criada primeiro que a heteronormatividade, sendo a segunda uma atualização mais perversa da primeira. Uma curiosidade importante é que eu percebi essa questão ainda em 2016, quando li a obra de Peter Brown (1990), no entanto, sua obra não foi capaz de me fornecer mais informações, e foi

apenas quando entrei em contato com o excelente trabalho de Coelho (2015a), em 2018, que fui capaz de constatar esse elo com tamanha precisão.

Retornando, o quarto capítulo é aquele no qual mais me dediquei a trabalhar com os dados, ainda que os mesmos apareçam em outros capítulos. Isso ocorre para que os leitores e leitoras possam compreender com maiores detalhes as histórias das pessoas assexuais e como a discriminação se expressa na sociedade e na escola. Inclusive, não recomendo a leitura desse referido capítulo caso você, leitor ou leitora, esteja em um momento um tanto complicado de sua vida, ou caso o assunto seja muito pessoal. É capaz que você entre no *Ocean Greyness,* de Pollock (1953), e não consiga sair dele.

O quinto capítulo é o capítulo que traz maiores contribuições para a área da educação escolar, tendo em vista o pensar uma educação para a sexualidade não normativa, não só a partir da teoria *queer*, mas também ao pensar no combate à sexonormatividade. Espero que tal contribuição crie uma cultura escolar em que as pessoas tenham as suas relações não por pressão do seu grupo, aquilo que Ford (2017) chama de *unwanted sex*, mas, sim, porque realmente sentem vontade de estar com aquela pessoa.

Não posso deixar de agradecer algumas pessoas que colaboraram com essa pesquisa direta ou indiretamente. Gostaria de agradecer a minha avó Maria Zarockinski por ser a melhor narradora de histórias de vida que eu já conheci. Agradeço também a minha mãe Glória, a meu pai Leônidas e a minha irmã Jéssica por terem cuidado de mim e me aconselhado em momentos difíceis da minha vida.

Agradeço a minha família como um todo: tios, tias, primos e primas que sempre me apoiaram nesta trajetória. Agradeço à família Galvão, que, apesar de não ser minha família biológica, eu considero como se fossem minha família, principalmente Vinícius e Álvaro, dois amigos de infância que sempre me apoiaram e muito! Agradecimentos a Leonardo Alves, um grande amigo de Araraquara que me aturou durante esse processo de mestrado e que vou levar para a vida! Agradeço aos meus sobrinhos Davi, Gabel, Heloísa e Henri e aos que vierem depois deles por trazerem tanta esperança e alegria para a família como um todo! Agradeço também a minha psicóloga Carolina Carvalho, sem ela eu não faço a mínima ideia de onde eu estaria!

Agradeço ao meu amigo Drº Gaudêncio Fidelis pela coragem e determinação em defesa da arte e da democracia nos momentos mais cruciais do nosso Brasil. Agradeço à ABRAI[4] e ao conselho federal de psicologia, por sempre serem instituições aliadas à

[4] Associação brasileira de pessoas intersexo.

ABRACE[5]. Também agradeço aos assexuais que fundaram a ABRACE pela coragem de lutar por um mundo menos sexonormativo. Agradeço também ao grupo mães pela diversidade, sem a presença dessas mães que defendem seus filhos e filhas LGBTQIAPN+ e que ajudam outras famílias a aceitarem a diversidade sexual e de gênero.

Drª Eva Aparecida da Silva, Drª Claudete de Souza Nogueira e Drº Dagoberto José Fonseca, acredito que essa tríade de vocês é essencial para que a UNESP aprenda a incluir devidamente a diversidade. Jamais me esquecerei das diversas portas que vocês abriram para eu poder me organizar.

Drª Paula Ramos de Oliveira, Drº Denis Domeneghetti Badia e o grupo de estudos em filosofia para crianças (GEPFC), agradeço imensamente o despertar filosófico que vocês me proporcionaram, além das inúmeras vezes que me acalmaram durante a minha formação, às vezes com a mera presença da arte e da companhia de vocês. Os ensinamentos acerca da existência humana me fizeram uma pessoa melhor e mais respeitoso às minhas próprias vontades, independentemente do que os outros esperam de mim.

Agradeço também minhas colegas da pós graduação - Ana Magnani, Joyce de Brito, Natália Harue, Luiza Fregolente, Ana Emília, Isabela Manoel, Ana Rita, Vitória Caroline, Ádrima, Juliene Mangili, Letícia Pitanga e Leandro Chagas - nós fomos capazes de criar um grupo de apoio espetacular para concluir as atividades complementares e nos apoiarmos psicologicamente neste processo de pós graduandas em educação escolar. Espero que os futuros discentes do PPGEE tenham tanta sorte e apoio quanto eu tive com a presença de vocês.

Agradeço algumas professoras e professores dos quais eu tenho grande proximidade, como a Drª. Rosa Fátima de Souza Chaloba, Drª Márcia Cristina Argenti, Drª Maria Teresa Miceli Kerbauy, Drª Claudia Dias Prioste, Drª Eliza Maria Barbosa, Drª Relma Urel Carbone Carneiro e ao Drº Francisco José Carvalho Mazzeu. Estes professores contribuíram e muito para a minha formação. Alguns eu até mesmo possuo divergências teóricas, mas acredito que essas são pessoas que me instigaram a pesquisar não para me tornar alguém conhecido ou algo do tipo, mas sim com o intuito de buscar compreender as problemáticas sociais em nossa cultura. Caso tenha esquecido de agradecer alguém, peço minhas sinceras desculpas. E por último, mas não menos importante, agradeço as pessoas assexuais que compartilharam suas vivências comigo.

[5] Associação brasileira de pessoas assexuais.

2. A subjetividade oral escrita

Esta pesquisa se debruça sobre a temática da assexualidade, a identidade sexual mais nova a ser debatida tanto na academia quanto na sociedade, como demonstra Oliveira (2015b). Ela está fundamentada na teoria *queer* e na metodologia de história oral, para, a partir das entrevistas *online*, transcritas, compreender essa identidade sexual.

A escolha das pessoas entrevistadas ocorre a partir de uma pesquisa exploratória, utilizando um questionário *online,* que foi realizada, no período de julho de 2018 a dezembro de 2020, para a apresentação de um seminário na graduação durante as aulas de "Conteúdo, Metodologia e Prática de Ensino de História e Geografia (Teoria e Prática)", ministradas pela professora Claudete de Souza Nogueira. Tal pesquisa exploratória me surpreendeu na época, pois obtive a resposta de 280 pessoas assexuais.

Os sujeitos da atual pesquisa foram, portanto, selecionados do universo de 280 pessoas assexuais, respondentes do questionário *online* acerca dos preconceitos que estes sujeitos já vivenciaram na escola e na sociedade, considerando - interseccionalmente - as diferenças de faixa etária, gênero e identidade étnico-racial, que constituem esses sujeitos, e tendo como aspecto central o fato de que todos os participantes são pessoas dentro do espectro da assexualidade. Os mesmos foram contatados através de *e-mail* e/ou *whatsapp*, o meio pelo qual também foi enviada uma cópia do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE).

Utilizamos o computador e o celular para gravar o áudio simultaneamente, visto que os aparelhos eletrônicos podem sofrer algum defeito durante este processo. Sendo assim, duas fontes de gravação poderiam mitigar este problema, pois, caso ocorresse uma falha, haveria outra fonte para se consultar. O computador que utilizei para entrevistar as pessoas é equipado com *hardwares* potentes, por isso o mesmo não teve problemas em gravar o áudio enquanto processava uma ligação de vídeo simultaneamente.

Santhiago e Magalhães (2020) salientam que as entrevistas *online* possuem algumas características próprias em relação à entrevista presencial. Ainda que tais entrevistas possam romper a barreira territorial, também podem sofrer por alguns problemas técnicos perante a qualidade do equipamento utilizado para se comunicar e a qualidade da rede de *internet*. Ambos precisam estar em sintonia. Se o equipamento for antigo, por exemplo, pode correr o risco de não suportar algum aplicativo, como o *google meet,* ou conter muitos ruídos. E caso haja uma oscilação na rede de *internet*, mesmo que com um *hardware* adequado, pode ocorrer a perda da conexão ou ocasionar em distorções da imagem e do som a ser transmitido.

Além disso, os não-ditos são importantes para a metodologia de história oral, como afirma Portelli (1997). Então, o olhar cuidadoso para as expressões faciais são importantes no

momento da entrevista e, a depender da captura de vídeo da pessoa a ser entrevistada e da conexão da mesma, pode haver um comprometimento da análise desses não-ditos. Sendo este um ponto negativo da entrevista *online* em relação à entrevista presencial.

Outro ponto valioso é que, ainda hoje, nem todas as pessoas entrevistadas possuem condições de ter um aparelho eletrônico e/ou uma *internet* adequada. Então, ainda que tal pesquisa tenha um enorme valor perante uma temática tão nova e com entrevistados de diversos estados, ela também possui suas limitações por se tratar de pessoas assexuais que possuem condições socioeconômicas para comprar tais aparelhos eletrônicos. E, por isso, se faz necessário estabelecer a constatação de tais limitações.

Aos entrevistados foram atribuídos nomes fictícios - em um primeiro momento - por mim, entretanto, refleti sobre esse assunto e achei que as próprias pessoas deveriam escolher seus nomes fictícios, por ser algo bastante pessoal. Houve aqueles que não se importaram que eu escolhesse nomes por eles, e então nomeei com nomes que dificilmente seriam escolhidos e alguns remeteram à história de um determinado povo, tendo a ver com a importância que tal povo dava a fecundidade.

Por exemplo: Antes da entrevistada Joana ter escolhido este nome, eu havia escolhido o nome Oxum. E antes da pessoa entrevistada Yayoi ter escolhido este nome, eu tinha escolhido o nome de Izanami. Ambos os nomes escolhidos por mim possuem relação com suas identidades étnico-raciais.

Dentro da tradição japonesa, eles acreditam que duas divindades criaram a ilha do Japão: Izanami e Izanagi, e, resumindo a história, enquanto Izanami promete matar 1000 pessoas por dia, Izanagi promete que nasçam 1500 pessoas por dia. (Nascimento, 2019).

Não estou falando que essa história por si só é sexonormativa e que deveria ser proibida. Longe de mim querer definir o que outras culturas querem cultuar ou não. Mas ela revela como não é apenas em Roma e no ocidente que há essa preocupação com as taxas de natalidade.

Oxum tem outra história interessante: quando os orixás vieram para a terra, os homens passaram a tomar todas as decisões e excluíram as orixás mulheres, então Oxum, nada satisfeita com isso, condenou todas as mulheres à esterilidade e só voltou atrás dessa decisão quando as mulheres também puderam decidir em conjunto com os homens (Dias, 2020).

Novamente, não estou dizendo que essa história é sexonormativa, mas é importante se atentar para o como a fecundidade e a procriação foram importantes para os mais diversos povos e como que isso foi visto nas mais diversas culturas. Inclusive, vejo que a história de Oxum mostra uma resistência das mulheres perante uma tentativa patriarcal.

Logo, foi dialogado com os participantes acerca de qual nome fictício eles queriam escolher, visto que o nome é algo muito importante para uma pessoa. Ainda que eu tenha frisado que o nome não poderia indicar, de nenhuma maneira, qual seria a verdadeira identidade da pessoa entrevistada, uma vez que o anonimato é indispensável para a ética em pesquisa.

Durante as reuniões de orientação também houve debates acerca do conceito de interseccionalidade, considerando, conforme Silva e Menezes (2020), como a particularidade de cada identidade afeta como outras identidades se constroem. Um exemplo disso é como o feminismo branco não era capaz de perceber as particularidades das mulheres negras. Portanto, para o feminismo poder compreender a realidade das mulheres se torna necessário que ele compreenda a realidade das mais diversas mulheres e como a estrutura patriarcal age em suas mais diversas formas de discriminação.

Por ser uma dissertação de mestrado, obviamente não é possível entrevistar uma gama tão diversa de estudantes assexuais, por conta da delimitação de uma amostra representativa de pessoas a serem entrevistadas e da própria limitação do tempo de pesquisa. Também gostaria de lembrar que nem todas as transcrições são utilizadas nesta dissertação, pois algumas eu ainda pretendo publicar integralmente - como é o caso da entrevista com Kara por se tratar de uma pessoa assexual com descendência indiana e para demonstrar como foi realizada as entrevistas.

Esse estudo buscou ser bastante interseccional, ainda que tivesse algumas limitações acerca do tempo de conclusão do mestrado e de pessoas que desistiram de participar das entrevistas, ainda que houvessem histórias extremamente potentes para se debater as características da discriminação sexonormativa.

Portanto, foram entrevistadas 15 pessoas, sendo 7 delas moradores de SP (região sudeste), 4 na região sul, 3 na região nordeste e uma na região centro-oeste. Perante a questão da identidade étnico-racial, 1 dos entrevistados tinha descendência nipônica, 2 entrevistados possuem descendência indiana, 4 descendência africana e 8 descendência europeia. Foi utilizado 6 categorias: Branco (descendência europeia), Preto (descendência africana), Amarelo (descendência asiática), Vermelho (descendência indígena), Marrom (descendência indiana) e Outros (a pessoa escrevia como se identificava). 7 das entrevistadas eram mulheres cisgênero, 4 eram homens cisgênero e 4 não se identificavam com os gêneros binários.

Quanto à faixa etária, não houve grandes variações, como foi o caso na pesquisa de Elisabete Regina Batista de Oliveira (2015b), mas foi importante compreender como, mesmo no caso de pessoas nascidas na década de 80 - especificamente entre 34 e 42 anos - elas

experienciaram a sexonormatividade de maneira muito parecida com aqueles que nasceram no final dos anos 90 e início dos anos 2000.

Os entrevistados são citados com algumas dessas características para que seja mais fácil visualizá-los e humanizá-los, sem perder o anonimato. Portanto, eles foram identificados da seguinte forma:

1 - (Kara, 39 anos, não binário, descendência indiana, SP).

2 - (Angelina, 26 anos, mulher cisgênero, parda, MA).

3 - (Adeline, 25 anos, mulher cisgênero, parda, PI).

4 - (Isadora, 24 anos, mulher cisgênero, branca, GO).

5 - (Amanda, 21 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

6 - (Siara, 41 anos, não-binário, parda, SP).

7 - (Augusto, 40 anos, homem cisgênero, branco, SP).

8 - (Rodrigo, 25 anos, Homem cisgênero, branco, RS).

9 - (Yayoi, 25 anos, não-binário, nipo-brasileiro, PR).

10 - (Mateus, 21 anos, homem cisgênero, branco, SC).

11 - (Aloy, 33 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

12 - (Maria, 42 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

13 - (Joana, 33 anos, mulher cisgênero, preto, SP).

14 - (Jonas, 24 anos, homem cisgênero, descendência indiana, PA).

15 - (Fernando, 36 anos, não binário, branco, PR).

O trabalho se deu a partir de um roteiro geral de entrevista, e ele foi composto pelas seguintes perguntas:

1 - Como foi o processo de se compreender como uma pessoa assexual?

2 - Você já sofreu algum tipo de preconceito e/ou exclusão na educação básica ou superior por ser assexual? Se positivo, poderia relatar exemplos de situações vivenciadas?

3 - As pessoas em geral te acham estranho quando têm conhecimento da sua identidade assexual? Se positivo, poderia relatar exemplos de situações vivenciadas?

4 - As pessoas já te pressionaram para que você beijasse alguém ou participasse de algum relacionamento? Se positivo, poderia relatar exemplos de situações vivenciadas?

5 - Você já sofreu alguma tentativa de estupro no intuito de corrigir a sua identidade assexual? Se for possível, poderia relatar exemplos de situações vivenciadas?

6 - Você já sofreu algum tipo de patologização por parte da comunidade médica? Se for possível, poderia relatar exemplos de situações vivenciadas?

7 - Os preconceitos vivenciados na escola e sociedade, oriundos da sua identidade assexual, te acarretaram problemas relacionados à sua saúde mental e emocional? Se positivo, tais problemas causaram dificuldades no processo de escolarização?

8 - Você participa de ações coletivas para debater esses preconceitos e obter algum avanço social para pessoas assexuais? Se positivo, poderia fornecer exemplos de ações realizadas?

As perguntas tiveram aspectos mais gerais, tendo como tema central a questão da assexualidade. A primeira pergunta possui um caráter mais subjetivo, ainda que geralmente as pessoas respondessem acerca da discriminação que sofriam como parte do processo de identificação com essa identidade. Da segunda até a sétima pergunta buscou-se apreender as mais variadas formas de discriminação na escola e na sociedade. E a última pergunta possui relação com as ações coletivas realizadas - ou não - por grupos de pessoas assexuais que lutam para que as discriminações contra esse coletivo sejam conhecidas.

Agora, gostaria de escrever sobre esse contato entre entrevistador e entrevistado. Em um primeiro momento, eu retomava a questão do que estava escrito no TCLE, da proteção ao anonimato e o sigilo absoluto, também comentava que, se a pessoa não quisesse responder alguma pergunta estaria tudo bem e que se ela quisesse retirar o apoio a qualquer momento, e interromper a entrevista, isso não causaria nenhum prejuízo para a minha pesquisa.

É importante retomar essas questões antes da entrevista, mesmo que a pessoa entrevistada já tenha realizado a leitura do TCLE e assinado, pois é uma forma de se criar um vínculo de confiança com ela, baseado no respeito e na ética, que deve ser prezada por ambas as partes. Outra questão que meus entrevistados sabiam é que eu faço parte do movimento assexual, e isso ajudou para que eles confiassem a mim suas histórias. Até porque, será compreendido mais a frente, o movimento assexual ainda está “dentro do armário”, ou seja, são poucos os que assumem que são assexual.

Inclusive, na FCLAr/ UNESP, muitos assexuais diziam que tinham orgulho de mim por eu debater abertamente sobre esses assuntos, organizar eventos sobre isso e buscar explicar para as pessoas acerca dos preconceitos que permeiam a sexonormatividade da nossa sociedade. Muitos também perguntavam sobre a doutora Elizabete Regina, que foi a primeira pessoa a escrever uma tese sobre assexualidade e com a qual tive um certo contato, e, inclusive, a oportunidade de participar de um bate papo, assim como com algumas pessoas que fundaram o coletivo ABRACE em 2017.[6]

[6] Hoje em dia a Elizabete Regina não está mais entre nós, mas a contribuição dela para o movimento assexual e para as pesquisas em assexualidade é inegável.

Algumas pessoas que entrevistei eram colegas de longa data, por conta desse tempo de construção conjunta do movimento assexual, por isso, em algumas entrevistas, era comum as gargalhadas e no final da entrevista conversas mais abertas acerca das histórias que tive o prazer de ouvir novamente.

> **Entrevistador**: Ai, Aloy! [continuamos rindo muito] Certo. Terceira pergunta. As pessoas em geral te acham estranho quando tem conhecimento da sua identidade assexual?
> **Aloy**: Eu acho que sim. Eu acho que de maneira geral tem essa estranheza. Interessantemente, eu sinto que ultimamente não tanto, não sei se eu conheci pessoas interessantes, né? Que já assistiram filmes sobre assexualidade, eu acho que tem muitas, agora tem muitas séries, né? que vão botando personagens assexuais, né? O *Bojack Horseman*, os *sets* populares, as pessoas meio que, às vezes elas não entendem tanto, mas elas entendem o suficiente pra fingir que sabem, né? (Aloy, 33 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

Um adendo: de certa forma essa inserção no meio assexual também me permitia que a pesquisa fosse um tanto etnográfica, pois foi possível entrevistar a partir "de dentro", do meio, de maneira *online*. E existe uma certa simbologia por realizar desta forma, pois o movimento assexual surgiu junto com a *internet*, onde esse pequeno grupo de pessoas, que corresponde a 1% da população, segundo Bogaert (2004), foi capaz de se encontrar e trocar experiências acerca da ausência de desejo sexual e das pressões sexonormativas que sofriam na sociedade.

Sendo assim, as entrevistas foram realizadas de maneira relativizadora de modo que o pesquisador se coloque como observador participante para compreender melhor os entrevistados e não reduza suas experiências vividas. Como comentei na introdução, tive grande influência de professores e professoras ligadas ao olhar antropológico e ao cuidado com a história e a representação das pessoas. A observação participante seria o meio pelo qual o…

> pesquisador busca interpretar – ou compreender – a sociedade e a cultura do outro 'de dentro' em sua verdadeira interioridade. Ao tentar penetrar em formas de vida que lhe são estranhas, a vivencia que delas passa a ter cumpre uma função estratégica no ato de elaboração do texto, uma vez que essa vivência – só assegurada pela observação participante 'estando lá' – passa a ser evocada durante toda a interpretação do material etnográfico (Oliveira, 1996, p.34).

Oliveira (1996, p.33 - 34) nos diz:

> Pessoalmente, entendo por relativizar uma atitude epistêmica, eminentemente antropológica, graças a qual o pesquisador logra escapar da ameaça do etnocentrismo – essa forma habitual de ver o mundo que circunda o leigo, cuja maneira de olhar e de ouvir não foram disciplinadas pela antropologia. [...] Apesar dessa observação participante ter alcançado sua forma mais consolidada na investigação etnológica, junto a populações ágrafas e de pequena escala, isso não significa que ela não ocorra no

> exercício da pesquisa com segmentos urbanos ou rurais da sociedade a que pertence o próprio antropólogo.

Acho interessante revelar trechos de transcrições neste momento para demonstrar como realizar as transcrições mantendo marcas de oralidade, não só por conta da metodologia de história oral, mas também para mostrar que o diálogo era bastante fluido com algumas pessoas e como isso impactava positivamente nessa relação de entrevistador e pessoa entrevistada. Por exemplo, nem sempre uma pessoa assexual fala para uma pessoa alossexual que eles fingem entender sobre a assexualidade para não parecerem preconceituosos. Mas, para mim, a Aloy falou abertamente sobre isso.

Mas também ocorreu problemas nas entrevistas. Existiam pessoas que eu não conhecia tão bem, e por isso ficava um diálogo um tanto parado até mesmo antes da entrevista ocorrer e, para isso, eu buscava conversar um pouco com a pessoa antes da entrevista, falar sobre alguma coisa engraçada que aconteceu no meu cotidiano, para então a pessoa se soltar um pouco mais e ajudar a criar esse vínculo.

Ainda assim, houve situações em que a pessoa não se abria, e, ao longo da entrevista, eu tive que buscar mecanismo de me empatizar pela história da pessoa, falar pequenos comentários como achava a história dela interessante, para que a pessoa pudesse ir se abrindo mais e contando maiores detalhes sobre a história de vida dela, enquanto essa confiança não surgia, o diálogo acontecia mais ou menos assim:

> **Entrevistador**: Como foi o processo de se compreender como uma pessoa assexual?
> **Maria**: Foi dentro do meu contexto escolar. Eu me descobri uma pessoa assexual quando eu comecei a observar os interesses das pessoas à minha volta. Foi a partir disso. Mas eu lembro de alguns momentos, até o toque no corpo, ele foi motivado por conversas e por orientações de outras pessoas. Não foi algo que… "deixa eu tocar aqui, ah, descobri que aqui tem prazer", não. Foi realmente na busca de compreender o que os outros falavam.
> [silêncio]
> **Entrevistador**: Os outros falavam o quê, por exemplo? [silêncio de 3 segundos] Você poderia dar um exemplo?
> **Maria**: As minhas primas diziam, "ah, quando toca aqui na vagina é gostoso, quando toca no peito é bom, quando está perto de um outro menino é uma sensação gostosa, Ah você gosta de fulano de tal?", Sabe aquelas brincadeiras de criança mesmo? que na escola fica muito mais forte? Foi a partir disso.
> [silêncio novamente] (Maria, 42 anos, Mulher cisgênero, branca, SP).

É interessante essa entrevista, pois, ainda que ela tivesse contado algo pessoal, ela não dava maiores detalhes sobre isso, até porque a sexualidade é algo bastante particular, e o ideal é que a pessoa vá explicando a sua própria história de vida, e não que seja uma entrevista

jornalística em que o entrevistador busca fazer uma pergunta para levar a pessoa entrevistada a responder conforme ele espera.

Portanto, mesmo perante tais situações em que a pessoa entrevistada esteja com receio, é importante balançar com a cabeça positivamente mostrando que concorda com o que a pessoa está falando, usar um tom de voz convidativo, realizar perguntas abertas, pedir exemplos, sem tentar definir o que a pessoa deve responder, mas sim deixar um espaço em aberto convidando o outro a se expressar. Antes da entrevista eu também perguntava como estava sendo o cotidiano deles, exatamente para que brotasse uma confiança.

Quando o tema eram os estupros corretivos eu evitava perguntar maiores detalhes do ocorrido, até porque a ideia não seria revitimizar a vítima, mas sim compreender os fatores psicossociais que levam as pessoas assexuais a sofrerem de estupro corretivo e serem considerados um grupo de risco e, à partir destes dados, compreender como a educação para a sexualidade pode agir para coibir que violências como essa possam ocorrer.

Existem momentos em que a memória é muito dolorosa, principalmente quando é muito recente e traumatizante, a pesquisa é sobre pessoas assexuais em meio a uma sociedade sexonormativa, portanto, tem a ver com situações de tentativas de estupro, e quando entrevistei uma das pessoas, ela havia sofrido uma tentativa de estupro e sofria muito preconceito na escola por não querer se relacionar com as pessoas, e essas violências pelas quais ela passou, fez com que ela chorasse no meio da entrevista.

> **Adeline**: E principalmente eles... eu acho que... acaba que como tem períodos em que eu estou aberta a essas coisas, e tem períodos que não - que são os mais longos. Para as pessoas era meio irreal… E… [começou a se emocionar neste momento e gaguejava palavras] quando eu comecei a me entender, eu comecei a pesquisar, aí eu achei o coletivo do Abrace, que tem lá no *Instagram*, aí eu comecei a ver, eu falei, acho que aqui é um lugar que me cabe, e eu acho que eu faço parte disso, e aí quando eu comecei a falar isso com outras pessoas, com meu namorado também, aí eu acho que não entrava muito na cabeça dele, porque... tipo assim, ou... para eles era assim: "ou você é [assexual], ou você não é.", tinha muito aquela ideia mesmo da pessoa que é estrita, que nunca pratica sexo. Esse tipo de coisa. Então foi um período muito difícil para mim, mas ao mesmo tempo foi um período muito bom, porque eu comecei a me conhecer melhor, e a entender várias coisas que passaram na minha vida, e que era... [ela começa a chora nesse momento] desculpa, é que… é...
> **Entrevistador**: Ta tudo bem!
> [Ela continua chorando por alguns segundos, enxuga as lágrimas e retorna a falar, ainda soluçando]
> **Adeline**: que tinha acontecido por causa disso, então a partir de 2020 para cá, eu comecei a me entender e me aceitar, porque é uma das coisas que a gente pensa muito assim, tem um problema com você, com você ser diferente, tem um problema com você, porque você é diferente das outras pessoas e tal, e aí de 2020 para cá, eu comecei a perceber que não tinha

> nenhum problema, eu sei como eu sou, e aí desde esse período eu sou muito mais feliz, comigo mesma e me aceitando, mas ainda é um processo, né?
> **Entrevistador**: Aham! Pena que eu não estou aí para te dar um abraço, porque é complicado mesmo esse processo, né? de se aceitar, de se entender nesse mundo sexonormativo, e realmente algumas coisas é muito complicado de falar. Se em algum momento você não se sentir confortável para falar, se você quiser que dê uma pausa, se você quiser tomar uma água, se você quiser encerrar a entrevista e desistir da entrevista, está tudo bem, ok?
> **Adeline**: tá certo! (Adeline, 25 anos, mulher cisgênero, parda, PI)

Esse trecho é extremamente importante para refletir sobre o como agir durante uma entrevista na qual uma pessoa chora, considerando as emoções que podem aflorar durante esse processo e não ter condições psicológicas de continuar a relatar suas histórias de vida, levando à interrupção ou desligamento de sua participação, o que é previsto pelos princípios que regem a ética em pesquisa. E está tudo bem. Mas, não foi o caso da Adeline, ela continuou a entrevista e depois dessa abordagem ela ficou muito mais tranquila para contar a sua história.

O ato de transcrever suas histórias também foi uma experiência transformadora, ainda que difícil, o trabalho de transcrição é parecido com o da alfabetização, pois exige levar a oralidade para a escrita e a escrita para a oralidade, quando não é dada a devida importância à oralidade. Por isso, registrar essas experiências é produzir sentidos acerca da vida dos assexuais. Realizamos esse trabalho…

> a partir da convicção de que as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. [...] E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso. [...] Por isso, atividades como considerar as palavras, criticar as palavras, eleger as palavras, cuidar das palavras, inventar palavras, jogar com as palavras, impor palavras, proibir palavras, transformar palavras etc. não são atividades ocas ou vazias, não são mero palavrório [...] As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras. E, por isso, as lutas pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras são lutas em que se joga algo mais do que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras. (Bondia, 2002, p. 20 - 21).

A história oral é de extrema importância para compreender que no ocidente a oralidade é deixada ao relento, e transcrever essa oralidade é imprescindível para que pessoas que não tiveram oportunidade de contar suas histórias, assim o façam. No entanto...

> Parece se temer que uma vez abertos os portões da oralidade, a escrita (e a racionalidade junto com ela) será varrida como que por uma massa espontânea incontrolável de fluídos, material amorfo. Mas esta atitude

> cega-nos para o fato de que nosso temor respeitoso de escrever tenha distorcido nossa percepção de linguagem e comunicação até o ponto em que não mais se entendem quer a oralidade quer a própria natureza da escrita. (Portelli, 1997, p.26).

Alberti (1996) retoma um tema importante acerca da transcrição, a legitimidade da palavra oral, como se a palavra oralizada tivesse pouca ou nenhuma importância perante a palavra escrita. E isso é um problema para pessoas que não sabem escrever, por exemplo, pois suas histórias não são tidas como verdadeiras ou legítimas.

> destaco como especificidade da história oral a possibilidade dela documentar as ações de constituição de memórias. Tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para aquilo que se quer guardar como concebido legítimo, como memória. (Alberti, 1996, p.4).

Ainda acerca das histórias de pessoas assexuais, elas não surgem com o objetivo de deslegitimar a história de pessoas alossexuais, mas sim com o intuito de compreender melhor a particularidade dessa identidade e dos preconceitos que os mesmos sofrem na sociedade e legitimá-los. E, da minha parte como pesquisador, seria o de não confundir o meu trabalho com o de um missionário. De não "transformar a história oral em missão e o pesquisador em missionário" (Alberti, 1996, p.4), pois...

> A oposição entre "memória dominante" e "memória dominada" não é tão cristalina, como bem mostrou o próprio Pollak. No caso, por exemplo, da memória da Resistência, verifica-se que, dependendo do ângulo, o dominado (pelos nazistas) passa a ser o dominante, porque ganhou a disputa pela "memória oficial". [...] É o caso, por exemplo, de um estudo recém-publicado sobre a memória de ex-presas políticas da ditadura militar, Mulheres, militância e memória, de Elizabeth Xavier Ferreira. Sem querer desmerecer as histórias e as memórias dessas mulheres, nem tampouco a iniciativa de registrá-las, chama a atenção a insistência com que a autora contrapõe a "memória social" que pretende estar ajudando a construir a uma "memória oficial" sobre o regime militar. Podemos dizer que ela vê seu trabalho como uma missão, [...] Ora, colocando-se do lado daquilo que em princípio seria a "memória oprimida" ou "subterrânea", a autora parece não dar-se conta de que, na verdade, a memória do regime militar que procura enquadrar (usando os termos de Pollak) com seu trabalho é, curiosamente, a mesma que está ganhando a disputa – passando, por isso mesmo, a "memória dominante" ou "oficial" daquele grupo. (Alberti, 1996, p. 4-5).

Então essa visão fixa de que há uma memória dominante não é compatível com a história oral. A sociedade e a cultura são dinâmicas, e no momento a história carece de representações de pessoas assexuais, sobre as discriminações que os mesmos sofrem na sociedade. Atualmente a memória dominada é a de pessoas assexuais, no entanto, não escolho esse lado por mera oposição à memória dominante. Mas sim porque me parece necessário uma educação que inclua também as pessoas assexuais.

Outra particularidade desta metodologia é a compreensão acerca do que seriam representações, fatos e suas barreiras. A história oral e a compreensão da subjetividade nessa linguagem são cruciais para entender que...

> Representações e "fatos" não existem em esferas isoladas [...]. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. (Portelli, 1996, p.111, *apud* Alberti, 1996, p.9).

Também me lembrei, durante o processo de entrevista, do filme Narradores de Javé apresentado pela professora doutora Rosa Fátima de Souza Chaloba durante a disciplina História da Educação III. Este filme conta que os habitantes daquela cidade pretendem transformar suas histórias orais num patrimônio histórico, para que uma hidrelétrica não fosse construída no local, impedindo, assim, a destruição da cidade. Esse filme representa a importância da transcrição das histórias orais para a preservação da vida e busca por direitos básicos, como o direito à moradia.

O mesmo ocorreu durante essa pesquisa, em que eu entrevistava pessoas assexuais em busca de apontar problemáticas sobre como a escola e a sociedade sexonormativa, como um todo, colocam esses sujeitos, muitas vezes, em uma situação de não respeito aos direitos básicos, como o consentimento nas relações e a patologização de seus corpos.

As entrevistas ocorreram de maneira virtual, pois não houve assexuais em Araraquara que permitiram ser entrevistadas presencialmente. Sabemos dos empecilhos relacionados com as entrevistas à distância, no entanto, como Santhiago e Magalhães (2020) bem explicitam, a potencialidade da entrevista à distância também pode romper com as fronteiras territoriais, possibilitando entrevistar pessoas de diferentes localidades, ainda que seja necessário contar com um bom equipamento e *internet* adequada, correndo-se o risco de perder um pouco da qualidade do áudio, do vídeo, bem como não apreender os não-ditos (gestos, expressões, etc.), além de problemas técnicos que possam surgir durante algumas entrevistas.

Cabe destacar que as pesquisas acerca da sexonormatividade também dizem respeito às questões ginecológicas e de saúde mental, assim como à patologização da assexualidade, estupro corretivo e exclusão social, que ocorrem na escola e na sociedade mais ampla, e que afetem essas pessoas também no processo de escolarização, da educação básica ao ensino superior. A partir da história oral, portanto, foi possível compreender a dinâmica da sexonormatividade na escola e na sociedade, e, com isso, contribuir para a inclusão de debates acerca da sexonormatividade e seus perigos dentro da nossa sociedade.

Rodrigues (2013) aponta para a importância do conceito de interseccionalidade, não só como referencial teórico, mas também para ser utilizado como metodologia. As diferenças territoriais, etárias, étnico-raciais e de gênero contribuem para que diferentes discursos e subjetividades sejam produzidos. E para compreender o sujeito assexual devemos considerá-lo em suas diferenças. Por isso, nesta pesquisa buscamos entrevistar as mais diversas pessoas. Inclusive, uma das pessoas assexuais que entrevistei era autista, o que possibilitou também compreender como essa neurodiversidade pode afetar a questão da sexualidade.

Gosto de pensar a palavra como a conexão entre a oralidade e a escrita. Sei que ambas possuem características bastante diferentes, mas a palavra permeia tanto a oralidade quanto a escrita, e quando se inicia o processo de transcrição é a partir da palavra que surgem as sentenças, as ideias e os sentimentos - obviamente subjetivos - por trás das palavras e da união das palavras. Por isso…

> Quando eu morder / a palavra, / por favor, / não me apressem, / quero mascar, / rasgar entre os dentes, / a pele, os ossos, o tutano / do verbo, / para assim versejar / o âmago das coisas. / Quando meu olhar / se perder no nada, / por favor, / não me despertem, / quero reter, / no adentro da íris, / a menor sombra, / do ínfimo movimento. / Quando meus pés / abrandarem na marcha, / por favor, / não me forcem. / Caminhar para quê? / Deixem-me quedar, / deixem-me quieta, / na aparente inércia. / Nem todo viandante / anda estradas, / há mundos submersos, / que só o silêncio / da poesia penetra. (Conceição, 2019, s.p).[7]

Mas, a palavra nem sempre possui uma conexão com a vida. Quantas vezes a palavra não foi utilizada para manipular e usurpar direitos da população? Inúmeras. E quantas vezes a palavra de um grupo oprimido não foi simplesmente ignorada a *bel-prazer* de um grupo dominante? Se a leitura da palavra está em descompasso com a leitura do mundo, então há de se focar na importância da oralidade. Pois, antes de ler a palavra é necessário aprender a ler o mundo, "a leitura da palavra, da frase, da sentença, jamais significou uma ruptura com a 'leitura' do mundo. [...] a leitura da palavra foi a leitura da 'palavramundo'." (Freire, 1981, p. 11).

Por isso, a pesquisa possui essa rigorosidade metodológica, tanto na escolha da bibliografia quanto dos entrevistados e da maneira como foram conduzidas as entrevistas, para que na transcrição pudessem ser captadas dos assexuais suas percepções, e foram...

> expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos. Deveriam vir carregadas da significação

[7] Essa poesia de Conceição Evaristo se chama "Da calma e do silêncio" e eu a conheci quando recitada no álbum de música "Voz Bandeira", da Marina Iris.

> de sua experiência existencial [...]. A pesquisa [...] nos dava assim as palavras do Povo, [palavras] grávidas de mundo. (Freire, 1981, p. 13).

Muitas histórias ainda não foram registradas, como a desses sujeitos assexuais. É interessante pensar em outra particularidade da história oral, já que "na entrevista de história oral há no mínimo dois autores – o entrevistado e o entrevistador." (Alberti, 1996, p.3) e isso diz muito acerca do cuidado que se deve ter com a história e a memória do outro e também por conta disso que chamamos as pessoas entrevistadas de colaboradores.

À medida que as entrevistas com os sujeitos foram realizadas, as transcrições também foram feitas, as quais por si mesmas têm seus limites, pois encontramos particularidades da oralidade que não existem na escrita e vice-versa. O tom, volume, aumento ou diminuição do ritmo da fala, as pausas, marcas de oralidade, as emoções "carregam implícitos significados e conotações sociais irreproduzíveis na escrita" (Portelli, 1997, p.28).

Neste processo, as memórias são aspectos importantes para apreender as experiências vividas por sujeitos e grupos sociais, em particular pelos sujeitos assexuais desta pesquisa, e como esses sujeitos refletem e representam o vivido, sobretudo a partir de suas experiências de escolarização. A partir delas pode ser possível legitimar e formar o que é importante na educação para a sexualidade como um todo, visando, talvez, o grupo mais desconhecido no meio LGBTQIAPN+: os assexuais[8].

> a fim de tornar a transcrição legível, é usualmente necessário inserir sinais de pontuação, sempre, mais ou menos, adição arbitrária do transcritor. A pontuação indica pausas distribuídas de acordo com regras gramaticais: cada sinal tem um lugar convencional, significação e comprimento. Estes quase nunca coincidem com os ritmos e pausas do sujeito falante, e, portanto, terminam por confinar o discurso dentro de regras gramaticais e lógicas não necessariamente seguidas por ele. (Portelli, 1997, p.28).

Sendo assim, pressupomos que compreender como são construídas subjetividades e representações de mundo acerca da sexonormatividade e poderá contribuir para acessarmos diferentes maneiras de pensar e viver, e, por mais que essa temática ainda seja um corpo estranho na sociedade e na escola, que contém discursos, histórias, representações, subjetividades e identidades a serem incorporadas como novos princípios na realidade. O que poderá possibilitar a ruptura com ações e posturas que provocam discriminações e exclusões. A partir do momento em que abrimos esse espaço de subversão, ele poderá modificar o todo, até o momento em que não mais exista segregação, preconceito e discriminação contra esses sujeitos, e nem espaços para as normas binárias de gênero.

---

[8] O debate acerca da assexualidade ganhou um pouco de espaço no século XXI, sendo considerada a mais nova identidade sexual do meio LGBTQIAPN+ (Oliveira, 2015b).

3. Os discursos acerca do sexo e a teoria *queer*

> *Is anything as strange as a normal person? / Is anyone as cruel as a normal person? / Waiting after school for you / They want to know if you / If you're normal too / Well, are you? / Are you? / I'm so confused. Am I a normal person? / You know, I can't tell if I'm a normal person / It's true, I think I'm cool enough, but am I cruel enough? / Am I cruel enough for you? / And they will break you down / Till everything is normal now / I know / And they will break down / Till everything is normal now / I know* (*Arcade Fire*, 2013).

Antes de adentrarmos propriamente na questão do sexo e da teoria *queer*, temos que compreender a natureza nada natural dos discursos e compreender as suas nuances a partir dos seus resquícios e a sua influência quando se trata da produção do conhecimento e de sua arbitrariedade cultural. Tal compreensão ocorre no subcapítulo denominado "O que encontraremos nas entranhas do discurso?". Para realizar tal abordagem utilizamos principalmente Foucault (2007), ainda que haja um diálogo com outros autores.

O segundo subcapítulo denominado "O sexo liquefeito e seus gotejamentos[9]" tem a função principal de apresentar a teoria *queer* de Judith Butler (2003) e, a partir da obra de Laqueur (2001), apontar as mudanças históricas acerca do conceito de sexo e o caráter normativo dessas mudanças. Além das comparações com outros pensadores que criticam o essencialismo no âmbito das pseudo-teorias raciais e suas implicações sociais, também há demonstrações de artigos jornalísticos para compreender o nosso momento atual ou o que podemos chamar de "passado recente", para assim revelar não só a relevância social do tema para a atualidade, como também a reação dos movimentos contrários a ele à partir da extrema-direita.

Ressalto também a importância da obra de Laqueur (2001) em comparação com Butler (2003), pois a obra "Problemas de gênero" possui poucas referências históricas, já que a autora se dedica a demonstrar os problemas atuais em relação às normas de gênero, sendo assim, acredito que a obra de Laqueur (2001) seja uma complementação por demonstrar como essas mesmas questões foram sendo inventadas ao longo da história ocidental.

No final há também um diálogo necessário entre a obra de Neiva (2019) e Butler (2003) em relação à crítica a teoria freudiana do complexo de édipo e a sublimação, demonstrando que - para além de que a temática da assexualidade pode muito bem ser compreendida pela teoria *queer* - Butler já havia se preocupado em criticar o falocentrismo de Freud, ainda que mantenha em sua bibliografia psicanalistas como Julia Kristeva (1982) e se utilizou do conceito de abjeção da mesma para criar a teoria *queer*.

---

[9] O gotejamento aqui possuí um duplo sentido, pois, ao mesmo tempo em que ele tem a ver com o que decorre do sexo, como bem colocado por Butler (2003), também é uma clara referência ao trabalho de Pollock (1953) e sua técnica de *dripping*, unindo, assim, filosofia e arte.

3.1 O que encontraremos nas entranhas do discurso?

Foucault (2007), no livro "A ordem do discurso", inicia explicitando que o discurso produzido em nossa sociedade não é totalmente livre e muito menos democrático. A escolha de quais discursos podem ou não circular estão muito mais atreladas à vontade e à subjetividade, ainda que na universidade essa vontade se camufle sob a égide daquilo que é dito como verdadeiro ou dos rituais que a permitem ou a interditam. Tais discursos são selecionados e controlados por procedimentos quase imperceptíveis e que o são dessa forma exatamente pois compreendem essa cultura como a forma "natural" a partir da qual os discursos deveriam ser ordenados. Sendo que, a própria exclusão de determinados discursos também implica na exclusão de determinados grupos de pessoas.

> Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (Foucault, 2007, p.9).

Gostaria de comentar esses três elementos que constituem a interdição, ou seja, a possibilidade de proibir um discurso de se proliferar, quer seja por conta dele ser considerado um tabu ou pelo fato de que naquela circunstância não seja adequado falar sobre e do direito privilegiado de se falar sobre algo, ou seja, em determinado momento apenas uma pessoa pode falar sobre determinado assunto. Como se a liturgia ou o direito processual tivesse criado uma cultura em que, em determinados momentos, apenas um fala e muitos escutam como boas ovelhas. Não me assusta que nos modelos mais tradicionais de educação o aluno sequer tinha o direito de perguntar ao professor, pois o mesmo não tinha o direito de questionar o conteúdo naquele momento pelo ritual da circunstância. Foucault (2007) também fala acerca de um segundo tipo de exclusão que não seria a interdição…

> mas uma separação e uma rejeição. Penso na oposição razão e loucura. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo[10]; pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber. (p.10-11).

[10] Qual tipo de "loucura" não é permitido adentrar às igrejas?

É importante acrescentar um adendo: o discurso do louco não é algo fixo, visto que, até mesmo o que é considerado loucura é modificado constantemente em nossa sociedade, principalmente perante à comunidade psiquiátrica que de tempos em tempos acrescenta ou retira diagnósticos. Até mesmo a homossexualidade já foi considerada doença mental.

Didier Eribon (1990), ao escrever a biografia de Foucault, ressalta em diversos momentos o fato do mesmo ter sido interditado de pensar acerca dos direitos das pessoas homossexuais no movimento comunista, na universidade e na sociedade como um todo. Foi depois de muito embate que seus questionamentos tiveram espaço para serem ouvidos e, inclusive, o fato da homossexualidade ser considerada, em sua época, uma doença mental passível de cura que o levou a pensar na ordem dos discursos.

Então existe ainda essa similaridade entre o discurso do louco com a interdição, pois o louco é alguém que até pode falar, mas que nem sempre será ouvido como se fosse alguém importante, será tratado com descrédito. Então, de qualquer forma, aquele que é considerado louco tem o discurso deslegitimado. É uma outra forma de se tentar expulsar um discurso. Isso porque o discurso demonstra, em suas entrelinhas, qual é o objeto de desejo e aquilo que deve ser visto como legítimo.

Antes de avançarmos para o próximo ponto, temos que compreender o fato do "louco", em determinados momentos, possuir uma "verdade escondida", como está na citação acima. Isso ocorre pois aquele que é considerado louco nada mais é do que alguém que pensa de maneira desajustada em relação a determinado grupo social e é exatamente por isso que ele consegue ver determinada situação a partir de outro ponto de vista, e é por isso que o consideram alguém que possui, em determinados momentos, alguma verdade escondida que aquele grupo simplesmente não percebeu.

> Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pe1o que se luta, **o poder do qual nos queremos apoderar**. (Foucault, 2007, p.10).

Depois de Foucault (2007) ter teorizado acerca da interdição e do discurso do louco, ele começa a teorizar acerca do terceiro sistema de exclusão. No entanto, ao invés de propor logo de início qual seria esse tal mecanismo de discriminação do discurso, ele passa a explicar que a dicotomia verdadeiro/falso não pode ser considerada como um desses sistemas de exclusão, pois isso impede de compreender que o que é verdadeiro ou falso é algo

completamente arbitrário e que “se organizam em torno de contingências históricas; que não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento” (Foucault, 2007, p.14).

Logo em seguida, ele retoma a questão das instituições, acrescentando que esses discursos “são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência” (Foucault, 2007, p.14). Além de comentar que exatamente nas instituições se vê desenhar todo um aparato histórico que funciona institucionalmente para constranger e excluir determinados discursos.

Pessoas influentes criam instituições com outras pessoas também influentes. É uma forma da qual as grandes personalidades fazem para que o poder de um proteja o outro em uma relação mutualista. Quando essas pessoas morrem, a influência fica ainda nas instituições. E, quando alguém está dentro de uma instituição, ela pode falar em nome da instituição. Obviamente que, ainda que tanto a instituição quanto a pessoa se beneficiem disso, quem mais se beneficia disso, é a instituição. E só então compreendemos o início do livro sobre o desejo, ao ler:

> Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz (Foucault, 2007, p.7).

É impressionante como este trecho, tão poético, passa despercebido por tantos pesquisadores foucaultianos, sem que eles ao menos compreendam o quão íntima é essa passagem e a sua relação entre a vida de Foucault e sua obra. Como comentei anteriormente ao explicar sobre a biografia de Foucault, Eribon (1990) expressa que Foucault sofreu, e muito, por conta de sua homossexualidade, sendo a ordem do discurso um texto escrito para sua aula inaugural como professor no *College de France,* depois de ter se tornado uma figura emblemática na sociedade e na universidade. Após muito tempo de ter seus discursos acerca da sexualidade suprimidos, de uma forma ou outra, finalmente ele encontrou uma instituição de prestígio que passou a apoiar a disseminação de seu discurso.

E então ele retoma na citação acima pensamentos acerca do seu desejo de não ter de compreender como o discurso se dá e a sua intrínseca relação com a instituição que o permite ou o proíbe. E exprime a vontade de que tudo ao seu redor fosse pacífico, indefinidamente aberto e que tivesse suas expectativas correspondidas, ou seja: ele queria ser compreendido. Ele queria que seus pensamentos fossem tidos como legítimos. E então a instituição - *College de France*, neste caso - o responde:

> Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém (Foucault, 2007, p.7).

Ou seja, ele explica que depois de tanto tempo discursando em diversas universidades e nos movimentos sociais, ele finalmente conseguiu algum reconhecimento por parte de uma instituição de prestígio e que agora pode explicar como ocorre o ordenamento/controle do discurso e sua intrínseca relação com a instituição que permite a sua circulação ou não. E a partir disso ele conceitua o terceiro sistema de exclusão: a vontade de verdade.[11] A partir disso ele retorna a dizer sobre as mudanças que ocorreram nesse sistema de exclusão ao longo da história eurodescendente. A…

> Separação [entre verdadeiro e falso é] historicamente constituída, com certeza. Porque, ainda nos poetas gregos do século VI, o discurso verdadeiro - no sentido forte e valorizado do termo -, o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino. (Foucault, 2007, p.14-15).

Nesse momento Foucault (2007) retoma o período grego, no qual a mitologia e os sofistas reinavam. Com a ascensão da escola de Platão e a crítica aos sofistas, o que seria considerado discurso verdadeiro ou falso se modificou. E percebemos também que esse terceiro sistema de exclusão tem relação com os dois primeiros anunciados anteriormente, por ter essa relação com quem pode se pronunciar, o que delimita por si só que há aqueles que não podem se pronunciar. Essa vontade de verdade…

> não cessou, contudo, de se deslocar: as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas na vontade de verdade. [...] Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: e ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, e claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, **pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade**, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. Recordemos aqui, apenas a título simbólico, o velho princípio grego: que a aritmética pode bem ser o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções na desigualdade. (Foucault, 2007, p.16-18).

[11] A vontade de que um discurso seja considerado verdadeiro e legítimo.

Neste trecho Foucault (2007) retoma outra questão importante, a ligação que o saber possui com a instituição que o legitima e com a sociedade em que se vive. Ou seja, de que um conhecimento só é reconhecido em sua função utilitária em determinada sociedade. A mudança desse sistema de exclusão se dá, sobretudo, a partir do como o saber é compreendido em determinada sociedade e qual função ele exerce sobre ela. Em uma sociedade democrática, todo e qualquer tipo de saber pode ser propagado, respeitando os direitos humanos, claro. No entanto, em sociedades nada democráticas, as instituições se tornam meios de censura de determinados saberes. E é acerca disso que iremos tratar adiante.

Ainda sobre Foucault (2007), ele retoma que dentre esses três mecanismos de exclusão (palavra interditada, segregação da loucura e a vontade de verdade) os dois primeiros estão se tornando cada vez mais fracos e incertos, enquanto a vontade de verdade se torna cada vez mais forte. No entanto, a vontade de verdade busca retomar os dois primeiros à medida que os fundamenta e mascara a si mesma.

> o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (Foucault, 2007, p.18-19).

Esse trecho se faz importante para compreender como até mesmo as instituições buscam legitimidade perante a vontade de verdade e perante os conhecimentos, para que simplesmente possam exercer o seu poder. É uma relação mutualista a partir da qual as pessoas e seus discursos buscam legitimar o seu discurso frente ao aparato institucional, e a instituição busca pessoas contidas de discursos que as defendam.

Inclusive, ao analisar as duas grandes revoltas da extrema-direita contra instituições - a primeira foi a invasão do capitólio nos EUA, em 2021, e a segunda é a invasão dos três poderes no Brasil, em 8 de janeiro de 2023 - podemos perceber a importância da institucionalização dos discursos e que é a forma onde eles podem operar definitivamente.

Acredito que, a partir de autores como Foucault (2007) e Stuart Hall (2006), podemos compreender esse momento pós-moderno em que vivemos, no qual o próprio discurso e as identidades conseguem ser tão facilmente moldadas. Retornando à noção de vontade de verdade:

> ...**na vontade de dizer esse discurso verdadeiro**, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e liberta do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, e tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la. Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos,

> em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura (Foucault, 2007, p.20).

Primeiro ponto que vou comentar é sobre a expressão "o sofista é enxotado" (Foucault, 2007, p.15). Foucault, na verdade, está atacando Platão e Sócrates por terem utilizado a manipulação da vontade de verdade para vencer a disputa discursiva contra Meleto e os demais sofistas[12]. Ou seja: Eles mascaram o seu desejo para estabelecer o seu poder persuasivo e coercitivo contra os atenienses que se veem impelidos a defender Sócrates após a sua morte para que o seu grupo vença tal disputa discursiva. Sobrou quais escritos defendendo Meleto e os sofistas após o incêndio na biblioteca de Alexandria? Vocês se lembram do nome dos outros dois acusadores que acompanharam Meleto em sua incursão contra Sócrates?

Em segundo lugar, a questão do desejo nem sempre ocorre de maneira explícita. Em determinados momentos pode ocorrer de maneira bastante inconsciente ou mascarada por uma "vontade de justiça". Ora, se aquilo que é moral, legal ou justo é completamente arbitrário, inclusive as maneiras de aplicar as suas penalidades, então seria possível que a "vontade de verdade" daqueles que lutam por justiça seja apenas essa: serem reconhecidos como justos. Sem entrar na questão daqueles que utilizam a própria justiça para definir o que é moral, legal ou justo **para poder** catalogar aquilo que é imoral, ilegal e injusto, e, assim, poder aplicar as devidas penalidades para aqueles que infringem tais regras. No final, tais questões apresentadas ainda têm relação com o desejo e a manutenção do poder.

Nos tempos contemporâneos, podemos compreender que o conhecimento sequer está ligado à verdade, até porque o próprio Foucault - não só nesta obra, mas também ao longo de toda a sua bibliografia - demonstra o quanto a verdade está ligada às questões subjetivas e que ela é utilizada discursivamente no decorrer da história para definir o que é falso/imoral, como Candiotto (2006) bem pontua ao longo de seu artigo. Nas entranhas do discurso não encontramos nem a verdade e nem a justiça. Encontramos o desejo e o poder[13]. Ainda segundo Foucault (2007):

> uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou de sistematicidade. A medicina não é constituída de tudo o que se pode dizer de verdadeiro sobre a doença; a botânica não pode ser definida pela soma de todas as verdades que concernem as plantas. Há, para isso, duas razões:

---

[12] "Sócrates queria morrer; não foi Atenas mas ele mesmo que se deu a cicuta" (Nietzsche, 2001, p.20).

[13] A vontade de verdade.

> primeiro, a botânica ou a medicina, como qualquer outra disciplina, são feitas tanto de erros como de verdades, erros que não são resíduos ou corpos estranhos, mas que tem funções positivas, uma eficácia histórica, um papel muitas vezes indissociável daquele das verdades. Mas, além disso, para que uma proposição pertença a botânica ou a patologia, é preciso que ela responda a condições, em um sentido mais estritas e mais complexas, do que a pura e simples verdade: em todo caso, a condições diferentes. **Ela precisa dirigir-se a um plano de objetos determinado** [...]. No interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber. O exterior de uma ciência é mais e menos povoado do que se crê: certamente, há a experiência imediata, os temas imaginários que carregam e reconduzem sem cessar crenças sem memória; mas, talvez, não haja erros em sentido estrito, porque o erro só pode surgir e ser decidido no interior de uma prática definida. (p.31-33).

Este trecho é extremamente importante, pois revela como essa arbitrariedade do conhecimento, a partir da vontade de verdade, constrói erros aceitáveis no universo acadêmico. Pois, os mesmos estão dentro de um plano de objetos determinados e aceitos na universidade e que nem sempre aceitam mudanças, e, pior, que se defendem de qualquer forma possível, inclusive utilizando o aparato institucional. Mas há também rupturas epistemológicas que, em um primeiro momento, não são aceitas e que criam monstros que rondam pela universidade "cuja forma muda com a história do saber" (Foucault, 2007, p.33). O próximo item tem a ver com essas mudanças epistemológicas e teóricas que impactaram a sociedade eurodescendente.

Para que possamos compreender aí o risco de se naturalizar todo e qualquer tipo de conhecimento que temos como natural, neutro e universal, devemos recorrer, muitas vezes, à antropologia, para evidenciar que diversas noções que temos, na verdade, são completamente arbitrárias culturalmente e a própria história ocidental nos mostra que o conhecimento e a forma como compreendemos determinado objeto se modificou ao longo do tempo.

Laqueur (2001), por exemplo, nos mostra como a noção binária de sexo é recente e que durante milênios a ideia dominante era a de que existia apenas um sexo: o masculino. E que aquelas que nós compreendemos hoje em dia como mulheres cisgêneras eram compreendidas como "homens invertidos", sendo elas menos perfeitas em relação aos homens e mais perfeitas em relação aos demais animais. Mas, por essa justificativa "natural", a mulher não podia participar da sociedade como o homem participava.

Laqueur (2001) também demonstra que tanto o modelo único de sexo quanto o modelo binário foram criados para subjugar o feminino em uma condição de inferioridade em relação aos homens e, tanto o modelo único de sexo quanto o binário, que foram criados à partir de premissas essencialistas, parece a nós, da teoria *queer*, bastante dúbios, equivocados e

incorretos. Pois não responde sequer à diversidade cultural eurocêntrica, quiçá de outros povos. E possuí problemáticas desde o nascimento do modelo único de sexo de compreender a diversidade da intersexualidade. Mas, quanto mais se busca compreender tais modelos de sexo, mais explícito se torna o fato de que o sexo, que talvez seja o mais imutável instrumento de designação das pessoas, é tão frágil quanto qualquer outro marcador social. Pois até mesmo ele foi inventado a partir da linguagem[14] e se modificou ao longo da história perante a linguagem.

Se o movimento feminista não tivesse argumentado tão bravamente acerca de como o que elas tem no meio das pernas não deveria definir os locais onde elas podem ou não frequentar e onde elas devem ou não trabalhar, com toda certeza a universidade não seria a mesma nos dias atuais. A universidade, o próprio nome já diz, tem a ver com a totalidade, a universalidade. Como a universidade pode compreender a totalidade se durante boa parte de sua história cinquenta por cento da população europeia era proibida de aprender e ensinar nela? E mais: quais outros "versos" esta expulsa, enquanto categoria de "teratologia dos saberes", de seu interior e que não permite a ela própria ser essa totalidade que tanto ela diz ser? Onde estão tais representações?

Este é o último tópico antes que avancemos em relação ao segundo subcapítulo e tem a ver com conhecimentos que foram expulsos, em um primeiro momento, e que apenas depois de alguma mudança estrutural da sociedade passaram a ser um pouco mais aceitos, alguns até mesmo se tornaram hegemônicos.

Em um primeiro momento devo mostrar este excerto de Silveira (2022), em que fala um pouco do contexto que Frantz Fanon viveu, em 1950, no qual, ainda muito jovem, queria publicar o seu famoso livro "Pele negra, máscaras brancas":

> Fui convidado a participar desta mesa porque traduzi para a Edufba o contundente *Peau noire, masques blancs* de Frantz Fanon, obra de juventude escrita em 1950, quando tinha apenas 25 anos, e publicada na França dois anos depois. Era inicialmente uma "tese de exercício" em psiquiatria, ou seja, um trabalho de conclusão de curso rejeitado por um orientador obtuso, que não foi capaz de perceber, entre os pequenos defeitos de um texto jovem e rebelde, as fulgurâncias da genialidade. Fanon foi então obrigado a apresentar uma tese qualquer, bem adaptada aos formatos canônicos e depositada em 1951, para poder exercer sua profissão na França. (Silveira, 2022, p.353).

Primeiramente, Frantz Fanon era um jovem negro na universidade e sua produção acadêmica era um mero TCC que sequer foi aceito pelo orientador. Por fim, ele publicou uma tese qualquer respeitando a teoria e metodologia do seu orientador apenas para concluir seus

[14] "Tudo o que não invento é falso" (Barros, 2018, p.11).

estudos e obter o diploma. Ainda bem que o próprio Fanon não se abalou com as críticas e sabia da potencialidade de sua obra e publicou mesmo assim, anos mais tarde, a *Peau noire, masques blancs*, sendo hoje em dia uma das principais bibliografias para os estudos decoloniais. Para compreender melhor essa situação que Fanon experienciou, para além da óbvia hierarquia entre orientador e orientando, e até mesmo de racismo, devemos retornar ao Foucault (2007):

> uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina; antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, como diria M. Canguilhem, "no verdadeiro". (p.33-34).

Ou seja, a tese de Fanon, assim como muitas outras, não estavam dentro de um "plano de objetos determinados" (Foucault, 2007, p.32) definidos por seu orientador. Então eram consideradas falsas. Fanon não quis reconhecer os "erros" que estavam definidos pela teoria proposta de seu orientador e por sua "prática definida" (Foucault, 2007, p.33). Fanon não estava "no verdadeiro" perante seu orientador, pois não correspondia às vontades do mesmo e era o orientador que tinha o poder naquele momento, e não Fanon.

Foucault (2007) apresentou em seu livro um outro caso emblemático, o de Gregor Mendels, o pai da genética, que durante sua vida teve seu trabalho esquecido, mas em outro momento histórico teve seu devido reconhecimento.

> Muitas vezes se perguntou como os botânicos ou biólogos do século XIX puderam não ver que o que Mendel dizia era verdade. Acontece que Mendel falava de objetos, empregava métodos, situava-se num horizonte teórico estranho a biologia de sua época. Sem dúvida Naudin, antes dele, sustentara a tese de que os traços hereditários eram descontínuos; entretanto, embora esse princípio fosse novo ou estranho, podia fazer parte - ao menos a título de enigma - do discurso biológico. Mendel, entretanto, constitui o traço hereditário como objeto biológico absolutamente novo, graças a uma filtragem que jamais havia sido utilizada até então: ele o destaca da espécie e também do sexo que o transmite; e o dominio onde o observa e a serie indefinidamente aberta das gerações na qual o traço hereditario aparece segundo **regularidades estatísticas**. Novo objeto que pede novos instrumentos conceituais e novos fundamentos teóricos. Mendel dizia a verdade, mas não estava "no verdadeiro" do discurso biológico de sua época: não era segundo tais regras que se constituíam objetos e conceitos biológicos; foi preciso toda uma mudança de escala, o desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse "no verdadeiro" e suas proposições aparecessem, então, (em boa parte) exatas. Mendel era um monstro verdadeiro, o que fazia com que a ciência não pudesse falar nele; enquanto Schleiden, por exemplo, uns trinta anos antes, negando, em pleno século XIX, a sexualidade vegetal, mas conforme as regras do discurso biológico, não formulava senão um erro disciplinado. (Foucault, 2007, p.34-35).

Em um primeiro momento terei que abrir uma questão acerca da sexualidade vegetal: Como todos sabem a genética possui uma relação com a sexualidade por ser a forma que a hereditariedade transfere as características para um novo ser que está por vir. Quer seja de uma forma sexuada ou assexuada. E não devemos nos esquecer que no século XIX também ocorreu a era vitoriana, que foi marcada, dentre tantas outras questões, pelo conservadorismo e pela rigidez de costumes, principalmente em relação à sexualidade.

Ao colocar Schleiden e Mendels em comparação, Foucault (2007) só demonstra como foi complicado para a genética nascer naquela época tão antiquada. Pois, como foi colocado acima, o conhecimento produzido em determinado momento tem a ver com a sociedade em que vivemos. E falar sobre a sexualidade vegetal em plena era vitoriana era simplesmente um tabu por ser mal compreendida a própria questão da sexualidade.

Retornando à vida e obra de Mendels, o mais interessante é que ele não era um cientista renomado de sua época, ele, na verdade, era muito mais compreendido como um corpo estranho na universidade, pois ele era um monge de origem pobre que conheceu a fome, tentou diversas graduações, inclusive na área de exatas[15], e foi reprovado em diversas por não utilizar as terminologias corretas e por expor opiniões pessoais. (Leite; Ferrari e Delizoicov, 2011).

E é aí que entra a grande questão: Não seriam esses academicistas de origem abastada, que julgaram Mendels pelo personalismo, os que mais tinham opiniões pessoais? Não estariam eles escondendo o seu personalismo projetando em Mendels as próprias acusações? Não seria esse o artifício do cientificismo? O de, toda vez que não possui respostas para alguma colocação contrária a sua vontade de verdade, questionar a veracidade dos métodos daqueles com os quais ele não concorda?

Foucault (2007) traz a questão de como a instituição dialoga com o desejo e o poder. Ou seja: Nas entranhas do discurso é onde encontramos uma maneira de se ter um conhecimento instituído a partir do desejo daquele que o quer instituir. O conhecimento é um desejo instituído. E a luta pelas palavras, como bem colocado por Jorge Larrosa Bondia (2002), é uma luta pelo poder. A própria perseguição da igreja contra Galileu Galilei é uma demonstração de como as instituições religiosas queriam defender a sociedade feudal que estava entrando em colapso a partir do mercantilismo, e o mercantilismo utilizava de conhecimentos astronômicos para navegar pelo mar.

Foucault (2007) é extremamente importante para compreender a teoria *queer*, pois o mesmo evidencia como a nossa sociedade tende a regular as pessoas, não só por meio dos

[15] Talvez surgiu a partir disso essa ideia de utilizar as estatísticas no campo da genética.

biopoderes, mas também por este aspecto institucional, que também é controlado por pessoas que estão intrinsecamente ligadas à linguagem e ao discurso. Eis então a importância de se analisar os objetivos por trás do discurso.

O que pretendo dizer com isso para os leitores é simples: Busquemos adequar o seu tema de pesquisa às metodologias e teorias coerentes com ele, e busquem grupos de pessoas que possam compreender o seu discurso e validá-lo como correto. E se um dia tiver que escolher entre propagar discursos que aparentam ser corpos estranhos ou cometer diversos erros disciplinados, então escolha o caminho da monstruosidade[16].

3.2 O sexo liquefeito e seus gotejamentos

Foi em uma fatídica terça-feira, em novembro de 2017 - quando diversos movimentos em prol dos direitos LGBTQIAPNs sofriam ataques, como o caso da exposição "*Queermuseu*: cartografias da arte brasileira", que havia sido censurada, e a extrema-direita sentia uma audácia cada vez maior para purificar "suas fileiras" (Hall, 2006, p.56)[17] - que, sob protestos contra o evento no SESC Pompeia, a filósofa Judith Butler fez a apresentação de seu livro crítico acerca do sionismo e que sequer tinha relação com a teoria *queer*. Mesmo assim, as críticas eram acerca da referida teoria. Queimaram até uma boneca com seu rosto aos gritos de "Queimem a bruxa". (Gonçalves, 2017). Parecia que o mundo estava indo em direção à inquisição.

Três dias depois, quando Butler estava no aeroporto tentando sair do Brasil, um pequeno grupo de conservadores diziam que não a queriam no país (G1, 2017). Uma mulher que buscou intervir contra esse grupo até mesmo foi atacada por eles. Por que Butler sofreu tanta hostilização? O que há nos seus escritos e em seu pensamento que incomodam tanto a esses conservadores?

Devo admitir que a afirmação de Butler (2003) de que a dicotomia entre sexo e gênero realizada por Beauvoir acabou gerando contradições por naturalizar o sexo – me causou espanto e estranhamento num primeiro momento.

No entanto, a teoria de Beauvoir vai se tornando mais nitidamente inadequada no contato com a realidade, como aponta Butler (2003), à medida que o gênero acaba sendo influenciado e limitado pelo sexo e vice-versa. E foi então que pude compreender que, à medida que se postula que o sexo é o natural - ou seja, pré-discursivo e inato, em uma área

[16] Referência direta á categoria "monstro" de Jorge Leite Junior (2012).
[17] Na obra de Stuart Hall (2006) ele faz uma analogia de como a identidade nacional muitas vezes ressurge no discurso como mecanismo para excluir outras identidades em nome de uma suposta pureza.

biológica e que é supostamente neutra - e o gênero estaria na ordem dos discursos por ser a inscrição cultural, então sepulta-se no sexo uma essência, sem estabelecer as devidas relações sócio-culturais entre sujeito, corpo, sexo, gênero, desejo e prática sexual.

Sei que, até então, quem não possui muitas leituras a partir da teoria *queer* tudo isso aparenta ser muito confuso, por isso ainda não adentrarei na principal referência que é o livro "Problemas de gênero", de autoria de Butler, por conta de sua densidade filosófica. Mas, antes disso teremos que revisitar a história de como o sexo foi inventado e continua sendo deslocado ao longo da história eurodescendente.

> Durante milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só que - como dizia Nemesius, bispo de Emesa, do século IV - "a delas fica dentro do corpo e não fora". Galeno, que no século II d.C. desenvolveu o mais poderoso e exuberante modelo da identidade estrutural, mas não espacial, dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, demonstrava com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital - de perfeição - resultara na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa [...] Nesse mundo, a vagina é vista como um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos. O letrado Galeno citava as dissecações de Herófilo, o anatomista de Alexandria do século III a.C., para respaldar sua afirmação de que a mulher tem testículos com canais seminais muito semelhantes aos do homem, um de cada lado do útero, com a diferença que os do homem são contidos no escroto e os da mulher não. / **A linguagem marca essa visão da diferença sexual**. Durante dois milênios o ovário, um órgão que no início do século XIX se tornou uma comparação da mulher, não tinha nem ao menos um nome específico. Galeno refere-se a ele com a mesma palavra que usava para os testículos masculinos, *orcheis*, deixando que o contexto esclarecesse o sexo ao qual ele se referia. (Laqueur, 2001, p.16).

Laqueur (2001), em sua vasta obra que analisa como a medicina compreendeu o sexo desde os gregos até o Freud, revela como diversos médicos da época compreenderam o sexo e como essa representação moldou a sociedade que temos hoje em dia. Inclusive, a própria binariedade é muito nova, sendo datada do início do iluminismo, mas não como um aspecto de defesa das mulheres ou do rompimento com um essencialismo[18]. Mas sim, como uma mudança que buscou se distanciar das representações que existiam no antigo modelo de produção de conhecimento e das sociedades estabelecidas na idade antiga. Retorno a lembrar o que Foucault (2007) demonstra que a produção de conhecimento está intrinsecamente ligada entre a cultura e a sociedade estabelecida.

Ainda nas explicações de Galeno, o telos aristotélico, curiosamente, mede a mulher e os demais animais por um grau de perfeição segundo a régua do homem. Sendo a perfeição

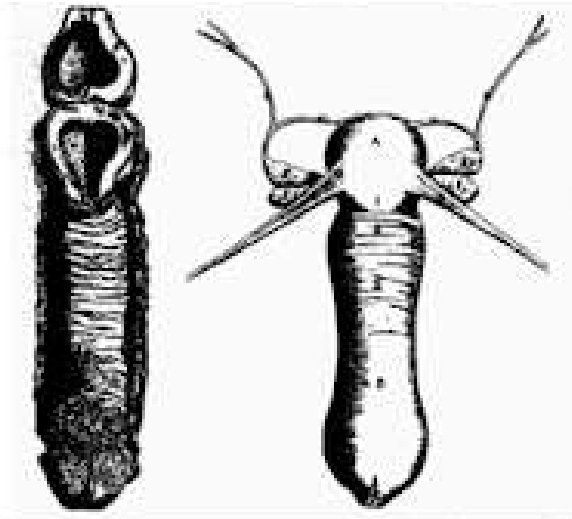
[18] Essencialismo é um conceito que será explicado mais à frente.

aquilo que mais se aproxima do masculino. Logo, a mulher é vista como mais perfeita que os outros animais e menos perfeita do que o homem.

> A descrição de Galeno é a seguinte: os olhos da toupeira têm a mesma estrutura dos olhos dos outros animais, só que a toupeira não enxerga. Seus olhos não abrem, "não se projetam, mas continuam ali, imperfeitos". A genitália da mulher também "não abre" e permanece em uma versão imperfeita do que seria se fosse projetada para fora. Os olhos da toupeira "permanecem como os dos outros animais quando ainda estão no útero", portanto, seguindo a lógica para uma conclusão, o ventre, a vagina, os ovários e as partes pudendas externas permanecem para sempre como se ainda estivessem dentro do ventre. Espalham-se vertiginosamente dentro de si próprio; a vagina um pênis eternamente precário e por nascer, o ventre um escroto mirrado, e assim por diante A razão para esse curioso estado de coisas é o pretenso telos (termo final, causa final aristotélica) da perfeição. Da mesma forma que a humanidade é mais perfeita que o resto dos animais, dentro da humanidade o homem é mais perfeito que a mulher, e a razão dessa perfeição é seu excesso de calor, pois o calor é o instrumento básico da Natureza (UP2.630). A toupeira é um animal mais perfeito que os animais destituídos de olhos, e a mulher é mais perfeita que outras criaturas, mas os órgãos não expressos de ambos são sinais de ausência de calor, consequentemente de perfeição (Laqueur, 2001, 43-44).

A figura abaixo é datada do início do século XVII e demonstra como os anatomistas associavam os órgãos sexuais masculinos e femininos como a mesma coisa, só que a mulher não teria calor suficiente - da perfeição - para expulsar o seu “pênis” para fora. Outras discriminações contra as mulheres, como a “frigidez”, também surgiram dessa comparação com o telos aristotélico.

Figura 1 - Vagina como pênis



Fonte: Representação da vagina no modelo único de sexo. Adaptado à partir da obra de Laqueur (2001, p. 257).

Para nós pode parecer estranho ou teatral a maneira como os greco romanos da antiguidade **analisavam e representavam** o sexo e seus gotejamentos, e, obviamente não

concordo com a maneira da qual eles inventaram o sexo, mas a figura acima demonstra como eles realizavam essa análise. Não sei dizer se Aristóteles e Galeno acreditavam realmente que a mulher era um homem invertido ou se eles fabricaram essa imagem conscientemente, mas obviamente que suas análises impactaram as gerações posteriores e que tais representações estão profundamente enraizadas em uma compreensão patriarcal e masculinista do mundo.

Para compreender os líquidos que os seres humanos tinham, Aristóteles, por exemplo, explicava que os homens mais magros produziam mais semen. O mesmo também compreendia que tanto o homem quanto a mulher se sentiam cansados depois do coito não por conta da quantidade de líquidos que emitiam pelos seus corpos, desde suor ou a ejaculação, mas por conta da qualidade do material emitido pela ejaculação (Laqueur, 2001, p.53).

Para Aristóteles, o homem portava a "alma sensível" (Laqueur, 2001, p.46), que dava vida à matéria. Enquanto a mulher tinha a matéria. "Um sexo era capaz de misturar o alimento no seu estágio mais alto de criar a vida, no verdadeiro esperma; o outro não." (Laqueur, 2001, p.46), isso também se dá por uma compreensão de que o orgasmo masculino gerava um líquido mais branco, mais denso, mais elaborado e mais perfeito em relação ao da mulher, pois "a ejaculação feminina mais fina, menos branca e mais rala" (Laqueur, 2001, p.53)[19].

E então surge toda uma ordem discursiva sobre a necessidade do nascimento, para compreender que ser magro é importante para que haja mais semen e se reduza o risco de ser estéril. Se "constata" mais uma "prova" de que o homem é mais perfeito que a mulher, que a mulher menstrua pois o excesso de líquido que não se uniu à alma do homem por meio do coito, não deu vida àquela matéria, por isso ela tinha que ser extraída de alguma forma e que, caso a mulher estivesse grávida, todo aquele sangue/líquido iria se tornar mais puro no formato de leite para nutrir.

> "Depois do nascimento", dizia o onisciente Isidoro, passando um milênio de conhecimentos adiante, "todo sangue que ainda não foi despendido para nutrir o ventre flui por passagem natural para os seios, embranquece [daí *lac*, do grego *leukos* (branco, diz Isidoro) e assume a qualidade de leite." Assim também, mulheres obesas (transformavam o excesso normal em gordura), dançarinas (usavam o excesso no exercício) e mulheres "ligadas a concursos de canto"(no seu corpo "o material é forçado a misturar-se e é totalmente consumido) tampouco menstruavam e eram, portanto, geralmente estéreis. (Laqueur, 2001, p.51).

Essa questão de ligar a obesidade, o excesso de danças ou concursos de canto à esterilidade, mostram, na realidade, uma estratégia discursiva para definir o papel das pessoas, principalmente as mulheres, frente à sociedade em que se encontravam. Essas sociedades,

---

[19] Sim, os antigos já sabiam sobre o orgasmo feminino, algo que, curiosamente, foi rejeitado no modelo binário de sexo.

quer seja da roma antiga até os reinados necessitava, cada vez mais de nascimentos, como veremos mais à frente no próximo capítulo.

Um aspecto interessante do modelo único de sexo é que, por ter essa visão unificada, ainda que apresente dicotomias e discursos essencialistas para definir a sociedade, ele compreendia a diversidade da intersexualidade como uma “verdade” acerca de que mulheres são homens invertidos e que, se por algum movimento mais brusco ou ligado ao masculino, elas poderiam acabar desenvolvendo um pênis. Como realmente pode ocorrer em algumas variáveis dentro da intersexualidade. E utilizavam dessas histórias também para alertarem as meninas a corrigirem as suas posturas e comportarem-se enquanto mulheres, caso contrário, poderiam tornar-se homens.

> A história de Paré, na qual os movimentos violentos desempenham o papel causal - história recontada por Montaigne - é sobre Germain Garnier, batizado como Marie, que servia no séquito do rei quando o famoso cirurgião o/a conheceu. O servente Germain era um rapaz de corpo bem-feito, com uma barba vermelha cerrada, que até os quinze anos de idade (vinte e dois na versão de Montaigne) vivia e vestia-se como mulher, sem mostrar "nenhum sinal de masculinidade". De repente, no calor da puberdade, a menina salta por cima de uma vala quando corria atrás dos porcos num campo de trigo, e "naquele mesmo instante a genitália e o membro masculino desenvolveram-se nele, rompendo os ligamentos que até então o prendiam". Marie, que em breve não seria mais Marie, correu para a casa da mãe, que consultou médicos e cirurgiões, os quais garantiram àquela mulher abalada que sua filha era agora seu filho. Ela levou-o a um bispo, que decidiu em assembleia que realmente ocorrera uma transformação; "o pastor trocou o nome para Germain e ganhou roupas masculinas". (Alguns insistiam em chamá-lo de Marie Germain para lembrar-lhe que ele já tinha sido uma menina.) Montaigne, em *Travel Journal* e nos seus *Ensaios* conta a mesma história, acrescentando que havia na área "uma canção muito popular entre as meninas, na qual elas avisavam umas às outras para não estenderem muito as pernas senão podiam se tornar homens, como Marie-Germain". A resposta da menina aos perigos da efeminação. / Paré oferece a seguinte explicação, inteiramente naturalista, para a transformação de Marie: "As mulheres têm tanta coisa oculta dentro do corpo quanto os homens têm do lado de fora; a única diferença é que elas não têm tanto calor, nem a capacidade de empurrar para fora o que a frieza de seu temperamento mantém preso no seu interior." Portanto, a puberdade, o salto, o sexo ativo ou alguma outra coisa que torne "o calor mais forte" pode ser o suficiente para quebrar a barreira interna-externa e produzir na "mulher" as marcas do "homem". O letrado Gaspard Bauhin sintetizou o seguinte: "Mulheres passam a ser homens" quando "o calor, que se tornou mais vigoroso, empurra os ovários para fora." Porém a razão de o calor funcionar dessa forma e não da forma inversa - o homem não pode se transformar fisiologicamente em mulher - é tão metafísica quanto fisiológica em qualquer sentido moderno. O movimento está sempre em cima na grande cadeia do ser: "portanto, nós nunca vemos em nenhuma história verdadeira o homem tornar-se mulher, pois a Natureza tende sempre para o que é mais perfeito e não, ao contrário, para tornar o perfeito em imperfeito". (Laqueur, 2001, p. 163-164).

É importante lembrar que tanto Laqueur (2001) quanto Butler (2003), ou Foucault (2007), não realizam a crítica da biologia no sentido de negar a categoria humana e sua natureza biológica. Geneticamente falando, levaria-se milhões de anos para que uma mudança genética ocorresse no sentido biológico da evolução. No entanto, as representações que se tem e que se teve acerca do sexo impregnaram-se de sentidos e foram se modificando ao longo da história, sendo as necessidades sociais, o desejo e os poderes de algumas pessoas renomadas em determinada época as que passaram a definir a linguagem e a cultura. E, com isso, passaram a definir as "verdades" acerca do sexo.

Antes de darmos continuidade à obra de Laqueur (2001), eu gostaria de enfatizar que entre o modelo único de sexo e o modelo binário houve uma mudança nos discursos, por conta mesmo da mudança estrutural da sociedade que marca o fim do feudalismo e a ascensão da burguesia, que passa a rejeitar diversas noções do antigo modelo feudal. O sexo apenas passou de um "plano de objetos determinados" (Foucault, 2007, p.32) e "prática definida" (Foucault, 2007, p.33) para outro. Mas, nas entranhas desse discurso ainda há similaridades: ambos se apoiam na biologia e possuem como intuito definir o papel da mulher na sociedade como reprodutoras e submissas aos homens.

Segundo Laqueur (2001), no berço do modelo binário de sexo, Patrick Geddes dizia que não era só o sexo que era diferente, mas do corpo até a alma do homem e da mulher eram radicalmente diferentes: eram o completo oposto. Qualquer concepção de homem seria o contrário da mulher. Existem aspectos essenciais que pertencem a ela e nunca a ele, e vice-versa.

> No final do século XIX, dizia-se, a nova diferença podia ser demonstrada não apenas em corpos visíveis mas também em seus blocos microscópicos. A diferença sexual em **espécie, não em grau, parecia solidamente baseada na natureza**. Patrick Geddes, um acatado professor de biologia, também urbanista e autor de diversos assuntos, usou a fisiologia celular para explicar o "fato" de as mulheres serem "mais passivas, conservadoras, indolentes e variáveis". Ele achava que com raras exceções - o cavalo-marinho, espécies ocasionais de pássaros - os machos eram constituídos de células catabólicas, células que despendiam energia. Elas consumiam os rendimentos, uma das metáforas favoritas de Geddes. As células femininas, por outro lado, eram anabólicas; armazenavam e conservavam a energia. E embora Geddes admitisse que não conseguia elaborar completamente a ligação entre essas diferenças biológicas e as "resultantes diferenciações psicológicas e sociais", ainda assim justificava os respectivos papéis culturais do homem e da mulher com uma audácia fantástica. (Laqueur, 2001, p.17–18).

Essa passagem é um exemplo de discurso essencialista, aquele que define e explica o ser humano baseado na biologia, na natureza, buscando limitar as possibilidades de existência,

pois, se é da natureza da mulher ser mais “passiva”, então não haverá nenhuma vertente do feminismo que possa ajudar as mulheres a combater o machismo.

Também evidencia como o pensamento de sua época influenciava os seus discursos acadêmicos. Ainda que o mesmo pudesse defender seus discursos como neutros e objetivos, no final das contas ele apenas buscava instituir o seu desejo de que as mulheres devessem ficar em casa “conservando a energia” que o homem batalhou tanto para conquistar pelo trabalho, respaldando, assim, a partir do essencialismo binário, não só o sexismo, mas também a heterossexualidade compulsória.

> Mas a questão aqui é que o novo conhecimento sobre sexo de forma alguma vinculou as afirmações sobre a diferença sexual feitas no seu nome. Nenhuma descoberta ou grupo de descobertas originou o modelo de dois sexos, precisamente pelas mesmas razões que as descobertas da Renascença não originaram o modelo de sexo único; a natureza da diferença sexual não é suscetível a exames empíricos. É logicamente independente de fatos biológicos pois, já impregnada na linguagem da ciência, pelo menos quando aplicada a alguma construção culturalmente ressonante de diferença sexual, está a linguagem do gênero. Em outras palavras, tudo menos as declarações mais restritas sobre sexo são, desde o início, carregadas de trabalho cultural feito por essas proposições. Apesar da nova condição epistemológica da natureza como base sólida de distinções, e apesar da acumulação de fatos sobre sexo, a diferença sexual dos séculos pós-revolução científica não ficou mais estável do que era. Dois sexos incomensuráveis eram e são, tanto os produtos da cultura como era e é o modelo de sexo único. / Neste capítulo e no próximo demonstrarei basicamente que as novas descobertas científicas não destruíram o modelo antigo para endeusar o novo. O sexo único, repito, não morreu. Mas encontrou uma poderosa alternativa: uma biologia de incomensurabilidade na qual a relação entre o homem e a mulher não era inerentemente uma relação de igualdade ou de desigualdade mas de diferença, que exigia interpretação. O sexo, em outras palavras, substituiu o que nós poderíamos chamar de gênero como uma categoria basicamente fundamental. Na verdade, uma estrutura onde o natural e o social podiam ser claramente distinguidos entrou em ação. (Laqueur, 2001, p. 193).

É neste momento que Laqueur (2001) evidencia como o gênero serve para mascarar o sexo e ainda possuí uma relação intrínseca com ele. Durante a era medieval quem conduzia firmemente a moralidade da sociedade era a igreja, mas nas sociedades modernas iluministas esse poder passou para a ciência, mais propriamente para as ciências naturais, e o medo de mulheres que se tornavam em homens era - e é ainda - muito presente na cultura eurodescendente. Então o sexo passou a ser um marcador do gênero e vice-versa, e, como nos mostra Thais Emília Santos (2020), a tecnologia médica foi utilizada cada vez mais para “corrigir” sexos que não se encontravam dentro deste modelo binário, por meio de cirurgias e hormonizações.

Ao mesmo passo que a igualdade ou desigualdade deixou de ser debate no modelo de sexo único, a diferença dos dois sexos passou a ser cada vez mais pautada, no intuito de

definir novamente os papéis sociais perante qual corpo era mais ajustado para determinada função. E, obviamente, surgiram então discursos que diziam que a mulher era mais fraca e passiva, e deveria cuidar da casa enquanto o homem era mais ativo, e deveria buscar os recursos para provento da casa. A partir de onde as feministas iriam contrapor esses discursos de maneira científica? Foi então que esses debates eclodiram nas ciências humanas.

Essa obra de Laqueur (2001) é fundamental para compreender não só a teoria *queer*, como também enuncia como a biologia e as ciências como um todo não são nem um pouco neutras ou objetivas, uma vez que difundem a representação de mundo que seus autores possuem e que precisa estar em consonância com a representação que as demais pessoas que convivem em sua sociedade também têm. Caso contrário, seus textos não se proliferarão por não serem concebidos como verdadeiros e legítimos. Ainda que possam resistir ao tempo e serem legitimados por outras sociedades.

Um conceito importante da teoria *queer* que podemos debater acerca do que foi demonstrado por Laqueur (2001) é o essencialismo, também chamado de metafísica da substância pelos filósofos, como Butler (2003), por exemplo.

A metafísica da substância está diretamente ligada ao pensamento cartesiano e sua clara separação entre *res cogitans* e *res extensa*, ou seja, entre mente e corpo. Descartes (1996), ao realizar essa separação, acaba por privilegiar a mente em detrimento do corpo, em um momento em que a filosofia passa a ter cada vez mais influência das ciências naturais. Butler (2003) argumenta que a metafísica da substância busca dissociar o que é o núcleo identitário da pessoa, ou o seu "eu real" enquanto busca expulsar aquilo que não é essencial, ou seja, não seria inato.

A busca por uma essência até teve grande importância na química, por exemplo, ao separar os mais diversos tipos de elementos químicos e classificá-los. Entretanto, para uma teoria social do sujeito, isso é completamente rejeitado. Não existe um "eu verdadeiro" ou um núcleo biológico que define o sujeito real, como Hall (2006) já nos mostrou acerca da fragmentação da identidade. O que existe é uma sociedade que define o sexo e a partir dessa definição também decorre[20] o gênero e a sexualidade da pessoa, e aqueles que não estão dentro dessas normas de gênero são compreendidos como portadores de algum tipo de desvio biológico ou moral.

Deste pensamento essencialista surgem as normas de gênero. Percebam que, na obra de Laqueur (2001), a todo momento em que se fala sobre o sexo e sobre a gradação de

[20] Goteja.

pureza[21] ou impureza[22] do líquido que saem dos corpos, em nenhum momento se fala apenas sobre o sexo em si de maneira neutra e objetiva, - assim como hoje em dia também não ocorre -, mas há uma proliferação de discursos visando definir a sociedade para que o seu grupo patriarcal possa manter o controle sobre as mulheres e as mais diversas explicações sobre aqueles que não se encontram no binário.

Em todas essas histórias o que está em jogo não é a pureza ou o grau de perfeição do líquido ou do corpo. Nas entranhas do discurso o sexo se torna tão liquefeito e incerto como todos os outros marcadores sociais. Pois o que está em jogo nesses marcadores são os resultados das exclusões obtidas pela ordem do discurso na dinâmica social. Como afastar as mulheres das posições de **poder**? Qual discurso deve ser empregado para manter estes corpos dóceis em nossa sociedade?

E, assim como os iluministas rejeitaram o modelo de sexo único dos antigos e criaram o modelo de sexo binário, nós, pós modernos, rejeitamos o modelo de sexo binário e inventamos o modelo de sexo discursivo/performativo. Como o inventamos, ele se torna a verdade de um tempo que estamos criando. Realizamos as críticas da suposta neutralidade e objetividade das ciências biológicas e demonstramos o quão arbitrário são as representações e quais desejos estavam postas na criação destes modelos estruturais.

> a categoria de sexo não é nem invariável nem natural, mas sim um uso especificamente político da categoria da natureza, o qual serve aos propósitos da sexualidade reprodutora. Em outras palavras, não há razão para dividir os corpos humanos em sexos masculino e feminino, exceto que uma tal divisão é adequada às necessidades econômicas da heterossexualidade, emprestando um lustro naturalista à sua instituição. Consequentemente, não há, para Wittig, distinção entre sexo e gênero; a própria categoria de "sexo" traz *marcas de gênero*, é politicamente investida, naturalizada, mas não natural. (Butler, 2003, p. 164).

Retornando à questão do essencialismo, se for da natureza do ser humano ser heterossexual, então as demais diversidades sexuais serão compreendidas como meros desvios imorais e incoerentes; assim como, se for da natureza do branco ser mais inteligente, por isso mais propenso às atividades intelectuais e não braçais, e, ao contrário, da natureza do negro ser incapaz intelectualmente, logo inapto às atividades intelectuais e sim às braçais, então deveremos meramente aceitar com muita calma e serenidade que a sociedade não é homofóbica e nem tampouco racista, uma vez que estaríamos apenas respeitando o destino biologicamente traçado em nossos cromossomos.

---

[21] Semen masculino.
[22] Menstruação feminina.

O essencialismo, portanto, encerra o debate cultural, pois, se é da natureza daquele ser vivo estar abaixo de outro ser vivo, então não há nada que a sociedade possa fazer para transformar essa realidade. Uma característica do modelo binário, tal como apontado por Laqueur (2001), é que a diferenciação sexual não é compreendida pelo grau de perfeição, tendo o homem como mais perfeito e a mulher como menos perfeita - assim como era no modelo único de sexo. A diferenciação de gênero era compreendida como uma diferença de espécie, como se houvesse duas raças completamente distintas, os próprios médicos faziam as esculturas do corpo masculino e do feminino de maneira separada, e, obviamente, a representação do corpo feminino era composta de ossos e musculatura mais frágeis. O modelo binário de sexo inaugurou corpos biológicos completamente antagônicos, como se o sexo fosse o definidor das estruturas sociais.

É interessante que no capítulo 5 da obra de Laqueur (2001) ele coloca uma epígrafe de um homem de 1895 comentando acerca da entrada da mulher no mercado de trabalho e ele dizia assim:

> A bicicleta triunfante... necessita de uma roupa andrógina para seus adeptos do sexo frágil... Será que não conseguiremos mostrar às nossas editoras e sociólogas de saias que a mulher não é igual, nem inferior, nem superior ao homem, que é um ser à parte, uma outra coisa, dotada pela natureza de funções diferentes das do homem, com quem não deve competir na vida pública? A mulher existe apenas através dos seus ovários. Victor Jozé (1895) (Laqueur, 2001, p.189).

O comentário de Victor Jozé demonstra essa diferença do modelo de sexo único ao modelo binário. No modelo de sexo único a mulher era uma versão imperfeita do homem e no modelo binário ela era um ser à parte e o receio deste homem se apresenta nas entrelinhas: ele tinha medo de competir na vida pública com as mulheres e perder. Uma das questões implícitas na competição é a possibilidade de perder. Engraçado que este comentário deve ter sido a única marca registrada dele na sociedade. Esse homem realmente se perdeu na história.

No que diz respeito ao corpo negro e ao corpo branco, por exemplo, segundo a concepção racialista (Schwarcz, 1993), seria o primeiro a representação de uma raça inferior e o segundo, em oposição, a representação de uma raça superior, ao se fazer a associação entre aspectos físicos (cor da pele e outros traços fenotípicos) e morais, podendo assim ilustrar: negro, logo incapaz, degenerado; branco, logo capaz, íntegro.

É por isso que a teoria *queer* é contrária aos discursos essencialistas, mesmo aqueles que dizem que a homossexualidade é natural e, portanto, legitima, pois acabam construindo noções bastante fechadas em si mesmas e não colocam em jogo as normas de gênero que criaram tal preconceito (Filho, 2009). Pode até ser que se conquiste alguma inclusão, mas ela

será fornecida a apenas uma identidade e nem sequer será uma inclusão de fato, já que o ambiente continuará sendo normativo e, discursivamente, nada propício para a diversidade. Visto que opera dentro de discursos que buscam regulamentar a sexualidade.

Como explica Hubert Kennedy (1997), a primeira teoria acerca da homossexualidade, datada de 1862, se baseava em uma pseudociência chamada animal magnetismo, que, basicamente, dizia que os animais tinham um fluido magnético – que nunca foi comprovado – e essa era a explicação para a "atração", que inclusive é um termo emprestado da física e não criado a partir das ciências humanas e sociais.[23]

Nessa época, Karl Ulrich Heinrich buscou apresentar tais teorias para médicos e a sociedade em geral, se baseando nessa teoria essencializante no intuito de defender a homossexualidade, e o que ocorreu nesse embate foi o contrário: Ele realmente conseguiu expandi-lo, mas dentro do discurso biológico, que basicamente gerou a patologização e a criminalização algumas décadas depois (Kennedy, 1997).

Alípio de Sousa Filho (2009) já preconizava que se o movimento LGBTQIAPN+ não mudasse os discursos essencialistas propagados por ele mesmo, como a ideia de que nascemos com determinada identidade sexual ou de gênero, na primeira oportunidade que os conservadores tivessem haveria um retrocesso dos direitos conquistados, e foi o que aconteceu em setembro de 2017 quando um juiz autorizou o processo de cura *gay*, voltando a tratar a homossexualidade como doença (Betim, 2017).[24]

A teoria *queer* não compreende que discursos essencialistas tenham efeitos positivos na sociedade, já que a representação dos corpos são produzidos pela linguagem. Mas, quando se assume que as identidades são construídas, se assume também que elas foram criadas a partir de um determinado grupo e com determinados interesses. Quando se assume o construcionismo, se assume que a normatividade foi criada para manutenção das normas de gênero. Um mesmo corpo em cultura diferente é compreendido de formas diferentes, pois…

> as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas "normas regulatórias" precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize. [...] As normas regulatórias do sexo têm, portanto, um caráter performativo, isto é, têm um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual. (Louro, 2018,p 47).

---

[23] Infelizmente não vejo, neste momento, um termo melhor para nomear o que podemos chamar de "atração sexual".

[24] Nos dias atuais a autorização já foi derrubada e a homossexualidade já não é mais tratada como doença por mecanismos legais, ainda que a intersexualidade e a assexualidade ainda sejam caracterizadas como patologia.

Tais corpos são criados performaticamente pelos discursos essencialistas, para se criar também uma aparente matriz e materialidade de natureza pré-discursiva, por isso é tão difícil escapar de tais discursos. Mais do que acabar com o patriarcado ou com a homofobia, é necessário acabar com discursos essencialistas, para que não haja possibilidades de retroceder em avanços sociais.

> Imaginemos que a sedimentação das normas do gênero produza o fenômeno peculiar de um "sexo natural", uma "mulher real", ou qualquer das ficções sociais vigentes e compulsórias, e que se trate de uma sedimentação que, ao longo do tempo, produziu um conjunto de estilos corporais que, em forma reificada, aparecem como a configuração natural dos corpos em sexos que existem numa relação binária uns com os outros. [...] Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Embora existam corpos individuais que encenam essas significações estilizando-se em formas do gênero, essa "ação" é uma ação pública. Essas ações têm dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequências; na verdade, a performance é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária — um objetivo que não pode ser atribuído a um sujeito, devendo, ao invés disso, ser compreendido como fundador e consolidador do sujeito. (Butler, 2003, p.241-242).

Butler (2003) também chama atenção para a dificuldade de se internalizar integralmente esses discursos, pelo fato do sujeito não conseguir se aproximar do ideal construído e pelas frustrações de perseguir esse ideal inatingível, e são nessas impossibilidades que se encontram as possibilidades de subverter a identidade, para que se perca o sentido de regular a identidade e os atos. O idealismo estigmatiza e o materialismo é subversivo.

E é desta forma que ocorre essa travessia. Teremos que atravessar por caminhos antes fechados, hoje um pouco mais inteligíveis. É navegando na fronteira entre os gêneros que acabamos por criar territórios dentro do território normativo. Logo, o movimento LGBTQIAPN+ age como um estado-nação dentro de outro estado-nação. Com isso, achamos outros, como nós, no meio do caminho, que estão exilados, ainda que no mesmo país de origem. Assim, nascem os espaços propícios para a subversão das identidades.

> A distinção entre expressão e performatividade é crucial. Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora. O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como

> parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória. (Butler, 2003, p. 243-244).

É neste ponto que retornamos à Laqueur (2001) e ao nascimento da separação entre sexo e gênero, o que, para ele, foi o ponto de partida para tentar distinguir o sexo como determinante biológico, o que se prova falso em sua obra e perante a teoria *queer*. O sexo é determinado também linguísticamente e a partir dele decorrem as idealizações acerca daquele que nasceu com determinado sexo.

Um ponto bastante interessante é que essas normas reguladoras do gênero foram criadas exatamente para se estabelecer fronteiras sociais, dividir a categoria humana em determinados espaços e territórios. Há homens, mulheres e aqueles para os quais a regulação não consegue definir corretamente o papel social que a biologia lhes destinou, já que não conseguem agir corretamente e coerentemente.

> o sexo era um fundamento inseguro. As mudanças nas estruturas corpóreas podiam fazer o corpo passar facilmente de uma categoria jurídica (feminina) para outra (masculina). Essas categorias baseavam-se nas distinções de gênero -ativo/passivo, quente/frio, com forma/sem forma - nas quais o pênis externo ou interno era apenas um sinal diagnóstico. Assim, para os hermafroditas[25] a questão não era "a que sexo eles pertenciam realmente", mas a que gênero a arquitetura de seus corpos mais se ajustava. Os magistrados eram menos preocupados com a realidade corpórea - que o que hoje nós chamaríamos de sexo - que com a manutenção de claras fronteiras sociais, a manutenção de categorias de gênero. Os hermafroditas "eram chamados de masculinos ou femininos", dizia Colombo, "em razão de sua superabundância, pois eles são mais apropriados ou considerados mais apropriados a formar seres humanos ou a receber um". O sexo era estabelecido como uma conseqüência da capacidade formativa; mais uma vez, ser masculino era ser pai, o que significava ser autor de uma vida. Quanto mais a criatura aproximava-se da "criatividade", mais masculina ela era. Por outro lado, Colombo falava de sua dificuldade em diagnosticar o sexo de uma mulher que ele examinara porque ela "não era nem corretamente ativa nem passiva". A razão dessa incerteza foi apresentada como orgânica: "seu pênis era do comprimento e da largura de um dedo mínimo e a abertura de sua vulva mal dava para passar a pontinha do dedo mínimo". Se Colombo estivesse em um tribunal, aplicaria os critérios médicos amplamente aceitos para decidir que órgão iria determinar o sexo. Mas ele não fez isso; não disse que órgão era real. A pessoa foi considerada mulher porque era social e juridicamente mulher, mas não podia desempenhar "corretamente" nem o papel passivo nem o ativo, o que iria constituir uma séria violação às leis suntuárias sexuais; uma mulher que fingia ser homem, uma mulher que se vestia acima de sua condição. É quase como se a preocupação mais geral do início da era moderna sobre o comportamento acima da condição da pessoa[...]. No final do século XVII a situação era muito diferente; a mulher que fazia o papel do homem no ato sexual com outra mulher era considerada uma tríbade (fricatrice), que

[25] Hoje em dia esse termo não é mais utilizado pelo movimento intersexo por ser pejorativo.

> assumia ilicitamente o papel ativo, que fazia a fricção quando devia ser basicamente friccionada. Ela era acusada por violar a **lei do gênero**, desempenhando o papel do homem durante uma relação sexual. (Laqueur, 2001, p.170 – 171).

Esta citação é o começo de um subcapítulo do livro Inventando o Sexo, de Thomas Laqueur (2001), e ele é destinado a explicar como a lei e a medicina tratavam a questão do sexo, sexualidade e gênero, principalmente para aqueles que ficam entre as "fronteiras" da normatividade. E possuí outros trechos bastante interessantes, como quando uma pessoa intersexo foi criada juridicamente como mulher e teve relações sexuais com outra mulher, e só não foi para a fogueira porque um médico provou que ela/ele tinha um pênis que enrijecia e ejaculava, assim como o dos homens. A corte determinou então que ela se tornou homem, mas tinha que esperar até os 25 anos para assumir essa posição, as dúvidas em torno do caso eram sobre se "alguém que viveu toda a vida como mulher, tinha o necessário para desempenhar legitimamente o papel de homem [...]. Mulheres fazendo-se de homens, ou tornando-se homens, era um assunto dominante" (Laqueur, 2001, p. 172).

Mas, casos como o de Henrika Schuria não foram tão exitosos, pois ela passou a se comportar como homem, andar como homem e foi pega tendo relações sexuais como um homem, ela foi condenada como tríbade, mas não foi queimada, foi exilada, uma pena concebida apenas aos homens. A viúva com quem ela tivera relações teve uma pena inespecífica e pôde permanecer na cidade, pois estava desempenhando o papel feminino durante o ato sexual (Laqueur, 2001).

Com esses relatos, duas questões se tornam perceptíveis: a primeira delas é que a cultura é muito mais importante do que imaginávamos, até mesmo o sexo "biológico" não é tão biológico assim, até porque o nomear e descrever o corpo expressa significados, e esses significados fazem parte do corpo – e com isso o sexo. O sexo só ganha significado no contexto em que foi nomeado (Butler, 2003).

E a partir dessas análises podemos retornar a dois conceitos importantes e interligados da teoria *queer*: performatividade e subversão. Como o gênero e a sexualidade não são características inatas e pré-discursivas, então se compreende que não são algo que a pessoa **é**[26], mas sim o que ela **faz**. A todo momento as pessoas estão performando gestos, comportamentos[27] e linguagens, os quais são compreendidos por outras pessoas perante uma representação que elas possuem acerca do gênero.

---

[26] Ser, tem a ver com algo inato. Tornar-se ou fazer o gênero é algo que tem a ver com a construção semiótica e simbólica do gênero.

[27] O corpo também fala, então a performance do corpo também é discursiva.

Então o gênero é um ato repetidamente performado, por mais que haja a tentativa de se indicar uma "matriz" pelas normas de gênero o que há são inúmeras pessoas com diversas formas de performar o gênero. E até mesmo a tentativa de proibir certas formas de performance de gênero podem gerar o efeito oposto, visto que a proibição também pode ser compreendida como um convite para a subversão dessas normas.

Lembro-me quando era criança e meu pai me mostrou a música Sangue Latino, da banda Secos & Molhados (1973), e quando cresci eu vi uma apresentação do Ney Matogrosso pela rede TV Cultura e fiquei em dúvida sobre se aquela era realmente a voz de um homem ou se ele estava dublando. Ao mesmo tempo eu me perguntava se ele era realmente um homem, pois seu corpo parecia com o do meu pai, mas a sua dança era tão subversiva que não sei nem se era possível classificá-lo no gênero masculino ou feminino.

Mais tarde também percebi que a subversão de Ney era contrária ao regime militar que reinou numa determinada época e abriu possibilidades performativas que jamais seriam imaginadas se não fosse pela coragem de "trair os ritos" das regulamentações performativas do gênero.

> Para Foucault, o corpo não é "sexuado" em nenhum sentido significativo antes de sua determinação num discurso pelo qual ele é investido de uma "ideia" de sexo natural ou essencial. O corpo só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder. A sexualidade é uma organização historicamente específica do poder, do discurso, dos corpos e da afetividade. Como tal, Foucault compreende que a sexualidade produz o "sexo" como um conceito artificial que efetivamente amplia e mascara as relações de poder responsáveis por sua gênese. (Butler, 2003, p.162).

A outra questão é que o "problema" da sexualidade está relacionado aos papéis de gênero. O medo de pessoas do "mesmo"[28] gênero se relacionarem é o medo de que se perca uma definição hegemônica do que é ser homem e ser mulher, e seus respectivos papéis na sociedade, de que haja mais de uma maneira de viver a masculinidade e a feminilidade, ou "pior", que se negue a existência da binariedade. A homofobia faz parte de um conjunto de normas de gênero que buscam a definição incessante das fronteiras do gênero, que também são fronteiras que estabelecem e definem onde determinadas pessoas devem estar e se comportar, não permitindo outras maneiras de existir.

Sendo assim, a teoria *queer* não pretende ficar se explicando sobre quais diversidades sexuais e de gênero são certas ou erradas. A teoria *queer* compreende o ser humano como um ser que está sempre em construção e, ao invés de fiscalizar e regular a vida alheia, busca despender tempo em criticar tais normas de gênero e compreender esses mecanismos de

[28] Eu não acredito em gêneros idênticos, mas isso é debate para outro artigo.

discriminação. Um ponto bastante interessante é compreender que a sexualidade é um problema de gênero, pois decorre do idealismo de que uma pessoa portadora de um determinado sexo possuí determinado gênero e se atraí pelo sexo "oposto", posto assim, por essa norma binária e reguladora.

Butler (2003, p.41), ao retomar as leituras de Wittig, constata uma afirmação que num primeiro momento pode nos parecer estranha, mas Wittig diz que as lésbicas emergem, de certa forma, como um terceiro gênero, pois rompem com a lógica da heterossexualidade compulsória e do falocentrismo, não sendo as lésbicas tratadas propriamente nem como mulheres e nem como homens na sociedade. Sendo assim, estendendo para as demais identidades sexuais, de alguma forma as pessoas LGBTQIAPNs acabam por romper com o idealismo regulador perante seus sexos e emergem como novas possibilidades de agir e existir no mundo, ainda que, frente às normas reguladoras do gênero, elas não sejam inteligíveis.

> Gêneros "inteligíveis" são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a "expressão" ou "efeito" de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. / A noção de que pode haver uma "verdade" do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes. A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre "feminino" e "masculino", em que estes são compreendidos como atributos expressivos de "macho" e de "fêmea". A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de "identidade" não possam "existir" — isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não "decorrem" nem do "sexo" nem do "gênero". Nesse contexto, "decorrer" seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de "identidade de gênero" parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas da inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, consequentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero. (Butler, 2003, p. 38-39).

E é nesse momento que compreendemos algo que foi posto ainda no prefácio do livro "Problemas de Gênero", o que explica o próprio título, pois, à medida que uma pessoa vai contra a maré[29] dessa matriz de inteligibilidade, logo ela cria um problema para essa matriz,

[29] Retorno aqui à analogia oceânica.

que compreende esses sujeitos como abjetos, ao mesmo passo que eles deflagram criticamente o quão contestável e arbitrárias são essas regulações.

> No discurso vigente em minha infância, criar problema era precisamente o que não se devia fazer, pois isso traria problemas para nós. A rebeldia e sua repressão pareciam ser apreendidas nos mesmos termos, fenômeno que deu lugar a meu primeiro discernimento crítico da manha sutil do poder: a lei dominante ameaçava com problemas, ameaçava até nos colocar em apuros, para evitar que tivéssemos problemas. Assim, concluí que problemas são inevitáveis e nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de criá-los (Butler, 2003, p.7).

A medida que Butler (2003) debate o essencialismo presente nas obras de filósofos durante o primeiro capítulo, e passa a esboçar a teoria *queer*, ela logo vai de encontro com a psicanálise no segundo capítulo, criticando do ponto de vista filosófico e feminista diversas concepções falocêntricas e essencialistas nas obras psicanalíticas, principalmente de Sigmund Freud.[30]

Ao elaborar o complexo de édipo como caminho universal para todas as pessoas, Freud acaba por negar a diversidade cultural e implica num determinismo biológico calcado em um desejo original que é a bissexualidade, como tentativa de postular a sexualidade como natural e pré-discursiva, e, por isso, tem uma visão essencialista e dentro das normas binárias de gênero. Portanto, pré-discursiva e biologizante.

> Freud postula a bissexualidade primária como fator complicador do processo de formação do caráter e do gênero. Com a postulação de um conjunto de disposições bissexuais da libido, não há razão para negar o amor sexual original do filho pelo pai, mas Freud implicitamente o faz. O menino mantém, todavia, um investimento primário na mãe, e Freud observa que a bissexualidade manifesta-se no comportamento masculino e feminino com que o menino tenta seduzir a mãe. (Butler, 2003, p.93).

Mais à frente, Butler continua criticando as noções de "se nasce homem ou mulher", também essencialistas em Freud, ainda estabelecidas implicitamente no desejo, que, apesar de postular a bissexualidade, por alguma razão que Freud não sabe bem esclarecer, destaca que há um núcleo interior masculino e feminino em que um é mais bem formulado do que o outro.

> Na conclusão do breve parágrafo sobre o complexo de Édipo negativo na menina, Freud observa que o fator a decidir se a identificação se realizará é a força ou fraqueza da masculinidade e da feminilidade em sua predisposição. Significativamente, Freud admite sua confusão sobre o que é exatamente uma predisposição masculina ou feminina, ao interromper sua reflexão a meio caminho com uma dúvida entre travessões: "— o que quer que seja isso —." / O que são essas predisposições primárias em que o próprio Freud parece se embaraçar? Serão elas atributos de uma organização libidinal inconsciente? Como exatamente estabelecem-se as várias identificações

[30] Ao longo do livro ela critica firmemente Freud, ainda que tenha um subcapítulo apenas dedicado a isso.

> instauradas em consequência do trabalho do conflito edipiano no sentido de reforçar ou dissolver cada uma dessas predisposições? Que aspecto da "feminilidade" nós consideramos atinente à predisposição, e qual é a consequência da identificação? Ora, o que nos impediria de entender as "pré disposições" de bissexualidade como *efeitos* ou *produtos* de uma série de internalizações? Além disso, como identificar, desde a origem, uma pre-disposição "feminina" ou "masculina"? Por que traços é ela reconhecida, e em que medida supomos que a predisposição "feminina" ou "masculina" é a precondição de uma escolha de objeto heterossexual? Em outras palavras, até que ponto nós tomamos o desejo pelo pai como prova de uma predisposição feminina, só porque partimos de uma matriz heterossexual do desejo, apesar da postulação da bissexualidade primária? (Butler, 2003, p.95).

A psicanálise com toda certeza possui uma importância significativa para compreender os não ditos pelo consciente. Mas vale a pena lembrar que Freud não foi sequer o criador do inconsciente. Schopenhauer já evidenciava o limite do consciente como demonstra Pastore (2014), ainda que Freud não tenha o citado devidamente, o que revela, além de tudo, a antiética no trabalho de Freud - para além de marcas de determinismo biológico, ao considerar o sexo/gênero como predisposições pré-discursiva e definidoras da sexualidade.

> Ainda que Freud veja a sublimação da sexualidade como produtora de um "mal-estar" generalizado, Marcuse, à moda platônica, subordina Eros ao Logos, e vê no ato da sublimação a mais satisfatória expressão do espírito humano. Em divergência radical com essas teorias da sublimação, entretanto, Foucault defende uma lei produtiva sem a postulação de um desejo original; a operação dessa lei se justifica e consolida pela construção de uma explicação narrativa de sua própria genealogia, a qual de fato mascara sua própria imersão nas relações de poder. (Butler, 2003, p.110).

Neste momento entramos em outra crítica em relação ao conceito de sublimação em Freud, pois supõe um desejo original partindo da libido[31] e que é transferido para outro objeto que é aceitável para a sociedade. No entanto, ele hierarquiza os prazeres e coloca o sexo como o prazer principal e instintivo, enquanto as demais formas de prazer são compreendidas como um desejo sublimado, ou seja, canalizado para outro objeto substituto que seria culturalmente aceitável.

> É claro que aqui Sigmund Freud ([1905], [1908], [1915] 1996), fundador da psicanálise, adquire especial impacto sobre essa questão a partir do século XX, uma vez que atribuiu ao sexo a responsabilidade pelo surgimento das doenças nervosas e também por criar categorias analíticas qualitativas (e subjetivas) sob viés quantitativo e taxonômico, como "libido", "desejo", "catexia libidinal", "anticatexia libidinal" etc; termos que sugerem uma quantidade "normal" ou "anormal" de energia sexual no ser humano. Porém, como quantificar a libido? Como podemos afirmar, sem cair na armadilha das convenções morais e biologicistas, que a quantidade de desejo e de libido no sujeito está condizente com a normalidade que se espera na espécie humana? / E mais, Freud ([1929] 1996) defendeu a ideia de que a

[31] Mais um conceito que parte de um essencialismo do determinismo biológico.

> civilização/cultura poupa os seres humanos de infortúnios e sofrimento, uma vez que os grupos humanos se unem no coletivo para proteção e trocas, porém em contrapartida desse "processo civilizatório" o ser humano sacrifica as pulsões sexuais **inatas**, ou seja, recalca ou sublima a energia sexual que, para Freud, é inerente ao sujeito e existe em qualquer pessoa. Traduzindo: Freud defendeu o argumento de que a cultura ocidental que reprime a energia sexual inata é o agente direto do adoecimento psíquico, por isso mesmo que o mal-estar só pode ser encontrado na civilização. Dessa forma, a sexualidade humana, vista pelo prisma psicanalítico freudiano, classificada pela dinâmica biologicista e quantitativa, chancela a rubrica de que a infelicidade humana ocorre entre o conflito do instinto e cultura, do sexo instintual que precisa ser sacrificado em nome da civilização.[32] / Por conseguinte, o recalque (muitas vezes compreendido como repressão) e a sublimação dos instintos sexuais constituem as principais causas das doenças nervosas e, ainda de acordo com Freud, a civilização/cultura restringe a vida sexual do indivíduo, determinando que somente o sexo oposto se torne objeto de seu amor sexual. Para além, atribui termos que sugerem patologização quando os rumos dados à energia sexual não são os esperados por essa lógica hetero-objetal-reprodutiva, tendo em vista as publicações freudianas sobre as teorias a despeito da sexualidade, datadas do ano de 1905, escritas a partir de olhar desenvolvimentista sobre tenra infância. (Neiva, 2019, p. 114-115).

O principal problema para os estudos em assexualidade de compreender um desejo sexual não discursivo, como ocorre na teoria Freudiana[33], é o fato da necessidade de definição de um desejo primário essencialista, e tornar a proibição como norteadora do desvio. E, mesmo que esse desejo sexual primário seja a bissexualidade, isso por si só impõe ao gênero humano a universalidade da "atração" sexual e a hierarquização dos prazeres, entre desejo primário e desejos decorrentes da sublimação, portanto, menos importantes e causadores do mal estar na sociedade.

Ao não hierarquizar prazeres e desejos, podemos também compreender melhor não só os assexuais e a sexonormatividade como parte dessas normas de gênero[34], como também a nossa sociedade. Obviamente que, para isso, é necessário se posicionar contrário ao conceito de sublimação pela sua íntima relação com o essencialismo e à relação que o essencialismo tem com as normas de gênero e suas práticas reguladoras. A inclusão de pessoas assexuais em uma prática discursiva e performativa apenas ocorre à medida que haja a refutação de práticas sexonormativas. Vejam este relato:

> **Entrevistador**: As pessoas já te pressionaram para que você beijasse alguém ou participasse de algum relacionamento?

---

[32] No subcapítulo "A proliferação da prole" se torna mais explícito de que a sociedade influencia as pessoas a criarem herdeiros e daí surge a sexonormatividade e a heteronormatividade.

[33] Realizo aqui essa distinção para compreender que não são todas as pensadoras da psicanálise hoje em dia que concordam neste ponto com Freud, como Julia Kristeva e Butler.

[34] No próximo capítulo se torna mais visível a natureza da sexonormatividade.

> **Aloy**: Já, eu acho que aconteceu isso muito no ginásio, né? No colegial, essas coisas, senti essa coisa, né? Até como uma obrigação, né? "Você não vai beijar? Mas você não vai ficar com ninguém?", né? E eu lembro assim, na faculdade, eu pensei que eu tivesse me livrado disso, né? Pensei que eu tivesse crescido disso.
> Eu tava, assim, numa boa ali com amigos, né? E um amigo meu, um grande amigo meu, que eu não falo mais - e você vai entender isso em alguns segundos - ele... ele falou assim pra mim, "você não vai com a gente na balada?" E eu falei assim, "ai não, gente não to afim", né? "Não sou de balada, não sou de beber", E ele falou assim, "Aloy, você tem que se permitir as coisas", né? "Você tem que se permitir ficar com as pessoas" e ficar no sentido de transar, né? E eu fiquei assim… eu fiquei tão chocada com esse comentário, assim, eu fiquei muito chateada, né? Que tipo, esse amigo tinha essa imagem minha, como se fosse uma pessoa frígida, rígida, que não quer se relacionar, que não aceita, né? Fazer as coisas. Sendo que pra mim era o contrário, tipo, eu me permitia muito, assim, tanto que eu me permitia não ir num lugar chato pra ir pra casa jogar videogame, que é o que eu realmente queria fazer. (Aloy, 33 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

A entrevistada relata que ela seguia o seu desejo mais íntimo, frente a muitas outras possibilidades de também obter prazer. Mas, o seu maior desejo não era o desejo sexual, até porque essa entrevistada se identifica com a identidade assexual. Para a teoria freudiana ela estaria reprimindo seu desejo primário, a libido, e sublimando tal desejo, canalizando-o para o videogame, um desejo substituto. Causando, assim, futuros problemas para a própria psique e contribuindo com o mal estar na sociedade. O que obviamente não aparenta ser o caso dela, que em suas histórias demonstra como o desejo sexual foi colocado pelas instituições sociais, inclusive as escolares, como verdade universal e não como algo proibido.

O próximo capítulo deve salientar melhor os estudos acerca da assexualidade, sempre o unindo à teoria *queer*, claro, e no quinto será possível compreender melhor as vivências dos assexuais, relacionando com as demais identidades sexuais e com as discriminações vivenciadas na sociedade e na escola.

4. Sexonormatividade e seus gotejamentos

> A política sexual que constrói e mantém essa distinção oculta-se por trás da produção discursiva de uma natureza e, a rigor, de um sexo natural que figuram como a base inquestionável da cultura. Críticos do estruturalismo, como Clifford Geertz, argumentaram que seu arcabouço universalizante não considera a multiplicidade das configurações culturais da "natureza". (Butler, 2003, p.66).

Antes de adentrarmos nas transcrições, acredito ser importante pensar sobre o que já foi produzido acerca da assexualidade e da sexonormatividade no meio acadêmico, tendo como principais estudos as produções de Rita Alcaire (2021), Giórgia de Aquino Neiva (2019) e Elisabete Regina Baptista de Oliveira (2015b). Acredito que as três pesquisadoras são complementares. Enquanto Neiva (2019) fez uma tese extraordinária no campo da antropologia social e Alcaire (2021) no campo dos estudos sociais - permitindo assim uma maior compreensão da sexonormatividade e a patologização da assexualidade - Oliveira (2015b) passa a se destacar em relação às vivências dos estudantes assexuais na escola e por revisar boa parte da bibliografia acerca da sexonormatividade existente até a publicação de sua tese.

Além disso, retomo alguns autores que não falam diretamente sobre assexualidade e sexonormatividade, como Coelho (2015a) e Ford (2017). Acredito que as autoras não utilizaram tais conceitos pois, por ser uma temática muito recente dos estudos em sexualidade e gênero, talvez elas não conhecerem estes conceitos, mas são importantes para demonstrar os efeitos negativos da sexonormatividade em nossa sociedade como um todo, e não apenas para pessoas assexuais.

4.1 Pesquisas em assexualidade

Ainda que Oliveira (2015b) não tenha catalogado as pesquisas sobre o tema da maneira como farei nesta dissertação, acredito que podemos separar as pesquisas em assexualidade de três formas: Primeiro, as que buscavam comprovar a existência da assexualidade; Segundo, as que buscavam descrever o meio assexual e suas representações; Terceiro, as que buscavam explicar a sexonormatividade e realizar a crítica a ela.

Obviamente que existem trabalhos que podem ser classificados em mais de uma forma, o trabalho de Oliveira (2015b), por exemplo, acaba se encaixando nas três classificações. No entanto, me parece que, cronologicamente, as pesquisas em assexualidade ocorreram desta forma: o primeiro a escrever sobre esse tema na universidade foi o psicólogo Drº Anthony Bogaert (2004), que realizou uma pesquisa nacional probabilística que

comprovou que cerca de 1% da população britânica era assexual e que as causas são biológicas e psicossociais.

Outra pesquisa que buscou comprovar a assexualidade - não em humanos, mas sim em animais - é o artigo de Portillo e Paredes (2011), que evidenciou que alguns mamíferos observados não praticavam sexo, e eles os chamavam de machos não copuladores, e que em seu estudo cerca de 5% dos animais eram desta forma, sendo que, segundo os autores, no caso dos seres humanos, isto seria o equivalente a assexualidade. Mais para frente vamos debater as problemáticas desta pesquisa.

Oliveira (2015b, p.55) também retoma a escala kinsey, que foi resultado de uma pesquisa para mapear o comportamento sexual de norte-americanos e comprovar como a sexualidade é muito mais ampla do que se esperava. O interessante é que Alfred Kinsey (1948) se deparou com pessoas que não tinham nenhum interesse sexual e ele não soube explicar aquilo diante de seu arcabouço teórico[35], mas ele fez questão de dar destaque àquelas pessoas que beiravam a 1% da população e às quais ele chamou de grupo X.

É importante destacar essas pesquisas, pois, me parece que a grande problemática frente à universidade, em um primeiro momento, era a de simplesmente comprovar que aquelas pessoas que estavam se autodeclarando como assexuais estavam falando a verdade. Como se a possibilidade de um ser humano não sentir atração sexual fosse algo fora do comum e uma possibilidade inviável de existência.

As pesquisas em assexualidade também levam a rever outras pesquisas em sexualidade para buscar respaldar a existência da própria assexualidade e alterar as noções que existem no campo da sexualidade e que excluem as pessoas assexuais. Por exemplo, como já destacado no capítulo anterior, há a necessidade de compreender que a assexualidade não é uma sublimação do desejo sexual. Com isso, deve-se entender a assexualidade como uma dentre tantas possibilidades legítimas de experienciar a vida e não como um desejo substituto sublimado, tendo como um eterno referencial um desejo primário e verdadeiro. Se não há desejo verdadeiro, então não haverá desejos falsos.

Entretanto, essas primeiras pesquisas, que desejavam comprovar a assexualidade, geralmente são evidentemente biologizantes e tendem a ter uma noção essencialista da sexualidade como um todo, e não buscam compreender as pessoas assexuais, seus grupos, não sendo, geralmente, pesquisas que buscam compreender as histórias e representações de pessoas assexuais.

---

[35] Ele chegou a cogitar a sublimação total da sexualidade perante a psicanálise. Algo do qual já problematizamos no capítulo anterior.

Por isso, o segundo grupo era composto de pesquisas como as de Costa (2017) Brigeiro (2013) e de Jeanine Adler Trovão (2018), e, ainda que alguns trabalhos tragam debates acerca das discriminações do cotidiano, estão mais preocupadas em explicar como as pessoas assexuais chegaram ao tema e à compreensão de que são assexuais, quais são os símbolos da comunidade[36], como as pessoas assexuais classificam a assexualidade e a diversidade de orientações sexuais nesse grupo. Vejam abaixo um exemplo:

> a) Demissexualidade: / Orientação em que o indivíduo sente atração de forma necessariamente condicionada a um vínculo que foi formado anteriormente, podendo esse vínculo ser emocional, intelectual, afetivo, etc. / b) Gray-a/Grayssexualidade: / Orientação em que a atração sexual é experienciada em situações específicas e raras, de forma muito menos comum que em pessoas alossexuais. / c) *Frayssexualidade*: / Oposto da demissexualidade, um indivíduo *fray* sente atração exclusivamente quando não há nenhuma espécie de vínculo com a outra pessoa. (Trovão, 2018, p.33).

Antes de continuarmos, gostaria de declarar que não estou colocando esse exemplo para menosprezar a pesquisa de Jeanine Adler Trovão (2018) ou de outros pesquisadores e pesquisadoras. Nem sequer ouso dizer que tais possibilidades de se identificar sejam impossíveis. Inclusive, acredito que são interessantes essas novas identidades sexuais, pois elas rompem com o objeto primário que seria o sexo/gênero por quem as pessoas se interessam e passam a pensar em questões acerca do vínculo afetivo e os demais condicionantes, para que haja a atração sexual. E, visto que somos seres sociais, acredito que pensar nesses condicionantes sociais são muito mais importantes do que na nossa natureza biológica.

No entanto, a forma como nós experienciamos a nossa sexualidade, por quem nos atraímos ou como isso ocorre jamais será o cerne do debate acerca da sexualidade e gênero no ocidente depois da repressão sexual gerada pela roma antiga e igreja católica. Inclusive, rejeito veemente essa noção de que animais são homossexuais, pois a homossexualidade é uma **identidade social** criada para se contrapor a essa repressão sexual aos individuos do mesmo gênero, e tal repressão não aparenta ocorrer entre animais não humanos.

Gosto de lembrar tudo isso, pois o importante de se debater acerca da sexualidade e gênero não é sobre as práticas em si, mas sim sobre as formas de repressão e imposição da sexualidade, a definição de uma "normalidade" sexual e para compreender como aqueles que

---

[36] Existem alguns símbolos, como o anel preto, que as pessoas assexuais usam para se reconhecerem em público, sem precisar falar diretamente sobre o assunto, já que, ainda nos dias de hoje, seja um tema tabu. Interessante pensar que quando a homossexualidade era criminalizada os símbolos como o triangulo rosa era uma forma dos homossexuais se identificarem.

desviam dessa normalidade são tratados em meio social e quais mazelas são causadas ao definirem essas “anormalidades”.

O trabalho de Brigeiro (2013) é bastante interessante, pois o mesmo colheu relatos na AVEN (*asexual visibility education network*), o maior site que fala acerca da assexualidade e que foi criado apenas em 2001. E fez uma etnografia dos diálogos e relatos, debatendo a dissociação da assexualidade com o celibatarismo. Ainda que as primeiras pessoas a iniciarem uma pesquisa em assexualidade foram Oliveira (2015b) e Bezerra (2015), acredito que este artigo de Brigeiro (2013) foi o primeiro estudo sobre assexualidade a ser publicado no Brasil.

Inclusive, me lembro em 2017 quando eu e algumas pessoas da ABRACE começamos a debater a assexualidade em uma perspectiva política de buscar compreender quais pautas políticas seriam importantes para pessoas assexuais, então, antes deste período, o próprio movimento assexual não era tão bem organizado no sentido de compreender que uma identidade é uma identidade social e política. Me parecia, inclusive, que o grupo era destinado a pessoas assexuais buscarem parceiros românticos que não envolviam sexo, como se o problema social da sexonormatividade fosse resolvida encontrando um parceiro assexual.

Não realizo este comentário no intuito de diminuir os esforços de Bezerra (2015), Oliveira (2015b) ou Brigeiro (2013), mas acredito que aquela época era realmente complicada de se pesquisar a assexualidade por falta de uma compreensão política do próprio grupo. Ainda hoje há pessoas novas no grupo que possuem uma visão distorcida da assexualidade. Bezerra (2015) não realizou nenhuma entrevista, no entanto, buscou compreender o que já havia sido produzido acerca da assexualidade no exterior, e teve um maior enfoque a comprovar a existência de pessoas assexuais.

Brigeiro (2013) realiza uma etnografia bastante fiel de como era a comunidade assexual internacional dos fóruns da AVEN em 2013 e Oliveira (2015b) realiza as primeiras entrevistas diretas com assexuais brasileiros e adoro que a tese dela é recheada de poesias de Khalil Gibran e demonstra também uma articulação impressionante entre assexualidade e educação em sexualidade, apesar das limitações da época para os estudos em assexualidade.

> De acordo com Sérgio Carrara (1997; 2009) a menção à educação em sexualidade pode englobar, de modo mais articulado, os direitos sexuais e reprodutivos, a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero, uma vez que o termo educação sexual está mais comumente relacionado às informações de caráter biológico sobre a sexualidade enquanto ato sexual, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. (Oliveira, 2015b, p.175).

O último capítulo da obra de Oliveira (2015b) demonstra como a educação sexual geralmente possui esse caráter biologizante e essencialista ainda nos dias de hoje, ainda que

houve um avanço significativo em relação às décadas passadas, principalmente em relação à ditadura militar. E o trabalho de Oliveira (2015b) talvez seja o primeiro a realizar uma crítica ao essencialismo e faz as primeiras aproximações da assexualidade com uma vertente construcionista da sexualidade e da educação para a sexualidade, ainda que utilize alguns termos essencialistas como orientação sexual ao invés de identidade sexual. A diferença do terceiro tipo de pesquisas em assexualidade está em compreender, de maneira crítica, a sexonormatividade e os problemas dela na sociedade.

Neiva (2019) revela logo no início de sua tese que o seu principal objetivo é desnaturalizar a ideia de que o desejo sexual é universal em todos os seres humanos, assim como Oliveira (2015b). Isso já evidencia a preocupação dos perigos dessa universalização, pois caso todos os seres humanos sintam esse "ímpeto" ou "desejo", então aqueles que não sentem - como é o caso dos assexuais - seriam meramente um desvio antinatural e que deveriam ser corrigidos.

E Alcaire (2021) aponta como a assexualidade é tratada como doença nos consultórios médicos, locais onde deveria prevalecer o bem-estar dessas pessoas e um atendimento ético.

> As narrativas produzidas no grupo focal evidenciaram interpretações nocivas acerca da assexualidade realizadas por profissionais. Essa situação ocorreu ao verbalizá-la explicitamente, ao fazer piadas sobre as palavras das pessoas identificadas como assexuais (reagindo com declarações como: "Se ela é uma freira carmelita, está indo bem!"), ou ao comentar de maneira mais sutil através de declarações ambíguas de tentativas de cooptar o discurso sobre sexualidade (minorias tentando ostracizar maiorias). O consenso entre os profissionais de saúde foi de que as pessoas identificadas como assexuais estavam construindo barreiras ao seu redor, estavam dando muitas explicações e justificativas sobre sua biografia íntima e comportamentos, e estavam bloqueando outras possibilidades de experimentar a vida (Alcaire, 2021, p.6).[37]

Vale ressaltar que Alcaire (2021) foi talvez a primeira pessoa a escrever uma tese sobre assexualidade em Portugal, e talvez a primeira pessoa a relacionar a teoria *queer* com a assexualidade, ao mesmo passo que Neiva (2019) deve ter sido a primeira pessoa a realizar essa união extremamente importante aqui no Brasil, e Oliveira (2015b) a primeira pessoa a escrever uma tese de doutorado em educação acerca do tema e tendo um viés construcionista da sexualidade humana.

Ainda que eu tenha dialogado em determinados momentos com Alcaire, por meio do *facebook,* pedindo a íntegra de sua tese, ela me indicou alguns artigos, como o que citei, pois em Portugal nem todas as publicações são gratuitas, o que dificulta uma análise mais detalhada de seu trabalho. Visto que isso não é uma crítica a sua obra, mas sim uma

[37] Tradução minha.

explicação do porque daqui em diante haverá um maior enfoque em Neiva (2019) para conceituar a sexonormatividade e em Oliveira (2015b) para compreender como a educação para a sexualidade deve incluir pessoas assexuais.

Neiva (2019), ao relacionar a relação de verdadeiro e falso com o conceito de desvio, realiza uma primorosa ligação entre assexualidade e teoria *queer*, exatamente por demonstrar que o desvio não necessariamente possuí uma relação binária entre homossexual e heterossexual. Mas sim, uma relação entre heterossexual e qualquer identidade sexual que não esteja em conformidade com a heterossexualidade e as normas binárias de gênero, dentre elas a relação com a procriação[38].

> Butler (2012, p. 198), em sua problematização sobre gênero, afirma que "o 'original' é uma cópia, e, pior, uma cópia inevitavelmente falha, um ideal que ninguém pode incorporar". Dessa maneira, as concepções universalistas e essencialistas no que dizem respeito à orientação sexual, à sexualidade e ao gênero são engessadas, e em contrapartida o mundo da sexualidade humana é bastante amplo e as fronteiras sexuais e assexuais são tênues. (Neiva, 2019, p. 79).

Neiva (2019) traz esse debate dicotômico acerca de verdadeiro e falso ou original e cópia pela mesma razão que Butler (2003) o trouxe. As identidades que estão fora da matriz heterossexual sofrem com o heterossexismo, por serem compreendidas como abjetas em relação à heteronormatividade, portanto são tratadas como desvios que devem ser corrigidos e retornados ao verdadeiro estado natural.

Vamos tentar desdobrar o pensamento heterossexista supondo que ele seja verdadeiro. Se a heterossexualidade for natural e as demais identidades sexuais antinaturais, então devemos compreendê-las como desvios normativos e retorná-los à norma. Se for genético, basta eliminar as pessoas que possuem esse genoma por meio de um holocausto. Se for hormonal, basta realizar uma espécie de cura assexual, assim como antigamente realizavam em homossexuais e transgêneros, por meio de terapias de conversão hormonais.

> Ou seja, há um reforço social e político na ideia de que os novos medicamentos reparam disfunções e melhoram as performances generificadas e sexuais nos(as) usuários(as) dos remédios. E mais, esse reforço social também sugere que deficiência sexual é um problema médico que pode oficialmente ser reparado por meio das indústrias farmacêuticas e dos atendimentos clínicos. Ora, se as sociedades ocidentais se preocupam em desenvolver biotecnologias que ofereçam vida sexual ativa por mais tempo e com mais potência para as pessoas, então é justo dizer que há incentivo social às práticas sexuais como sinônimo de saúde e ausência de sofrimento, uma vez que essas tecnologias são desenvolvidas por áreas responsáveis pela manutenção e a restauração da saúde. Em um sentido amplo, as áreas biomédicas lidam com a prevenção e cura das doenças humanas. / Se as

[38] Mais a frente a questão da procriação ficará evidente.

> sociedades ocidentais oferecem medicalização da sexualidade para reparar disfunções que aparecem, sobretudo, na velhice, parece correto afirmar também que em alguma medida a Medicina Sexual estabelece um padrão quantitativo e qualitativo para sexualidade humana. Diante do exposto, Jane Russo (2013) afirma que a partir dos anos 1990 a concepção da "função sexual" (e, por conseguinte, da "disfunção sexual") como algo eminentemente orgânico, mas também relacional, é gradativamente circunscrita ao funcionamento do aparelho genital. Assim, surgiram categorias médicas que se referem à incapacidade de o indivíduo ter relações sexuais de maneira considerada normal. / Mediante o que foi dito, a vontade de praticar sexo, para essas áreas, é o normal e o saudável. Anormal é não querer ter relações sexuais, sob esse ponto de vista biomédico. Portanto, a biomedicina também naturaliza a ideia de que todo e qualquer ser humano deseja e pratica sexo quando tem desenvolvimento biológico e fisiológico para tanto. Por isso mesmo que as ciências buscaram inovações biotecnológicas e farmacêuticas que funcionam como terapias para o que essas áreas do saber chamam de desvios e disfunções sexuais. (Neiva, 2019, p.119).

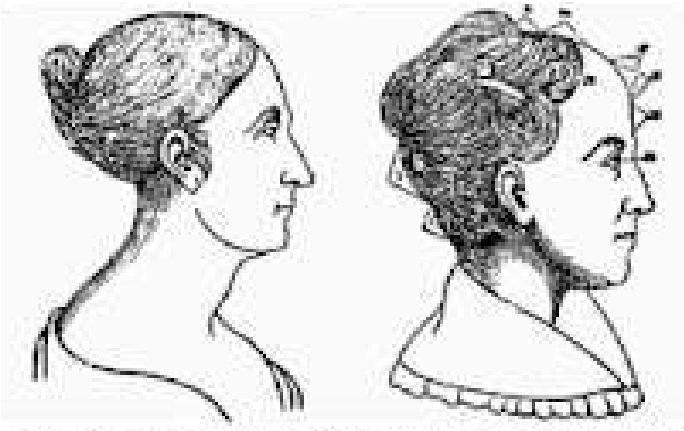
Então, partindo dos pressupostos teóricos acima, hoje em dia se tem uma concepção que o interesse sexual é universal, ou seja, todos sentem esse "ímpeto" de querer praticar atos sexuais, e quem não pratica está fora da ordem natural das coisas. Com isso, poderíamos simplesmente naturalizar que a assexualidade seria parte da condição humana, ou até ampliarmos para a condição animal, como Portillo e Paredes (2011) fizeram? Sim, poderíamos. Mas as comparações biologizantes geralmente levam a uma certa "comprovação" acerca do estado da mente dos animais e como eles respondem ao estímulo, o que não corresponde com a natureza cultural dos seres humanos.

Portillo e Paredes (2011), como constatou Bezerra (2015), em determinado momento citam em seu estudo que foram encontrados outros "mamíferos assexuais", os quais não respondem ao feromônio das fêmeas e que possuem uma parte do cérebro (APM), que possuem relação com o comportamento sexual, menor do que o dos outros mamíferos da mesma espécie. Eles correspondem a 5% dos animais deste estudo e representam uma certa resposta à existência da assexualidade em animais. Bezerra (2015, p.28-29) ainda explica acerca deste estudo que "o APM dos machos não copuladores evidencia alterações nos receptores de testosterona e estradiol, hormônios responsáveis por ativar os comportamentos sexuais".

Tais medições do cérebro já foram realizadas em pessoas para comprovar a superioridade do homem branco e a postulação de uma "verdade" acerca de um tamanho "normal" do cerebelo das mulheres, buscando uma "comprovação científica" de que as mulheres com menores cerebelos continham uma menor amorosidade. Vejam a figura abaixo

e a explicação que Laquer (2001) realiza acerca de como esses "cientistas" interpretavam e representavam essa questão.

Figura 2 - Craniometria de uma mulher



Fonte: Adaptado de Laqueur (2001, p. 257).

> Essa teoria de um lugar no cerebelo para a paixão também solucionava uma das tensões da doutrina da sexualidade passiva feminina - Por que as mulheres, com sistema nervoso especialmente sensível, não sentiam os mesmos prazeres deliciosos na relação sexual que os homens sentiam mas eram capazes de renunciar a uma paixão com relativa facilidade? Resposta: "Seu cerebelo menor, órgão da vontade, torna-a menos determinada no prazer e mais capaz de renúncia." (Por que o cerebelo menos desenvolvido tornaria a renúncia mais fácil não é explicado.) (Laqueur, 2001, p.257)

Retornando à questão da assexualidade, eu até compreendo que as primeiras pesquisas acerca da assexualidade buscaram evidenciar e legitimar a existência de pessoas assexuais como uma possibilidade de existência. Mas, a forma como Portillo e Paredes (2011) defendem a assexualidade é extremamente biologizante e essencialista. E como minha dissertação acerca da assexualidade busca compreendê-la a partir da teoria *queer*, é de se esperar que a incorporação desse viés teórico se dê à medida que ocorre uma exclusão de uma compreensão essencialista acerca das categorias sexo, gênero e sexualidade.

Quando Portillo e Paredes (2011) escrevem sobre o cérebro desses animais, dois questionamentos me vêem à mente: acerca da diferença entre os humanos e os demais animais a partir da natureza cultural dos seres humanos, que não são inatas. E como, ao longo da história da ciência, as próprias pseudo-teorias raciais utilizavam-se do mesmo essencialismo biologizante, dissertando acerca do tamanho do crânio, do cérebro e do corpo como um todo, por exemplo, dos brancos e dos negros, bem como das demais identidades étnico-raciais. Vejam a citação abaixo:

> No início do século XIX, o médico austríaco naturalizado francês Franz Josef Gall publicaria sua obra *Anatomia e fisiologia do sistema nervoso* em geral, também fadada a ter grande sucesso. Gall havia realizado grandes

> progressos no estudo das funções cerebrais, **mantendo, porém, a relação de causa e efeito entre a configuração da cabeça e as disposições intelectuais e morais.** Rigoroso, criticou a superficialidade da fisiognomonia e destacou a importância exclusiva da caixa craniana, **da forma e do volume do cérebro, no estabelecimento das "diferentes disposições e inclinações" inatas aos indivíduos e às diversas raças.** Chegou mesmo a traçar um mapa do cérebro humano, assinalando as regiões de onde provinham o amor, a inteligência e os talentos criadores. A tese de Gall não podia deixar de traçar o rotineiro elogio do homem branco e do seu cérebro privilegiado, assimilando a forma do crânio dos povos "selvagens" à dos marginais europeus, tema que, como veremos, se desdobrará em numerosos e palpitantes capítulos. Na seqüência, as demais partes do corpo humano também passaram a ser levadas em consideração, proliferando diversos tipos de medições gratuitas e quantificações acríticas que sempre estabeleciam paralelismos excessivamente precisos entre o tipo físico e as qualidades morais e culturais. Esta relação imediata entre fenômenos de ordens radicalmente distintas instigou o surgimento de, como diria Bachelard, uma espécie de precisão pitoresca. Assim, o holandês Willem Vrolik criou um método de mensuração da pelve, estabelecendo uma relação direta entre o comprimento e a largura da bacia e a superioridade ou inferioridade racial, e onde, é claro, as raças extra-européias tinham suas bacias mais largas, estando por isso moral e culturalmente mais próximas do reino animal. (Silveira, 2000, p. 103).

É importante, neste momento, questionarmos sobre o como outros movimentos sociais adentraram na ciência e se utilizaram para a crítica ao essencialismo biologizante de questões sócio-culturais e passaram a compreender a sociedade a partir de teorias e metodologias próprias das ciências humanas.

Agora, retornando à questão da assexualidade, sei que o trabalho de Portillo e Paredes (2011) foi criado no intuito de legitimar a assexualidade a partir da comparação de animais. Mas, quem me garante que outro biólogo não utilizará seu trabalho para testar se a questão da assexualidade não seria apenas um problema hormonal? Ou que o tamanho menor de determinada parte do cérebro tenha a ver também com outras doenças neurodegenerativas e que darão continuidade à patologização da assexualidade? E a pergunta mais importante de todas: Quais serão os lucros da indústria médica e farmacêutica por meio dessa patologização?

As perguntas não cessam, e a crítica de Butler (2003) ao essencialismo, principalmente no capítulo que debate a metafísica da substância, pode até não fazer sentido para as ciências exatas, mas para a área da diversidade cultural humana é extremamente importante, algo que nós pesquisadores de gênero e sexualidade deveríamos tomar como condição irrenunciável. Inclusive, não me estranha que ainda haja tanta repatologização da própria homossexualidade no Brasil, como salienta Gama (2019), já que o próprio movimento LGBTQIAPN+ nem sempre busca realizar uma crítica ferrenha ao essencialismo como o movimento negro o fez.

Não me estranha quando percebo que nos dias de hoje as pessoas e os jornais[39] criticam James Watson, biólogo que recebeu prêmio nobel, ao defender as pseudo-teorias raciais (Ansede, 2019), no entanto acreditam fielmente que exista um cérebro masculino e feminino fixo e estável, e que pessoas transgêneros possuem um cérebro que não corresponde ao sexo (Ziegler, 2018), para além da pesquisa constatar como essas ressonâncias foram realizadas já depois de adultas, ou seja, sem nenhuma comprovação que essas disposições sejam inatas, também passa a naturalizar a ideia de que pessoas transgêneros nasceram no corpo errado.

Para além dos perigos de se supor que mentes femininas estão mais condicionadas a realizar um determinado trabalho do que outro, o que poderia legitimar, por exemplo, o "fato" da mulher conseguir fazer diversas funções e o homem não[40] - tal pesquisa pode legitimar que o problema das pessoas transgêneros são os seus próprios corpos - no sentido de que elas nasceram no corpo errado - e as suas próprias representações de gênero, e que, por isso, seus corpos devem ser adequados ao gênero correspondente ao sexo, não levando em consideração que essas pessoas estão em uma cultura na qual as normas binárias atuam para moldar os corpos nessa realidade permeada por tantas formas de violência de gênero.

Antes de darmos continuidade a uma questão histórica, acho importante encerrar esse assunto demonstrando os perigos de se imaginar uma assexualidade que tem como prerrogativa a naturalização e a universalização do desejo sexual, mas sim como algo que é construído ao longo da vida a partir das representações que as pessoas relacionam do que é belo ou não, o que apetece seu desejo ou não, e, o mais importante, como a sociedade ocidental compreendeu aqueles que não sentiam esse desejo sexual, e quais estigmas essas pessoas sofreram frente ao que vamos compreender como sexonormatividade.

Cabe informar que o subcapítulo a seguir foi escrito, primeiramente, no final de 2016 para o início de 2017, durante um momento que quis descobrir a origem da sexonormatividade, e apresenta, teoricamente, a grande contribuição tanto para os estudos em assexualidade quanto para a teoria *queer*, pois é uma releitura da cultura do império romano a partir do conceito de sexonormatividade para compreender as origens da mesma, e de outras proibições de atos sexuais e também a origem da heteronormatividade ligada à maternidade compulsória no intuito de aumentar as taxas de natalidade em meio a tantas perdas durante as guerras expansionistas do império romano.

---

[39] Neste momento utilizo notícias jornalísticas atuais para evidenciar como essas visões essencialistas são compreendidas pelos jornalistas e difundidas na sociedade.

[40] Existe uma outra pesquisa que busca comprovar isso publicado no G1 São Paulo (2015).

4.2 A proliferação da prole

Neste subcapítulo compreenderemos como a sexualidade foi fiscalizada ao longo da história da sociedade romana, primeiramente por censores e depois tal prática se estendeu pela sociedade como um todo, visando moldar sua cultura para uma que proliferasse a prole, que se multiplicasse e gerasse descendentes, ou seja, que impusesse a mulher cumprir o seu papel social de procriar, conforme Coelho (2015a) bem pontuou. A fiscalização e a difamação era uma maneira de trazer a sexualidade da esfera privada para a pública e também definir práticas sexuais que seriam morais ou imorais perante a referida sociedade.

Para tal, precisamos compreender que o casamento era visto como uma união de caráter político que unia duas famílias, visando que ambas se tornassem mais fortes e se perpetuassem com herdeiros legítimos. Portanto, o primeiro objetivo da fiscalização era coibir o nascimento de filhos fora do casamento, principalmente com alguém que fosse de um *status* social inferior. Caso ocorresse a concepção, a legislação do concubinato ocorreria para que não houvesse a legitimação de tal filho, para que a herança não fosse dividida com pessoas mais pobres e, assim, enfraquecesse tal família (Coelho, 2015a).

Engels (2019) também trata da questão da hereditariedade ao explicar como a monogamia não era regra perante os homens daquela época, até porque eles não eram obrigados a assumir o filho ilegítimo. No entanto, a monogamia era mandatória para as mulheres, pois o homem precisava saber que aquele era seu filho, sangue de seu sangue, e que carregaria com ele a linhagem de seus ancestrais.

Tanto Coelho (2015a) como Brown (1990) também pontuam o quanto o nascimento era importante no século I d.c, no contexto das tantas guerras pela expansão de Roma, assim como a perpetuação da sociedade, tanto que o imperador Augusto passou a se dedicar a realizar uma reforma moral dos costumes romanos por conta do seu antecessor, Júlio César, não ter filhos legítimos.

Antes de compreendermos a questão da sexonormatividade na escola temos que entender seus efeitos na sociedade em que está inserida e, a partir da história, como essa cultura foi criada. E aí cabe realizar essa pergunta aos leitores: é possível uma legislação modificar toda uma cultura e fazer com que ela se torne a norma social?

Sabemos que, por exemplo, ainda na Roma Antiga, para que o cristianismo se tornasse a única religião teve-se que combater o paganismo em determinados pontos e realizar o sincretismo religioso em outros (Ranke-Heinemann, 1990).

Mas, o adultério, por exemplo, foi algo muito combatido pelo imperador Otávio Augusto[41] durante a reforma moral, a partir da *Lex Iulia et Papia*, como aponta Coelho (2015a). Quer seja como controle da hereditariedade, como afirma Engels (2019), ou como a manutenção das famílias, como afirma Coelho (2015a), era notável o quanto a mulher era subjugada pela sociedade patriarcal romana.

Para compreender como surgiu a sexonormatividade e a homofobia, devemos entender, portanto, o contexto da Roma Antiga no século I, em que o estado-nação buscava se expandir, e, para tal, precisava cada vez mais de uma população com uma expectativa de vida superior, já que a expectativa de vida naquele momento era de 25 anos, ou seja, se não houvesse uma política que influenciasse as taxas de natalidade e o crescimento demográfico, aquela nação poderia desaparecer (Brown, 1990).

> Pouco exigente sob muitos aspectos nas questões sexuais, a cidade antiga esperava que seus cidadãos despendessem uma parcela indispensável de sua energia concebendo e criando filhos legítimos para substituir os mortos. Fosse pela legislação consciente, como a do imperador Augusto, que punia os solteiros e recompensava as famílias por produzirem filhos, fosse simplesmente pelo peso incontestável do hábito, os rapazes e moças eram discretamente mobilizados a usar seus corpos na procriação. A pressão sobre as mulheres jovens era inexorável. [...] Os solteiros continuavam a existir nos círculos da classe alta, muito embora fossem ocasionalmente repreendidos por imperadores dedicados à causa pública. Os filósofos, individualistas profissionais, tinham permissão de desfilar a sua excentricidade, permanecendo sem herdeiros legítimos. (Brown, 1990, p.16-18).

Esse trecho esclarece a importância da preponderância da natalidade na permanência da sociedade. Peter Brown (1990) evidenciou como essa questão em Roma, da baixa estatística de vida e diminuição do crescimento demográfico, acabou por definir, como veremos a seguir, o que é sexualidade e o que é perversão, bem como a atividade sexual como mandatória e universal, sendo assim o nascimento da sexonormatividade no contexto ocidental.

> A primeira lei moral de Augusto, então, promoveu algumas mudanças significativas: igualou o status da mulher condenada por adultério ao da prostituta, definiu as ações do marido complacente como *lenocinium*, e isentou uma categoria específica de homens e mulheres de sanções penais. Podemos afirmar, assim, que a lei criou status definidos para as mulheres, expressos por meio de uma firme conexão entre categoria social e comportamento sexual. [...] De acordo com essa lei, homens a partir de 25 anos de idade e mulheres a partir dos 20, que gozassem de todas as condições para contrair o matrimônio (*ius connubium*), tinham o dever moral de se casar. Indivíduos viúvos e divorciados entre 25 e 60 anos e mulheres

[41] O imperador Otávio Augusto realizou tal empreitada com o intuito de impedir que as classes mais abastadas tivessem filhos das classes mais pobres e assim "sujassem" as linhagens.

> entre 20 e 50 tinham a obrigação de se casar novamente. Mulheres cujo casamento tivesse sido desfeito por motivo de falecimento ou divórcio deviam casar-se novamente em três anos e meio. / O Código Justiniano (Dig., XXIII, II, 1) informa que o matrimônio para os romanos se baseava na união entre um homem e uma mulher de status social semelhante com a finalidade primeira de procriação. Os casamentos nesses termos eram considerados *iustum matrimonium* e todos os filhos advindos da união tornavam-se legítimos. (Coelho. 2015a, p.181).

A partir de tais questões podemos compreender que o casamento era apenas entre homem e mulher, e visando a procriação. Masturbação, fricções, sexo anal ou oral não eram entendidos como sexo e eram repreendidos durante a era cristã do Império Romano, pois estavam associados ao paganismo e à luxúria, mesmo que fossem realizados por homens e mulheres (Brown, 1990).

O estado influenciava financeiramente famílias a terem filhos e punia aqueles que não queriam ter. Sexualidade deixou de ser apenas algo da esfera privada e pelo prazer, e tornou-se agenda estatal, pública, fiscalizável, feita pela e para a procriação, para manter a sociedade e o império romano. (Coelho. 2015a).

Acerca da punição pela não procriação, havia a questão da hereditariedade. Engels (2019) explica que parte do poder pátrio tinha relação com o fato de que apenas homens poderiam receber herança. E, ainda acerca da herança, Coelho (2015a) demonstra que seu recebimento ou não, assim como sua porcentagem, tinha relação direta com o casamento e com a procriação, para que não houvesse um enfraquecimento da família e para que a mesma pudesse manter a herança na mesma linhagem.

> indivíduos que não fossem casados estavam impossibilitados de receber heranças, e pessoas casadas, mas sem filhos, recebiam apenas metade da riqueza designada em testamento. / Em contrapartida, aqueles que se casassem e se reproduzissem poderiam ser muito bem recompensados. Na escolha de candidatos para cargos políticos e administrativos, a *Lex Iulia et Papia* privilegiava indivíduos que tivessem três filhos legítimos ou mais (Coelho. 2015a, p.184-185).

Por fim, Coelho (2015a) explicita que os romanos compreendiam tais medidas como necessárias para, primeiramente, combater uma visão promíscua que as pessoas tinham acerca da elite romana, e, em segundo lugar, como um movimento de persuadir as pessoas a se casarem e procriarem, visto a necessidade de manutenção da sociedade romana frente a muitos óbitos.

> A maior parte dos historiadores, como Corbett (1930, p. 130), Zanker (1988,p. 156-157), Edwards (2002, p. 34) e Syme (2002, p. 440-441), defende que a legislação imperial, sobretudo no que diz respeito à lei do adultério, pretendia controlar o comportamento sexual da elite romana, tido como promíscuo desde o final do período republicano. Os autores apresentam um movimento perceptível nas camadas superiores: de um lado,

> o decréscimo do casamento e da natalidade; de outro, o acréscimo dos casos de adultério. / O objetivo de Augusto, assim, era restaurar a *res publica*, "renovando" virtudes ancestrais romanas. Todavia, não podemos analisar tal intento sem levar em consideração o seu significado simbólico. Logo, a lei do adultério não deve ser entendida como uma simples solução para um problema social, visto que tal visão ignoraria o papel central da legislação de Augusto na consolidação jurídica e cultural de seu regime. / Bauman (2003, p. 106) afirma que o propósito dessa legislação moral era fortalecer a unidade familiar e estimular a taxa de natalidade. O autor explica que os longos anos de guerra civil, entre o governo de Júlio César e o início do Principado, provocaram muitos óbitos. O declínio da taxa de natalidade, por sua vez, criou uma escassez de mão de obra, abrangendo não apenas a esfera militar, mas também a civil. Dessa forma, o incentivo ao casamento e as retribuições por filhos nascidos, especificados na *Lex Iulia et Papia*, seriam importantes à recomposição e rejuvenescimento do Estado Romano. (Coelho. 2015a, p.185).

Essa citação é bastante peculiar, ao revelar que aqueles que supervisionavam a moralidade haviam de promover o casamento, como se alguém que não firmasse matrimônio fosse mal visto na sociedade, como Brown (1990) já constatou em citação acima, mas o trabalho dos censores era o de pressionar as pessoas a se lembrarem de suas "obrigações" para procriar, "os censores foram justamente os responsáveis, durante séculos, pela supervisão da moralidade, que incluía a promoção do casamento e da reprodução entre os cidadãos" (Coelho, 2015a, p.177).

Quando li a primeira vez acerca dos censores que fiscalizavam a sexualidade alheia, com o fim de constranger as pessoas a "cumprir seu papel" para proliferar a prole, não consegui parar de fazer importantes conexões com a atualidade. Ainda nos dias de hoje é comum que entre amigos e familiares haja uma constante pressão social para que a pessoa se case ou tenha filhos. Mais a frente veremos uma pressão também na puberdade, mas para que jovens beijem na frente de outros jovens como uma comprovação acerca de sua virilidade pelos pares, e para demonstrar que já não são mais crianças, além da comprovação da heterossexualidade. Assim como há a repressão e a evitação daqueles que ainda não passaram por esse rito de passagem sexonormativo.

Apenas a título de curiosidade, Encarnação (2002) também nos lembra acerca de como naquela época, com tantas baixas no exército, foi necessário realizar uma proletarização do próprio exército, permitindo que as classes mais baixas tivessem uma certa ascensão social, e o próprio termo "proletário" tem a ver com a importância do nascimento, com a importância da existência das pessoas para a manutenção da sociedade.

> O exército só aparentemente era <<classista>>, pois que, na realidade, a <<proletarização>> - ou seja, a incorporação de *proletarii* (os que nada têm a não a ser a riqueza da sua prole…) - era por demais evidente (Encarnação, 2002, p.232).

Neuenfeldt e Stroher (2006) evidenciam que só havia uma maneira da mulher romana conquistar a sua liberdade em relação ao homem: procriando. As autoras escrevem também sobre a imagem da maternidade como redentora, a partir do papel de Maria, mãe de Jesus. E tal discurso foi - e é - utilizado pela igreja para propagandear a maternidade compulsória, causando, assim, um aumento das taxas de natalidade, no contexto da inserção do cristianismo nos territórios dominados por Roma.

> O decreto de Augusto, chamado *Ius Liberorum*, garantia a libertação da tutela masculina para mulheres livres que tivessem três filhos e mulheres escravas que tivessem quatro filhos. Gerando os filhos que o império precisava, as mulheres se livrariam da tutela masculina. Isso não deixava de ser um acordo político em que as mulheres, por um lado, eram controladas pela lei romana e, por outro, tinham a possibilidade de usar o poder reprodutivo de seu corpo para conquistar a independência jurídica. (Neuenfeldt e Stroher, 2006, p. 36).

Nos séculos II d.c também houve a *Lex Scantiania,* que proibiu o estupro e a conduta passiva masculina perante o sexo. Tal lei pode ser compreendida como uma atualização da *Lex lulia et Papia*, com um recrudescimento para proibir outras formas de se satisfazer sexualmente, permitindo, assim, que apenas a penetração vaginal fosse reconhecida como a verdadeira expressão da sexualidade, e as demais, como a penetração anal, fossem criminalizadas em nome da proliferação da prole (Adaid, 2017).

> No ano 149 antes da Era Cristã, promulgou-se a *Lex Scantiania*, a qual proibia que adultos estuprassem – *stuprum* – jovens púberes e impúberes. É claro que a lei só tutelava pelos jovens livres, sobretudo os de família mais abastadas, ricos comerciantes e donos de terras, o que, de certa forma, impulsionou o comércio escravista para fins sexuais, intensificando o abuso contra crianças e jovens escravos. Outrossim, a lei romana também visou criminalizar a conduta sexual passiva dos adultos que muitas vezes se entregassem aos próprios escravos de forma passiva, algo considerado totalmente ultrajante aos costumes e valores morais da época. (Adaid, 2017, p.63).

A partir de tudo o que foi apresentado até aqui, é interessante destacar que a *Lex lulia et Papia* pode ter originado a sexonormatividade no ocidente, no começo do século I d.c, enquanto a *Lex Scantiania* pode ter originado a heteronormatividade, no século II d.c. Ainda que o embrião da homofobia já estivesse presente na *Lex lulia,* ao trazer a questão da necessidade de procriação, sendo, ainda nos dias de hoje, utilizado como mecanismo discursivo homofóbico por parte de alguns religiosos cristãos.

Adaid (2017) nos explica acerca da transição da Roma Antiga para a era medieval, em que, em um primeiro momento, havia a aceitação do relacionamento entre homens, ainda que a partir da *Lex Scantiania* houve a proibição do homem assumir o papel passivo durante o

sexo. E também a relação que os cristãos constroem acerca do paganismo relacionado aos pecados da carne e como uma necessidade da procriação.

> Foucault resume a discrepância entre a visão antiga e medieval sobre a sexualidade dizendo que, sobre o ato sexual, o cristianismo o teria associado ao mal, ao pecado, à queda, à morte, ao passo que a Antiguidade o teria dotado de significações positivas. Já na delimitação do parceiro legítimo, o cristianismo, diferentemente do que se passava nas sociedades gregas ou romanas, só o teria aceitado no casamento monogâmico e, no interior dessa conjugalidade, lhe teria imposto o princípio de uma finalidade exclusivamente procriadora. Outrossim, em relação à desqualificação das relações entre indivíduos do mesmo sexo, o cristianismo as teria excluído com rigor, ao passo que a Grécia a teria exaltado e Roma aceitado. (Adaid, 2017, p.65).

Coelho (2015b) nos informa sobre como as relações homoafetivas não eram aceitas pelos hebreus por sentirem que elas "ameaçavam" a sociedade no cumprimento de seu papel de procriação. O mesmo ocorria em relação à masturbação, que era relacionada ao aborto e ao assassinato.

> A masturbação, por meio da qual o sêmen masculino, através da ejaculação, é eliminado em consequência de um ato meramente hedonista, não visa à preservação biológica da comunidade. Isso, da mesma forma que os atos homossexuais e os assassinatos, supostamente inviabilizariam a emancipação do povo hebreu. (Coelho, 2015b, p.166).

É possível entender que antes da queda de Roma os imperadores já haviam disseminado o cristianismo mais radical. Os imperadores de sua época relacionavam a passividade à feminilidade, e, com isso, os homens passivos como antinaturais, logo incompatíveis com o papel de um pai de família (*pater famílias*).

> A ideologia disseminada no Império Romano, cujo cerne repousava sobre a tradição judaico-cristã, pode ser considerada uma das mais repressoras da homossexualidade. Imbuídos dos ideais cristãos, imperadores como Teodósio I (347-395) e Teodósio II (401-450) prescreveram severos códigos apoiados em textos bíblicos que concebem a heterossexualidade monogâmica como o suprassumo da moralidade e a **expressão da lei natural**. À luz das santas letras, Teodósio I, no ano de 390, decreta que os homossexuais passivos deveriam ser condenados à morte por meio das ignominiosas fogueiras. Anos mais tarde, Teodósio II – mais precisamente em 438 –, nove anos após a anunciação ao senado de Constantinopla o projeto de formação de um comitê designado à formulação das diretrizes do império, outorga a publicação do denominado Código Teodosiano. [...] No tocante à condenação da homossexualidade, esse código prescrevia penalizações atrozes para homens com tendências à feminilidade, e à passividade. Tais características, eventualmente verificadas em alguns homens, constituíam danos à adequada manutenção da estrutura de poder patriarcal romana. Era inaceitável o ato sexual entre pessoas do sexo masculino em uma sociedade cuja base política e econômica estivesse alicerçada predominantemente em ideários patriarcais. Em outras palavras, aos olhos dos romanos, a cópula entre dois homens outorgava a um deles o

> status de subserviência e passividade pouco esperados de futuros *pater famílias*. (Coelho, 2015b, p.164-165).

À luz da teoria *queer* podemos compreender tais leis como uma resposta da ideologia, essencialistas e biologizantes, do medo de perder uma noção fixa, única e estável acerca das identidades de gêneros e dos papéis sociais de homens e mulheres. De que os homens, ao reivindicar o papel passivo, torne possível que mulheres passem a reivindicar o papel ativo, quer seja na sexualidade ou na vida pública (Butler, 2003).

> Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional. Essa concepção do gênero não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo. Supõe-se que a unidade metafísica dos três seja verdadeiramente conhecida e expressa num desejo diferenciador pelo gênero oposto — isto é, numa forma de heterossexualidade oposicional. / O "velho sonho da simetria", como chamou-o Irigaray, é aqui pressuposto, reificado e racionalizado, seja como paradigma naturalista que estabelece uma continuidade causal entre sexo, gênero e desejo, seja como um paradigma expressivo autêntico, no qual se diz que um eu verdadeiro é simultânea ou sucessivamente revelado no sexo, no gênero e no desejo. / Esse esboço um tanto tosco nos dá uma indicação para compreendermos as razões políticas da visão do gênero como substância. A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo. (Butler, 2003, p.45-46).

Esse sonho da simetria, como é denominado por Irigary, demonstra que a matriz da heterossexualidade compulsória - friso aqui o compulsória para denominar o aspecto sexonormativo inculcado na heteronormatividade - está estritamente ligada às relações de gênero, como já estavam na raiz da própria *Lex Lulia et Papia* por estarem relacionados à procriação e controle dos corpos. E então a proliferação dos discursos biologizantes e essencialistas para que pudessem formar uma aparente originalidade, para denominar, assim, as demais diversidades sexuais - inclusive a intersexualidade - como falsas, como desvios que devem ser corrigidos.

Tais ideologias essencialistas e cristãs têm impacto não só no fim da roma antiga, mas também nos países que surgem com sua queda, reforçadas a partir da supremacia cristã na Europa, e mobilizam os locais que viriam a ser colonizados pelos países europeus, bem como aqueles que terão contato com ela a partir da globalização. A sexonormatividade, a binariedade e a homofobia vieram por caravelas para os países do sul global. E a cultura greco

romana cristã imperava sob o Brasil colonial e também suas formas de compreender o casamento no intuito de proliferar a prole e manter a hereditariedade. Ribeiro (2006) demonstrou bem isso em sua dissertação:

> O pai escolhia três ou quatro dentre as mais saudáveis para os casamentos arranjados e as demais eram trancafiadas nos conventos, tendo vocação ou não. Era assim que os pais evitavam o problema de possuírem muitos genros que dilapidariam ou dividiriam suas terras. / Nas núpcias das meninas que se casavam ocorriam muitas vezes verdadeiros estupros. Eram meninas de doze ou treze anos (logo após as primeiras menstruações) entregues a homens de quarenta anos de idade, isso porque eles só tinham acesso ao patrimônio da família quando o pai falecia. / As mães não lhes explicavam como ocorria o ato sexual, nem como era um pênis ou uma ereção. Inexistiu por muitos anos a pedagogia da sexualidade, da orientação necessária na hora da penetração. Essas meninas sofriam muito no momento da primeira noite com seus maridos, homens que elas pouco ou quase nenhum contato tinham tido. / A Igreja Católica muito contribuiu para que essa situação ocorresse. Proibía-se o orgasmo, pois o prazer sexual era considerado "coisa" do demônio. Maridos e mulheres deveriam utilizar o corpo apenas para a cópula, para a criação dos filhos de Deus. O corpo era "templo" imaculado da criação dos cristãos por isso não cabiam brincadeiras libidinosas durante o coito. (p.19)

Na idade média não foi diferente, na verdade, foi até mais cruel. Laqueur (2001) também nos lembra que o controle do nascimento para a manutenção da sociedade continuou existindo e a binariedade sexual - inclusive a necessidade de apagar a intersexualidade - surge como um mecanismo de segurança para a manutenção do nascimento e dos papéis sociais na sociedade, não apenas visando a reprodução, mas também quais locais aquele ser que nascia poderia ocupar na estratificação social, assim como a posição da sua família poderia definir o seu local, quer seja na aristocracia ou na escravidão.

> com pênis externo eram consideradas meninos e tinham todos os privilégios e obrigações dessa condição, e as que tinham pênis interno eram relegadas à categoria inferior de meninas. **Em um mundo onde o nascimento era tão importante**, o sexo era mais uma característica atribuída com consequências sociais; pertencer a um sexo ou a outro dava à pessoa o direito a certas considerações sociais, como o fato de ter origem nobre dava o direito a usar arminho, segundo as leis suntuárias da vestimenta. (Laqueur, 2001, p. 170).

Ainda acerca da teoria *queer*, ainda que já tenhamos a debatido em capítulos posteriores, é explícita a visão essencialista de naturalizar a heterossexualidade monogâmica, com o intuito de incentivar as taxas de natalidade e o crescimento demográfico. E, em contrapartida, há a criminalização de uniões maritais e práticas afetivo-sexuais que destroem essa norma, além do incentivo ao casamento, visando o sexo para fins de concepção.

> O pressuposto da "antinaturalidade" dos atos homossexuais, amplamente corroborado pelos moralistas cristãos, é reflexo de posturas heterossexistas. Para os adeptos a esta ideologia, a heterossexualidade monogâmica constitui a única expressão do amor entre dois seres humanos; desempenha um papel social de grande relevância haja vistas à perpetuação biológica da espécie

> humana e, por fim, é o arquétipo ideal por meio do qual podemos apreciar as demais formas da sexualidade. Paulo de Tarso caracteriza a homossexualidade como contrária à lei natural, expressão da vontade divina, e consequentemente prevê efeitos nocivos para os praticantes dessa "torpeza" e/ou "desvio". (Coelho, 2015b, p.170).

E, a partir disso, podemos fazer um paralelo com a sociedade sexonormativa em que vivemos, na qual sua cultura é resquício do colonialismo, no qual os colonizadores já eram portadores desses pressupostos sexonormativos. Percebemos que na cultura romana, como afirma Coelho (2015a), seus integrantes buscam fiscalizar a sexualidade alheia como um hábito comum, e fazem delações de comportamentos tidos como imorais aos censores. Quantos censores não devem ter chantageado os nobres desviantes?

Gosto de lembrar da grandiosa contribuição de Kennedy (1997) para a história do movimento LGBTQIAPN+, principalmente por revelar a origem dos conceitos de atração sexual, das mudanças e permanências que ocorreram ainda na segunda metade do século XIX. E uma outra contribuição de Hubert Kennedy (1997) é a de explicar que o grande problema dos homossexuais daquela época era terem o seu segredo revelado, por isso sofriam situações de extorsão e tinham que ter relações e relacionamentos escondidos.

E, retornando a Coelho (2015a), podemos perceber como os censores agiam de maneira a fiscalizar a sexualidade dentro do que era esperado pela *lex lulia et papia*, e suas "atualizações" com o recrudescimento de tais leis perante o novo período cristão dos impérios romanos. E das ruínas do império romano nasceu os demais países europeus que conhecemos, seguindo ainda os mesmos preceitos de fiscalização para controlar a natalidade.

Obviamente que eu duvido que nos dias de hoje as pessoas que ainda possuem esse hábito de fiscalizar a sexualidade alheia sequer raciocinam acerca deste ato. Sequer sabem que antigamente tal atividade tão trabalhosa podia render dinheiro de imperadores ou daqueles que queriam manter seus próprios segredos da sociedade. Tal exercício se tornou comum nas sociedades eurodescendentes pela força do hábito, que ora é feito para demonstrar masculinidade/virilidade perante seus grupos sociais, sentir-se aceito perante o grupo e ora é feito para excluir determinadas pessoas que não se adequam a esta dinâmica social.

Para concluir este subcapítulo, gostaria de explicitar algumas questões e contribuir com uma hipótese: primeiramente, não sou historiador. Sou apenas um educador que gosta de ler incessantemente sobre diversos temas de meu interesse. Então essa contribuição teórica acerca da origem da sexonormatividade e a sua ligação com a heteronormatividade também possui suas limitações. Uma pesquisa específica sobre este tema é necessária para poder compreender com maiores detalhes de onde surgiu essa repressão.

Em segundo lugar, acredito que antes da oficialização da *lex lulia et papia* deve ter ocorrido outras questões comuns da cultura greco-romana e das religiões presentes em sua devida época que contribuíram para o surgimento da sexonormatividade. Inclusive tendo uma relação muito forte com a religião judaica que acabou se tornando mais presente em roma, mas sem esquecer das raízes da cultura grega presente na roma antiga. Leiam este trecho de "O banquete" de Platão (2001):

> Por conseguinte, todos os homens que são um corte do tipo comum, o que então se chamava andrógino, gostam de mulheres, e a maioria dos adultérios provém deste tipo, assim como também todas as mulheres que gostam de homens e são adúlteras, é deste tipo que provêm. Todas as mulheres que são o corte de uma mulher não dirige muito sua atenção aos homens, mas antes estão voltadas para as mulheres e as amiguinhas provêm deste tipo. E todos os que são corte de um macho perseguem o macho, e enquanto são crianças, como cortículos do macho, gostam dos homens e se comprazem em deitar-se com os homens e a eles se enlaçar, e são estes os melhores meninos e adolescentes, os de natural mais corajoso. Dizem alguns, é verdade, que eles são despudorados, mas estão mentindo; pois não é por despudor que fazem isso, mas por audácia, coragem e masculinidade, porque acolhem o que lhes é semelhante. Uma prova disso é que, uma vez amadurecidos, são os únicos que chegam a ser homens para a política, os que são desse tipo. E quando se tornam homens, são os jovens que eles amam, e a casamentos e procriação naturalmente eles não lhes dão atenção, embora por lei a isso sejam forçados, mas se contentam em passar a vida um com o outro, solteiros. (p.22).

Ou seja, ainda havia uma certa obrigatoriedade na grécia antiga para o casamento e procriação, mas ainda assim havia uma exaltação da homossexualidade inclusive relegando tal aspecto à uma "verdadeira" masculinidade. São tão masculinos que, inclusive, só gostam de se deitar com homens. Então ainda na Grécia antiga havia uma "lei", não sei se no sentido estrito ou figurado, mas que impulsionava a procriação. Então talvez a sexonormatividade no contexto eurodescendente pode ter partido ainda na Grécia Antiga e se tornando cada vez mais "eficaz" e recrudescida na *lex lulia et papia* e as seguintes que vieram depois dela.

Em terceiro e último lugar, a religião cristã teve um impacto preponderante na repressão de diversas sexualidades e no estabelecimento do casamento para obrigar as pessoas a terem filhos, mas tal situação já ocorria antes do estabelecimento da fé cristã que apenas absorveu essa prática por meio do sincretismo para poder se estabelecer como dominante (Ranke-Heinemann, 1990).

4.3 A sexonormatividade nos dias de hoje

A questão que aqui trago é que da mesma forma que a sexonormatividade foi propagada pela religião cristã na idade antiga até a atual, o mesmo ocorreu com a medicina no

século XX. Neiva (2019), em sua estrondosa tese[42], explica detalhadamente a partir da sua etnografia e do aporte teórico de pensadores pós modernos como Judith Butler e Paul B. Preciado, que o discurso médico é sexormativo e, muitas vezes, acaba por patologizar a assexualidade, assim como fizeram com outras diversidades sexuais e de gênero.

> No início da descoberta, resolvi contar aos meus pais sobre ser assexual. Resultado: eles não acreditaram no que eu contei e hoje em dia isso foi completamente esquecido. A negação da assexualidade chegou a tal ponto que eles preferiram contar para a família que eu não quero me casar porque sou frígida ou lésbica. A minha mãe quis me levar ao ginecologista para tomar remédio, hormônio, estimulante, me neguei a ir, porque não estou doente. Se eu fosse um homem, tenho certeza que me arrastariam para um prostíbulo (Andreia, 31 anos, nascida em Franca/SP, vendedora). (Neiva, 2019, p. 131).

Esse relato revela como a assexualidade é negada como uma possibilidade e como isso pode gerar preconceito homofóbico pela compreensão limitada das pessoas acerca da diversidade sexual na sociedade, que gera uma relação dicotômica entre heterossexual e homossexual, ou seja, se não é heterossexual, então é homossexual. Logo, se é homo, sofre homofobia. Outra questão é a patologização, além do possível constrangimento sexual, que, no caso acima, ela poderia sofrer, se fosse homem, a ir para um prostíbulo, ainda que tais importunações possam ocorrer com mulheres de outras maneiras.

Nosso foco de pesquisa, no entanto, por se tratar da educação para a sexualidade, visando combater a sexonormatividade, é impedir que casos de homofobia, exclusão social, importunação sexual e estupro corretivo sejam naturalizados em nossa sociedade, a partir do debate acerca da assexualidade como possibilidade viável de experienciar a vida e de combater a sexonormatividade, oferecendo uma abordagem afetivo-sexual respeitosa e que preze pelo diálogo, visando o consentimento nas relações.

> Meu ex-esposo contou que sou ace[43] em um churrasco de família para todos os nossos familiares durante uma briga nossa. O pastor da antiga igreja que frequentava soube disso e veio conversar comigo para me dizer que o papel de esposa é servir o marido sexualmente... me divorciei e mudei de igreja. Eu não quero saber de homem sexual nenhum me torrando por sexo. Agora, só namoro ace estrito para não ter problema (Maria, 27 anos, nascida em São Paulo/SP, secretária executiva). (Neiva, 2019, p. 131).

Este relato de Maria revela o que já foi debatido anteriormente, o como a religião ainda age frente à sexonormatividade imposta por Augusto, mas agora não mais devido à *Lex Iulia et Papia* , mas à cultura de fiscalização da sexualidade alheia que se criou a partir dela, visando o casamento heterossexual monogâmico e tendo como finalidade a reprodução. Não é de se estranhar que hoje em dia haja uma superpopulação que só tende a crescer.

---

[42] "Já experimentou para saber se gosta?" - Assexualidades na sociedade sexualizada.
[43] *Ace* é um apelido para assexual.

> Expliquei para meu pai sobre assexualidade, mas ele confundiu tudo e ficou bravo achando que eu era lésbica. Minha mãe também não entendeu, aliás não entende até hoje. Fora isso uns conhecidos e colegas se afastaram quando souberam (Rafaela, 32 anos, residente de Belo Horizonte/MG, advogada). (Neiva, 2019, p. 131).

Outro ponto é a questão do preconceito dirigido aos assexuais, a partir da difamação e exclusão daqueles que não aderem à cultura sexonormativa, como serem taxados de virjões ou serem reconhecidos como aqueles que devem "ficar pra titia" (Neiva, 2019, p. 131). Não há problema algum em ser virgem ou de não querer se casar e nem ter filhos. Hoje em dia, inclusive, existem assexuais que namoram outras pessoas assexuais para terem um relacionamento amoroso que não envolva o sexo, e, assim, como no caso dos casais homossexuais, poderem adotar crianças, se esse for o desejo do casal.

> "Ficar pra titia" é um modo de dizer ficar "estéril" e, já que não filhos, sobrinhos. Assim como "perder o ônibus" marca no tempo a improbabilidade do casamento. A mulher que passa da idade fica pra titia e perde o ônibus, não gera descendência própria. A ela, então, "coitadinha", resta estudar para ser irmã de caridade (freira) ou "pagar" para ser carola. Tudo isso é motivo de pena ou de risos, a celibatária é a invicta que ainda não conseguiu casar (Rodrigues, 1992, p.145).

Jessie Ford (2017), ao entrevistar trinta homens heterossexuais que estavam na graduação, constatou que, para além dessas características, havia algo mais em comum entre eles: todos fizeram sexo em algum momento sem ter desejado por isso. Eles fizeram por pressão social, por medo do que as pessoas pensariam sobre um homem que não aceita todo e qualquer tipo de oportunidade para o sexo, considerando que esse tipo de pensamento tem uma relação direta com a masculinidade em si. Essa pesquisa também traz um dado interessante: 7% a 27% de homens faziam sexo mesmo sem desejar, pelo simples fato de não ficarem mal vistos pelo seu grupo de amigos na faculdade/universidade.

Ford (2017) fez um trabalho extraordinário, o que ela não sabia é que existe um conceito para o que ela relatou: sexonormatividade. Muito similar à heteronormatividade é a ideia prévia de que todos sentem atração sexual e, em algum momento de suas vidas, vão querer fazer sexo. Esse aspecto da nossa sociedade faz com que as pessoas sintam-se impelidas a fazer algum ato libidinoso, independentemente se isso parta das suas próprias vontades ou não.

Acredito que este aspecto afeta a todos, assim como as normas binárias de gênero e a heteronormatividade. No entanto, nosso foco está naqueles que seriam afetados pela sexonormatividade de forma mais incisiva e constante: os assexuais.

> O desinteresse sexual/amoroso – construído social, histórica e culturalmente como transtorno psicológico ou fisiológico – tem sido ressignificado, a partir

> do início do século XXI, como forma distinta e legítima de sexualidade, situada no espectro mais amplo da diversidade sexual (Oliveira, 2015b, p.10).

Obviamente que os homens descritos na pesquisa de Ford (2017) eram heterossexuais e não assexuais, mas isso não quer dizer que eles não sofram a pressão social da sexonormatividade e das normas binárias de gênero. No entanto, em pesquisa exploratória, foi coletado relatos orais de sujeitos assexuais, constatou-se a recusa constante de beijos e de sexo, que, por ser recorrente, era considerada por outras pessoas, seja na escola ou na sociedade, algo estranho. Algo que deveria ser repelido. Muitos assexuais dessa pesquisa relataram que os problemas em relação à sexonormatividade surgiram na infância e, principalmente, na adolescência, no momento de um "rito de passagem", que era beijar alguém para ser aceito pelo grupo, em especial na escola.

Muitas dessas pessoas assexuais também relataram que ou eram forçadas pelos seus amigos a ficarem com alguém, ou, caso houvesse uma fuga dessas tentativas, a pessoa era excluída do grupo e perdia o seu status de "um pouco mais adulto" em relação aos demais, ou seja, era infantilizada, tratada como uma criança e excluída.

Entretanto, nesta pesquisa não defende-se uma visão conservadora acerca da sexualidade, mas, apenas, enfatiza-se a importância do consenso em uma relação afetiva e que tal relação deve ocorrer à medida que ambas as partes sintam-se à vontade para a prática, sem pressão das demais pessoas. Independentemente se for uma relação casual ou um namoro, é importante que as pessoas pratiquem a sua sexualidade visando a consensualidade.

Ford (2017) aponta que há diferenças entre "*unwanted sex*" e o próprio abuso sexual. O abuso sexual é quando uma pessoa não quer sexo e declara que não quer praticar este ato, mas, mesmo assim, é forçada a estar nesta situação. Já o sexo sem desejo é quando a pessoa não quer fazer, mas sente-se compelida a realizar o ato devido às pressões sociais, ainda que possa recusar tal situação.

A sexonormatividade, como podemos observar, também vai de encontro com os debates acerca da liberdade sexual, pois a liberdade não está circunscrita sumariamente em uma visão simplista de que os seres humanos podem transar livremente, independentemente do quando, do como e do porquê. A liberdade sexual também está no consentimento na relação com o outro e coloca em dúvida até que ponto existe tal consentimento, já que existe uma pressão social para o ato libidinoso. Essas questões ficarão mais nítidas no capítulo seguinte.

5. Assexualidade e abjeção

Este capítulo se destina a reunir diversas transcrições de pessoas assexuais, nas quais relatam sobre suas percepções acerca do mundo que os rodeiam, e, em alguns momentos, busca-se colocá-las em diálogo com a teoria *queer*. A grande questão que envolveu os colaboradores foi essa relação entre o mundo infantil e a puberdade, pois, enquanto boa parte das pessoas começava a querer ter suas primeiras experiências libidinosas e sexuais, eles não pensavam nisso.

> **Angelina**: Eu senti que foi uma jornada, vamos dizer assim. E começou, principalmente, na adolescência, acho que a maioria sempre começa nesse período. Parece que, do nada, as coisas que você falava de criança no mundo infantil, parece que automaticamente muda para coisas de namoro, beijar na boca e tudo mais. Então, parece que… obviamente eu amadureci conforme a minha idade, mas só que esses pensamentos não foram para mim automáticos, vamos dizer. Então, eu nunca me incomodei. No caso, eu sempre tive mais amizade com meninas. Então, nunca me incomodei as minhas amigas falarem comigo sobre essas coisas. Mas sempre quando chegavam os apontamentos, elas perguntavam, "ei, de quem você gosta? De quem é o menino que vocês gostam? Você deixou de ser bv? Então, eu ficava muito constrangida (Angelina, 26 anos, parda, mulher cisgênero, MA).

> **Obá**: Foi muito complicado, porque eu sempre tive muito amigos meninos, né? Mesmo tendo poucos amigos, mas eram meninos. E aí, quando a gente chegou na adolescência, começou aquela coisa, “ah, fulano gosta de você e isso aqui”. E eu acabei perdendo algumas amizades com meninos por conta disso. Porque acho que eles também ficavam constrangidos, né? Acho que as mães também. E não tinha nada a ver. Eu queria brincar e eles também. Só que aí começou com essas frescuras dos amigos deles ou das minhas meninas lá da sala. E aí eles foram se afastando. Então eu acabei perdendo as poucas amizades que eu tinha, que eram com meninos, por conta desse assunto. E aí eu ficava brava, falei, ah, tudo por causa dessas coisas de namorar, né? E eu não me interessa, mas eles não entendem. Então eu ficava chateada. (Obá, 41 anos, não-binário, parda, SP).

Essas situações demonstram que nem todos possuem os mesmos interesses, inclusive, na transcrição de Maria ela revela que até mesmo a masturbação não foi algo que ela passou a conhecer se outras pessoas não viessem falar para ela o que era. Acho importante dar destaque a esses relatos, pois eles evidenciam quão subjetivo é aquilo que as pessoas em geral chamam de atração sexual e de como isso nem sempre ocorre com todas as pessoas, mesmo em época de puberdade.

Com o receio de serem considerados como um casal, havia um certo distanciamento entre amizades do “gênero oposto”[44], em um primeiro momento da puberdade. Pois,

[44] As pessoas são assignadas a um gênero binário (masculino ou feminino) à partir do sexo que elas possuem e se espera que tenham relações sexuais com o “gênero oposto” e assumam determinados papeis. Não estou dizendo que Obá, por exemplo, é mulher, mas ela era compreendida como mulher nessa época de vida em que ela relatou.

compreende-se, nesse meio, que a amizade ocorre apenas com alguém do mesmo gênero. Cattelan (2006) fez um trabalho espetacular sobre o ditado popular “mulher de amigo meu é homem”, no qual ele percebia as nuances sutis desse discurso que, no fundo do inconsciente, soa como “respeito a sua esposa como se ela também fosse meu amigo”, como se a amizade entre homens e mulheres fosse incompatível, por conta das questões libidinais impostas pela heterossexualidade compulsória.

Analisando as transcrições acima, é possível perceber que na infância as amizades entre homens e mulheres não possuem tanta importância, por verem tais questões pelo prisma da ingenuidade da infância, no entanto, ao chegar a puberdade parece haver uma maior dissociação da amizade entre homens e mulheres, e aqueles que não se assumem enquanto heterossexuais perante o grupo escolar, com o rito de passagem de beijar uma pessoa do gênero “oposto” na frente de todos como prova de sua heterossexualidade.

Laqueur (2001) revela a relação de oposição que se estabelece entre os gêneros a partir do nascimento do modelo binário de sexo, ou seja, se um é forte, o outro necessariamente deve ser fraco. Se um é objeto do desejo sexual, o outro necessariamente não pode ser. Se um é amigo, o outro não pode ser. Essa relação de oposição entre gêneros demonstra que enquanto o sexo “oposto” é visto como um objeto de desejo sexual isso o excluí da amizade, pois a amizade se concentra naquele que possuí o mesmo sexo.

> **Entrevistador**: As pessoas já te pressionaram para que você beijasse alguém ou participasse de algum relacionamento?
> **Amanda**: Ah, sim, teve uma festa em específico. Aconteceu uma festa na escola, inclusive. E era uma festa aberta ao público. E aconteceu uma situação onde, enfim, foi extremamente desagradável. Notaram que uma pessoa estava olhando para mim. E aí falaram, "nossa, o fulano está olhando para você" e eu falei: "Tá bom? Ok." [expressão de apatia], E nisso empurraram o garoto em minha direção e começaram a me empurrar na direção dele também. E nisso a única reação que eu tive foi me soltar de todo mundo e me trancar no banheiro. Porque foi uma situação onde eu me senti... "você vai fazer isso, sim. Porque a gente quer que você faça isso.", Como se fosse uma obrigação. Sabe? "Todo mundo com 16 anos tem que passar por isso? Sim. Tem que beijar? Sim.", Não, não. Eu não quero. Essa situação de falar "eu não quero", foi o que eu acho que me salvou de muitos casos. Mas eu sinto que esse foi o que mais floresceu… “Nossa, eu tenho que criar uma camada de proteção para não passar por essas situações”, Porque são… a gente acha que não, mas acontecem muito. Acontecem muito de você ter que beijar uma pessoa porque a outra pessoa quer e você não. Isso é horroroso. [...] E essa situação na escola me marcou bastante porque eu acabei não indo em muitas festas na minha adolescência. E me sentia muito culpada por isso. Eu falei, “nossa, eu quero ir para esses lugares, mas tenho a pressão de ouvir e ficar com alguém”, Eu não quero, eu só quero aproveitar o momento com os meus amigos. Só que eu fiquei muito em casa antes mesmo da pandemia acontecer. Então eu evitei muitos lugares, evitei muitas pessoas, evitei muitas situações. E provavelmente não aconteceria nada, mas era uma

> questão de proteção própria. E eu não quero que isso aconteça de novo. (Amanda, 21 anos, mulher cisgênero, branca, SP).[45]
>
> **Yayoi**: os colegas fazem, tipo, desafiavam em três, porque, assim, essas pessoas ficavam com famas de difíceis, porque negavam qualquer tipo de avanço, porque eram assexuais, e por causa disso era meio que um desafio, assim, conquistar essas pessoas, e isso eu via acontecer, não foi nada que ninguém me contou, assim… Isso aconteceu. Não posso negar.
> **Entrevistador**: É como se a pessoa assexual fosse um troféu a ser conquistado?
> **Yayoi**: Sim, sabe… mas assim, principalmente considerando que a maioria dessas pessoas eram mulheres, ou pessoas assignadas ao sexo feminino ao nascer, tem ainda… assim… aquela que… mistura tudo, assim, essa coisa da... essa coisa da... do preconceito com a sexualidade, de toda uma questão do machismo, de ver a mulher como um troféu, junta tudo, né? Nada vem sozinho nesses pacotes, né? (Yayoi, 25 anos, não-binário, nipo-brasileiro, PR).

Sendo assim, inicialmente vamos analisar as duas primeiras transcrições: Percebam que não se fala, necessariamente, em perder a virgindade em si, mas sim o que ela chama de "BV", ou seja, beijar pela primeira vez. Ao que me parece, a pressão para beijar e transar se inicia na puberdade. Amanda ainda diz que evitou muitas festas na escola por receio dessas pressões e isso me faz pensar uma coisa, muitas vezes se tem um estigma de que assexuais são pessoas frígidas e conservadoras, mas, na verdade, acredito que o que ocorre é que essas pessoas só não querem ser forçadas a ter um contato libidinoso contra a sua vontade.

Nhancale (2012) aponta em seu TCC que essas pressões ocorrem pelas representações que existem na sociedade e estimuladas pela mídia social, e revela como um certo ritual de passagem da infância para a vida adulta. Ou seja, compreende-se a pessoa virgem como alguém mais próximo da inocência e da infância do que do mundo adulto. E eis aí uma correlação da infantilização da assexualidade, ou seja, quando compreendem o sujeito assexual como uma pessoa infantil, não por conta dos atos que ele tem, mas das experiências libidinosas que o mesmo não deseja ter e a sua exclusão por conta dessas questões.

> **Entrevistador**: E você disse em algum momento, né, que você sentia que fazia parte de do seu estágio de crescimento, né? De ser vista como adulta. Você acha que pessoas assexuais são infantilizadas?
> **Aloy**: Olha, eu acho que são. Elas são infantilizadas pela mídia, pelas outras pessoas, pelo… pelos médicos, né? Toda essa parte de sistema de saúde. E eu acho que elas também são infantilizadas por elas mesmas. E é uma coisa que eu trabalhei muito assim na terapia, assim, né? De que eu sinto que eu não sou adulta, porque eu não faço coisas que eu criança, e os adultos fazendo, né? Os adultos, o que que os adultos fazem? Os adultos pagam conta, os adultos se vestem para o trabalho, eles pegam ônibus lotado, eles beijam, né? Eles beijam em público, eles casam, eles têm filhos. E era uma

[45] Se tiver um tempo, veja a obra de "O beijo" de Edvard Munch (1895) e releia este trecho, e talvez seja possível rever essa obra com outros olhos.

> coisa assim, para mim, eu ficava assim, conscientemente infantilizando a mim mesma, né? Nessa ideia, assim, de tipo, eu não sou uma adulta ainda. Tipo, nossa, eu tenho 27 anos e não sou adulta. Eu tenho 30 anos e não sou adulta. E agora é uma coisa assim que eu tô, eu tô tentando levar, assim, sabe? Tipo, foda-se, né? E é uma coisa assim que eu fico, eu fico pensando muito nisso, pra trabalhar com mim mesma (Aloy, 33 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

Acredito que a infantilização possui uma relação intrínseca com a exclusão social de pessoas assexuais. Digo isso, porque, a exclusão não é apenas a não permissão de uma pessoa a um grupo e seus privilégios, mas também há nessa estratégia um aprisionamento do sujeito às regras do grupo. Ou seja, o sujeito só pode permear no grupo e ser aceito por ele, à partir do momento em que preenche determinados pré-requisitos estabelecidos pelos participantes desse grupo social. Isso em uma escala nacional ou internacional, como no caso do estabelecimento da sexonormatividade perante a igreja católica faz com que as diversidades sexuais e de gêneros, entre elas a assexualidade, sejam tratadas com exclusão social em proporções geográficas em países eurodescendentes.

A artista Laerte comentou uma vez num documentário que, às vezes, se sentia tendo que comprovar sua identidade transgênero por meio de rituais para que fosse legitimada socialmente. E então ela faz uma referência ao filme, “O homem chamado cavalo”, que conta a história de um norte-americano branco que quer ser aceito por uma sociedade indígena, e, para isso, ele precisa passar por um ritual em que são colocados dois pés de águia fincados nas costas dele e ele fica pendurado por eles por meio de uma corda enquanto os demais integrantes dessa sociedade soltam fumaça nele e o fazem girar no ar. Esse é um ritual para que o mesmo seja reconhecido como membro desse povoado indígena (Laerte-se, 2017).

> No contexto dos prisioneiros, escreve Foucault, a estratégia não foi impor a repressão de seus desejos, mas obrigar seus corpos a significarem a lei interditora como sua própria essência, estilo e necessidade. A lei não é internalizada literalmente, mas incorporada, com a consequência de que se produzem corpos que expressam essa lei no corpo e por meio dele; a lei se manifesta como essência do eu deles, significado de suas almas, sua consciência, a lei de seu desejo. (Butler, 2003, p.193).

A um nível inconsciente, essa estratégia aprisiona as pessoas assexuais em uma sociedade sexonormativa, em que, ou a pessoa adere a essa cultura sacrificando a sua individualidade vide *unwanted sex* (Ford, 2017), ou passa a ser excluída de determinados locais e grupos de poder. Me lembro que uma vez durante a aula de uma professora da qual respeito muito ela me disse que os grupos identitários se excluem na universidade. Aí eu disse que uma vez eu estava no restaurante universitário almoçando junto de um professor e alguns colegas zombaram dele, pois o mesmo estava almoçando comigo. Sendo essa, obviamente,

uma estratégia discursiva para que tal professor se sentisse constrangido e passasse a não almoçar mais comigo e passassem a me excluir junto com eles, ainda que, na verdade, eu considere uma dádiva não ter o menor contato com quem busca fiscalizar a vida alheia. Quando eu comentei isso na sala de aula dela foi para demonstrar o caráter não só fiscalizador, mas também punitivo, dos heterossexuais que buscavam ridicularizar os heterossexuais que mantém amizade com aqueles que buscam romper as normas de gênero.

E tal estratégia discursiva, à partir da exclusão social, demonstra aquilo que Butler (2003) explica acima como "a lei de seu desejo" (Butler, 2003, p.193). Pois a exclusão possui essa relação de que, quando o abjeto, ou seja, aquele que é expelido, busca se aproximar daquilo que o expulsou, há também o constrangimento para que o outro continue expulso, a não ser que se adeque à lei interditora, que é quando você passa a fiscalizar a si mesmo para estar incluído neste grupo. Mas digo que, por experiência própria, caso você consiga adentrar a um grupo que o expeliu, você nunca será plenamente reconhecido como igual. Será sempre um outro integrado ao grupo, mas não incluído.

> A vergonha do acordo, de estar no meio da traição. O fascínio inicial que me leva a eles e, ao mesmo tempo, me separa deles. A repugnância pela comida talvez seja a forma mais elementar e mais arcaica da abjeção. Quando os olhos veem ou os lábios tocam aquela película na superfície do leite[46] — inofensiva, fina como uma folha de papel de seda, patética como uma lasca de unha — Eu experiencio uma sensação de engasgo e, mais profundamente, espasmos no estômago, na barriga; e todos os órgãos se embrulham dentro do corpo, provocam lágrimas e bile, aumentam os batimentos cardíacos, fazem a testa e as mãos suarem. Junto com a tontura que turva a visão, o enjoo me faz recusar aquela nata do leite, me separa da mãe e do pai que a oferecem. "Eu" não quero nada desse elemento, sinal do desejo deles; "Eu" não quero ouvir, "Eu" não assimilo isso[47], "Eu" expulso isso. Mas como o alimento não é um "outro" para "mim", que existo apenas no desejo deles, eu me expulso, eu me cuspo, eu me abjeto no mesmo movimento em que "Eu" alego me estabelecer. (Kristeva, 1982, p. 2-3).[48]

Ao meu ver, a sexonormatividade e heteronormatividade ainda são tão fortes culturalmente que esse rito de passagem de beijar em meio aos demais adolescentes é uma forma de ritual de passagem para ser aceito entre seus pares na escola. Aqueles que não passam por tal ritual podem ser considerados imaturos e são excluídos por conta disso, além de repousar a dúvida acerca de sua sexualidade, e, por isso, também passam a sofrer homofobia.

> **Aloy**: a gente podia tá falando sobre qualquer coisa. Por que estamos falando da sua preocupação comigo, pegar esse amigo que você não conhece, que

[46] Volto a falar dos líquidos.
[47] Volto a falar dos *Borgs*.
[48] Tradução minha. Este trecho é citado também na obra de Butler (2003) e é um dos mais icônicos

> não tem nada, né? Tipo, qual, qual que é a questão disso, sabe? (Aloy, 33 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

> **Jonas**: Mas pode-se dizer que na adolescência, lá pelo ensino médio, que todo mundo falava o tempo todo de sexo e tal. E aí eu era meio que zoado por ser o adolescente virgem do grupo. E todo mundo, "nossa, tem que fazer" e eu meio que... não quero. (Jonas, 24 anos, homem cisgênero, descendência indiana, PA).

Obviamente que tal análise não surge como uma maneira de restringir as primeiras experiências na escola, na verdade, acredito que um ponto positivo da educação ocorrer durante esse processo de puberdade é que os adolescentes podem ter o aconselhamento dos professores, inclusive sobre essas questões. No entanto, esse aconselhamento deve ocorrer no intuito de também dizer para eles não pressionarem os demais colegas a comprovarem a sua identidade, mas sim de fazer aquilo que for de seu desejo e que seja consensual entre as partes envolvidas.

Ressalto aqui que não há problema nenhum em demonstrar afeto publicamente. No entanto, o que é analisado nas entrevistas, é que a compulsoriedade de provar a sexualidade para os pares em público é um mecanismo heterossexista e sexonormativo, a partir do qual, quando as pessoas não se adequam a tal pressão social, elas geralmente são forçadas fisicamente a se relacionarem com alguém ou hostilizadas e excluídas dos grupos constituídos de heterossexuais.

As transcrições a seguir evidenciam como essa pressão também pode ocorrer com homens e como as pessoas assexuais compreendem essas pressões sexonormativas como algo desgastante para a sociedade. Além de causar desconfortos entre as amizades, elas também podem causar um distanciamento e beirar ao assédio sexual em algumas situações, como a situação da colaboradora Amanda, em que foi literalmente empurrada por suas colegas em direção a um menino que ela não queria beijar. Para Nhancale (2012)...

> a vida sexual se inicia cada vez mais cedo, quer no campo, quer na cidade, para raparigas e rapazes, apontando como razões para justificar esta situação, para os rapazes, necessidades biológicas, a curiosidade provocada pelos filmes (novelas, vídeos pornográficos), os programas de prevenção contra ITS que advertem para o uso de preservativo bem como a necessidade de afirmar a sua masculinidade e a pressão dos amigos, e para o caso das raparigas, são apontados a pressão dos namorados, normalmente mais velhos, muitos dos quais “pedem a prova de amor”, a influência das amigas já iniciadas, a pobreza, a ambição, e o desejo de não serem humilhadas por serem virgens pelo grupo de amigas ou pelos rapazes. [...] Actualmente, muitos adolescentes preferem dizer diante da turma que já tiveram a primeira relação sexual, para não ser ridicularizados diante de comentários e piadas dos colegas (Nhancale, 2012, p. 24-27).

Também é importante destacar como a sexonormatividade está intrinsecamente ligada à heterossexualidade compulsória e à homofobia, pois esse ritual de passagem de "perder o beijo virgem" me parece estar ligado a um movimento de provar para os demais adolescentes que você é heterossexual, visto o medo de ser compreendido como homossexual.

> **Adeline**: No ensino médio, na verdade as pessoas ficavam fazendo brincadeiras porque eu não namorava, então o pessoal ficava fazendo umas brincadeirinhas, muita gente desconfiava que eu era lésbica também, porque eu nunca tinha estado em um relacionamento, nem me viam com ninguém, então o pessoal... eu sentia um pouco essa pressão de como você tivesse que provar sua sexualidade, que provar que você é hétero, inclusive. (Adeline, 25 anos, mulher cisgênera, parda, PI).

Para compreender essa situação devemos retomar Butler (2003) e a sua maneira de compreender a sexualidade como intrinsecamente ligado à performatividade de gênero. É como se, do ponto de vista dos conservadores, ser LGBTQIAPN+ fosse uma maneira de se desviar das normas binárias de gênero. Pois, se você é mulher, você deve agir como mulher e corresponder às expectativas impostas ao seu sexo/gênero. Dentre essas regras, está a de se relacionar com homens. É como se a heterossexualidade compulsória fizesse parte desse conjunto de regras de gênero. E mais, você precisa provar para os outros que a sua feminilidade é coerente com o esperado socialmente. Ressalto que Laqueur (2001) evidencia que essas normas de gênero são colocadas de maneira a manter a ordem social imposta pelo receio de que os homens passem a exercer o papel "inferior" das mulheres e que as mulheres subvertam a ordem assumindo um papel ativo na sociedade.

Não é de se esperar que a única estudante lésbica entrevistada por Carvalhaes (2019) era excluída das antigas amizades por preconceito. Como se a matriz da heterossexualidade compulsória colocasse uma relação fixa para as pessoas: ou se é homem ou se gosta de homens. Um era condição para exclusão do outro. O fato dela se identificar com o feminino e ter relações libidinosas com outras meninas fazia com que ela fosse motivo de deboche e exclusão social pelas meninas heterossexuais. No caso das pessoas assexuais que colaboraram com essa dissertação, elas tinham que provar sua heterossexualidade, caso não provassem perante o ritual do beijo em público eram socialmente compreendidas como homossexuais e sofriam homofobia.

Carvalhaes (2019) demonstra que entre os meninos heterossexuais, ela também sofre com essa exclusão, entretanto, ela também passa por situações em que eles buscam a mesma e "pediam para fazer parte do casal" (Carvalhaes, 2019, p. 78), ou seja, eles fetichizavam as meninas lésbicas e queriam, por meio desse "convite", corrigir a sexualidade delas (sic) para

que elas retornassem à matriz de gênero e heterossexualidade compulsória, ou seja, que cumprissem o papel imposto às mulheres de ter relações com os homens.

> Segundo Caetano (2015), tornar-se homem é um processo em que as regras da masculinidade necessitam ser construídas, conquistadas e comprovadas. Nessa mesma linha de pensamento, Nascimento (2017) sinaliza que o processo de aprendizagem da masculinidade é pautado na heteronormatividade, sendo a heterossexualidade a "única forma" socialmente reconhecida e valorizada, logo, para ser homem, é preciso negar características associaidas ao feminino e homossexual. O autor acrescenta que os discursos homofóbicos são integrantes do processo de aquisição de referências de conduta para homens e rapazes (Carvalhaes, 2019, p. 76).

Na transcrição abaixo, veremos que essa situação de buscar impor o beijo como estratégia sexonormativa também ocorre no ensino superior, ainda que relatada em menor número pelos colaboradores, e isso revela que pessoas assexuais também sofrem dessa homofobia na universidade, que também é uma instituição escolar, por não se enquadrarem nas normas de gênero vigentes, por terem que ficar comprovando se são ou não heterossexuais perante o grupo. Até esse momento, os relatos de pessoas assexuais são muito parecidos com as vivências de *gays* e lésbicas durante o processo de escolarização, mas ainda existem outras questões com as quais as pessoas assexuais sofrem, como a patologização, e que boa parte da comunidade LGBTQIAPN+, felizmente, não sofre mais.

> **Entrevistador**: Tá certo. Dois. Você já sofreu algum tipo de preconceito e ou exclusão na educação básica ou superior por ser assexual?
> **Maria**: Na superior, sim. Na superior, na universidade, eu lembro que as minhas amigas questionavam porque eu não gostava de transar, porque todo mundo falava em sexo, porque todo mundo... E eu sempre me escondia em um relacionamento. É curioso, mas eu uso muito essa expressão. Eu me escondia em um relacionamento, como se eu estar me relacionando com alguém me blindasse da necessidade de me envolver com outras pessoas. Porque era muito comum as meninas e os meninos da minha idade terem experiência de ir pra festa, ficar com várias pessoas e experimentar com várias pessoas, experimentar de diversas formas, e eu não gostava. E aí de tantas pessoas dizerem, "ah, que chata, não sei o que, beata", e… sabe? As pessoas criticavam, então eu arrumava um namorado, fiquei com o namorado muitos anos, que aí eu não tinha que dar satisfação, eu tinha um namorado. (Maria, 42 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

Ainda que todas essas histórias fossem muito parecidas em relação à pressão sexonormativa e essa relação de provar para os outros que se é sexualmente ativo, como se isso fosse uma prerrogativa para ser reconhecido como adulto, há casos como o de Maria, em que ela se forçava a estar em um relacionamento, não porque queria, mas porque se sentia reprimida perante as outras pessoas que perguntavam tanto sobre a sua sexualidade. Outro caso divergente é o relatado abaixo por Aloy, entre ela e um professor de sua faculdade em cinema…

> **Aloy**: Então, teve uma vez um professor que era considerado muito bom na escola, porque ele era um bom professor de direção, e eu tava contando pra ele sobre o que ia ser o meu projeto de semestre, e tava só eu, ele e um outro aluno na sala, o resto tava lanchando, e aí eu contei, né, ele tava super desconfortável, e ele falou assim, "olha, o único motivo de nós existirmos hoje, de termos a sociedade até hoje, é por causa da atração entre homens e mulheres. É por causa dessa..."
> Aí ele falou algumas coisas, tipo assim, "é por causa dessa paixão, dessa urgência, né, desse... desse... ímpeto".
> E eu achei esse comentário tão homofóbico também, tão acefóbico e homofóbico, mas eu fiquei chocada, assim, eu olhei assim um colega que tava ali fazendo assim com a cabeça, concordando com ele, e eu falei assim, "olha, isso não tem nada a ver, né, e tipo assim, eu acho esse comentário super homofóbico", mas ele... ele falou, "não, mas não é homofóbico", sabe, tipo, tentando, assim... falar… tentando vir por esse viés biológico, "é bom que homens e mulheres sintam atração pelo outro, para que a gente possa reproduzir, ter sociedade, nãnãnã", sabe? E eu fiquei muito desconfortável. (Aloy, 33 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

Essa história é bastante interessante, pois Aloy fez um curtametragem sobre um casal homoafetivo em que um é assexual e o outro é *gay*, e esse tema é muito recorrente em nossa sociedade, pois a assexualidade não necessariamente significa que a pessoa não queira namorar ou casar, alguns querem isso, mas não querem ter que fazer sexo. Por essa nova forma de se relacionar ser um tema tabu em nossa sociedade, isso causou um alvoroço em sua faculdade, mas quando ela fez esse curta e apresentou para diversas premiações ele foi muito bem recebido pela crítica e ganhou diversos prêmios. Outro ponto é que esse professor demonstrou o quão homofóbico e sexonormativo ele foi.

No subcapítulo "proliferação da prole" é possível ver como o receio do fim da sociedade por conta das guerras e a necessidade de se ter pessoas para povoar o império romano fez com que fossem criados todo um aparato social para que as heranças fossem dadas apenas àqueles que tinham filhos legítimos e fossem casados. Além do trabalho dos censores para vigiar a vida da elite e cobrando para que todos tivessem filhos (Coelho, 2015a). Não é de se espantar, portanto, que esse professor de Aloy tivesse comentado do receio que tem do fim da sociedade, caso não houvesse a procriação.

> **Obá**: E quando eu cheguei na idade adulta, também. Porque aí vinha a cobrança, inclusive, dos meus pais, eu percebia, não diretamente, [inaudível], E eu lembro que eu tinha uns 20 e poucos anos, acho, quase 30 já. E aí minha mãe - porque como minhas irmãs já estavam namorando, uma já tinha se casado e são todas mais novas. Um dia a gente tava conversando, tipo, esses almoços em família. Aí minha mãe chegou pra mim e disse: "mas você nunca namorou?" Aí eu respondi: "não". Só que ela não queria dizer a questão de namoro em si. E sim, tipo, "você nunca tinha feito sexo", né? E aí eu falei, "não". "Mas você nunca? Você gosta de menina?" - A pergunta pérola de sempre - "Você gosta de menina?" Tipo, "pode falar." Aí eu, "não, eu não tenho interesse.", Aí ela ficou quieta, né? Mas aquele quieto dela me inquietou, porque eu tinha certeza que ela pensava… o que é que ela tá

> imaginando, né? Então, foi o tempo todo eu sendo a estranha da família. Primeiro, por eu ser tímida, segundo eles, né? Não ter muitas amizades, não ir em festa. Eu nunca gostei, até hoje, não gosto de festa. Então, e a questão da sexualidade, isso. Eu sentia muita cobrança. Inclusive de amigos. Que acho que, "ai, vamos desencalhar essa menina", né? (Obá, 41 anos, não-binário, parda, SP).

> **Entrevistador**: Os preconceitos vivenciados na escola e sociedade, oriundos da sua identidade assexual, te acarretaram problemas relacionados à sua saúde mental e emocional?
> **Amanda**: Sim, acarretaram sim. Foi um dos grandes motivos que eu descobri durante a terapia. Que era uma coisa que fazia com que eu não ficasse nada bem. Porque não era uma aceitação minha só. Era também da minha família, e a minha família nunca tinha ouvido falar sobre isso. Então as falas, muitas vezes em mesa, quando eu entrava em nosso… [ela ficou muito inquieta, gaguejou um pouco e tentava organizar palavras neste momento]. Muitas vezes eu tentava só focar na comida que estava ali na minha frente. Mas muitas vezes era impossível porque você sente que estão falando de você. Você sente que está falando de uma parte de você tão importante... que tem que ser validada assim, mas para eles é só um motivo de graça. né? Então você sente um palhaço ali, em um circo, estão falando de você. E você é um motivo de chacota. Então... isso tudo faz com que você... Eu... eu me fechei muito para a minha família. Eu não tinha nenhum tipo de comunicação. Eu sentia que precisava me fortalecer primeiro para depois criar uma conversa com eles. Eu sinto que esse processo de descobrimento é muito parecido. Porque é algo que é você e você mesma. E a desconfiança da família sempre existe. Principalmente quando você é uma criança meio esquisita da família. Então, se existe a possibilidade de dúvida deles, é um motivo de você se sentir muito estranho. Até em um almoço. [...] Era um preconceito velado. São comentários jogados, que você entende que é para você. E eu entendo que hoje faz parte da forma de criação. Mas não é só a forma de criação que justifica tudo isso. Então, depois que eu me assumi pro meu pai, muitas vezes eu sinto que ainda existem esses comentários. Só que hoje eu sinto mais força para falar com ele. E falar: "o que você está falando? olha o que você está falando, repara. Falei uma coisa tão importante para você. Olha como você está lidando com esse tipo de coisa."
> E... Quando você tem esse convívio, parece que você fica... Eu já ouvi isso, você é muito grossa. Não, eu não sou muito grossa. Eu estou defendendo uma coisa que faz parte de mim. Então, eu entendo o seu comentário, só que seu comentário é preconceituoso. É um comentário que me machuca. Então, se você falar uma coisa que me machuca, eu vou me defender. Então, essa parte da família, eu acho que é um pouco... É mais difícil você ouvir da sua família do que de fora. E de fora você fala: "tá bom, eu nunca mais vou ver essa pessoa mesmo", Mas a família não. (Amanda, 21 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

Schulman (2010) debate como antigamente era comum as pessoas LGBTQIAPN+ serem expulsas da família, e, como hoje em dia elas, geralmente, apenas são toleradas, mas sem o efetivo reconhecimento da sexualidade dessa pessoa no meio familiar. Com as pessoas assexuais não é diferente, boa parte dos participantes disseram que jamais iriam se assumir para seus familiares por conhecerem a história de outras pessoas que foram desacreditadas ou que sofreram represálias de amigos e familiares, como podemos ver nas transcrições acima.

No trabalho não é diferente, essas pessoas ainda são tratadas como aberrações, por não se comportarem de acordo com as normas binárias de gênero:

> **Obá**: E aí eu lembro que eu já tava com quase 30 anos. Eu trabalhava no supermercado. E a gente trabalhava de domingo a domingo. E ali, um dia, eu resolvi sair com as meninas. Ah, eu vou sair. Elas falaram, vamos, vamos. Tanto que elas encheram o saco. “Não, tudo bem”. Mas, na verdade, elas estavam me arrumando pra um rapaz. E aí, eu me senti tão constrangida, que eu acabei... "Tá, então vou beijar o moleque", Foi a pior experiência da minha vida, foi a única vez. E foi ruim. Por quê? Acho que porque foi forçado, primeiramente. E eu me senti pressionada. Elas não falaram, "não, você vai beijar. Se não", Mas eu me senti, tipo, na obrigação de ir lá ficar com o moleque. (Obá, 41 anos, não-binário, parda, SP).

> **Jonas**: No último ano eu entrei em um trabalho junto com uma amiga minha e ela estava interessada em mim. Só que desde o início eu falava sobre eu ser assexual e que também eu sou homossexual e tudo certo. E aí... o meu patrão já sabia disso e ela também, ela é daquela que se der mole ela pega mesmo assim. E aí o meu patrão tava pressionando para eu ficar com ela o tempo todo. Dizendo, "Ah, por que tu não fica? Por que tu não experimenta? Ah, vai, não sei o que, faz isso", E aí eu não estava confortável e chegou ao ponto de em um dos trabalhos que a gente fez, que a gente viajou, ele colocou a gente propositalmente no mesmo quarto para que rolasse uma coisa, entre a gente. E aí não rolou, obviamente. E depois ele veio perguntar o que tinha rolado à noite no quarto - Foi um hotel que ele alugou e tal - e aí não tinha rolado. E depois "Jonas, eu te coloquei lá no quarto para tu aproveitar a noite e tu nem aproveitou", Aí depois ele falou assim… - mas ele não falou isso para mim - depois ele falou para essa minha amiga assim: "Tenho certeza que se fosse num quarto cheio de *gays* ele ia aproveitar", Aí eu fiquei... bem chateado com essa situação. E foi essa pressão que eu senti ultimamente, foi a última que eu senti em relação a isso. Vindo diretamente dessa pessoa. Não apenas isso, ele já tinha sido muito... incisivo em algumas questões desde a época que eu namorava. Já bem antes, né? Que ele queria saber da minha vida sexual com aquele meu namorado. Que ele achava... E aí o tempo todo querendo saber e tal. Ele sempre insistia nessa parte, sabe? (Jonas, 24 anos, homem cisgênero, descendência indiana, PA).

As piadas acerca da assexualidade, as pressões para que estas pessoas fiquem com outras e até mesmo a exclusão social são presentes também nesta etapa da vida. Obá, por exemplo, explicou que a vida inteira ela se sentiu excluída e socialmente e incompreendida por conta disso, como se o fato dela não querer ter relações sexuais fosse um impeditivo para que ela participasse de grupos de pessoas. E esses tipos de situações também ocorrem com as demais pessoas LGBTQIAPN+ no trabalho, como aponta Garcia e Souza (2010). Até mesmo quando se trata das promoções é perceptível que essa exclusão social acaba por afastar as pessoas LGBTQIAPN+ desse tipo de oportunidade profissional, e dos próprios grupos de amigos de trabalho, entre os quais se dão as indicações de quem será promovido, ainda que seja em um setor público.

> Sendo a presença destas piadas uma unanimidade entre os entrevistados, quais seriam as outras formas percebidas relacionadas à discriminação

> indireta de acordo com a análise individual da fala de cada pesquisado? Assim, os relatos abaixo visam enfatizar outras formas de discriminações indiretas manifestadas pelos entrevistados, mesmo que não sejam unânimes entre eles. / Antístenes só recebeu sua primeira promoção 14 anos após sua contratação no banco e tornou-se gerente com 19 anos de carreira. Ele afirma claramente que, apesar de trabalhar em banco público que permite a inclusão de dependentes oriundos de relações homoafetivas no plano de saúde, a sexualidade influenciou e contribuiu muito na demora em ser promovido. Atribui à exclusão de homossexuais do convívio social em lugares informais, como bares e jogos de futebol, a dificuldade de se formar redes de relacionamentos que permitam crescer na empresa. Apesar de a empresa onde Antístenes trabalha ter critérios explícitos sobre a seleção do corpo gerencial, fazendo parte das etapas de seleção de um gerente a avaliação de currículo, as provas de conhecimento e o curso de formação, o processo não é totalmente isento (Garcia e Souza, 2010, p.1370-1371).

Daqui em diante se torna impossível dissociar as experiências das pessoas assexuais da cultura sexonormativa e do conceito de abjeção de Julia Kristeva (1982), que auxiliou até mesmo Butler a criar a teoria *queer*. Como demonstram Cavalcanti, Barbosa e Bicalho (2018)[49] , o conceito de abjeção está calcado naquilo que não é possível assimilar pelo sujeito e que demanda um descrédito, desprezo, uma exclusão e regurgitação por aquele que nomeia a abjeção. É a negação de um sujeito, e as consequências para a saúde mental dessas pessoas acabam por ocasionar um sentimento de não pertencimento que adoece aqueles que se encontram nessa abjeção imposta pelos outros, a partir das normas sociais vigentes, e exatamente por isso podem definir aqueles que são abjetos.

Mas a abjeção, para além do como ocorre a exclusão social, também nos leva a considerar como aquele que é tornado abjeto se sente perante a sociedade. Na medida que o mesmo passa a se considerar abjeto e deixa de se considerar como um sujeito a medida que abre espaço para essas pessoas se reconhecerem no abjeto e na monstruosidade (Kristeva, 1982).

> Aquele por quem o abjeto existe é, portanto, um dejeto que se coloca (a si mesmo), separa (a si mesmo), situaciona (a si mesmo), e, portanto, se desvia em vez de se orientar, desejar, pertencer ou recusar. Situacionista em certo sentido, e não sem riso — já que rir é uma forma de colocar ou deslocar a abjeção. Necessariamente dicotômico, um tanto maniqueísta, ele divide, exclui, e sem, propriamente falando, desejar conhecer suas abjeções, não está de todo inconsciente delas. Frequentemente, além disso, ele se inclui entre elas, lançando assim dentro de si o bisturi que realiza suas separações. / Em vez de se sondar quanto ao seu "ser", ele o faz em relação ao seu lugar: "Onde estou?" em vez de "Quem sou eu?" Pois o espaço que absorve o dejeto, o excluído, nunca é uno, nem homogêneo, nem totalizável, mas essencialmente divisível, dobrável e catastrófico. Um inventor de territórios, línguas, obras, o dejeto nunca para de demarcar seu universo cujos limites

[49] Vale ressaltar que o artigo desses três autores é extremamente importante para compreender como a abjeção nasce de fora para dentro daqueles que são considerados abjetos.

> fluidos — pois são constituídos de um não-objeto, o abjeto — constantemente questionam sua solidez e o impulsionam a recomeçar. Um construtor incansável, o dejeto é, em suma, um errante. Ele está em uma jornada, durante a noite, cujo fim continua se afastando. Ele tem um senso do perigo, da perda que o pseudo-objeto que o atrai representa para ele, mas ele não pode deixar de correr o risco no exato momento em que se separa. E quanto mais ele se desvia, mais ele se salva (Kristeva, 1982, p.8).

Retornando à questão da assexualidade, essas pessoas também podem ser compreendidas como parte da comunidade LGBTQIAPN+, pois, além do sentimento de abjeção perante a sociedade, também ocorre a exclusão social, a partir das raízes históricas calcadas nas normas binárias de gênero e na heterossexualidade compulsória, as quais fazem com que elas não atendam às expectativas socialmente impostas, e compreende-se, principalmente, a questão da reprodução, ainda que nem sempre essas discriminações ocorram de maneira consciente. As transcrições abaixo revelam os sentimentos de abjeção de algumas pessoas assexuais frente à sexonormatividade.

> **Amanda**: Então, era muito... eu mesma fazer com que todo esse processo fosse ainda mais difícil, Então, se você não vê as outras pessoas falando, então parece que não tem uma, não é visibilidade, [silêncio enquanto ela pensava] mas uma consistência de, sabe, existem outras pessoas, você não está sozinho nessa, uma... uma... uma credibilidade, tá? Eu não via uma credibilidade no que eu estava procurando[...] E depois disso, depois que você ouve relatos sobre como as outras pessoas [assexuais] se sentem, sobre acontecimentos com elas, que você fala, "nossa, isso aconteceu comigo, isso acontece comigo", você acaba acreditando que sim pode existir, que sim tem credibilidade, que sim esses tipos de pessoas existem, e que tudo que elas falam são válidos também, como o meu sentimento, não é porque não é falado que não é válido, né? Porque muitas vezes não tem espaço para isso. As pessoas não deixam ter espaço por um mero preconceito idiota que fala que você tem que fazer relações sexuais, senão você é quebrado, ou falta hormônio para você, né? Porque não é normal, não é normal alguém não querer [sexo]. E junto a isso, tem muitas piadas em que você se sente desconfortável, e parece que você nunca tem argumentos suficientes para sustentar o que você sente. Então, essa parte de você ser apagado, né? Faz com que você se sinta muito… acho que… rebaixado. Eu me sinto assim, na questão de falar, "ah, eu sou assexual", eu ainda tenho muita dificuldade de falar isso, de falar, "nossa, eu faço parte da comunidade LGBT", e falarem, "ah não, para de frescura", sabe? "Você está tentando achar uma coisinha para ser especial". E eu já escutei isso muitas vezes (Amanda, 21 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

> **Obá**: As pessoas não entendem. Elas acham que você é estranha. E depois, não quer ficar com[50] estranho. Tem que ficar nos grupos das pessoas normais da turma. E quando eu tava na adolescência, eu me sentia constrangida porque eu pensava, "nossa, será que eu tenho problema mesmo?" Mesmo de tantas pessoas acharem que eu tinha problema. E toda vez que eu falava que eu não fazia nada, que não me interessava, elas ou se afastavam, ou se olhavam com o olho arregalado, sempre, mesmo que não diziam, mas a cara

[50] ela disse ficar no sentido de ficar próximo.

> delas se expressava, "você tem problema", "você não é normal". Já chegaram a pensar, tipo, "ah, você foi abusada?", uma professora uma vez chegou a sugerir. De repente, eu tinha um abuso, eu tinha tido algum bloqueio, e por isso que eu não fazia nada. Então, foi muito louco. Esse processo foi bem estranho. E até hoje, para algumas pessoas, inclusive profissionais de saúde, também. Ainda mais agora, no auge dos 40 anos, que todo mundo já é até vó, e aí eu falo, "não, eu optei ficar sozinha". "Ah, tá, mais sozinha, mas você já fez alguma coisa?", Não. Uma olha para a outra, né? Só que aí hoje, acho que por respeito, tentando não parecer tão bizarro, as pessoas, pelo menos, fingem que não tem [preconceito]. Mas algumas eu sinto que tem (Obá, 41 anos, não-binário, parda, SP).

São nesses momentos que percebemos os efeitos catastróficos das normas sociais vigentes, a ponto de uma pessoa ser excluída de grupos sociais por não ser exatamente como o grupo espera que ela seja. Nos casos acima, até então, são relatados problemas relacionados à homofobia, estranhamento das pessoas assexuais, exclusão de grupos sociais e alguns casos de assédio sexual.

No entanto, a partir daqui vamos discutir um tema que está colocado - não legalmente[51] para boa parte da comunidade LGBTQIAPN+ - para as pessoas assexuais e intersexos, que é a patologização. A patologização nestes casos tende a ocorrer ou por suposição de que a pessoa assexual tem algum tipo de problema hormonal ou relacionado a algum tipo de doença mental delirante, ou seja, que faz a pessoa acreditar em coisas que não existem.

> **Yayoi:** Então assim, eu não posso dizer que alguém assim, ou que aconteceu alguma coisa que eu posso sem a menor dúvida, que isso foi por causa de alguma exclusão ou alguma coisa. Mas é verdade, eu não consigo falar, por exemplo, em nenhum momento específico que isso tenha acontecido, direcionado a mim. Mas existe sim uma ideia bastante pervasiva de que o normal é você ter uma sexualidade no sentido direcionada a alguém ou alguéns, que você ter o desejo sexual é o normal e o esperado e que fora disso... é... você estar fora disso é... não é o normal. Não é o saudável. Uma pessoa não é assim se não tiver um motivo muito específico ou algum problema para o qual apontar. Por exemplo, eu lembro ainda no meu primeiro ano de faculdade, eu tô me formando agora, que a gente tava tendo uma aula de psicologia médica - meu curso é medicina, só pra esclarecer - e ela [professora do curso de medicina] veio e falou que o desejo sexual é normal, ele é necessário da condição humana. E eu...
> [Nesse momento foi quase automático, por parte dele e minha, nós ficamos com os olhos arregalados com o tamanho absurdo que constatamos por parte de uma professora de um curso de medicina, e eu continuei em choque durante um bom tempo]
> **Yayoi:** E eu lembro que foi nessa época, fazia muito pouco tempo, que eu tinha começado a me assumir publicamente como uma pessoa assexual. Tinha um colega que até olhou pra mim com aquela cara de "credo", sabe?

[51] Importante constatar que não existem mecanismos jurídico legais para se realizar "tratamentos" de cura gay, por exemplo, mas ainda existem discursos e ofensivas conservadoras para se derrubar as proibições dessas "terapias" de conversão para a heterossexualidade como veremos a seguir.

> Como é que ela fala uma coisa dessas assim sem peso nenhum, sabe? Então esse tipo de episódio aconteceu e aconteceu bastante assim, eu lembro que na parte de… quando eu passei pelo estágio de ginecologia em particular, era bastante angustiante, porque tinha um ambulatório que era só de sexualidade, de mulheres que tinham algum sofrimento associado à sua sexualidade. E é claro, existem mulheres que claramente têm o desejo e elas não conseguem por algum trauma, por algum bloqueio, mas é claro que tem... mas assim... Mas gente, vocês estão parando pra perguntar primeiro se elas desejam isso [sexo] pra início de conversa? É claro, eu acho muito difícil pra quem realmente não quiser aparecer em um ambulatório desses. Mas é uma pergunta que eu acho que vale a pena ser feita. Sabe? É um exemplo que me lembra muito forte, não era direcionada a mim principalmente porque os professores provavelmente nem sabiam da minha identidade, mas... sabe? Desconfortável (Yayoi, 25 anos, não-binário, nipo-brasileiro, PR).

Das autoras que trabalham a questão da patologização de pessoas assexuais, acredito que as mais preparadas para debater sobre esse assunto são Neiva (2019) e Alcaire (2019). De maneira geral, a patologização de pessoas assexuais ainda ocorre nos consultórios por desinformação da comunidade médica ou pela simples compreensão sexonormativa de que desejo sexual é algo extremamente necessário, inato e universal. No entanto, a compreensão que temos, a partir de tantos estudos já feitos comprovando que uma parcela da população não sente essa necessidade e de que a universalidade do desejo sexual leva à patologização da assexualidade. Obviamente que, para aqueles que sentem o desejo sexual, é bom que essas pessoas encontrem parcerias sexuais para se aliviarem, sem serem julgadas por isso.

Acima tivemos a transcrição de uma assexual que está em processo de concluir a graduação em medicina, abaixo temos a transcrição de uma sexóloga demissexual e que fez a terapia hormonal por conta de seus colegas ligados à medicina. O nome dos seus colegas também foram alterados.

> **Maria**: E aí a gente brincando, o Bob - esse meu amigo que é urologista - o Bob disse, "Maria, mas tu não tem vontade [sexual]?" Eu disse, "Bob, não tenho vontade nenhuma", Ele falou, "mas quando tu vê um cara bonito e tal", eu disse, "Bob, eu não vejo ninguém bonito", Tipo "Nossa, que bonito, quero dar para ele", Nunca senti isso. Ele falou, "Maria, não é possível", aí ficamos brincando, né? Aí eu percebi que ele já estava levando a sério. Então, assim, como médico, o que ele fez? Ele me desafiou. Ele falou, "vamos fazer um ciclo de testosterona?", E aí eu topei, eu disse, "bora". Eu queria ver onde isso ia dar. E aí a gente entrou com o ciclo de testosterona, eu usei testosterona tópica, usei testosterona oral. Nada, nada, nada, nada. Aí depois ele até brincou, ele disse, "acho que a dose foi baixa", E aí uma outra amiga, amiga nossa do grupo, que é uma oncologista, a Verena, ela disse que fez ontem, ela faz o ciclo de testosterona e que a libido dela vai lá no céu. o Bob me prescreveu oral, não resolveu de nada.
> Aí a Verena... eu conversando com a Verena, porque o Bob tinha me dado, ela disse, "amiga, vamos fazer tópica". Tu usa na região entre postos, usa antes de treinar e tal. Eu lembro que eu fiquei com o corpo todo dividido, acho que eu passei uns três meses usando. Fiquei com os músculos, mas sexualmente nada. Então assim, a gente pode considerar uma patologização

> porque dois amigos médicos, né? Entraram com receita e entraram com hormônio pra me "ajudar" nesse "problema" que eu disse que não conseguia transar com desconhecidos. (Maria, 42 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

A partir da dissertação de André Oliveira (2015a) e de Butler (2003) podemos compreender a patologização como uma das formas de tentar corrigir a diversidade sexual e de gênero. E, exatamente, por compreender a diversidade como um desvio antinatural acaba utilizando os discursos biológicos e as biotecnologias para “curar” aquilo que é compreendido como doença.

Podemos perceber na transcrição acima que não houve efeito algum em Maria, exatamente porque o remédio afeta a libido e não para quem ela direciona essa libido. E, no caso específico de Maria, ela apenas sente esse desejo se tiver uma conexão com a pessoa, então não fez efeito algum para ela. Ainda acerca da patologização, colocarei uma transcrição extensa acerca do tratamento de mulheres assexuais no ginecologista:

> **Entrevistador:** Você já sofreu algum tipo de patologização por parte da comunidade médica?
> **Joana:** Sim... É... Eu acho que... uma das coisas em relação à assexualidade mais me revolta, é principalmente a comunidade médica. Porque... sempre quando eu vou no ginecologista eu passo por um constrangimento, até nos últimos anos eu deixei de frequentar. Eu sou virgem, mas minha família tem histórico de câncer de ovário. E também tem histórico de...
> [barulho de helicóptero]
> E também tem histórico de nódulo.
> [inaudível pois o helicóptero retornou]
> Então... minha irmã que é 4 anos mais velha, precisou retirar o útero. Então a gente tinha muita cólica, o fluxo muito intenso. Então a primeira vez que eu fui no ginecologista, né, o ginecologista já conversou comigo e falou "ó cê é virgem não dá pra fazer os exames. Porque a maioria dos exames a gente tem que introduzir e fazer coleta, né? e não tem como fazer os exames", Isso eu tinha uns 15 anos. Aí quando eu tinha 18 anos eu retornei ao ginecologista. Eu passei exatamente pelo mesmo tipo de constrangimento, ele falou que não era possível fazer nenhum tipo de exame, pelo fato de eu ser virgem, a única coisa que ela passou foi um ultrassom. Aí quando eu fiz 20 anos e retornei no ginecologista. E é sempre esse constrangimento. E tem duas vezes que eu fiquei extremamente constrangida. Uma vez quando eu fui no ginecologista, dessas e outras vezes eu não mencionei a questão da assexualidade. Eu só falei que eu era virgem. Aí teve uma vez que eu fui no ginecologista porque minha irmã tinha acabado de operar e eu fiquei preocupada. Porque eu falei, nossa, todo mundo tem histórico, né? Às vezes eu estou com mioma e eu nunca fiz nenhum exame e não tenho como saber. Aí eu fui conversar com o médico. Aí quando eu cheguei para fazer o exame, o médico eu já avisei antes, "ah, eu sou virgem". Aí o médico só olhou, ele não introduziu nada. Aí ele olhou para minha a cara e falou assim: "Ah... mas como que... não dá para fazer nenhum exame com você, só se eu fizer com um algodão, mas isso daqui não dá para ver como tá internamente, né? O que você está esperando? Você está esperando seu príncipe encantado? Porque você sabe que se você não tem relações sexuais, vai fazer mal para a sua saúde. Você vai acabar desenvolvendo uma doença e não dá para fazer exames dessa forma. Então para de procurar seu príncipe encantado, transa

logo, para você conseguir fazer seus exames porque segue sua saúde" E eu fiquei meio constrangida na época. Aí eu falei assim: "É que eu sou assexual. Aí ele olhou para minha cara e disse: "ace… o que?" Eu falei, "Eu sou assexual. Eu não sinto atração sexual". Aí ele falou: “isso é mentira. Isso é besteira. Eu vou passar os exames hormonais para ver se você está bem. E eu encaminho você para o endócrino". Aí eu fiquei constrangida, super constrangida. Não fiz os exames que ele passou, mas eu fui no endócrino. Aí quando eu fui no endócrino, aí eu falei a situação. Na verdade eu não falei toda a situação, né? Eu só falei que tinha histórico de mioma na minha família e tal, que eu podia fazer os exames de sangue, que eu podia fazer um check-up, né? Eu pedia uns exames. Aí ele falou que tinha que conversar isso com o ginecologista. Aí ele falou assim, "mas como você é virgem?", Aí eu falei, "ah, eu sou virgem", Aí ele falou, "como você é virgem, também não vai dar pra fazer os exames", Aí ele falou, "sexo é fundamental, mas eu vou pedir alguns hormônios para ver se o seu nível hormonal está tudo bem", E exatamente a mesma coisa. Aí eu fui e fiz os exames, estava tudo ok. Passou um tempo. Aí... Minha tia veio a óbito por conta do câncer. Eu fiquei preocupada com esse tema de novo. Voltei no ginecologista. E foi exatamente a mesma coisa. Eu fui no ginecologista, falei que era virgem. Aí o ginecologista já falou assim, "ah, mas como você é virgem? Quantos anos você tem? Você já tem trinta anos e é virgem? Você está esperando o quê? Está esperando virar bruxa?", Ele falou, e rindo. Eu fiquei super constrangida. E eu falei, "sabe, eu tenho histórico de câncer, eu gostaria de saber", Aí ele falou, "oh, não dá para fazer exame nenhum. Só ultrassom. E com o ultrassom não tem uma visibilidade muito boa. Então, uma sugestão, uma recomendação é que você tenha relações sexuais. Porque isso é importante para a sua saúde. E você pode desenvolver problemas por conta disso. Não fazer sexo vai fazer você desenvolver problemas", Aí eu fiquei super assim, meio constrangida, meio... sem graça. E nesse período também eu fazia parte do grupo do Facebook de assexualidade. Teve uma conversa sobre isso, né? Sobre... a questão de fazer exames. E eu comentei. E eu lembro que várias pessoas falaram assim, "não, mas dá sim para você fazer exames. É porque tem outros equipamentos", né? Que é possível fazer coleta, é possível fazer exames. Aí eu procurei depois disso. Uma gente falou dessa mulher. Aí ela conversou comigo, assim. E basicamente ela falou assim, oh, dá até para fazer alguns exames. Mas são mais exames para verificar o [inaudível]. Não dá para identificar no caso do seu mioma. Aí eu fiquei meio... sem reação. E eu acabei deixando... Eu não procurei mais. Não sei se eu tenho mioma. não cheguei a fazer em um exame mais específico sobre isso. Então, de fato, é... essa questão que a gente vai ter com a saúde da mulher.

[Barulho de helicóptero novamente]

A questão da saúde da mulher assexual, da mulher de fato de ser virgem. Eu mesma acabei negligenciando. Porque eu não fui atrás mais. Porque eu fui para que, né? Só vai passar exames de sangue, que eu posso ir em um outro médico também pedir. E na hora, não vai pedir nem um exame específico. Eu lembro também que teve essa ginecologista, ela até foi super educada, super simpática. Aí eu falei para ela se eu podia tomar a vacina do HPV. Aí ela falou assim... - Eu não comentei com ela também da questão da minha assexualidade, Só falei que eu era virgem - Ela entendeu que era por motivos religiosos. Não sei porquê. [risadas] Mas eu acho que ela achou que eu era evangélica, alguma coisa nesse sentido. Que eu lembro que eu até falei: "eu sou virgem", Ela falou, "tá certo! Tem que servir o senhor", Alguma coisa assim, Aí eu fiquei, [risadas] tá bom, né? Segui. (Joana, 33 anos, mulher cisgênero, negra, SP).

A transcrição de Joana revela como pessoas assexuais com vulvas são tratadas no ginecologista e levantam debates desde a necessidade de um feminismo assexual até a bioética. Não quero me estender muito em questões técnicas da medicina, pois, de fato, não possuo conhecimento nesta área. No entanto, como já discutimos anteriormente, Foucault (2007) evidencia como o conhecimento produzido é legitimado a partir da sociedade e a cultura em que está inserida. Então a única constatação que temos a repensar é que o conhecimento produzido socioculturalmente acerca desses exames é que eles foram inventados em uma sociedade falocêntrica e sexonormativa.

Em novembro de 2024 eu conversei com a colaboradora Yayoi, que é médica, acerca deste caso, e ela me disse que a negativa dos médicos nesses casos são completamente ideológicos, visto que, a única contraindicação, seria a possibilidade de romper o hímen. Perguntei para ela o porque os médicos faziam isso, e ela comentou que os médicos geralmente não realizam este exame em virgens por medo de romper o hímen e sofrerem algum tipo de processo, já que, historicamente, manter o hímen intacto também é sinal da virgindade e, portanto, algo que demonstra a "pureza" da mulher virgem e algo a ser preservado. Acredito que é necessário ter esse debate no currículo de medicina, principalmente com aqueles que se especializam em ginecologia, pois as assexuais que mantiveram a virgindade vão continuar precisando ir em ginecologistas e às vezes é necessário realizar tais exames.

> a ideia de que o sexo promove a saúde física e psicológica dos indivíduos é fortemente destacada. Nesses discursos, são inúmeros os benefícios do sexo; por exemplo, o aumento da imunidade a doenças, elevação da autoestima, alívio para o estresse, queima de calorias, aparência mais jovem e saudável, entre outros. Esses propagados benefícios da atividade sexual se fundamentam numa concepção essencialista da sexualidade, a qual situa o desejo sexual e sua satisfação no corpo biológico, desconsiderando outros elementos importantes de sua construção social. (Oliveira, 2015b, p.57).

Sobre a colaboradora Joana, recentemente ela me falou que entrou em contato com uma ginecologista que é mais aberta a essas questões e que ela espera conseguir realizar os exames em breve para saber mais acerca de sua condição e com o devido respeito que merece da comunidade médica.

> **Entrevistador**: Eu vou te adicionar uma pergunta, porque eu sei que você está terminando a graduação de medicina, né? E tem muito a ver, né?
> **Yayoi**: Certo.
> **Entrevistador**: Você acha que as pessoas de medicina são preparadas para lidar com a questão da diversidade da assexualidade?
> **Yayoi**: De jeito nenhum. Ainda assim, com certeza eu vejo, ainda tem um avanço absurdo, meu pai também é médico, eu vejo a formação que ele teve.

> Houve um avanço absurdo, mas para dizer que a comunidade está preparada para isso, de jeito nenhum. De jeito nenhum.
> O avanço nenhum é mentira, porque, por exemplo, eu lembro que uma vez eu tive uma, durante o curso, na aula de genética, veio uma mãe de uma criança intersexo falar para a gente sobre isso. E ela falou bem, naquela coisa do ativismo das pessoas intersexos, que ela falou que, por exemplo, ela não fazia questão de ter um sexo na… na certidão do bebê, que isso não fazia sentido para ela, que provavelmente nem fizesse para o bebê, [...] mas qual que é o sentido do teu… fazer questão de colocar um sexo na bebê, porque talvez existe a possibilidade de ela nem realmente ser desse gênero quando ele crescer. Isso me marcou muito, mas eu percebo que isso são coisas muito pontuais, dentro de uma graduação que, no geral, não prepara para isso. (Yayoi, 25 anos, não-binário, nipo-brasileiro, PR).

Primeiramente, antes de seguir com o tema da patologização, gostaria de dizer que quem foi na aula de Yayoi foi a Thaís Emília, presidenta da Associação Brasileira de Pessoas Intersexo (ABRAI), que também realizou um doutorado em educação para pessoas intersexo e que sempre indico para as demais pessoas.

Retornando à questão da patologização, Gama (2019) explana que a patologização da diversidade sexual, além de ser ineficaz e dotada de diversas conotações preconceituosas em relação à diversidade sexual, também leva o indivíduo a um trauma desnecessário por conta do que pode causar ao paciente, não só em relação aos outros problemas de saúde, como também do próprio processo ser algo bastante traumático para a pessoa que o vivencia.

> No entanto, ao analisarmos a totalidade dos seus discursos, podemos verificar que estes parlamentares se posicionaram contrariamente à homossexualidade, relacionando-a à patologia, a práticas criminosas e ao pecado. [...] a existência de homossexuais inseridos em sociedades heterossexistas e homofóbicas que buscam ajudas terapêuticas para lidar com questões relacionadas à sexualidade, e a permissibilidade de oferta de terapias que visam à conversão da homossexualidade à heterossexualidade, de modo ineficaz e traumático (Gama, 2019, p.20).

E é neste momento que percebemos como as problemáticas enfrentadas por pessoas assexuais nos dias de hoje são muito parecidas com as que homossexuais enfrentaram no final do século XIX até boa parte do século XX. A diferença com as demais diversidades sexuais é que aquelas que não são mais patologizadas sofrem resquícios do pensamento médico conservador, como demonstra Guimarães, Lorenzo e Mendonça (2021). Assexuais sofrem da patologização explícita de médicos com má formação acadêmica em bioética ou péssima índole, o que inclui desde esses discursos normatizadores até a própria terapia hormonal, como revela a transcrição de Maria e Yayoi. E pessoas intersexo sofrem da mutilação genital como prática do apagamento da comprovação biológica da não binariedade, como evidencia Santos (2020). Outros pontos são os estupros maritais e corretivos, os quais analisaremos abaixo:

> **Maria**: Acho que dentro dos relacionamentos foi onde eu sofri mais. Dentro dos relacionamentos. Eu lembro de dois relacionamentos especificamente. Um foi meu último namorado antes do casamento. Que um dia ele chegou em casa, acho que foi me visitar, eu morava com meus pais na época, ele foi me visitar e aí nós estávamos sozinhos em casa. E ele queria transar. E eu não queria. E ele queria. E eu não queria. Eu disse "não, não quero". E ele disse "porque você não me ama, e porque você não gosta mais de ficar comigo, e porque você não confia mais em mim", e começou a chorar. E aí ele começou a fazer um drama tão grande questionando o que eu sentia, questionando o que eu amava. E eu gostava muito dele, eu o amava muito. E eu acabei transando com ele. Só por pura insistência dele. Não que ele me forçasse, mas como se fosse "ta bom aqui ó, tá vendo que eu te amo?", A gente transa por amor também. Mas depois, Erick, me deu uma sensação tão ruim que eu caí em choro, eu caí em prantos. Foi uma sensação de violência sexual, de estupro mesmo, de estupro consensual. Foi uma das piores experiências que eu já vivi. Eu lembro disso assim com muito... sabe? Arranha ainda, na memória. (Maria, 42 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

Primeiramente, gostaria de explicitar a diferença de um estupro marital e um estupro corretivo. Estupro marital é quando um parceiro te força a fazer sexo por acreditar que o papel da outra parte esteja relacionado a atos libidinosos. Muitos poderiam dizer que a citação acima seja de *unwanted sex*, já que, apesar de toda a chantagem, Maria acabou aceitando. No entanto, coloquei essa transcrição para revelar a linha tênue entre *unwanted sex* e estupro marital.

Como já discutimos anteriormente, Ford (2017) revela que *unwanted sex* é quando há uma pressão social de várias pessoas para os indivíduos fazerem sexo, e, por fim, eles acabam se sentindo forçados a isso e acabam por praticar atos libidinosos mesmo que não tenham vontade naquele momento. Já estupro marital, é quando um parceiro constrange o outro a fazer sexo mediante violência ou grave ameaça. E, acredito que o conceito de estupro do código penal deve poder incluir também casos como o de Maria, pois envolveu chantagem emocional e grande insistência. Ninguém deveria fazer sexo contra a própria vontade.

Tais relatos também acendem a faísca de outro debate acerca da assexualidade: assexuais não necessariamente são pessoas que querem ficar solteiras, algumas namoram outras pessoas assexuais, ainda que seja difícil encontrar outras pessoas assexuais no dia a dia, e outras se relacionam com pessoas não assexuais. Geralmente, nessas relações não há sexo envolvido, há assexuais que não se importam de fazer sexo e há ainda a possibilidade de abrir o relacionamento.

No entanto, há casos em que um casamento pode ser anulado caso não haja envolvimento sexual. Foi o que aconteceu em 2006 com um casal, ela não queria ter envolvimento sexual e o marido entrou com o pedido de anulação do casamento e saiu vitorioso. Lembro-me de conversar sobre este caso com a Elisabete Regina, e nós não

sabíamos se aquela mulher era assexual, entretanto, isso demonstra que a jurisdição acerca do casamento pode acabar anulando casamentos que não tenham contato sexual, simbolizando que o casamento ainda é centrado no sexo e excluí possibilidades de assexuais terem o direito a ele. Até pouco tempo atrás pessoas do mesmo gênero não podiam se casar, e, caso se casassem de alguma forma, poderiam ter o casamento anulado. Hoje em dia não existe mais tal proibição, no entanto, caso pessoas assexuais se casem, podem acabar tendo seu casamento anulado e, para além da simbologia, não terem os devidos direitos de um divórcio.

> A desembargadora Maria Berenice sustentou que a negativa de contato sexual não configura erro essencial. "Reconhecer a obrigação de contatos sexuais acabaria por impor a existência do direito à vida sexual, o que estaria chancelando a violência sexual e até a prática de estupro na busca do exercício de um direito", afirmou. Para ela, "caberia somente a busca da separação e nunca a anulação das núpcias". O seu voto, no entanto, foi vencido. / Os demais desembargadores votaram pela anulação. Para eles,"a existência de relacionamento sexual entre cônjuges é normal no casamento. É o esperado, o previsível. O sexo dentro do casamento faz parte dos usos e costumes tradicionais em nossa sociedade. Quem casa tem uma lícita, legítima e justa expectativa de que, após o casamento, manterá conjunção carnal com o cônjuge" (Redação Conjur, 2006).

Não obstante, Filho (2014) revela que a jurisdição que temos acerca do casamento possui relação com a legislação canônica, e, como já discutimos no subcapítulo "A proliferação da prole", legislações acerca do casamento foram se transformando desde a *lex lulia et papia*, e, em poucos séculos, se consolidaram na versão normativa que obrigava o casamento, tendo em vista os problemas relacionados à taxa de natalidade, causando, assim, os problemas que conhecemos hoje em dia acerca da sexonormatividade e heteronormatividade.

> A importância dada às práticas sexuais pela Igreja mostrou-se tão contundente que essa instituíção resolveu colocar o sexo como efeito essencial do matrimônio, na medida em que afirmou que a consumação do casamento somente dar-se-ia com a conjunção carnal entre os nubentes. Para o casamento ter validade, deveria haver os consentimentos inequívocos dos noivos e a declaração sacerdotal, mas só estaria plenamente realizado se os nubentes se relacionassem sexualmente, simbolizando a perfeita união carnal entre eles. Essa consumação sexual era também considerada uma presunção relativa (*iures tantum*) se os cônjuges coabitassem um mesmo lar e não houvesse provas que a contrariassem. / Esse entendimento se perfaz ainda hoje, e figura-se tão absoluto que a lei canônica admite que o casamento que não tenha sido consumado da forma correta, ou seja, aquele em que não foram praticadas relações sexuais de modo humano, livres e normais, com a intenção de gerar prole (nos casos em que, por exemplo, há inseminação artificial ou pacto de virgindade), possa ser dissolvido pelo Papa e por interesse das partes, já que a ausência de consumação se configura como legítima justa causa para a dissolução. (Filho, 2014, p.24-25).

Acerca do estupro corretivo, Rodrigues (2021) realizou um trabalho bastante interessante. Ainda que a mesma demonstrasse apenas como isso ocorre com mulheres lésbicas, bissexuais e homens transgênero, a atual dissertação evidencia como tal questão também pode ocorrer com pessoas assexuais.

> Aconteceu uma vez quando eu tava... namorava, quando eu tava no colegial, a última vez que eu namorei sério, assim, né? Que eu não entendia que era assexual ainda. Eu namorei um garoto da minha sala por cinco meses. E... E a gente tentava, às vezes, fazer algumas coisas [libidinosas]. Eu queria ter intimidade com ele, né? E aí, a gente vinha pra cama, ficava se beijando, né? Ele tentava fazer alguma coisa [sexual], mas eu não deixava, né, aquela coisa. E aí, um dia ele tentou me forçar, assim... ele tentou me forçar. E aí, eu dei um chega pra lá nele, né? Falei, não, né? Vou por um basta. Aí, ele meio que caiu na real, assim, né? Se desculpou (Aloy, 33 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

Essa transcrição apresenta uma tentativa de estupro corretivo, ainda que tanto na história de Maria quanto na de Aloy tenha sido praticado por seus parceiros. Neste caso, o que diferencia o estupro corretivo do estupro marital é a ideia de que o sexo pode corrigir a identidade de uma pessoa. O estupro corretivo seria…

> A ideologia brutal, e ignorante, de que o ato sexual, principalmente da mulher homossexual, lésbica, ou do homem transsexual, com um homem, mesmo que de forma forçada, seria capaz de modificar a identidade desses indivíduos e resultaria com que estes iniciassem a identificação com seu gênero biológico ou a se atrair por indivíduos do sexo oposto. Como se tamanha crueldade e violência fosse, de alguma forma, “corrigir” o comportamento da vítima ou curá-la da “doença” que seria a homossexualidade e a transgeneridade. (Rodrigues, 2021, p.23).

Aloy também comenta sobre questões relacionadas à criação das meninas e da cultura em que vivemos, e o fato de que a mulher é compreendida como alguém que tem a incumbência de ter atos libidinosos com seu parceiro, de mostrar que está comprometida com ele na frente dos demais, não só como prova de um relacionamento monogâmico, mas também como prova de que se é heterossexual e de que já passou pelo ritual do primeiro beijo como comprovação de que já se é adulta.

> Mas existia uma ideia do tipo assim, ah, eu quero me tornar adulta. Então, preciso ter esse namorado, preciso fazer coisas com ele, preciso tentar e achar alguma coisa que eu queira fazer com ele, sabe? Então, existia uma coisa do tipo assim, eu acho que é uma coisa que sofre a vida inteira, né? Você tem que satisfazer o homem, a mulher que... “Ele traiu porque ele não estava achando satisfação em casa”, e toda essa coisa, né? E até um componente, tipo assim, para gostarem de mim, eu preciso dar algo, eu preciso dar o meu corpo para eu ser gostada. Porque eu vou deixar de ser gostada se eu não quiser isso. Então, tinha uma coisa assim, do tipo, dessa coisa muito atrás, muito atrás da mente, que eu ouvi a minha vida inteira, eu ouvi em todas as séries de TV, eu ouvi das outras pessoas, eu ouvi no cabeleireiro, eu ouvi na novela, sabe? Então, é uma coisa que me vê nisso, existe uma... forçação de barra, que acontece a partir disso, desse medo que é

> criado, tipo, "meu Deus, se eu não transar com ele, eu vou perdê-lo", Por que eu acho isso? Porque me foi dito isso a vida inteira, né? Então, tem esse componente, mas eu acho que era muito estranho, assim, porque eu sabia que ele ia romper comigo se eu não transasse com ele, ele rompeu comigo, eu fiquei chateada, aí eu fiquei chorando, fiquei muito, muito abalada, e ainda fiquei assim, "será que eu deveria ter transado com ele?" né?, "eu deveria ter feito ele ficar comigo", mas depois, assim, muito tempo passando, isso é a maior besteira, assim... sabe? Ele ia romper comigo de qualquer maneira, de tipo, assim, não ia ser compatível, não ia ser suficiente para ele, eu não ia gostar como as outras atrizes pornôs que ele assistiu gostam, então, nunca ia ser suficiente, o que eu poderia oferecer, sabe? Então, é uma coisa assim que... eu acho que existe, sim, uma coisa, tipo, assim, existe uma vontade de eu querer, né, ter intimidade com ele, mas existia também essa coisa, tipo, assim, né, "você precisa estar aqui, você precisa fazer isso, você precisa...", e até beijo, né, eu não sou uma pessoa que gosta muito de beijar, eu não sinto essa coisa, mas aí, quando ele vinha me cumprimentar, TINHA que beijar, isso era uma coisa que eu lembro, que eu pensei, "eu sou obrigada a beijar" e quem está me obrigando? Eu não sei. Mas tem alguém me obrigando a beijar. "eu preciso, a minha namorada precisa beijar", então, isso é uma coisa muito presente, assim, sabe? Preciso fazer coisas que eu não quero fazer, e é porque alguém está me falando, né, porque? porque eu preciso, como se fosse uma lei de Deus, Deus falou que eu preciso, entendeu? (Aloy, 33 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

Em meio a todas essas questões sociais, estes sujeitos assexuais estavam na maioria das vezes vivenciando algum momento do processo de escolarização, quer seja no ensino básico ou superior. E tais situações que eles passaram, se não ocorreram dentro da escola, ocorreram com outros estudantes que também se conheceram e se encontravam dentro da instituição escolar. E a socialização também é importante neste processo, pois sem ela isso pode criar um quadro de adoecimento mental, como crises de ansiedade e de depressão.

> Acho que é devido à comunidade LGBT estar num grupo de minorias que sofrem uma pressão estrutural e invisibilidade por essa estrutura patriarcal e heteronormativa que a gente está inserida, então é meio inevitável à pessoa já ter pensamentos distorcidos sobre sua própria imagem, de não conseguir se entender e de ter poucas referências para saber que aquilo é normal... Passa até mesmo por questões como *bullying* desde criança... Acho que o principal é o caso da autoaceitação, a parte mais difícil. (Pedro, comunicação pessoal, Maio, 2020). (Sousa e Nogueira. 2022. p.37).

O artigo de Sousa e Nogueira (2022) é extremamente importante para compreender a narrativa de pessoas LGBTQIAPN+ universitárias, pois, ainda que boa parte dos relatos orais tratem sobre o ensino fundamental II e ensino médio, estas experiências também podem ocorrer no ensino superior, técnico e entre outros. Por isso que tal temática deve ser trabalhada na formação de professores, gestores e também dos estudantes (adolescentes, jovens e adultos) Assim, os educadores poderão lidar melhor com tais situações que provavelmente vão acontecer pela cultura sexonormativa ser presente em nossa sociedade.

> **Entrevistador:** E você acha que é necessário ter um grupo pra se falar sobre essas coisas?
> **Isadora:** Eu vou ser bem sincera, eu já entrei no grupo de Facebook, de assexuais Brasil, assexuais estadual, e eu não me senti confortável, sei lá, de estar no grupo, porque eu achei que tem muita gente precisando fazer terapia primeiro. Então eu achei - e não estou patologizando nada - nem falando sobre essas pessoas, mas eu acho que tem muita gente confusa, e aí isso me atrapalhou um pouco, eu estava meio nesse processo de descobrimentos, e aí eu fiquei tipo, "calma, essas pessoas são muito diferentes de mim" entende? Então hoje eu não me sinto apta para estar nesses grupos, porque eu acho que a conversa está muito bagunçada, acho que as pessoas não estão se entendendo e tal, não estão se entendendo, eu falo com elas mesmas, em umas coisas que tem coisa que você lê e você fala, "gente, eu preciso ir trabalhando terapia primeiro", eu falo porque é coisa que a minha terapeuta falaria pra mim, eu fiz várias terapias na vida, então hoje eu não me sentiria confortável pra entrar, mas eu acho que é importante a longo prazo a gente ter debates mais consistentes mesmo pra... eu acho que ajuda também a afirmar essa posição de que não é uma patologia, de que essas pessoas existem, que faz parte e tudo mais, eu acho que é importante, só precisa dar uma organizada mesmo (Isadora, 24 anos, mulher cisgênera, branca, GO).

Esse ponto que Isadora traz é bastante importante, a mesma relata, em outros momentos, que conseguiu lidar particularmente bem com os problemas em relação à sexonormatividade, pois teve uma psicóloga que aceitou sua identidade e acolheu a mesma. E, como demonstramos na transcrição acima, muitas pessoas assexuais não fazem atendimento psicológico. Quer seja por não terem condições financeiras, ou por receio de terem que lidar com um profissional sexonormativo.

Uma dúvida que os alossexuais sempre me perguntam é que, se cerca de 1% da população é assexual, então provavelmente no dia a dia é capaz que encontremos mais pessoas assexuais que o normal? E, de fato, isso acontece, mas, por conta de ser um tema tabu, pouco debatido em nossa sociedade, então muitas pessoas acabam não sabendo sobre essa questão durante boa parte de suas vidas, como Oliveira (2015b) revela nas transcrições dos assexuais mais velhos que ela entrevistou.

Mas também ocorre da pessoa, depois de ter sofrido preconceito, decidir se silenciar acerca deste assunto e nunca mais tratar sobre o mesmo e nem sequer buscar algum avanço social acerca dessa temática.

> **Entrevistador:** Você participa de ações coletivas para debater esses preconceitos e obter algum avanço social para pessoas assexuais?
> **Jonas:** Não.
> [silêncio, acredito que ele não queria falar]
> **Entrevistador:** Por quê?
> **Jonas:** Olha, primeiramente, depois de eu ter tido essas experiências, digamos, negativas, em relação a falar para as outras pessoas, eu achei que me preservar num segredo só meu, eu decidi não falar mais para as outras pessoas, seria uma forma de me proteger. Eu sei que não falar também acaba não avançando o debate e piorando também a situação, não fazendo que as

> pessoas conheçam. Então, já cheguei a corrigir páginas assim no Instagram, páginas LGBTs que estavam dando palestrinhas sobre as siglas, e depois eu fui falar, que não estava… que não estavam falando sobre assexualidade e tal, e aí vieram me agradecer e corrigiram lá. (Jonas, 24 anos, homem cisgênero, descendência indiana, PA).

Outra estratégia que utilizam é não contar num primeiro momento. Já que o preconceito - como o nome mesmo diz - é uma ideia pré-concebida, então muitos assexuais preferem contar depois de um bom tempo para que haja tempo de quebrar estigmas que geralmente se tem sobre pessoas assexuais serem pessoas frias, antipáticas e entediantes, por exemplo.

> **Aloy:** muitas vezes eu vou falar com as pessoas, que eu sou assexual, quando elas já me conhecem a um tempo. E eu meio que destruo a imagem que a pessoa tem do assexual, porque eu rio muito, eu ajudo muitas pessoas, eu sou muita amiga, nãnãnã, e aí quando eu vou falar isso, da repente eu falo, "nossa, mas como que ela pode ser assexual e eu nunca notei", né? E eu acho que eu destruo um pouco essa ideia que as pessoas têm, né? Da pessoa assexual. [...] Que nem algumas outras pessoas assexuais que eu já vi, assim, numa apresentação formal, assim, a pessoa até fala, “eu sou assexual”, né? E, tipo assim, né? E eu acho até, assim, bem interessante essa informação vir tão cedo, mas eu acho, assim, que eu não quero que essa informação venha cedo, eu quero que a pessoa me conheça antes de eu ouvir falar, de ouvir essa informação, sabe? Para que a gente possa ter essa… para que ela possa me conhecer antes, assim, e ela quebrar, ter isso quebrado, já de cara. Porque… assim, eu tenho esse medo, assim, se eu falar muito cedo, a pessoa talvez não queira me conhecer também, ou ela vai vir com os preconceitos dela, ela não vai querer me conhecer ou… entendeu? Ou tudo que ela ver eu fazer, ela vai colocar no âmbito da assexualidade, né? Tipo assim, "A Aloy não quis ir pro bar, porque ela é assexual” né? Tipo assim, sabe? Como se todas as minhas decisões de vida girassem em torno disso. Entendeu? (Aloy, 33 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

Quando entrevistei Aloy, lembrei-me de outra professora da UNESP, extremamente importante, não só para minha formação profissional, mas também para minha vida: a professora Rosa Chaloba. Lembro-me que quando me assumi, pouco tempo depois eu encontrei com ela pelos corredores da UNESP e conversei com ela sobre minha necessidade de permanência estudantil. A mesma realizou o seu papel enquanto vice-diretora e me aconselhou acerca da permanência estudantil, e, ao final deste diálogo, a mesma me aconselhou a não revelar para os outros a minha identidade. Na época eu não havia compreendido, mas, depois de alguns anos, percebi que minha vida teria sido bastante diferente se eu tivesse agido com mais cautela acerca dessa particularidade. Infelizmente, para modificar a estrutura da sociedade, primeiro você precisa adentrar nela. Então essas estratégias de fingir que está em um relacionamento ou fingir a sua identidade pode ser importante para evitar a fadiga do preconceito.

E esse adentrar na sociedade quase nunca é isento das mais diversas formas de violência. Então, obviamente que não aconselho as pessoas assexuais se forçarem a fazer sexo, visto a problemática acerca de *unwanted sex,* como Ford (2017) relatou. Mas é necessário estratégias para se adentrar na sociedade sem perder a própria privacidade. Como já evidenciei no subcapítulo "A proliferação da prole", antes da *lex lulia et papia,* do imperador Augusto, que é o berço da sexonormatividade, o sexo não era fiscalizado. O sexo estava na esfera privada da vida social, e apenas foi debatido como agenda estatal e trazida para a esfera pública no intuito de **vigiar e punir aqueles que não procriavam,** que não contribuíam com a manutenção da sociedade gerando filhos.

Retornando à atualidade, quando digo sobre os estigmas acerca da assexualidade, são coisas como essa:

> E às vezes eu sinto, eu já senti no passado, é... coisa assim, a pessoa fazendo questionamentos como se ela tivesse o direito de me questionar, como se a gente tivesse intimidade pra ela, de repente, assim, "ela falou que é assexual, então agora eu posso perguntar o que eu quiser sobre esse tema, ela tem que responder. Agora ela tem que me convencer que ela é assexual". E no passado assim, tipo, até pessoas babacas, falaram assim, "mas isso daí é coisa de terapia, isso daí é coisa de gente frígida", e aí eu contando tal, né, e aí eu me sinto, me coloco numa posição que eu tenho que estar explicando, que eu tenho que ficar falando, né? Me colocam e pensam, eu vou ensinar pra esse babaca pelo menos sair daqui entendendo alguma coisa. E é muito desconfortável, é muito babaca, assim, são perguntas bem... íntimas, assim, "a pessoa assexual não se masturba?", tipo... quem... quem olha pra um estranho e pergunta se a pessoa se masturba?, né? Que loucura é essa? (Aloy, 33 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

Agora, digamos que você, pessoa assexual, já revelou sua identidade e precisa entrar em embate com uma pessoa sexonormativa, sugiro criar uma cena hipotética em que faça o preconceituoso perceber o quão absurdo é a colocação preconceituosa dele, mais ou menos como Aloy fez:

> **Aloy**: de repente eu digo, "eu tô achando acefóbico da sua parte", né? Ela falou assim, ela (psicóloga) falou de repente pra mim, "ah, você tem esse sentimento, né, que você não quer transar, mas porque você também nunca transou", E aí eu falei bem assim, "não, veja bem, olha, eu tive essas experiências, né, sexuais com esse garoto, né, e assim, duvido muito" - eu falei um monte, né? - então eu falei assim, "duvido muito que você falaria isso pra um paciente *gay* que ele não sabe se ele é *gay* mesmo, porque ele nunca transou com homem, porque nunca transou com mulher",
> Aí ela fica... aí quando eu fiz essa comparação, ela ficou chocada, né? de tipo - porque é uma comparação que eu faço com as pessoas, assim, né? - quando elas vem, [inaudível pois ela estava muito brava e falando muito rápido], de tipo, "ah, como que você sabe que você é ace, se você nunca transou?" E eu falo assim, como que você sabe que você é heterossexual, se você nunca comeu um homem? E aí ela, aí a pessoa fica chocada, né, porque de repente coloca a experiência dela em risco, né? como é que ela tem propriedade de falar isso? (Aloy, 33 anos, mulher cisgênero, branca, SP).

Antes de avançar neste diálogo, gostaria de recapitular uma questão: No capítulo metodológico a colaboradora Adeline começa a chorar, e, ao final da entrevista, eu a aconselhei a agir da forma como fez Aloy. Disse para ela que, quando eu estava na universidade, um conhecido ficava insistindo que iria "arranjar" uma mulher para mim. E eu constantemente tentava explicar para ele que eu não sentia a mesma vontade que ele e ele vivia me importunando dessa forma. Até que, em um dado momento, ele estava sozinho e eu fui até ele e disse: "Fulano, eu já entendi tudo. Você quer ser a minha mulher" e foi aí que ele se sentiu completamente constrangido, assim como eu outrora já havia me sentido desta forma, e ele buscou explicar que "era homem com H maiúsculo" e então eu disse: "mas você já experimentou para saber se gosta?[52]" e ele disse que: "não precisava experimentar para saber que era homem (sic)" e foi então que eu terminei este diálogo dizendo: "Então esta verdade também é válida para mim e para todas as pessoas".

Esse jogo discursivo - e por isso performático - que escancara as contradições normativas são mais importantes do que qualquer outra coisa. Dificilmente alguém está disposto em conversar abertamente acerca de um tema tão novo sem repensar os próprios preconceitos acerca deste tema. Se estivessem dispostos, haveria cada vez mais pessoas participando de palestras acerca desta temática. Então revelar as contradições por meio de extrapolações absurdas é uma das formas de subverter a identidade assexual.

> Essa heterossexualidade presumida, sustenta ela, age no interior do discurso para transmitir uma ameaça: "você-será-hétero-ou-não-será-nada." Mulheres, lésbicas e *gays* não podem assumir a posição de sujeito falante no interior do sistema linguístico da heterossexualidade compulsória. Falar nesse sistema é ser privado da possibilidade de fala; assim, simplesmente falar nesse contexto é uma contradição *performativa*, a afirmação linguística de um eu que não pode "existir" no interior da linguagem que o afirma. (Butler, 2003, p.168).

Até mesmo a reapropriação de termos pejorativos é uma dessas práticas discursivas, o termo *queer* era uma forma de ofender as pessoas LGBTQIAPNs, e hoje age como o nome da teoria que denuncia a normatividade. Enquanto as ciências biológicas dissecam, literalmente, os corpos, as ciências humanas dissecam a cultura, a linguagem e a sociedade, evidenciando as contradições de como cada pessoa é tratada em nossa sociedade. E ainda hoje nas músicas, como o do *queer* negro Caio Prado (2013), ele utiliza das ofensas que ja ouviu como estratégia discursiva para expor os horrores de vivenciar o processo de abjeção.

> Pervertido, mal amado, menino malvado, muito cuidado / Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado / A placa de censura no meu

[52] Importante ressaltar que, a tese de Neiva (2019) possui exatamente este título, pois é uma pergunta que constantemente realizam para assexuais.

> rosto diz / Não recomendado à sociedade / A tarja de conforto no meu corpo diz: / Não recomendado à sociedade [...] Não olhe nos seus olhos / Não creia no seu coração / Não beba do seu copo / Não tenha compaixão / Diga não à aberração (Prado, s.p, 2013).

Retornando à questão da assexualidade, Fernando nos relata como foi a criação do primeiro grupo de pessoas assexuais no Brasil, a Abrace, e expõe a dificuldade que as pessoas assexuais ainda possuem de se organizar ativamente para debater esses preconceitos fora da *internet*. Ainda existe a questão do sigilo, de querer esconder a sua identidade, por receio de sofrer alguma tentativa de estupro ou algo relacionado.

> **Fernando:** Mesmo que sejam pequenos espaços de encontros em cidades. Por exemplo, aqui em São Paulo, a gente tem grupos de encontros surgiram nesse período, durando mais ou menos a espaços de criação de fóruns. Em comunidades do *Orkut*, onde as pessoas buscavam entender o que era assexualidade, eles estavam encontrando outras pessoas como elas.
> Passando a grupos do *Facebook*, grupos de *WhatsApp*, chegando a criação de coletivos. Nesse sentido, eu vejo como o espaço da *internet* foi importante para que esse movimento começasse a germinar. E eu acho muito curioso. Eu pessoalmente entendo, posso estar muito enganado, acho que o Coletivo Abrace foi um dos primeiros coletivos organizados no Brasil, se não o primeiro, a falar sobre assexualidade. E isso só aconteceu em 2018. Acho que isso mostra... e eu me lembro, inclusive, como era difícil falar sobre assexualidade naquela época.
> Porque assexualidade era isso, você tinha uma ou outra pessoa que estava disposta para essa experiência. Eu, inclusive, passei a falar sobre assexualidade por isso. Porque eu falei, "gente, eu preciso falar também sobre a minha experiência. Eu quero encontrar outras pessoas que topem falar também", Não só estar em grupos [*online*].
> A gente tinha uma regra muito grande de sigilo... né? nesses grupos, de sigilo no sentido de "olha a gente não poder existir, a gente não pode falar nada disso longe daqui",
> E alguns tinham até motivos. A gente participou de alguns encontros, por exemplo, nos encontros, as pessoas iam caçar, fetichizar a gente, especialmente mulheres. As pessoas diziam, "olha, essas mulheres são virgens, então vou para lá tentar catar uma mina virgem", e eu lembro que, por exemplo, Quando a gente falava um pouquinho mais, dava um pouquinho mais de abertura, quantas noites, eu lembro de ter grupo [*online*] invadido por gente que começava a postar pornografia dentro desses grupos. Então, tinha um motivo da gente ter esse sigilo. Quando mesmo outros grupos [LGBTQIAPNs] já não tinham sigilo. (Fernando, 36 anos, não binário, branco, PR).

Para finalizar, também existe uma hipótese. Uma vez Fernando publicou no grupo *online* da Abrace uma foto que foi colocada em um outro grupo *online* internacional, de uma parada LGBT datada da década de 1970, em que havia a menção a pessoas assexuais, então é possível que a temática da assexualidade só tenha ressurgido depois da *internet*, pois a primeira vez que apareceu foi rejeitada pelo meio LGBTQIAPN+, além de ter falado do grande marco da tese da “minha vida de ameba”, da Elisabete Regina.

> **Fernando:** Acho que teve esse movimento de expulsa do movimento LGBTQIA+, porque o movimento ele sempre precisou, que se fosse expulso, uma liberdade sexual para se firmar. E as pessoas assexuais eram vistas como contrárias a essa liberdade sexual. Como limitadoras a isso.
> E eu acho que no Brasil, a gente obviamente importou isso, em um sentido até de não ter havido espaço para que o movimento assexual pudesse germinar dentro dele.
> E aqui eu estou fazendo esse recorte porque eu percebo, inclusive, como uma visão social, de um grupo social relativamente elitizado, inicialmente começou a moldar a percepção, o caminho desse movimento LGBTQIA+, no Brasil. Onde se buscava, por exemplo, afastar pessoas trans, travestis, porque "pessoas trans, travestis não devem ser representadas, são sujas e o movimento não é sujo", Eu acho que esse marco dessa higienização ele perpassa para uma série de normatividades que é o movimento brasileiro.
> E eu, pessoalmente, considero, assim, como um marco organizador para o movimento [assexual] brasileiro o trabalho da professora Elizabete. Porque eu acho que a busca dela para encontrar pessoas assexuais fez com que algumas pessoas topassem surgir publicamente para falar sobre isso. E eu acho que esse é um marco que eu gosto de considerar como um marco do movimento. E eu diria que o movimento ele foi muito marcado por pessoas assexuais que passaram a falar sobre a sua experiência e buscar outras pessoas e se organizar. E isso aconteceu dentro da *internet*. (Fernando, 36 anos, não binário, branco, PR).

Antes de encerrar eu gostaria de realizar um comentário sobre um aspecto importante: o entrevistado Augusto de 40 anos é uma pessoa autista, e fiz um questionamento a ele importante, que tem a ver com a interseccionalidade de autistas assexuais, perguntei se ele acreditava que o autismo acabou influenciando a questão da assexualidade, e ele me disse:

> **Augusto**: Eu acho que… no meu caso sim.
> [silêncio]
> **Entrevistador**: No seu caso sim… por quê?
> [silêncio]
> **Augusto**: É… Na relação íntima, por exemplo, existe muito abraço, existe muito toque físico. O cheiro das pessoas não é muito agradável.
> [silêncio]
> **Entrevistador**: uhum… sim…
> [silêncio, esperei ele complementar por conta própria]
> **Augusto**: E… é… o ato sexual por si só não é [problema de áudio]
> **Augusto**: E eu não entendo o que as pessoas acham graça nisso. Mas isso varia de pessoa pra pessoa. (Augusto, 40 anos, homem cisgênero, branco, SP).

Primeiramente, gostaria de explicar que Augusto realizava muitas pausas para responder, mas ele não aparentava estar incomodado com as perguntas. Depois da entrevista eu perguntei o que ele achou da entrevista, se eu tinha sido muito incisivo, e ele me disse que foi normal. Mas, retornando à questão do autismo e assexualidade, quando eu adentrei no meio assexual eu percebi que tinham alguns autistas no grupo do *facebook*, e em um primeiro momento eu não percebi a relação do autismo com a assexualidade

Souza e Nunes (2019) explicam como pessoas autistas acabam tendo hipersensibilidade ou hiposensibilidade, ou seja, o processamento sensorial ou processa muitos estímulos, ou não consegue processar tantos estímulos. O que é possível perceber no caso do Augusto, em que, ao mesmo tempo ele tem hipersensibilidade com o toque físico e o cheiro, e no ato sexual acaba não gerando tanto prazer.

Acredito que a entrevista com Augusto, ainda que muito breve, pode se tornar um grande passo na compreensão da sexualidade de pessoas autistas e como realizar uma educação para a sexualidade inclusiva para essas pessoas, inclusive, depois da entrevista eu conversei com Augusto e disse para ele que sentia a mesma coisa em relação ao toque físico e ao contato sexual e também revelei que sou autista.

> as modificações sociais que devem acolher às diferenças e não "mudar" individualmente o sujeito para adaptar-se à sociedade. É o que chamamos "modelo social" da deficiência (MAIA, 2011). / No contexto da educação sexual, por exemplo, essa visão poderia ser aplicada de forma ampla nas modificações sociais como desconstrução do preconceito, dos mitos e crenças sobre a sexualidade de pessoas com deficiência, e de forma focal em um programa de ensino sobre sexualidade com adaptações a partir das necessidades individuais (Ottoni e Maia, 2019, p.1269-1270).

Eu retomo esse artigo de Ottoni e Maia (2019), pois acredito que é um texto extraordinário, até mesmo para ensinar pessoas autistas nas interações sociais que visam o contato sexual. No entanto, logo no início, as autoras dizem que há mitos acerca da sexualidade com pessoas com deficiência "como hipersexualidade ou assexualidade, incapacidade de obter parceiros, vínculos ou ter filhos" (Ottoni e Maia, 2019, p.1267). E, ainda que muitas pessoas autistas queiram ter vínculos afetivosexuais, isso não é uma verdade universal. Assim como também não é uma verdade absoluta para as pessoas neurotípicas.

A assexualidade é uma dentre tantas formas de se vivenciar a sexualidade, sendo, neste caso em específico, vivenciada por sua ausência. E as pessoas autistas, assim como todas as outras, podem se identificar com esse grupo e simplesmente não gostar de se relacionar dessa forma. Podem ser pessoas mais solitárias também. Digo isso, pois, os momentos que tive com mães de pessoas autistas ou professores com péssima formação em educação especial, acabavam buscando fazer com que a pessoa autista se adaptasse às convenções sociais vigentes. Sendo que, nem tudo o que é considerado normal é necessariamente aprazível para todos. Por exemplo: A fiscalização da sexualidade alheia é algo completamente comum em nossa sociedade, entretanto, não é nem um pouco benéfica para ninguém.

Então, é comum que mães esperem que seus filhos se adequem a sociedade, conheçam alguém, casem e tenham filhos, entretanto, nem toda pessoa vai querer passar por todos esses

processos e essas pessoas que não querem ter filhos sofrem uma pressão social sexonormativa para “cumprir esse papel social”, quer sejam pessoas com deficiência ou não. Então, parte dessa educação para a sexualidade se dá no sentido de explicar para essas pessoas que elas devem buscar vivenciar a sexualidade da maneira que elas acreditam ser melhor e visando a consensualidade das relações.

Lembrando que essa crítica ao texto de Ottoni e Maia (2019) se trata apenas de uma crítica construtiva. O posicionamentos das autoras são necessários, pois muitas vezes as pessoas autistas querem ter relações afetivosexuais e acabam sofrendo discriminação, ou acabam não conhecendo um repertório social de como se relacionar com os outros e acabam afastando pessoas de sua convivência.

Então, a educação para a sexualidade para pessoas com deficiência deve se pautar, primeiro, em uma constante crítica que o educador deve fazer acerca do que é benéfico para a sociedade, visto que, nem tudo o que é normalizado ou esteja vigente na sociedade é benéfico para a mesma e para as pessoas que participam dessa sociedade, e pensar na individualidade daquela pessoa autista, tendo em vista que muitas vezes as pessoas autistas carecem de habilidades sociais, ou acham que a maneira que se comportam em um lugar deve ocorrer em todos os espaços. Eu já tive um estudante autista que, por exemplo, ele fazia suas necessidades no banheiro com a porta sempre aberta, pois aquilo era comum em sua família. E ele achava que podia agir dessa forma na escola, e ele inclusive sofria discriminação por conta disso. Então na época eu busquei explicar para ele que aquele era um momento de privacidade dele e que era para ele manter a porta fechada ao utilizar o banheiro.

Para finalizar esse capítulo, gostaria apenas de enfatizar que esse caráter coercitivo da nossa sociedade, oriundo da cultura ocidental, de fiscalização da sexualidade e da constante tentativa de definir uma forma de se vivenciar a sexualidade como verdadeira e universal - sendo ela a heterossexualidade - e das constantes discriminações com outras formas de se experienciar a sexualidade como falsas foi, com toda a certeza, a principal fonte de inspiração de se imaginar uma educação para a sexualidade que pensasse em como libertar o sexo/gênero e a atividade sexual da triste história que originou essa cultura pervasiva.

6. Educação para a sexualidade e suas nuances

Antes de compreendermos a importância da educação para a sexualidade, temos que ter em mente que a legislação vigente é extremamente importante para conceber algo como legítimo e, antes de caminharmos em direção à legislação, também precisamos compreender a própria história da educação sexual no nosso país.

Primeiramente, serão analisados alguns momentos da educação sexual, buscando, ainda que siga uma ordem cronológica, compreender quais são os grupos hegemônicos e os que querem se tornar hegemônicos em vista dessa temática. Seguindo uma lógica já detalhada no capítulo "Os discursos acerca do sexo e a teoria queer", tomando como referência, principalmente, a obra "A ordem dos discursos", de Michel Foucault (2007).

Portanto, se trata de um capítulo que revela como a disciplina de educação sexual se deslocou ao longo do tempo, vide os grupos sociais que buscaram defini-la em cada momento da sociedade e os resquícios de cada época histórica, presentes não apenas na prática pedagógica, como também na legislação educacional e no currículo.

As ausências também podem ser constatadas como prática de movimentos conservadores que buscam ocultar o debate da diversidade sexual e de gênero, com o intuito de manter sua hegemonia patriarcal e heteronormativa, que, com toda certeza, não passa desapercebida pelos movimentos sociais progressistas que visam uma sociedade que não regule tanto a sexualidade, mas que abrace suas diferenças. Movimentos sociais que, explicitamente, defendo.

O futuro de tais temáticas realmente não estão predefinidos por uma ordem biológica, mas sim estão em permanente disputa discursiva e performática que tendem a se legitimar nas instituições, e até mesmo essa dissertação faz parte, de certa forma, de parte dessa história, visando ampliar o debate da diversidade sexual e de gênero, tendo como alicerce não apenas a análise desse grupo em específico, mas também a análise de outros grupos que visam legitimar o debate acerca das relações étnico-raciais e como os mesmos conquistaram determinados avanços na legislação, no currículo e na prática pedagógica, ainda que sofram estigmatização da ala conservadora de nossa sociedade.

Por fim, são sinalizadas, com maiores detalhes, as possíveis contribuições que o tema da assexualidade pode trazer para o tema da educação sexual de maneira mais ampla, tendo em vista a necessidade de que ocorra de maneira a ter um viés contranormativo, visando uma sociedade mais aberta à diversidade sexual e de gênero, e que combata a normatividade proveniente dos movimentos conservadores e imperialistas que impuseram as normas binárias de gênero.

6.1 Resquícios na educação sexual

César (2009) contextualiza algumas ondas da educação sexual. A primeira onda, datada de 1933, contrariava a sociedade da época que desejava que tais temas fossem ocultados. Entretanto, essa primeira onda tinha pressupostos higiênicos e eugenistas, ainda que rompesse com o silêncio perante o tema.

Numa análise foucaultiana, a partir do primeiro tomo da história da sexualidade, Foucault (1999) nos lembra sobre a importância de um discurso de poder circular, mesmo que seja no intuito de regulamentar práticas sociais. A inculcação do silêncio perante um tema e a proibição de se nomear o que acontece estão relacionadas à censura, enquanto o debate sobre o tema, mesmo que ocorra com o viés repressivo e conservador, é um avanço em relação à palavra proibida.

A segunda onda surge em 1960, antes da ditadura militar, com fortes embasamentos do movimento feminista de debater o machismo em nossa sociedade, entretanto, com o golpe de 1964 ocorre a censura de determinados temas, entre eles a educação sexual. César (2009) aponta para a resistência de educadores perante a proibição da educação sexual.

> No início da ditadura militar, em 1965, uma portaria do secretário de Estado dos Negócios da Educação do Estado de São Paulo proibiu professores do ensino secundário, em especial os de Biologia e de Sociologia, de exporem nas escolas sobre a sexualidade e sobre a contracepção (WEREBE, 1998, p. 174). Entretanto, naquele período, o interesse crescente pela educação sexual entre as/os educadoras/es brasileiras/os levou a deputada federal Júlia Steimbruck, em 1968, a apresentar um projeto de lei propondo a introdução da educação sexual obrigatória nas escolas primárias e secundárias do país (WEREBE, 1998, p. 173). Como a ditadura impôs um regime de controle e moralização dos costumes, especialmente decorrente da aliança entre os militares e o majoritário grupo conservador da igreja católica, a educação sexual foi definitivamente banida de qualquer discussão pedagógica por parte do Estado e toda e qualquer iniciativa escolar foi suprimida com rigor. As iniciativas que conseguiam resistir e burlar o controle se tornaram experiências de resistência e, nas décadas seguintes, a educação sexual foi tomada como um dos marcos educacionais das lutas pela democratização do país. (César, 2009, p.41).

No fim da década de 1970 e começo da década de 1980, ainda durante o período militar, já se debatia a importância da educação sexual, desta vez como um retorno ao pensamento higienista frente aos problemas da gravidez na adolescência e das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Mas, essa temática ganha força no final de 1980 e início de 1990 com a epidemia de HIV/AIDs, não restando nenhum resquício da onda feminista na educação sexual (César, 2009).

Importante comentar aqui algo que César (2009) não destacou: durante a redemocratização também houve diversos debates, inclusive no congresso nacional, acerca da

prevenção ao abuso sexual infantil. Em nossa constituição (Brasil, 1988), ainda que não delegasse diretamente esse papel aos educadores, já estava instaurada a necessidade de se criminalizar severamente a exploração sexual de crianças e adolescentes, o que é reforçado no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), dois anos depois.

O próprio congresso só foi reconhecer oficialmente o papel direto dos educadores neste processo em defesa das crianças a partir da lei 14.679/2023, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.393/1996, reforçando o "apoio à formação permanente dos profissionais de que trata o *caput* deste artigo para identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes." (Brasil, 1996, s.p).

A nossa constituição de 1988 (Brasil, 1988) foi a principal norteadora das legislações que surgiram após o período de redemocratização e continua sendo um baluarte na defesa da democracia e da equidade. O tema da diversidade sexual e de gênero não é debatido diretamente, mas há em seus enunciados a defesa da liberdade de aprender e divulgar o conhecimento, assim como a defesa do pluralismo de ideias. As leis maiores que temos e que tratam dessas questões sequer perpassam a temática da diversidade sexual e de gênero.

César (2009) também se manifesta sobre como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), criados pelo governo federal em 1997, trouxeram à tona o debate da educação sexual a partir de um ponto de vista sociológico, mas como tema transversal. O ponto positivo é que a questão da discriminação contra pessoas homossexuais foi destacada para ser abordada, o ponto negativo é que os temas transversais geralmente são compreendidos como algo de menor importância.

> Os sufixos nas palavras "transexualismo" e "hermafroditismo", presentes nos PCNs demonstram o caráter patológico ainda em vigor previamente citado, embora seus usos já fossem debatidos e problematizados nos estudos acadêmicos sobre sexualidade e gênero da época, que também reconheciam e incluíam identidades e sexualidades inexistentes neste documento, como no caso das travestis ou das pessoas que se identificam como *queer*. (Squizzato, 2021, p. 41).

O trabalho de Squizatto (2021) é importante para pensar nas mudanças históricas que ocorreram perante os termos e como os PCNs, apesar de sua importância por trazer a temática da orientação sexual, também possuem algumas problemáticas em relação a não trazer certos debates importantes, como o da intersexualidade e transexualidade, e de não se preocupar com a utilização dos termos patologizantes destas identidades. Inclusive, acredito que isso se deu pois o movimento *gay* em diversos momentos se coloca como mais importante que as demais diversidades presentes no movimento LGBTQIAPN+.

Bernardes e Prieto (2010, 178) enunciam que os temas transversais da educação são vistos, muitas vezes, como temas optativos e não obrigatórios. Como contraponto aos temas transversais, se compreende que a criação de uma disciplina específica evidencia uma maior importância para um determinado tema, pressionando que se criem materiais didáticos específicos para se adaptarem a essa nova grade curricular[53]. Acredito que a educação para a sexualidade seria melhor implementada no currículo das diversas disciplinas, principalmente nas grandes áreas de ciências humanas e biológicas.

Vale ressaltar que os Parâmetros Curriculares Nacionais não são obrigatórios. Tiveram um papel extremamente importante para que houvesse um padrão nacional e, no caso da educação para a sexualidade, tiveram um papel relevante em defesa do debate acerca da homofobia, mas não avançaram em relação às demais diversidades sexuais, como, por exemplo, a transgeneridade.

Se formos comparar os PCNs (Brasil, 1997) com a BNCC (Brasil, 2017), percebemos que os PCNs possuem um ponto positivo por tratarem sobre a diversidade sexual ainda no 5º ano, enquanto na BNCC tal temática só é permitida no 8º ano e perante as habilidades presentes no ensino de artes e ciências naturais, sem haver habilidades nas demais áreas, como de ciências humanas. Mais a frente compreenderemos melhor o porquê isso aconteceu.

No entanto, no PCN se debate apenas a homossexualidade, como se houvesse apenas essa diversidade sexual, e na BNCC já se compreende uma maior diversidade do tema. O que me incomoda em ambos os textos é não utilizarem conceitos específicos, o que se torna um obstáculo para se debater a diversidade do tema, visto a complexidade do mesmo. Penso que, por exemplo, na área de ciências da natureza deve ser abordada a especificidade da intersexualidade, no intuito de orientar os educadores e educandos sobre a importância do tema, sem esquecer as consequências sociais da intersexualidade.[54]

Ainda sobre as especificidades de cada subdivisão, Vianna (2015) destaca que o conceito de diversidade é bastante amplo e complexo, e que essa é uma das questões que implicam na dificuldade de se estabelecer políticas públicas educacionais para a diversa gama da população LGBTQIAPN+. Então, o debate acerca das especificidades de cada diversidade sexual e de gênero se externa necessário não só à nível da prática pedagógica, mas também do currículo e da legislação.

---

[53] Importante destacar que Bernardes e Prieto realizaram o seu trabalho na temática da educação ambiental, entretanto, acredito que esse debate de temas transversais versus disciplina própria e obrigatória deve ser colocado para todos esses temas contra hegemônicos.

[54] Destaco esse ponto, pois a tese de Thais Emília Santos (2020) também aborda a importância de trazer esta temática na educação.

Retornando à questão das leis maiores - Constituição (Brasil, 1988), ECA (Brasil, 1990) e LDB (Brasil, 1996) - quanto à temática da diversidade sexual e de gênero, ainda que seja exatamente esse tema que tem ganhado cada vez mais força nas pesquisas acadêmicas em educação para a sexualidade, tais questões não estão legitimadas nessas leis. Isso ocorre pelo fato das leis serem aprovadas pelo congresso e, por alguma razão - ou ausência de razão – pelo fato de existir um grupo de congressistas que são integrantes de uma bancada denominada "bancada da bíblia", que é composta por evangélicos e conservadores contrários à temática da diversidade sexual e de gênero, e dentre outros assuntos progressistas.

Quadros e Madeira (2018), por exemplo, demonstram o atual entrave da "bancada da bíblia" com o debate acerca da diversidade sexual e de gênero. Acredito que, em 1997, tal bancada não compreendeu que o debate sobre "orientação sexual" nos PCNs ocorria no intuito de abordar a diversidade sexual e de gênero. A palavra orientação pode ser compreendida no sentido de instruir alguém acerca de um determinado tema, diferentemente da forma que é empregada pelos movimentos sociais e pesquisadores, no sentido daquele para quem a pessoa se orienta sexualmente: por qual gênero ele sente atração sexual.

No governo Lula, a partir de seu primeiro mandato, se intensificaram as discussões acerca da diversidade sexual e de gênero, trazendo então a sigla LGBT e reforçando uma visão social de combate ao preconceito, como veremos a seguir:

> No Governo Lula se dá a diversificação das discussões sobre sexualidade. Isso se inicia com a preparação e publicação do Programa Brasil Sem Homofobia (PBSH) (Ministério da Saúde, 2004), evidenciando a expansão dessas temáticas para o campo dos direitos humanos, da educação e da assistência social ao longo de todo o primeiro mandato. Em 2007, podemos argumentar que o movimento LGBT vivia seu apogeu: as paradas se proliferavam pelo país com números de participantes dificilmente alcançados por outros movimentos sociais; o PBSH começava a se concretizar em ações com verbas públicas e orçamento próprio; surgiam os centros de prevenção à violência homofóbica, os projetos de capacitação de professores, profissionais da segurança pública e outros; preparava-se a primeira conferência nacional LGBT, com conferências preparatórias em diversos estados e municípios, o que mobilizou uma grande quantidade de atores em torno dessas questões; organizava-se a frente parlamentar pela livre orientação sexual no Congresso Nacional a partir do projeto ALIADAS da ABGLT; a mídia parecia finalmente estar se sensibilizando para debater abertamente as questões LGBT. (Machado e Rodrigues, 2015, p.23-24).

No entanto, gosto de lembrar que, para além das disputas sociais e políticas pela visibilidade da temática, dentro do meio LGBTQIAPN+ também há disputas internas, inclusive acerca de quais temáticas fazem parte ou não do grupo. Querino (2017), por exemplo, enuncia que foi apenas em agosto de 2017 que a temática da intersexualidade foi aceita dentro da ABGLT, um dos grupos mais conhecidos acerca da temática, e me lembro

que nesta época a pesquisadora Elisabete Regina indagou o grupo nas redes sociais acerca de quando a temática da assexualidade seria aceita pelo grupo. Vale ressaltar que até hoje a temática da assexualidade não é tratada como legítima por este grupo.

Parece-me que a temática da diversidade sexual e de gênero não é muito bem aceita pelo congresso nacional, vide o preconceito escancarado da "bancada da bíblia". Correia (2022) divulga como o senador Fabiano Contarato, além de apoiar demandas para a população LGBTQIAPN+, também critica a negligência do congresso nacional perante a temática. Por isso que os avanços que tivemos nesses temas não foram alcançados por meio do legislativo, mas sim pelo executivo ou judiciário, ainda que esses órgãos sofressem represálias.

> Um contexto exemplar para demonstrar o quanto iniciativas "progressistas" do Executivo levantaram forte reação dos conservadores foi o que envolveu o episódio que ficou popularmente conhecido como "*Kit Gay*". O projeto, oficialmente denominado "Escola sem homofobia", foi formulado pelo governo federal em 2011, objetivando forjar "ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro" ("Escola sem homofobia", 2013, p. 9). Na prática, houve a distribuição de um *kit* informativo para estudantes das escolas públicas (uma cartilha de 125 páginas precisamente intitulada "Escola sem homofobia", uma série de seis boletins, três vídeos acompanhados de orientações para professores, um cartaz de divulgação e uma carta de apresentação). / A reação vinda de parlamentares evangélicos foi imediata. Membros da FPE[55] inicialmente protocolaram um requerimento para avaliar o material antes que ocorresse sua distribuição nas escolas. [...] Diante das repercussões que o tópico gerou na imprensa e no Congresso Nacional, os evangélicos promoveram inflamada campanha contra o *kit*, mobilizando suas bases em protestos de rua, como aqueles que se consumaram na "Marcha para Jesus" de 2011. Líder de uma das marchas, o pastor Cirino Ferro denunciou o projeto do governo como uma tentativa de "imposição que chega sem consultas prévias à sociedade, induzindo nossos filhos a aderir a coisas com as quais não concordamos" (Ferro, 2011). A atual discussão acerca do projeto "Escola sem partido" atende claramente aos interesses desses setores e pode ser visto como uma forma de impossibilitar que futuros governos progressistas busquem implementar políticas públicas de combate à homofobia e de discussão mais ampla acerca dos problemas de gênero (agenda classificada pelos evangélicos como "ideologia de gênero"). (Quadros e Madeira, 2018, p.499-500).

O artigo de Jardelino, Cavalcanti e Toniolo (2020) salienta como as *fake news* acerca do material "escola sem homofobia", vulgarmente chamado de *kit gay* pela "bancada da bíblia", foram utilizadas em 2018 para atacar a campanha do petista Fernando Haddad. Outra notícia falsa envolve a edição de uma foto com a frase "Jesus é travesti", na camiseta de

[55] Frente parlamentar evangélica.

Manuela D'Ávilla, candidata à vice-presidência da república em conjunto com Fernando Haddad.

Essas pesquisas revelam como o campo conservador fabricou[56] um discurso, associando o movimento LGBTQIAPN+ ao desrespeito às imagens cristãs e à "conversão" de crianças para o movimento, retornando ao preconceito de ligar a homossexualidade com a pedofilia. Mas tal discurso constitui em sua gênese um saudosismo em relação a uma época em que a temática da diversidade sexual e de gênero era proibida, e em que seus indivíduos eram criminalizados pela ditadura militar.

> O discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele "tempo perdido", quando a nação era "grande"; são tentadas a restaurar as identidades passadas. Este constitui o elemento regressivo, anacrônico, da estória da cultura nacional. Mas frequentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as "pessoas" para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os "outros" que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para a frente. (Hall, 2006, p.56).

Então, quando a "bancada da bíblia" se une à "bancada da bala" se configura o retorno ao passado, no sentido da ditadura militar que estava associada à ala conservadora da igreja e do militarismo, e a "bancada do boi" representava o futuro econômico pautado no agronegócio. Então a junção dessas três bancadas representa este elemento regressivo e anacrônico dos resquícios da ditadura empresarial militar de 1964. O Brasil que eles defendem não é o mesmo que nós defendemos.

O maravilhoso artigo de Cavalcanti, Barbosa e Bicalho (2018) apresenta como os conceitos de abjeção e necropolítica podem ser utilizados para compreender a operação tarântula - que perseguia e prendia travestis, e que ocorreu em 1987 - revelando que, mesmo com a redemocratização, as pautas do movimento LGBTQIAPN+ tiveram dificuldade em se estabelecer em nossa sociedade.

> uma vez que as travestis apreendidas deveriam, segundo o delegado Márcio Prudente Cruz, responder a processos por crime de contágio venéreo. Não à toa, a matéria cita rapidamente a possibilidade de existência de testagem compulsória das pessoas detidas para averiguação, fato que Márcio Cruz nega acontecer. Contudo, a naturalidade com que a dinâmica de associar travestis a AIDS e, consequentemente, o enquadramento no artigo 130 do Código Penal falam de como o imaginário de uma "epidemia *gay*" aciona uma interpretação sobre o sistema penal que faz décadas já operacionalizava a interface da vivência da negritude com a justiça (Goés, 2015). Trata-se aqui

[56] Inventou.

> da diferenciação – ainda que não explícita – entre um direito penal do fato e de um direito penal do autor. (Cavalcanti; Barbosa e Bicalho, 2018, p.180).

A citação acima evidencia como ainda nos primeiros anos da redemocratização a atuação da polícia ainda estava muito ligada às práticas da ditadura militar de prender sem provas e ao preconceito explícito de relacionar a travestilidade à ISTs. Essas discriminações indicam a dificuldade de lidar com o tema da diversidade sexual, por ser um tabu em nossa sociedade.

> Diante do contexto de produção do discurso de ódio, o acirramento de lógicas punitivistas direcionadas a grupos específicos aponta para processos de criminalização fundamentados em relações de acusação sociais complexas. Enquanto a manipulação do pânico moral dirige o ódio a algumas minorias, abre-se espaço para a culpabilização arbitrária de algumas pessoas que são responsabilizadas pelo acirramento das tensões sociais. Nessa direção a Operação Tarântula pode ser vista como um exemplo nítido de como processos de incriminação podem operar pela norma (e não somente pela lei), contaminando o processo penal com percepções coletivas pautadas na dinâmica de abjeção. Podemos, junto a Khaled Junior (2013), enxergar como processos penais podem se afastar do sistema acusatório, elemento básico do Estado democrático, e compor o processo como inquisitorial. A distinção entre um sistema acusatório e inquisitorial versa sobre o modo como a verdade é construída durante o processo penal. O modelo acusatório seria produto das sociedades democráticas e entende que a verdade penal é construída através de jogos discursivos entre acusação e defesa onde as instâncias que julgam observariam de fora para então proferir veredictos. No modelo inquisitorial vemos uma confusão entre as fronteiras dessas instâncias, onde quem julga é ao mesmo tempo quem acusa, de modo que a verdade produzida na acusação já é automaticamente julgada como procedente e o processo de julgamento toma o caráter de incutir provas a uma sentença já dada *a priori* (Khaled Junior, 2013). (Cavalcanti; Barbosa e Bicalho, 2018, p.184).

Quando as autoras destacam a diferenciação de norma e lei, é a partir de uma compreensão das normas de gênero e da legislação. E esse destaque demonstra como a lei, muitas vezes, é deixada de lado perante os preconceitos sociais existentes sobre determinada temática. Ou seja, até mesmo para que haja uma democracia de fato, é necessário se desfazer das generalizações discriminatórias.

Esse retorno à temática da ditadura militar e da difícil dissociação deste passado tão tenebroso é necessário para se compreender os desafios de nossa tão jovem democracia e de grupos que ainda clamam por uma intervenção militar, e de como isso impacta na temática da educação para a diversidade sexual e de gênero.

Então é possível perceber que a bancada evangélica possui relações com a “bancada da bala” e grupos que defendem o período ditatorial, como o então deputado federal Jair Bolsonaro. E que tais grupos se uniam em torno das *fake news*, que, muitas vezes, tinham

relações com pautas morais para criar um estado de pânico nos evangélicos e cristãos conservadores em torno do movimento LGBTQIAPN+ e suas pautas para debater a diversidade sexual e de gênero

Antes de dar continuidade à temática da educação para a sexualidade, gostaria de explicitar a importância de se debater esses movimentos conservadores e como a diversidade sexual e de gênero foi compreendida no início da redemocratização, pois as ausências nos textos legislativos e no currículo ocorrem justamente por conta da censura acerca do tema, aquilo que Foucault (1999) nomeia de "palavra proibida", que são as interdições (Foucault, 2007). Compreender como esses movimentos se colocaram desde o século passado até os dias atuais é extremamente importante para compreender o momento que vivenciamos e os obstáculos que enfrentamos para implementarmos a obrigatoriedade de educação para a sexualidade nas escolas.

Retornando à cronologia, ainda que houvesse essas represálias se instaurando no governo Dilma, curiosamente no governo ilegítimo de Michel Temer ocorreu a implementação da nova BNCC (Brasil, 2017), sem extinguir o debate da diversidade sexual e de gênero - ainda que, na grande área de ciências humanas, apareça apenas na disciplina de artes a partir do 8º ano - e tendo grande enfoque na área de ciências da natureza. Sendo bastante vago acerca de quais preconceitos ocorrem em relação a essas diversidades.

O grande retrocesso é que não haviam habilidades tratando da diversidade sexual e de gênero para as demais disciplinas de ciências humanas, atestando - além de um atraso etário desnecessário para se debater tais temáticas - também uma proibição implícita no texto da BNCC aos professores da grande área de ciências humanas, retornando ao paradigma higienista posto na educação sexual, em que apenas os professores das ciências naturais poderiam debater tais temáticas com o intuito da prevenção de gravidez precoce e ISTs.

Por pior que fosse a BNCC imposta pelo governo Temer, ainda havia a possibilidade de se debater tal temática dentro do currículo. O governo Bolsonaro não retirou tal temática do currículo, no entanto, seu governo foi marcado pelo negacionismo científico em diversas áreas e a tentativa de proibir o debate, e de vigorar legislações acerca da temática. Foi a primeira vez desde a ditadura militar que um governo executivo buscou explicitamente proibir o debate acerca da diversidade sexual e de gênero. Tenente (2022) divulga que o ministro da educação Milton Ribeiro[57] foi denunciado pela PGR pelo crime de homofobia, que foi comparado ao crime de racismo pelo STF, por diversos discursos LGBTfóbicos.

[57] Milton foi o 3º dos 4 ministros da educação que o governo bolsonaro teve. Houve uma grande rotatividade desses ministros por conta de *fake news* e polêmicas causadas por eles.

Entre essas falas, há a defesa de que os homossexuais surgem de famílias desajustadas e de que educação sexual não deveria ser tratada em sala de aula, e também, dentre tantos outros discursos preconceituosos, que professores transgêneros não deveriam incentivar alunos a “andarem por esse caminho” (Tenente, 2022).

Um absurdo ainda maior foi quando o MEC, na época comandado pelo ministro Abraham Weintraub, suspendeu o vestibular para pessoas trans, intersexo e não binárias, criado pela Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), ferindo, assim, o preceito de autonomia universitária, que está respaldado pela constituição brasileira. (Tajra, 2019).

É possível notar por essas atitudes do governo Bolsonaro, que ele agiu deliberadamente contra a constituição e buscou ultrapassar os limites do estado democrático de direito em diversos momentos, tendo, inclusive, criado o discurso falacioso de que as urnas e as eleições não eram seguras, insuflando movimentos de conservadores extremistas que estavam frustrados com o resultado das urnas, levando à invasão dos três poderes em Brasília na data de 8 de janeiro de 2023 (Ricupero, 2024).

Carvalho (2024) avalia o primeiro ano do terceiro mandato do governo Lula (2023 a 2026) como tendo alguns avanços nas pastas da cultura e direitos humanos, mas sem um avanço na área da educação. Além do fato de que, apesar de haver um governo com algumas pautas de esquerda, o ambiente conservador continua o mesmo no legislativo, o que acaba impossibilitando reais avanços.

Ao meu ver, independentemente do governo, jamais houve avanços para a comunidade assexual. Até hoje não há leis especificas para se combater o estupro corretivo, e mesmo quando esse debate ocorria no intuito de incluir homens trans, mulheres lésbicas e bissexuais, por exemplo, tal debate segue muito distante até mesmo da comunidade *gay*, pois os mesmos não passam por tal problemática.

Gosto muito dos ativistas homossexuais, mas me parece que a atuação dos mesmos se dá, na maioria das vezes, no sentido de privilegiar a pauta dos homens *gays* em decorrência das demais diversidades sexuais e de gênero. Me lembro que, uma vez em 2019, quando estava sendo organizado um evento junto com um grupo de ativistas e o mesmo fez convites para a comunidade assexual. No momento em que houve um corte de verbas, eles preferiram desfazer o convite para a comunidade assexual em detrimento de manter o evento com uma ampla maioria dos homens *gays*.

Compreendo completamente que os homossexuais sofreram e ainda sofrem em nossa sociedade, e também compreendo que as pessoas geralmente buscam proteger aqueles grupos

que são mais próximos deles. Mas essa visão corporativista é causadora dessas divisões tão desnecessárias no meio LGBTQIAPN+.

O que temos que ter em mente é que a nossa união enquanto grupo é mais importante do que essas subdivisões. Me pergunto, às vezes, se, quando os *gays* estiverem plenamente incluídos na sociedade brasileira, eles não passarão a se comportar de maneira discriminatória com os demais grupos que os ajudaram a serem incluídos.

Retornando à questão do atual governo e dos próximos que vierem, acredito que o problema da negligência do congresso nacional perante as temáticas do movimento LGBTQIAPN+ se dá pela crise de representatividade no congresso. Isso ocorre pois a população elege pessoas que as representam, e não as ideias e propostas diretamente.

> Um levantamento do instituto Datafolha sobre temas ligados à educação no Brasil divulgado neste domingo (3), aponta que 73% dos entrevistados acreditam que a educação sexual deve constar no currículo escolar do país. [...] Para 91% falar sobre o assunto ajuda a prevenir abuso sexual de crianças e adolescentes. 80% acreditam que as escolas devem promover o direito das pessoas viverem livremente sua sexualidade, sejam elas heterossexuais ou LGBTs. Em relação ao debate sobre racismo, para 90%, os professores devem discutir discriminação racial em sala de aula. Quanto ao tema da militarização em centros de ensino, 70% confiam mais em civis do que militares para trabalhar em escolas. E para 93%, as escolas devem respeitar todas as religiões, inclusive o candomblé, a umbanda e as pessoas que não têm religião. (Tawane, 2022)

Essa pesquisa do datafolha revela que a grande maioria da população brasileira é favorável ao debate sobre a educação para a sexualidade. A única coisa que separa esse desejo de se concretizar de fato são as pessoas que a população brasileira elege. Será que todas as pessoas que votaram na extrema direita são fascistas? Será que as pessoas não estão apenas em busca de mudanças significativas? Acerca dessa pesquisa do datafolha, acredito que é necessário mais pesquisas quantitativas acerca de como a população brasileira representa acerca desta temática.

Sigo muito a tese de Vladmir Safatle (2022) e acredito que já faz um bom tempo que o centro se mostrou ineficiente no ocidente e as pessoas estão em busca de ir para os extremos, quer seja em suas atitudes ou nas eleições. E aqui no Brasil não é diferente. Ou a esquerda busca uma radicalização de suas propostas e as cumpram em diversas áreas, ou teremos que assistir a extrema direita entregar os recursos e nossos direitos ao norte global, com cada vez mais veemência, assim como ocorria no período da ditadura militar.

A conciliação encontrou o seu limite já faz muito tempo. A direita perdeu espaço para a extrema direita. E a esquerda deve se radicalizar, inclusive pautando uma transição da

democracia representativa para a democracia participativa, ou teremos que assistir gradativamente o colapso dos poucos direitos que conquistamos com muita luta.

Ainda partindo de uma idealização de um currículo para a diversidade sexual e de gênero, acredito ser importante ver o que outros movimentos contra hegemônicos conquistaram na educação e de que forma o fizeram, visando promover a equidade frente à desigualdade social. Por exemplo, Antunes e Nogueira (2018) debatem a importância da existência de livros didáticos e a formação continuada para professores da educação básica para que a implementação da lei 10639/2003[58] seja efetivamente cumprida.

Eva Aparecida da Silva (2018) destaca outra contribuição importantíssima: a resolução CNE/CP nº 01/2024 traz a necessidade de se pautar a temática do ensino para as relações étnico-raciais ainda no ensino superior, principalmente nos cursos de licenciatura, como forma de garanti-la na formação inicial do educador. Tais reivindicações não devem ser pormenorizadas como um ato anticientífico.

Quando converso com pesquisadores negros e negras é comum ouvir em seus relatos que suas pesquisas são tratadas como militância e não como pesquisa científica. Acredito que tais discursos têm muito mais a demonstrar o caráter racista de quem os profere, de compreender as pessoas negras como inferiores intelectualmente, do que de diminuir a própria importância da temática étnico-racial.

> Na estrutura curricular do curso de Ciências Sociais da USP, apresentada em seu Projeto Político - pedagógico de 2008 e na grade publicada na página do Curso para no ano de 2017, tendo em vista ementas e conteúdos programáticos, entre as dezessete (17) disciplinas obrigatórias (Quadro 1) não foram encontradas as que estão diretamente relacionadas ao grande tema proposto pela Lei 10639 e pela Resolução 02/2004. (Silva, 2018, p. 518).

Gosto de compreender as pesquisas em ciências humanas como um desdobramento reflexivo da própria prática social. O conceito de trabalho em Marx, como revela Oliveira (2010), tem suas raízes na própria reflexão do trabalho enquanto prática social. Visto que a obra de Marx está muito bem proliferada em nossa sociedade, duvido que um cientista social tenha a audácia de dizer que o marxismo é mera militância do proletariado. Então, porque as temáticas do racismo e da diversidade sexual e de gênero ainda são compreendidas como militância e não como pesquisas sérias e necessárias para a nossa sociedade?

As reflexões das três pesquisadoras acima ilustram a dificuldade de se implementar uma lei em uma sociedade tão racista como a nossa e apresentam possibilidades para que a mesma seja efetivamente colocada em prática. Venho aqui destacar que, se não houvesse a

---

[58] Lei que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira.

criação da lei 10.639/2003, tais pesquisas sequer poderiam ser realizadas, de forma a investigar a própria implementação da lei. Em comparação com a temática da educação para a sexualidade, me pergunto em que momento será criada uma lei para que a temática da diversidade sexual e de gênero se torne obrigatória na educação básica e nos cursos de licenciatura do ensino superior? Haverá a obrigatoriedade da formação continuada acerca dessa temática?

Em que momento será inserida no currículo de todas as ciências humanas a compreensão do surgimento da sexonormatividade e da heterossexualidade compulsória? A transformação do conhecimento sobre o sexo[59] e da sua própria insegurança como marcador social do gênero e da identidade sexual nas aulas de biologia? A intersexualidade como prova inegável da não binariedade e da importância do respeito a essa diversidade biológica? Isso depende apenas de como nós reagimos a esse grupo conservador que se esforça para resgatar um Brasil que operou de 1964 a 1985.

Retornando às transcrições, uma das entrevistadas também era professora e fiz questão de adicionar perguntas específicas para professoras assexuais sobre o tema, e foi assim:

> **Entrevistador**: Como professora, você sofre preconceito dos seus colegas quando você diz que é assexual?
> **Joana**: Sim. Eu posso dizer que como professora, muitos colegas não sabem o que é assexual. Então eu explico. E a maioria vai justamente contra, mesmo sendo professores, inclusive a professora de biologia, várias vezes me questionou se eu fui fazer exame médico. Mas a maioria questiona. Eu sempre vi muito essa questão de se é alguma doença, se é algum problema. "Ah, eu sabia. Será que é algum problema de vida? Ah, porque você toma antidepressivo?" Então, mesmo professores, eles conhecem muito pouco sobre o tema. E a grande maioria acha que é alguma coisa relacionada com isso. Então, assexualidade, na maioria das vezes, pelos professores, é visto como um tipo de patologia. E a primeira coisa que me perguntam é se eu já fui no médico para ver isso.
> **Entrevistador**: E você acredita que, se eles tivessem uma aula sobre diversidade sexual que incluísse a temática da assexualidade durante a graduação, muito provavelmente eles não teriam essa postura?
> **Joana**: Eu acredito que sim. Eu acredito que discutir assexualidade é fundamental para a formação dos docentes. E não só na formação. É importante que tem um processo de atualização desses docentes, para os professores que já estão atuando. E muitos professores, eles falam que "a minha matéria não tem nada a ver com isso." Então é uma mentalidade muito comum. "Ah, isso aí é coisa do professor de biologia." Então, a questão da orientação, sexo, sempre acaba... Como se fosse responsabilidade do professor de biologia. Mas é fundamental que os professores, todos eles, tenham conhecimento sobre isso, porque a partir daí a gente consegue trabalhar outros problemas. Então relacionado à violência também na escola, violência na sala de aula, e os problemas de interação com os alunos. Por exemplo, quando os alunos perguntam, eu falo abertamente que eu sou

[59] Modelo de sexo único, binário e discursivo/performativo.

> assexual. Vários alunos pesquisam, e depois sempre tem um aluno ou outro contando: "Oh professora, eu acho que eu também sou assexual! Como que você teve certeza que você era?", sabe assim? Ou da mesma forma que eu falo que sou assexual, aí alguns alunos falam, “eu sou bissexual, como que a sua família aceitou?", Aí eu falo do processo, aí eu falo, a minha mãe é evangélica. Então tem uma abertura maior por parte do aluno. E principalmente esses alunos que fazem parte da comunidade, eles são bem mais integrantes, assim. De um problema, ele vê o professor também como alguém humano, alguém que vai sofrer um preconceito. (Joana, 33 anos, mulher cisgênero, negra, SP).

Esse relato, além de demonstrar o preconceito e despreparo dos professores sobre o tema, também nos lembra que tratar sobre esses assuntos, muitas vezes tão pessoais e subjetivos, é também uma forma dos alunos se aproximarem de nós e passarem a respeitar o professor como um ser humano integral, e não apenas como uma pessoa que está ali simplesmente lecionando.

> **Joana**: logo no início de carreira, eu trabalhei com uma professora de História, que ela é lésbica e é casada com uma moça. E ela me contou vários assédios que ela sofreu ao longo da carreira profissional, dando aula. Eu lembro sempre dela falando assim: "ó, você traz debate sobre questão racial, olha a quantidade de pais que vêm aqui reclamar com a gestão da escola. Quando você trazer alguma coisa relacionada à orientação sexual, vai ser três vezes pior." (Joana, 33 anos, mulher cisgênero, negra, SP).

Trago esse relato não para medir qual forma de opressão é mais forte, até porque acredito que isso seja impossível medir. Em diversos momentos em que estive em contato com o movimento LGBTQIAPN+ havia discussões internas acerca de qual identidade sofria mais e tal diálogo era posto para qualificar qual reivindicação seria feita primeiro. Acredito que as pautas são múltiplas e todas elas devem ser reivindicadas. Hoje em dia apenas a comunidade assexual e intersexo é patologizada, mas isso não quer dizer que tais temáticas são mais importantes do que a fetichização de bissexuais, por exemplo.

O que pode ser quantificado é qual movimento iniciou primeiro a partir de registros históricos e qualificar quais formas de opressão existem e como elas se manifestam. Obtendo esses dados, também podemos pensar em medidas para inserir todas essas pautas na sociedade a partir da educação, e, caso surja outra pauta que ainda não tenha sido descrita, que seja inserida futuramente.

A importância da transcrição acima está justamente em expor a perseguição que professores que tratam de temáticas progressistas sofrem na escola e na sociedade. Lembro-me que quando eu era professor de eletivas e projeto de vida no estado de São Paulo, eu trabalhava no ensino fundamental II e ensino médio, e utilizava o currículo paulista (São Paulo, 2020a; 2020b), que é baseado na BNCC, para tratar sobre essas temáticas. Quando os

estudantes estavam ainda na 6ª e 7ª série, eu utilizava a temática do respeito e do *bullying* como um momento oportuno para debater tais temáticas e sofri muita perseguição de meus superiores por essa razão. Mas, mantive-me firme, mesmo na época sendo um mero professor celetista, e fiz questão de cumprir o meu papel como educador.

Antes de adentrar à questão dos princípios de uma educação para a sexualidade contranormativa, gostaria de dizer que sequer essa postulação é algo inovadora. Parte-se do pressuposto de que o sexo e suas decorrências foram inventados, talvez o modelo único de sexo tenha sido a primeira *fake news*. Mas, já que o corpo também possui esse caráter discursivo/performativo, então ele também pode ser reinventado culturalmente por meio da educação para a sexualidade de uma maneira que passe a incluir os corpos historicamente marginalizados e que passem a não definir o papel que cada um deve exercer nesta sociedade.

Não é inovador, pois, independentemente da teoria empregada anteriormente, de certa forma, essas normas de gênero já estão se desfazendo. Se analisarmos a obra de Ribeiro (2006), em um primeiro momento do Brasil colônia sequer havia educação para a grande maioria da população, dada as características da colonização que ocorreu no Brasil. Frazão e Morais (2012) demonstram que, quando a educação foi estabelecida, ocorreu primeiro o ensino para os meninos e depois se estabeleceu as escolas para meninas. Com currículos diferentes para que os seus corpos se adequassem à representação vigente dos locais que cada um deveria desempenhar na sociedade.

Hoje em dia não segregamos mais as escolas entre meninos e meninas, nem os seus devidos currículos, e ter acabado com essa dicotomia foi talvez o primeiro passo de uma educação para a sexualidade contranormativa. Por isso, ressalto que não é inovador.

Então, um ponto interessante que proponho é, primeiramente, fazer prevalecer um ambiente de bom funcionamento das relações interpessoais em que um não imponha suas vontades aos demais, mas que, verbalize seus interesses e prevaleça a consensualidade nas relações; em segundo lugar, combater atitudes normativas que tendem a se utilizar de chantagens emocionais e outras atividades que reprimem e/ou manipulam esse bom funcionamento da sociedade; em terceiro lugar, ensinar a partir das mais diversas disciplinas acerca de como as discriminações operam em nossa sociedade; em quarto lugar, uma educação para a sexualidade contranormativa se compreende também como decolonial. Tudo isso, tendo em vista que essas normas não foram criadas em território brasileiro. Os nossos caminhos não levam a Roma. Tal cultura sexonormativa foram impostas como mecanismos de manutenção social e de aculturação, desde a colonização em nosso território, e para debater temas próprios das questões étnico-raciais no campo da sexualidade. Como, por exemplo, a

hipersexualização e o preterimento de pessoas negras em uma relação; em quinto lugar, buscar compreender as particularidades de como a discriminação do corpo ocorre nos dias de hoje, desde a forma que as mulheres são tratadas no cotidiano e pensando nas intersecções relacionadas à gordofobia, por exemplo, e de como a masculinidade, tal como foi construída sob a égide do modelo único de sexo e binário, sequer é completamente benéfica para os homens, visto que os homens acabam se colocando em risco ou há um aumento na taxa de suicídios.

> Todo esse apagamento histórico nos faz refletir sobre como podemos pensar em uma eficiente educação sexual nas escolas, se mantemos em nossos currículos somente uma visão eurocêntrica da história com um apagamento de grande parte da nossa história, tanto como país como parte de um continente. Uma invisibilização de processos históricos que promoveram a efetivação de uma cultura de estupro no Brasil e da culpabilização de suas vítimas. (Piagge e Souza, 2020)

E, por ultimo, quando a sala compreender bem as questões sociais interseccionais, demonstrar textos mais densos acerca dessa temática, como o Inventando o Sexo de Laqueur (2001), Problemas de Gênero da Butler (2003) o subcapítulo “A proliferação da prole” presente neste texto também pode ser utilizado, “Descolonizando afetos” de Núñez (2023) ou o artigo “Despatologização do gênero” de Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012) assim como outros textos a escolha do professor podem ser utilizados. A ideia aqui é que a BNCC (2018) defende a investigação científica. Então porque não utilizar uma investigação científica nas ciências humanas?

Uma orientação aos professores do ensino básico: no momento atual que vivenciamos, é importante pautar a diversidade sexual e de gênero, e utilizar os PCNs para debater essas temáticas ainda no início da puberdade, pois nela os adolescentes passam a ter as primeiras experiências sexuais e é importante que haja professores que expliquem não só os perigos das ISTs e da gravidez precoce, mas também a respeitar os estudantes LGBTQIAPNs, e que os mesmos sintam apoio por parte da instituição escolar, uma vez que tais desejos são legítimos e devem ser tratados sem tabus ou moralismos que possam acarretar no adoecimento mental, como já discutimos no capítulo anterior.

Resumindo, essa dissertação busca contribuir para a educação para a sexualidade, defendo que ela precisa de um marco similar ao da lei 10639/2003, que passe a garantir a obrigatoriedade da mesma e que tal temática seja debatida na educação básica por diversas áreas do conhecimento, e que não seja um tema restrito às ciências naturais, visto que as ciências humanas possuem grandes contribuições para essa temática.

Para que os professores sejam preparados para debater tal temática, além de haver formação continuada, também deve haver uma sólida formação inicial nos cursos de licenciaturas acerca do tema. Volto a lembrar que tais indagações não seriam possíveis se eu não tivesse entrado em contato com a pesquisa de Eva Aparecida da Silva (2018) e de nossos constantes diálogos durante as reuniões de orientações.

Mas, mais importante de tudo: a história da sexualidade nos mostra o caráter performativo/discursivo do sexo e suas consequências para a sociedade estabelecida e o como as visões acerca do sexo/gênero se modificaram culturalmente. E a instituição escolar me parece ter sido criada como um mecanismo para unificar as mentes e também para forjar a identidade nacional - reprimindo outras formas de se identificar. Não é mero acaso as antigas práticas pedagógicas de cantar o hino na escola ou rezar antes de iniciar a aula.

E ainda que eu não seja muito favorável às coerções, acredito que determinadas regras são simplesmente necessárias para o bom funcionamento da sociedade. Mas, a coerção que defendo não é a de que nós educadores devemos levar as pessoas a falarem de maneira feminilizada ou que passem a usar batom ou qualquer outra *fake news* que se espalhe acerca da educação sexual. Mas, sim, de que devemos reprimir aqueles que buscam fazer sobreviver de alguma forma essas normas de gênero. Ao mesmo tempo, devemos ensinar os estudantes a respeitarem a diferença e acolher a diversidade na escola, ao longo de todo o processo de escolarização. Resumindo: devemos reinventar as noções de sexo/gênero e sexualidade que estão estabelecidas em nossa sociedade, por meio da educação para a sexualidade.

6.2 Reinventando o sexo/gênero

Primeiramente, gostaria de enfatizar que o tema da diversidade sexual não visa expulsar o tema do abuso sexual, da prevenção as ISTs e da gravidez precoce. Na verdade, penso até mesmo que os temas de pesquisa menos explorados na educação sexual são aqueles que interligam o abuso sexual e os direitos LGBTQIAPNs, ao debater o estupro corretivo.

As propostas para a educação para a sexualidade são simples: Formação inicial na licenciatura e formação continuada, dividindo em três áreas: identificação e prevenção a estupros infantis; combate às infecções sexualmente transmissíveis; e a promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero.

O currículo da educação infantil deve pautar principalmente a questão da violência sexual infantil, tendo em vista que as crianças também podem aprender a diferenciar o que é um carinho e o que é um abuso, e como lidar com as situações de abuso. Além de compreender que elas não são obrigadas a abraçarem e beijarem todo e qualquer adulto.

Alguns livros como “Não me toca, seu boboca!” (Taubman, 2020) e “Pipo e Fifi” (Arcari, 2018) são importantes de serem apresentados na educação infantil. E o livro “Tuca e Juba” (Jacob, 2018) pode ser utilizado ainda no ensino fundamental I. Além de trabalharem a consciência corporal da criança acerca das partes do corpo, também ensinam a criança a reagir às situações de violência sexual.

Esses livros são apenas exemplos de como a literatura infanto-juvenil pode ser grande aliada no combate à violência sexual de crianças e adolescentes. O professor tem total liberdade de trabalhar com os recursos com os quais ele esteja familiarizado e que julga ser melhor para os seus estudantes, portanto, a indicação desses livros se trata apenas de exemplos para que o professor que estiver lendo esta dissertação possa sulear o seu trabalho pedagógico. Segue abaixo trechos dos livros de Arcari (2018), Taubman (2020) e Jacob (2018), respectivamente.

Figura 3 - Trecho do livro “Pipo e Fifi”

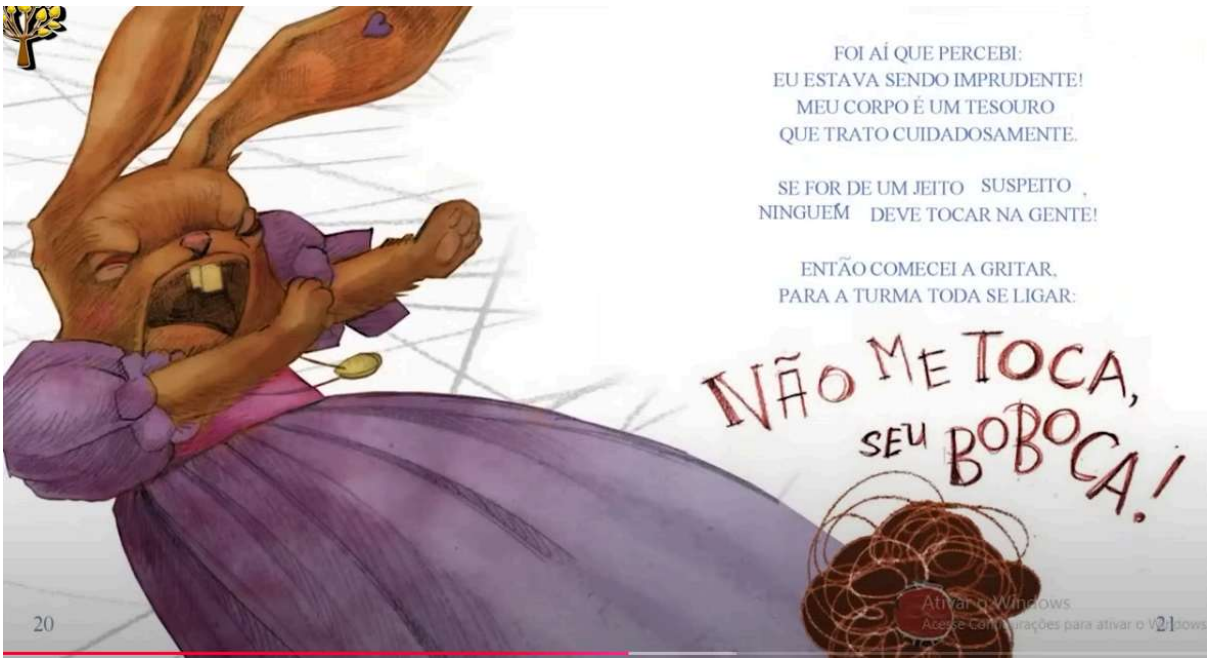
Fonte: ADAPTADO de Arcari (2018).

Me lembro de uma vez que pedi um abraço para a filhinha de um conhecido, e ela não quis me abraçar. Apenas respeitei a decisão dela, pois o corpo é dela e ela encosta em quem ela quiser. E ninguém precisa sequer se explicar quanto a isso. Depois de um tempo ela se sentiu confortável com a minha presença e aceitou um abraço. Sem falar no caso de crianças autistas que simplesmente não gostam de abraços. Vamos forçá-las a abraçar os outros? Nós

adultos, às vezes, também não gostamos de determinadas pessoas e obviamente não nos forçamos a manter determinadas amizades. Porque com a criança deveria ser diferente?

O livro de Pipo e Fifi tem um papel importante em diferenciar o que é um carinho do que é um abuso. Nomeia as partes íntimas e ensina que a criança tem o direito de dizer sim e não para qualquer contato físico. É um ótimo livro para se iniciar uma conversa sobre consentimento e prevenção ao abuso sexual.

Figura 4 - Trecho do livro "Não me toca, seu boboca"



Fonte: ADAPTADO de Taubman (2020).

O livro "Não me toque, seu boboca!" surge com o mesmo viés, mas ele demonstra também algumas práticas dos abusadores, como vizinhos que chamam as crianças para a casa com a promessa de brincadeiras e doces, então, ainda que seja um pouco mais explícito nos detalhes, acaba sendo mais certeiro em como identificar um abuso. Minha única ressalva com este texto é que ele coloca uma coelhinha humanoide como protagonista, e acredito que esse debate deve ocorrer de maneira a ser o mais fiel possível à realidade e tirar um viés infantilizado, por se tratar de uma situação que - ainda que ocorra na grande maioria das vezes com crianças e adolescentes - não tenha nenhuma relação com a forma como deveria ser vivida a infância.

> Devido a problemas com os dados referentes a 2016, a análise dos registros de violência sexual refere-se ao período entre 2017 e 2020. Nesses quatro anos, foram registrados 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos – uma média de quase 45 mil casos por ano. Crianças de até 10 anos representam 62 mil das vítimas nesses quatro anos – ou seja, um terço do total. / A grande maioria das vítimas de violência sexual é menina – quase 80% do total. Para elas, um número muito alto dos casos

> envolve vítimas entre 10 e 14 anos de idade, sendo 13 anos a idade mais frequente. Para os meninos, os casos de violência sexual concentram-se especialmente entre 3 e 9 anos de idade. Nos casos em que as vítimas são adolescentes de 15 anos ou mais, as meninas representaram mais de 90% dos casos. A maioria dos casos de violência sexual ocorre na residência da vítima e, para os casos em que há informações sobre a autoria dos crimes, 86% dos autores eram conhecidos das vítimas. (Unicef, 2021, p. 6).

Figura 5 - Trecho do livro "Tuca e Juba"

Fonte: ADAPTADO de Jacob (2018).

Já na adolescência, acredito que o livro Tuca e Juba é extremamente importante, pois trata sobre a autonomia corporal e o consentimento de uma maneira bastante abrangente na forma como as pessoas se relacionam. Também faço questão de pautar esse debate para o ensino fundamental I em diante, pois, segundo a UNICEF (2021), boa parte das crianças vítimas de violência sexual tem entre 10 e 14 anos.

Fukuda (2012), por exemplo, revela - a partir da psicanálise - que quando uma pessoa não sabe lidar com a frustração pode ser um dos fatores para que ela se torne um assediador. A frustração nada mais é do que um desejo idealizado que não se concretiza. Podemos acrescentar também que o assédio sexual ocorre pelo fato de o perpetrador compreender que a vítima a ser abusada não tem legitimidade ou o poder de resistir. Digamos que uma pessoa não aceita o rompimento de uma relação, se essa pessoa não tiver uma educação que ensine a lidar com este sentimento de rejeição, isso pode escalar para um homicídio, feminicídio, estupro corretivo ou marital.

> Essa destruição do outro resulta do ódio gerado pela intolerância à diferença, à dor e ao sentimento de frustração. Em determinados estados mentais, ou prevalece o princípio de prazer, ou quando impera uma personalidade psicótica, predomina a evasão da dor mental – incapacidade de tolerar a dor e a frustração. Essas dores e frustrações precisam ser eliminadas o mais rápido possível e a qualquer preço (Fagundes, 2004; Pires, 2004). / É nesta incapacidade de tolerar a dor e a frustração que inserimos nossa análise acerca do assédio sexual. Acreditamos que o agressor apresenta uma personalidade narcisista, que ao ter negado seu objeto de desejo, utiliza da violência como forma de imposição, de restabelecer a dominação e assim acabar com a dor psíquica de ter o prazer negado. / O assédio sexual enquanto violência pode ser compreendido como uma negação do outro. Essa negação da vontade do outro é permeada de um componente imaginativo, fantasiado do agressor, que percebe no comportamento da vítima, não uma negativa de suas investidas, mas um incentivo, um elemento adicional no jogo sexual. (Fukuda, 2012, p.130).

Em um 8º ano, eu tratei sobre essa temática pensando nas discriminações que aqueles estudantes sofriam envolvendo homofobia, depois de um tempo os termos “viado” e “virjão” desapareceram da boca dos meninos heterossexuais que utilizavam tal conceito para ofender os outros. Também houve um caso em que um menino estava iniciando o namoro com uma menina, e ele vivia dizendo para mim e para seus amigos que não gostava que ela conversasse com outros meninos e tivesse amizade com eles. Ele dizia isso para mim, pois sabia que eu era um professor que os demais alunos gostavam. E eu disse para ele parar de fazer chantagem emocional, mas ele continuou pedindo o meu apoio para que sua namorada passasse a se isolar das demais amizades, e eu continuei falando que o que ele fazia era errado.

Em um determinado dia, cansado de ver aquela situação quieto, eu apresentei a arte “O beijo” de Edvard Munch (1895) e questionei a eles se é saudável um relacionamento em que as duas pessoas perdiam as suas individualidades, a ponto de um não poder conversar mais com os amigos pelas inseguranças do outro. Falei que em uma relação essas coisas têm que

ser muito bem dialogadas e que não é porque nos relacionamos com alguém que aquela pessoa se torna um objeto nosso e que deve corresponder a todas as nossas expectativas.

Em um primeiro momento isso acabou distanciando aqueles dois jovens, entretanto, passado mais ou menos duas semanas, vi que os dois estavam juntos e que o menino passou a tratar de suas inseguranças, e respeitar que não é porque eles estavam iniciando um relacionamento, que ela tinha que se distanciar dos amigos.

A educação também deve tomar um viés de defender a liberdade sexual, no sentido que, como o sexo/gênero é inventado, não deve ser imposto normas de qual maneira é a correta ou "verdadeira" de se experenciar a sexualidade. Mas parte da liberdade tem relação com o respeito ao outro que não quer experienciar a sexualidade de determinada forma.

> **Fernando**: Eu acho que a grande questão da liberdade sexual é que a gente escolhe... - esquece, na verdade - que uma base fundamental da liberdade sexual é você dizer não, você dizer que "eu não quero", a liberdade sexual não é só dizer sim, é dizer não quero. E você respeitar o não ali.
> Eu acho que, curiosamente, o movimento de libertação sexual acabou esquecendo disso, porque acho que é muito fácil, talvez, a gente olhar... para o outro... né? e dizer que ele é conservador, esse outro é aquilo contra quem a gente luta.
> Eu acho que isso é até uma questão, dentro do próprio movimento de libertação sexual, porque, especialmente, na minha opinião, muitos das pessoas jovens se aproximam tanto de um conservadorismo, porque esse espaço que se diz libertário, ele acaba não sendo um libertário absoluto, ele só é libertário a um tipo de liberdade.
> E se você fala, "olha, mas eu não quero isso", ele não... passa a não ser acolhedor com você, né? "por que você não testa?", são anacronismos que não fazem sentido nenhum. No mínimo, mas eu acho que essa experiência é uma experiência contraditória (Fernando, 36 anos, branco, não binário, PR)

Fernando aponta um papel extremamente importante para a liberdade sexual, que é a de lidar com a rejeição. Acredito que essa é a principal função da temática da assexualidade no campo da educação para a sexualidade. Não que tal tema já não tenha sido debatido pelo movimento feminista, mas, como César (2009) nos lembra, a onda feminista da educação sexual - datada de 1960 - não deixou vestígios na prática pedagógica, uma vez que foi duramente reprimida pela ditadura militar e substituída por um viés higienista da saúde sexual e do discurso biológico.

E, além desses ensinamentos acerca do consentimento e da autonomia corporal, também é necessário que nós professores saibamos identificar crianças que sofrem abusos. Me lembro da primeira vez que tive dúvida se meu aluno tinha sofrido algum abuso, isso ocorreu porque ele tinha muito medo de mim. Uma pessoa que ele compreendeu ser masculina. Então me lembrei dos desenhos que fazíamos nas aulas práticas no "Grupo de estudos em filosofia com crianças" e quando ele estava mais calmo e tinha mais confiança

comigo eu pedi para ele e as demais crianças a desenharem a própria família, e ele desenhou duas casas e algumas pessoas. E eu fui perguntando minuciosamente para ele todos os elementos do desenho, perguntei quem eram aquelas pessoas que ele desenhou, se aquela pessoa estava feliz ou triste, se aquela pessoa cuidava dele.

Até o momento em que eu pedi para ele explicar o porquê ele tinha desenhado duas casas, ele começou a chorar e, aos prantos, me disse que a casa era do vizinho. E então eu perguntei por que ele estava chorando e ele me disse que não podia falar, caso contrário o vizinho dele iria machucá-lo. E eu perguntei para ele se eu era uma pessoa boa, e ele disse, ainda soluçando, que eu era, e eu perguntei se o vizinho dele era uma pessoa boa, e ele disse que não era. Em nenhum momento você induz a criança a responder da forma que você quer, mas você faz questionamentos necessários para que a criança racionalize acerca dessa questão.

Foi então que ele disse que o vizinho já tinha tocado em suas partes íntimas. Quando eu contei isso para as minhas superioras, elas me explicaram que essas coisas realmente ocorrem e que a gente não podia denunciar, caso contrário o abusador ou a família poderiam se vingar de nós, além do fato de que a escola ficaria "manchada" com aquela situação. Quando eu questionei a mãe acerca do dito vizinho, ela ficou visivelmente agitada, mas disse que não tinha nenhum vizinho com aquele nome.

Naquele exato momento eu não realizei nenhuma denúncia, pois sabia que seria perseguido por minhas superioras, mas deixei bem explícito para a família que ela precisava colocar um fim naquela situação. Quando eu saí daquela cidade, eu enviei uma denúncia anônima na promotoria por meio de um site eletrônico[60] , explicando a situação, mas escrevi sem dar a entender que eu era o professor do menino. Expliquei também que não queria fazer uma denuncia por meio do conselho tutelar, pois não confiava integralmente nos mecanismos de denúncia daquele órgão, pois eu teria que informar o meu nome para eles e confiar na discrição daquele órgão, sendo que os conselheiros também eram eleitos e tinham ligação com a Prefeitura. Então, eu pedi que o ministério público requeresse ao conselho tutelar a investigação daquele adulto que morava próximo ao endereço do meu aluno e que conversasse com a criança. Escrevi tudo isso como se fosse um vizinho, para evitar futuras perseguições da prefeitura.

Fiz dessa forma, pois tenho um colega que trabalha no conselho tutelar, e pelo fato dos conselheiros serem definidos por eleição, muitas vezes tem muitas pessoas ligadas aos

---

[60] https://sis.mpsp.mp.br/atendimentocidadao/Promotorias/Manifestacao/EscolherTipoDeIdentificacao.

vereadores ou que buscam eleição no conselho tutelar para medir quantos votos teria quando se candidatasse a vereador. Então, muitos conselheiros são ligados aos partidos políticos conservadores e esse meu colega já me falou de uma vez em que ele mesmo, como conselheiro, teve que fazer uma denuncia contra o próprio conselho tutelar. E, caso você seja professor, e faça uma denúncia anônima no conselho, os conselheiros vão saber que foi você quem realizou. No entanto, no *link* da promotoria existe a possibilidade de fazer uma denuncia anônima, de uma forma que nem mesmo o promotor ou qualquer funcionário do tribunal de justiça saiba quem a realizou. Essa é uma forma de professores poderem lutar por justiça, sem abrir suspeitas.

Então, caso você esteja com dúvidas se uma criança está sofrendo algum tipo de violência, peça para que todas as crianças façam um desenho da família, sendo essa a única instrução. A maioria das crianças fazem desenhos de famílias felizes. Caso a criança não represente no desenho a si mesma, pode ser um indicativo de que ela, inconscientemente, não se compreenda como parte integrante da família, então ela pode sofrer algum tipo de negligência. Caso ela represente a si mesma sem rosto, enquanto as demais pessoas possuem rosto, também pode ser um indicativo de que ela não tem a individualidade naquele lar. Caso no desenho ela e algumas pessoas estejam tristes, você precisa questionar de onde surge essa tristeza.

Não apresse a criança para realizar o desenho. Questione cada elemento daquela pintura, pois ela será a representação mais fiel de como a criança representa a própria família. Em alguns casos, ela ainda pode desenhar explicitamente situações de agressão. Desenhar alguns familiares bravos e agredindo, ou desenhar pessoas com pênis ensanguentados ou sujos de fezes. Esses desenhos são provas inegáveis de um abuso sexual infantil ou de violências que seus familiares realizaram ou vivenciaram.

Depois de ter certeza se aquela criança passou por um abuso ou não, tente ver se você, como professor, tem acesso aos dados da criança, como o nome completo da mãe, nome completo da vítima e endereço. Tendo todos estes componentes, encaminhe uma denúncia anônima contendo apenas as informações que um vizinho saberia e escreva de uma maneira coloquial, errando a grafia de algumas palavras, para que não pensem em nenhum momento que foi você que a escreveu.

Mas, para ser bem sincero, acredito que essa situação do combate ao abuso sexual infantil apenas terá avanços significativos quando o conselho tutelar e os cargos de gestão escolar forem definidos via concurso público. Não acredito que a prefeitura venha a agir de maneira a investigar tais casos, visto que as famílias, geralmente, buscam acobertar essas

situações e são justamente as famílias que elegem o prefeito. E ainda que nós educadores possamos e devamos fazer cumprir o ECA, constantemente sofremos pressões de nossos superiores para negligenciarmos esse dever. Educadores que fazem o correto e denunciam a violência são perseguidos.

Depois que parei de dar aula, vi que já havia pesquisas acerca disso, e, depois de muita procura, encontrei um artigo recente de Silva e Abrão (2023), que, ainda que fosse da área de direito e se baseasse em uma análise Freudiana, utilizou conceitos não universalistas, que acabam sendo de grande contribuição também para a área de educação.

No desenho, abaixo, trago a estória de Sara.

Figura 6 – Desenho-estória de Sara

Fonte: ADAPTADO de Silva e Abrão (2023, p. 53).

Antes de ler o relato da criança, perceba que em um primeiro momento parece ser um desenho comum, até feliz. No entanto, ao questionar a criança acerca do desenho, se revela uma estória bastante tenebrosa.

> Tudo o que eu tô contando… é… tudo real. (...) É... aqui, eu via essa casa como uma prisão pra minha mãe e pros meus irmãos, porque ele (ex-padrasto) não deixava ninguém sair. (...) Na rua de trás, tinha a casa do ex-namorado da minha mãe, que... ele colocava... isso aqui é uma cadeira,

> não sei se dá pra perceber... Aqui são os muros. Aí, ele colocava uma cadeira aqui pra ficar vendo, quando tinha "rolo" entre os moradores de rua. Ele pegava um pau, mais ou menos assim, cheio de prego, subia na cadeira, pulava o muro e batia em todo mundo. E essa cadeira aqui, era a cadeira que minha mãe tentava, tentava, né, falar pra ele parar, que tava machucando. E... aqui é... eu e meu vô, lá na casa dele, preocupada com a minha mãe.(O ex-padrasto que você fala, quem que é?) É... o... calma... como é o nome dele? [...] Nossa, tava com o nome dele até agora... É o... Você quer que eu pergunte para a minha mãe? (Não, não tem problema). [...] Quando a minha mãe saía de casa, ele ficava com ciúmes e batia na minha mãe...[...] como que é o nome dele? Esqueci o nome dele. Não gosto de lembrar o nome dele, por isso que não consigo lembrar rápido. [...] Ah, Ivo, lembrei. [...] Ele vivia batendo na minha mãe. (E... o que mais acontece nesta estória, Sara?) Quando ele ia bater na minha mãe, a gente trancava os portões. Só que como ele morava atrás e o muro era alto, sabe? Aí, ele subia no muro mais baixo e no muro mais alto, e vinha pelo telhado de casa. [...] E aí, quando meu avô chegava lá, ele fingia que não tinha batido na minha mãe e falava que era tudo mentira. Mas minha mãe tava toda machucada, então, não tinha como mentir, né... [...] (E você falou que ele subia aqui pra ver, na cadeira, e sua mãe subia na cadeira...) Do lado, pra impedir. (E ela conseguia?) Não, ele só ficava batendo. (E qual o nome desta estória?) Eu não sei. Acho que "Um dos piores momentos da vida da minha mãe". (Silva e Abrão, 2023, p.53)

Esse artigo de Silva e Abrão (2023) é um verdadeiro achado e o relato da criança manteve uma riqueza de marcas de oralidade, de detalhes, com as palavras exatas da criança. Até mesmo o fato dela esquecer o nome porque não gosta do nome do agressor, ou o fato dela iniciar reivindicando a sua experiência demonstra, implicitamente, quantas vezes ela contou essa história para os outros e eles ignoraram a palavra dela. Como se a palavra dela não fosse digna de ser legitimada. Uma das versões da casa dela é compreendida como um bloco sem teto em que é possível enxergar parte do seu interior, e, inconscientemente, é possível perceber que ela desenha que os vizinhos sabiam o que acontecia no interior de sua casa. Sua casa não tinha teto, pois não era um local acolhedor. Era um local onde ela se sentia vigiada pelo seu ex-padrasto e o perigo estava sempre à espreita. São essas situações que precisam ser analisadas nos desenhos e nas histórias orais dessas crianças vítimas de violência.

Pelas minhas experiências como professor na rede pública, e pelo o que minhas amigas professoras relatam, existe uma concepção implícita entre os profissionais de educação que denunciar pode gerar problemas para aquele que denuncia. Quem denuncia pode sofrer perseguição tanto do abusador quanto da família, quanto da gestão escolar e da prefeitura onde trabalha, principalmente se essa gestão for cargo indicado pelo prefeito e que não tenha a estabilidade que existe no concurso público.

O desenho-estória acima é apenas um exemplo de como os professores podem utilizar das linguagens artísticas e da coleta do relato oral para defender as crianças de violências. Agora vamos para um ponto mais leve na educação infantil, mas não menos importante, que

seria o brinquedo. Benjamin (2009) é sempre atual ao lembrar que, ainda que a criança tenha "uma certa liberdade em aceitar ou recusar as coisas, não pouco dos mais antigos brinquedos [...] terão sido de certa forma impostos à criança como objetos de culto" (Benjamin. 2009. p. 96).

E, no caso dos obcecados pelas normas binárias de gênero, há a diferenciação dos brinquedos como "brinquedos de meninos" e "brinquedos de meninas". Sendo que, obviamente, essa dicotomia se faz desnecessária. O brinquedo tem que ser separado pela faixa etária e a partir do que ele ajuda a desenvolver na infância. Não se pode trazer um brinquedo pequeno para um recém-nascido, pois ele vai tentar trazer o objeto para a boca.

Até alguns anos atrás debater a importância de não se discriminar os brinquedos na educação infantil era uma novidade. Hoje, na educação infantil, talvez o tema mais necessário e desconhecido seja o debate do respeito à intersexualidade e reforçar mais uma vez a arbitrariedade do sexo e da binariedade.

Sobre o caso de pessoas intersexo, acredito que na educação infantil a gestão tem que realizar um documento em que proíbe os funcionários da escola de tirarem fotos das genitais da criança. No filme XXY (Puenzo, 2007) existe uma cena grotesca em que a pessoa intersexo está vivendo a sua vida livremente, até que alguns garotos - que souberam sobre a condição dela - a derrubam e a seguram no chão, enquanto outros retiram as suas roupas para observar suas genitais.

Acredito que sequer preciso explicar o quão violento é essa passagem, e, se isso pode ocorrer até mesmo entre adolescentes e adultos, com toda certeza é ainda mais simples praticar uma violência dessas contra crianças intersexo.

Também acredito que o trabalho de Thais Emília Santos (2020) é extremamente importante para pensar essa questão, pois a mesma, além de estar profundamente envolvida com a causa intersexo, também leu diversos artigos sobre a temática na educação, sendo que dos 20 textos analisados…

> 16 reforçam, em seus discursos, que a educação para a construção de uma identidade sexual binária, seja através da adequação do sexo com cirurgias ou não. Porém, discursam sobre a importância da criança ser educada em um gênero designado, como sendo justificativa para minimizar sofrimento em ambientes sociais como discriminação e, principalmente, *bullying* na fase escolar (Santos, 2020, p. 125)

Além dessa medida, também é importante a formação continuada para que os educadores saibam respeitar essa criança, permitindo que ela acesse o banheiro que ela achar mais condizente, caso o banheiro ainda seja segregado por gênero, e que não haja fofoca, principalmente na frente das demais crianças e comunidade escolar, acerca dessa condição,

pois o mais importante em uma educação para a sexualidade contranormativa é que o sexo perca a importância como marcador social. No sentido de que não haja discriminações a partir do que a pessoa possui no meio das pernas.

Desde essa tenra idade acredito ser importante um replanejamento do banheiro das escolas, de forma que os banheiros não sejam designados para determinado gênero. Isso, inclusive, facilitaria o trabalho das monitoras de escola. Todo esse tabu em relação ao banheiro é um resquício dessas épocas em que se acreditava que os seres humanos não poderiam controlar suas vontades, e sabemos que não é verdade. As crianças não possuem todo esse tabu em relação ao sexo. E serem criadas em um ambiente em que o sexo seja algo desimportante como marcador social é um avanço para a nossa sociedade. Caso surjam perguntas acerca do dimorfismo sexual, cabe ao professor explicar que nem todos possuem o mesmo sexo. Alguns têm pênis, outros vulvas e algumas pessoas possuem uma variação que vai além da binariedade.

Uma vez uma professora mais retraída me disse que quando o filho dela, ainda aos 3 anos de idade, viu uma menina nua e perguntou a ela a razão das meninas não terem pênis, ela disse que não soube responder e ainda repreendeu o filho, e eu me lembrei de uma citação que dizia:

> As crianças querem evidentemente conhecer tudo. E se os adultos só mostram a elas o lado bem-comportado e correto da vida, elas logo vão querer conhecer o outro lado por si mesmas. (Benjamin. 2015. p. 99)

Ainda sobre essa citação de Benjamin (2015), acredito que é importante refletirmos acerca do perigo de uma criança querer conhecer a própria sexualidade sem instrução de um adulto preparado. É importante falarmos para elas, sem repressão, que as descobertas que eles têm - acerca do pênis ficar ereto ou de quando se inicia a menstruação e outros líquidos que saem de seus corpos - são conhecimentos acerca do próprio corpo. Por isso é importante que um adulto, que já tenha conhecimento acerca dessas questões, ajude as crianças a crescerem sem tabus acerca disso. O que é melhor, contar para uma pessoa com vulva acerca da menstruação antes que a mesma aconteça ou esperar acontecer para que ela aprenda sobre essas coisas?

Enquanto fui professor de educação infantil também percebi que algumas crianças reproduzem a homofobia, ao insultarem umas às outras com termos pejorativos homofóbicos. Portanto, acredito que desde essa idade, caso as crianças tragam o assunto, deve ser debatido tal temática de combate à discriminação, mas com muita calma, sem culpabilizar a criança acerca das ofensas. A sugestão é perguntar para a criança se ela sabe o que significa aquela

palavra e explicar o porquê ofender as pessoas com aquela palavra é errado. As crianças geralmente são muito mais compreensivas do que os adultos.

A BNCC (Brasil, 2017) definiu o 3º ano do ensino fundamental como o período para se debater o sistema reprodutivo e acredito que seja um bom período, pois, em tese, a criança já estará alfabetizada. Acerca do sistema reprodutor, podemos trazer, ainda nesta idade, a diversidade biológica da intersexualidade e também debatermos a um nível social a vivência dessas pessoas com a discriminação, no intuito de combater esse tipo de discriminação. No 5º ano do ensino fundamental I podemos continuar trazendo o debate sobre o consentimento, da maneira que é colocada no livro "Tuca e Juba" (Jacob, 2018), e a discriminação como um todo, junto com outros assuntos para pensar como conviver bem nas relações sociais de maneira respeitosa com os outros.

No ensino fundamental II continuamos a pensar na questão do consentimento nas relações que eles estabelecem com seus pares, demonstrando que sentir atração sexual neste período é comum, **mas não é universal**. E demonstrar que pessoas LGBTQIAPN+ sofreram muita exclusão nos séculos passados, e que um dos desafios do nosso século é respeitar a diferença. Para compreender melhor, trago um diálogo com uma das colaboradoras:

> **Entrevistador**: Você já sofreu algum tipo de preconceito ou exclusão na educação básica ou superior por ser assexual?
> **Aloy**: Com certeza. Eu acho, assim, que é uma coisa mais difícil de entender, porque, até mesmo na minha educação, não se tinha a palavra assexual, então… como eu fui excluída? Eu fui excluída tendo os meus sentimentos, minhas opiniões, minhas vivências totalmente destruídas e ignoradas. E era uma coisa… assim… que eu lembro, a gente tinha muita, muita educação sexual na escola pública onde eu estudava. Todo ano tinha. Era uma preocupação muito grande deles, assim, e eles sempre passavam essa falsa... essa falsa consciência, assim, de... "vamos falar livremente, é um lugar confortável, é um lugar seguro para todos fazerem perguntas.", E era uma puta bobagem, assim. Hoje eu olho, assim, nossa, é uma hipocrisia inacreditável, assim. Não falavam nada sobre homossexualidade, sobre assexualidade. Era sempre, assim... tipo... falavam sobre o corpo humano, né? a biologia de como isso funcionava e sexo seguro, tipo assim, como usar uma camisinha. Eram tópicos de recorrência, era o que mais interessava para eles falarem e era realmente o que eles estavam ali para fazer, né?, não estavam ali realmente para falar sobre sexualidade.
> E uma coisa que eu nunca me esqueço, essa professora olhando, falando assim, "Todos fazem sexo. Todos. Sem exceções.", e ela olhou para mim nessa hora que ela falou isso. E eu achei isso muito engraçado, assim, essa noção, né, que talvez tinha, assim, né, de tipo, "a Aloy não quer transar, a Aloy se acha superior a isso", né? E ela está falando abertamente. E ela falou isso para mim, e eu tomei isso como uma verdade horrível. Porque ela falou no sentido, assim, de "liberte-se", né?, "você vai transar e liberte-se dessa", tipo, um "preconceito", né?, uma coisa assim. Mas o que eu entendi foi, tipo, "eu vou ser estuprada", entendeu? Tipo, assim, um dia eu vou estar com um namorado que eu gosto, um nananã, e ele vai me estuprar, porque é isso. Eu vou ser obrigada a transar. (Aloy, 33 anos, mulher cisgênero, branca, SP)

Esse relato revela a sexonormatividade explícita, nem todos sentem esse desejo - pretensamente universal - e ninguém é obrigado a corresponder ao desejo dos outros. E o que faltou nessa aula de educação sexual, acima transcrita, foi o debate sobre diversidade sexual, e, inclusive, a importância de lembrar para as pessoas que, quer elas sejam assexuais ou não, ninguém é obrigado a transar quando não sente vontade. Reforço essa questão, pois, como Ford (2017) já demonstrou, até mesmo os homens heterossexuais se sentem pressionados a fazer sexo para provar sua masculinidade para seus amigos. Rosostolato (2017) também nos lembra que nem sempre as mulheres estão cientes do que é um estupro marital, visto que em nossa sociedade está impregnada a noção de que a mulher deve se sujeitar ao homem.

Neste sentido, nessa série, pode ser também debatida a questão da hipersexualização do corpo negro, como Borsa e Perussato (2020) a compreendem historicamente. Ou a hipersexualização da mulher bissexual e os estigmas que essas identidades carregam, como Gouvea (2024) demonstra em seu belíssimo artigo. Também pode ser debatida a gordofobia. Essas temáticas acerca do corpo envolvem também a educação para a sexualidade.

Nas aulas de diversidade sexual e de gênero durante o ensino fundamental II seria importante mostrar as mais diversas formas sob as quais as discriminações se apresentam. No capítulo “Abjeção e assexualidade” é possível compreender um pouco disso, pois a sexonormatividade não se expressa simplesmente pelas “piadas” acerca da virgindade, mas também se manifesta pelo estupro corretivo de pessoas assexuais e pela patologização da mesma. É importante que tais temáticas sejam debatidas não só para que os estudantes assexuais sintam-se acolhidos e legitimados pela instituição escolar, mas também para que os estudantes não assexuais saibam respeitar essa diversidade.

A gestão e os professores podem se organizar para fazer eventos comemorativos, como, por exemplo, em junho, mês de orgulho LGBTQIAPN+, e trazer movimentos sociais que debatam essas questões na escola. Walter Benjamin (1987) nos mostra como um grande narrador é alguém que mescla as experiências de fora com as experiências do cotidiano. Então, trazer pessoas do movimento LGBTQIAPN+, e que fazem parte da cidade, pode ajudar os estudantes dessa diversidade a se reconhecerem e a debaterem os problemas internos acerca de como os demais estudantes lidam com isso.

No caso específico da área das ciências humanas, a partir do ensino fundamental II, acredito que possa ser abordado o surgimento da sexonormatividade e da heteronormatividade, como está posto no subcapítulo “A proliferação da prole”, e de como certas práticas sexuais foram fiscalizadas e reprimidas ao longo da história, além de falar da

história de resistência da comunidade LGBTQIAPN+ e de como ela passou a se organizar para ser aceita na sociedade em que vivemos.

Explicitar essas questões históricas para compreendermos a nossa sociedade é extremamente importante também para que os estudantes possam compreender a origem desses problemas e o que está por trás de todo esse discurso conservador. Quando vemos nas redes sociais vídeos de pastores criticando famílias LGBTQIAPNs que não reproduzem, o que presenciamos, além do óbvio discurso de ódio, são os resquícios da *lex lulia et papia,* que imputou aos solteiros a obrigatoriedade do casamento e da procriação. O mesmo se encontra nas "piadas" que atribuem aos assexuais a pecha de "virjões". A necessidade de reprodução para manter a sociedade romana viva já acabou, mas os discursos continuam existindo, mesmo causando problemas relacionados às superpopulações.

Essas são apenas algumas sugestões de como os docentes podem trabalhar em sala de aula e como a gestão pode apoiar essa temática. Acredito que não haja fórmulas para se debater tal temática, tendo em vista que o Brasil é um país de enormes dimensões continentais e possui diferenças culturais expressivas. E o professor tem autonomia para planejar e replanejar, à medida que vai sentindo a cultura do local, e também de trabalhar com as referências com as quais se sente mais familiarizado. Também acredito que nós professores devemos buscar o apoio dos pais e alunos para que possamos modificar aos poucos a realidade, bem como conscientizar os pais mais conservadores a compreenderem a importância dessas temáticas para seus filhos e para o nosso país.

7. O grande colapso[61]

Antes de iniciar as considerações finais, gostaria de indicar a música "*The great collapse"* de Joe Hisaishi (2023) e o filme "O menino e a garça" de Hayao Miyazaki (Kimitachi, 2023). Algumas analogias que serão realizadas possuem relação com essa obra, e faço isso neste descomeço também em referência ao começo dessa dissertação, ao assumir que eu "queria que a minha voz tivesse um formato de canto" (Barros, 2015, p.122).

Este trabalho tem algumas características interessantes, primeiramente, eu escrevi o começo como se fosse um pesadelo, pois acredito que os pesadelos possuem uma certa similaridade com as autocracias: existem verdades escondidas, você se sente fiscalizado o tempo todo, e há um inimigo que pode estar em qualquer local - inclusive no seu inconsciente.

E os sonhos parecem iniciarem no meio da história, também por isso alguns capítulos não possuem um intervalo bem definido. Percebam que a crítica a Freud poderia muito bem ter sido colocada no capítulo seguinte e a proliferação da prole poderia ter sido colocada no capítulo anterior. Mas, eu fiz questão de ter misturado, pois, para mim, uma análise da sexonormatividade sem ser realizada por uma incessante crítica do essencialismo não vale a pena ser feita. Um é indissociável do outro.

Outra característica é a utilização de jornais para compreender a história recente, desde os efeitos do golpe de 2016 em nossa democracia até a circulação de conhecimentos da universidade na sociedade, pois, da mesma forma que os conhecimentos aristotélicos impactaram a sociedade grega e eurodescendente, as pesquisas de hoje em dia também impactam na forma como a sociedade representa determinadas questões, entre elas o sexo e seus gotejamentos.

O capítulo metodológico tem 13 páginas, o capítulo acerca da teoria queer, das transcrições e da educação para a sexualidade tem 31 páginas cada um, o capítulo acerca da assexualidade tem 23 páginas, os elementos pré textuais (com exceção da capa), a introdução, considerações finais e as referências têm 11 páginas cada um. O que há em comum com esses números? Todos eles são números primos. Ou seja, só podem ser divididos por eles mesmos e pelo número 1.

Mas, eu também não parei por aí na questão numérica. Essa dissertação tem 173 páginas, e 173 é um número primo. Mais do que um número primo qualquer, se você somar 1 + 7 + 3 = 11, que é um número primo também. E se você isolar o algarismo 3, você tem o número 17, e se você inverter esses dois algarismos, tem o número 71. Ambos são primos. Se isolar o número 1, tem o número 73, e se inverter a ordem deles, tem o número 37. Ambos são

[61] (Hisaishi, 2023).

primos. E se isolar o número 7 tem o número 13, e se inverter a ordem tem o número 31, que também são primos. 7 e 3 também são primos, 1 não é primo, mas também não é um número composto. E ainda não acaba por aí. No sistema binário, 1 é (1), 7 é (1,1,1) e 3 é (1,1). Ou seja, todos eles, em sistema binário, são palíndromos, e são uma forma de enaltecer o número 1. Que não é primo e nem composto. É a unidade.

Tive essa ideia ao longo da dissertação, sei que esse trabalho não é a unidade. Mas, já que estou dedicando este trabalho à Elizabeth Regina Baptista de Oliveira, que foi a primeira a pensar na educação sexual para pessoas assexuais e a primeira a pesquisar essa área aqui no Brasil, então ela é a unidade. Aquela que só é divisível por si mesma. Também é uma forma de agradecer meus inúmeros primos e primas que me apoiaram nessa jornada. E também existe uma razão do porque eu revelei apenas agora essa relação numérica. Nem sempre percebemos as coisas como elas são, em meio a tantas informações, nossas consciências acabam notando mais uma coisa do que outra. Não compreendemos a totalidade.

Os números foram talvez a minha primeira paixão, adorava as aulas de matemática, até o momento que tive péssimos professores dessa área e passei a gostar das ciências naturais. E quando trabalhei como desenhista cadista, eu percebi que o ambiente das exatas era bastante conservador e que o conhecimento estava sendo utilizado para extrair recursos da natureza e levaria à própria destruição da humanidade, então tive que me refugiar nas ciências humanas. Jamais me arrependerei de seguir esse caminho.

Algumas vezes podemos chegar a acreditar que, para criar algo novo, devemos ler incessantemente aquilo que já foi escrito acerca de determinado tema. Obviamente que esse é um passo importante, entretanto isso acaba formatando o pensamento para produzir mais do mesmo.

Foucault (2007) explica que em cada disciplina há erros que não são corpos estranhos, mas que possuem uma eficácia histórica e que são indissociáveis das verdades. E também nos lembra que o conhecimento está atrelado a sua função em nossa sociedade. Acredito que aí se encontram dois grandes problemas para a produção do conhecimento. O primeiro, é a função que ela exerce em nossa sociedade. Acredito que também devemos buscar conhecimentos que não tenham função alguma na sociedade.

Me lembro de uma vez, durante a disciplina de Filosofia III, em que nos intervalos eu ficava conversando com o professor Denis, que num determinado momento eu comentei que cada geração criava gírias e que, a um primeiro momento, poderiam ser comparadas como iguais ou similares. Entretanto, eu acredito que tais gírias, ainda que em uma tradução simplória significassem a mesma coisa que outras, tinham sentidos diferentes. Denis

concordou. Mal sabe ele que eu adorava quando tínhamos divergências teóricas. Aquilo me impulsionava a pensar. Mas, acerca desse pensamento em torno das gírias, qual sua função em nossa sociedade? Nenhuma. Mas faço questão de cultuar pensamentos imprestáveis. Talvez seja uma forma de divergir de toda essa produtividade na qual estamos inseridos.

O segundo problema são os erros nas disciplinas. Erros os quais, muitas vezes, sequer conseguimos perceber. Não por algum tipo de deficiência intelectual ou por qualquer coisa do tipo. Ou vocês acham que os iluministas não tinham entrado em contato com os escritos aristotélicos e galênicos? Nós não percebemos por diversas razões, a primeira razão disso é que, muitas vezes, quando olhamos os registros antigos, acreditamos que aquelas pessoas diziam tais coisas de maneira figurada ou que eles eram inferiores por acreditar em tudo quanto é tipo de mitologias. E a segunda razão é por que ainda estamos acostumados a aceitar todo e qualquer tipo de normalidade associados a nossa cultura. Então, uma das formas de conseguir perceber esses erros é a busca por outras culturas, para desnaturalizar o nosso olhar e adquirir uma interpretação antropológica.

O olhar antropológico de Eva continua sendo o grande suleador deste trabalho. Ainda que nessa dissertação se debata ora a história, ou a filosofia ou a educação, é sempre por uma perspectiva cultural, das mudanças e permanências da cultura. Inclusive, uma das minhas lamentações acerca dessa dissertação é que eu gostaria de ter tido mais tempo para analisar com mais calma a obra “A interpretação das culturas” de Clifford Geertz, sobre a qual Eva sempre falou tão bem e fortemente recomendou.

Quando entramos em contato com outras culturas que não são a nossa, nós aprendemos a não aceitar a normalidade do nosso cotidiano e passamos a pensar em outras formas a partir das quais nossa própria sociedade poderia se constituir. Outra forma de identificar esses erros, ao menos nas ciências humanas, é buscar compreender aquilo que está expulso da nossa sociedade. Foucault (2007) também demonstra como existe essa tentativa de expulsar as teratologias do saber. E penso que o saber popular, ou de grupos marginalizados, é bastante importante não só para eles, mas também para compreendermos os funcionamentos da nossa sociedade. São nesses limites que vemos os maiores resquícios do que há de pior na cultura dos nossos colonizadores, pois é onde ainda reside fortemente a dominação.

Uma das pessoas que mais me impulsionou a buscar o saber popular foi a professora Claudete. Em suas aulas e durante conversas na UNESP ela sempre falava da importância de incluir os grupos marginalizados, bem como da importância da história oral para que os saberes populares pudessem ser legitimados em nossa sociedade. Até hoje sou tão grato a ela, me lembro que, quando eu estava escrevendo o projeto de iniciação científica com a Eva,

quem me indicou algumas referências de história oral foi a Claudete, além dos seus conselhos sempre transmitidos com muita calma.

Em terceiro lugar - e talvez o mais importante - é necessário ao menos um pouco de curiosidade e criatividade pelo tema de pesquisa, e coragem para realizar críticas a autores bem estabelecidos quando necessário. Quando a garça[62] atiça o menino a buscar por sua falecida mãe, dizendo que a mesma está viva, há nele uma vontade de descobrir a verdade. Uma das formas de influenciar a criatividade é por meio da arte e do contato com as crianças. Me lembro das reuniões do GEPFC, coordenadas pela professora Paula Ramos, em que as crianças decidiam os temas e todos nós tínhamos que utilizar alguma linguagem artística para poder filosofar acerca daquele conceito.

Na época eu queria saber como a Paula organizava tão bem aqueles encontros e como ela tinha tanta didática para lidar com as crianças. Quando perguntei para ela o método, ela dizia que não existia método. E até hoje quando busco algo escrito por ela, eu não encontro este método. Em um primeiro momento eu não havia entendido, mas a grandiosidade daqueles momentos era poder experienciar uma liberdade criativa que nenhum método poderia cercear. E que, não importava as receitas pedagógicas, para alguma situação nós não teríamos respostas ou meios de solucionar os problemas. Então, precisamos de criatividade para lidar com a vida e, neste caso, a arte é a grande professora.

E então chegamos ao quarto ponto, que seria a importância da filosofia para a análise de dados. Me parece que a filosofia nos dias atuais perdeu importância para boa parte dos cientistas, sendo que talvez vivenciamos o momento mais rico dela, no qual, para além de ter originado as demais ciências, acabamos nos retroalimentando dela. E a filosofia compartilha dessa liberdade do conhecimento, sem a mediação de um método científico.

Até compreendo que pensadores como Francis Bacon e Galileu Galilei tinham a necessidade de criar um método para garantir a confiabilidade do conhecimento difundido, entretanto o método científico não garante que pesquisadores como Mendels ou Fanon sejam rejeitados. No final das contas, o conhecimento só é aceito como legítimo por um grupo de pessoas que aceitam ou não cultuá-lo, como Foucault (2007) demonstra.

Schopenhauer (2005), ao menos no primeiro tomo de sua obra, nos ensina que é impossível compreender completamente a coisa em si. Mas, a busca pela verdade, mesmo que seja uma utopia, é que vale a pena ser experienciada. E insisto na importância de compreender as representações, pois, ainda que todos tenham contato com a coisa em si, a limitação dos nossos sentidos não permite perceber a totalidade.

---

62 Referência ao filme de Miyazaki (*Kimitachi*, 2023).

Essa suposta universalidade e compreensão da totalidade, que alguns tanto inflam o peito para falar, não passa de um sonho totalitarista disfarçado de uma bela miragem, que, no fundo, não passa de arrogância e estratégia política em busca de uniformidade. A coisa em si é captada de maneira limitada e é processada de forma diferente por cada pessoa. Caso não ocorresse assim, as pessoas observariam uma coisa e todos teriam o mesmo entendimento. Não haveria conflitos egocêntricos que sobreviveriam a enxergar a coisa em si. Entretanto, como Schopenhauer (2005) bem postulou,

> "O mundo é minha representação." Esta é uma verdade que vale em relação a cada ser que vive e conhece, embora apenas o homem possa trazê-la à consciência refletida e abstrata. E de fato o faz. Então nele aparece a clarividência filosófica. Torna-se-lhe claro e certo que não conhece sol algum e terra alguma, mas sempre apenas um olho que vê um sol, uma mão que toca uma terra.! Que o mundo a cercá-lo existe apenas como representação (p.43).

Uma vez um amigo exclamou que a extrema direita estava fora da realidade. E é verdade. A extrema direita já percebeu que a realidade pode ser interpretada de diversas maneiras e há, inclusive, mecanismos para se fabricar realidades. Não que isso de fato modifique a coisa em si, mas o fato deles interpretarem a realidade de outra forma faz com que seus comportamentos e representações sejam moldados.

Estava prestes a concluir as considerações finais quando me deparei com a notícia de Pinotti (2025), de que a Meta, conglomerado de tecnologias e mídias digitais, do CEO Mark Zuckerberg, decidiu permitir associar orientações sexuais e identidades de gênero às doenças mentais. Ou seja, haverá agora permissão para discursos de ódio caso algum usuário, ou *bot*, do *Facebook*, *Instagram* ou *Threads* disser que a homossexualidade é uma doença mental.

Obviamente que essa permissão surge no intuito de poder utilizar algoritmos para moldar a representação das pessoas, e isso só é possível pois a representação também possui as suas características discursivas, e a extrema direita já percebeu isso faz muito tempo. Negar essa característica não fará com que isso se torne menos evidente. As representações são criadas a partir de um discurso que considera verdadeiro ou falso determinada alegação e estão em consonância com os diversos grupos que existem em nossa sociedade.

Como o movimento LGBTQIAPN+ não negou o discurso essencialista, e, pior, buscou se apropriar do mesmo, isso abriu brechas para que os conservadores de hoje em dia continuassem suas incursões contra nós. Ainda viveremos momentos difíceis e sombrios nos próximos anos enquanto não politizarmos o nosso grupo.

Quando somos crianças, acreditamos em papai noel e tantas outras fantasias, pois temos poucas referências da realidade. No entanto, hoje em dia na nossa sociedade da

informação existem tantos discursos, que é cada vez mais difícil de distinguir a verdade. Visto que, tanto na infância quanto depois de adultos, tendemos a formar paradigmas a partir do *moule affectif*, ou seja, de nossas emoções, que criam representações paralelas.

> as realidades múltiplas, definindo-as como âmbitos finitos de sentido, de modo que são "pluri(uni)versos", onde cada um "habita" e cuja transversalização e cruzamento é altamente problemática, pois são mundos diferentes ou "mundividências" diferentes, onde só a comoção permite o "salto paradigmático" — perceba o teor emotivo e inconsciente do termo "comoção" (Badia, 2009, p.238).

Denis Domeneghetti Badia (2009) é genial ao pensar a universidade como pluriverso, o que obviamente me inspirou a continuar escrevendo o subcapítulo "O que há nas entranhas do discurso?", e mais ainda ao retomar Kuhn e perceber que as representações e pensamentos possuem relação com a localização de grupos e com os sentimentos e sensações inerentes à criação de pensamentos.

Schopenhauer (2005) postula que o sujeito - ser cognoscente - existe para o objeto - mundo a ser cognoscível - e vice-versa, e que não podemos conhecer as coisas em sua totalidade, pois há limites para o que podemos conhecer. Com isso, ele retorna algo muito valioso para a filosofia, o limite dos sentidos para a compreensão da realidade, criando, assim, em cada pessoa, uma representação. As representações até podem ser muito similares, no entanto há diferenças no como cada pessoa percebe o mundo e o interpreta. Nem nós e nem Marx somos capazes de compreender a realidade. Mas, vale a pena procurá-la e dissertar sobre ela.

Como pesquisador, acredito que isso é extremamente necessário, pois até mesmo as minhas análises podem ser falhas. E ter conhecimento dessas possíveis falhas também é importante para buscar conhecê-las e colocá-las em dúvida. O mesmo não acontece na maioria das pesquisas desenvolvidas, que, muitas vezes, preferem sacrificar esse princípio, quer seja pelo viés sectarista e protecionista de determinado grupo de pesquisas ou por não reconhecer o próprio pensamento como uma representação, mas sim como a coisa em si.

Devo realizar também uma crítica ao pensamento dualista. Ramalho (2016) realiza uma crítica ao pensamento dualista cristão, demonstrando como o dualismo é um pensamento muito simplório, que resume a diversidade de ideologia em polos opostos: o meu lado e o lado do meu inimigo. E, ao invés do dualismo, devemos interpelar diversas disciplinas nessa busca pelo o que se procura saber.

Muitas vezes se permeia a compreensão de que, para pesquisar um assunto é necessário pesquisar apenas sobre determinada temática, no entanto, Júnior, Bispo e Pontes (2022) apontam como a interdisciplinaridade pode gerar importantes reflexões na graduação e

pós-graduação. E essa pesquisa perpassa por essa revolução epistemológica, já por ter adotado a interdisciplinaridade a partir das obras de Laqueur (2001), Foucault (2007) e Butler (2003).

Retorno aqui o que foi debatido no subcapítulo "O que encontraremos nas entranhas do discurso?". Mendels só foi capaz de observar a genética por um outro discurso biológico, que décadas mais tarde se tornou hegemônico, exatamente por compreender a hereditariedade sob regularidades estatísticas. Se Mendels não tivesse sido reprovado em diversos cursos de graduação, inclusive na área de exatas, talvez ele não teria sido capaz de observar a genética por essa perspectiva.

Trago à tona esse debate exatamente como provocação para que as próximas pesquisas se atentem a buscar novas configurações interrelacionadas a diversos campos do conhecimento. Essa é uma das contribuições que tal trabalho pode ter para a área de epistemologia, além da indicação do trabalho de Linda Alcoff (2016) acerca da necessidade de uma epistemologia decolonial para que a ciência possa ter contato com outros saberes que estão expulsos da universidade. Esses são alguns princípios que regem essa dissertação.

As análises que são realizadas, no entanto, não ocorrem no sentido de descobrir se Aristóteles realmente acreditava que as mulheres eram homens invertidos ou se a sexonormatividade já estava bem estabelecida na cultura greco romana antes da *lex lulia et papia*. Faço questão de deixar essas dúvidas em aberto para os pesquisadores de história. Primeiro, porque o tempo para escrita de uma dissertação é muito curto e, segundo, porque para nós da educação para a sexualidade o mais importante é pensar em como vamos explicar para os estudantes o quão errado é você impor os seus desejos sexuais a alguém que não corresponde a eles.

Obviamente que o estudo do nascimento do sexo único e da sexonormatividade pode ser tema a ser ensinado no ensino médio, pois, nessa idade, caso eles tenham um conhecimento prévio da importância de respeitar a diversidade sexual e de gênero, tal conhecimento pode influenciar a pesquisa científica na área de estudos de gênero, e inspirar a buscar uma graduação em ciências humanas. O nosso papel como pesquisadores em educação para a sexualidade, é partir dos ensinamentos necessários para modificar a cultura da nossa sociedade, visando uma melhor compreensão e respeito à diversidade sexual e de gênero, e depois o como podemos legitimá-los por meio do currículo e das legislações. A legislação e o currículo têm papel central na defesa do professor, para que, caso tenha que enfrentar pessoas conservadoras, possa ter na legislação um respaldo.

As referências a Munch (1895) foram bem explicadas ao longo do texto, mas o que mais me intriga é a obra de Pollock (1953) e as incontáveis vezes em que cito a técnica de

dripping do mesmo. Pollock desenhou o seu inconsciente e sua abjeção com tinta, então não tinha como eu não me inspirar em seu trabalho. E *ocean greyness* (Pollock, 1953) foi uma tela pintada em um momento de baixa autoestima do autor, em que, ao lidar com algumas críticas ao seu método de pintar, teve uma perda de fé e decidiu fazer uma obra sem a técnica de *dripping,* da qual gostava tanto. E foi nesse momento que ele fez uma das obras mais impactantes de sua coleção. Pollock era tão genial que, até nos momentos de descrédito em si mesmo, ele conseguia transmitir emoções genuínas.

O uso da obra de Pollock (1953) como referência também se deu porque em Laqueur (2001) há muitos debates sobre os diversos líquidos que saem dos corpos e as interpretações que os médicos e pensadores da antiguidade realizavam acerca deles. Além do fato de que um líquido, ao ser gotejado, tem uma certa aleatoriedade que não conseguimos prever. E, mesmo que seja gotejado em um espaço no qual não queremos e tentemos limpar, ainda assim deixa vestígios.

Mas, retornando a questão teórica, acredito que a análise da obra de Laqueur (2001), a partir de Butler (2003) e Foucault (2007), nos indica o quanto nós, eurodescendentes, ainda cultuamos e temos fé em pensamentos, os quais consideramos verdades, da mesma forma que os cristãos cultuam a bíblia e acabam por evidenciar o quão incertos são conceitos tão bem definidos em nossa sociedade. Quando Mahito (Kimitachi, 2023) vê sua mãe deitada, ele em um primeiro momento pensa que a garça estava sendo verdadeira. Quando ele encosta em sua mãe, todo o corpo dela se torna liquefeito e as verdades se desfazem diante dele.

Tal incerteza demonstra que ainda hoje a filosofia se faz necessária. Neste sentido, retomo a crítica às pesquisas recentes da área biológica, como as pesquisas que “comprovam” que mulheres transgênero “nasceram no corpo errado” e que possuem um “cérebro feminino”, ou que as mulheres cisgêneros são melhores em fazer várias coisas ao mesmo tempo e os homens não. A problemática de tais pesquisas não está nem nos métodos ou recursos empregados, mas na forma que analisam os dados. Ao buscarem o inatismo como estratégia política para consolidar a sua área, acabam por não perceberem que o cérebro dessas pessoas pode ter se desenvolvido dessa forma por conta das experiências que tiveram ao longo de suas vidas.

Ainda espero haver um momento em que as ciências humanas e biológicas se reconciliem e busquem pontos em comum. Mas, isso não ocorrerá até que os biólogos passem a fazer uma crítica séria aos objetivos das contribuições que querem dar à sociedade e ao essencialismo, muitas vezes, presente em suas análises sociais, sem o devido respaldo filosófico, histórico, sociológico e antropológico.

Freud também cometeu esse erro em relação ao complexo de édipo. Se ele tivesse empregado a relação de sujeito e objeto já feita por Schopenhauer (2005), ele teria sido capaz de estabelecer uma teoria de como a vontade e o desejo se estabelecem na relação ao mundo, e seria muito mais fácil surgir uma teoria construcionista de como o desejo sexual se estabelece, contrapondo, assim, a teoria de Karl Ulrich Heinrich (Kennedy, 1997) acerca da "atração" sexual, que é notadamente inatista.

Prometo ainda escrever sobre o assunto em um futuro próximo, ainda utilizando a nova obra de Brigeiro (2021), mas já deixo explícito o meu desconforto a Karl Ulrich, pois a sua postulação não possui relação com aquele que é desejado. É como se, para Ulrich, o desejo existisse independentemente da existência daquele que é desejado, sendo que, me parece, o que ocorre é que o sujeito, ao entrar em contato com o mundo ao seu redor, percebe coisas que despertam, ou não, o seu desejo. Na pseudoteoria de Ulrich, o desejo é preexistente e é despertado ao sujeito entrar em contato com o objeto especificamente desejado. Tal teoria inatista do desejo é de uma desonestidade fora do comum, pois é exatamente o outro que gera o desejo em nós e ainda existe a possibilidade do desejo não ser gerado, como no caso das pessoas assexuais.

Quando estava buscando pesquisas em assexualidade, por alguma razão não apareceu para mim a recente tese de Brigeiro (2021), entretanto, já depois da qualificação, eu li alguns trechos da tese e achei extremamente importante os seus recentes escritos. No entanto, já não havia mais tempo, e espaço, para dissertar acerca de seus trabalhos.

E em um primeiro momento parecia que todo esse paradigma sexonormativo, visando a procriação, tenha nascido de uma tensão entre vida e morte, assim como a subjugação das mulheres como procriadoras e a maternidade compulsória, mas acredito que essa é uma análise muito simplista e me parece que Otaviano Augusto tinha muito mais medo de não ser reconhecido como herdeiro legítimo do trono e de ficar isolado pela ausência desse reconhecimento.

Nicolau Maquiável (2009), que em sua grandiosa obra estudou governadores e governos que se mantiveram ou que caíram em desgraça, nos lembra que o príncipe deve evitar ser desprezível, ou seja, ele precisa ser reconhecido como alguém importante. Então, a representação e a maneira como a pessoa é representada continua sendo importante para quem tem a caneta na mão.

E para ser reconhecido é necessário que haja pessoas que o reconheçam. Logo, além da questão numérica de ter cada vez mais pessoas vivas, é necessário que esses que nasceram - e sobreviveram - passem a reconhecer e admirar o príncipe. Com isso, o paradigma

sexonormativo surgiu do medo do isolamento ou de ser reconhecido como desprezível, e não do medo da morte.

Ainda no começo desta dissertação eu comentei sobre a analogia dos *borgs* de *Star Trek* e a forma que a representação dos mesmos teria quando um corpo *borg* morresse. E até então, a ficção nos pareceu muito horripilante, mas na obra de Hayao Miyazaki (Kimitachi, 2023) existe algo de muito lindo, o como ele demonstra a representação como um meio de fugir da terrível realidade.

No filme de Miyazaki existe uma figura bastante emblemática, que é o tio avô, ele não possui um nome, mas todos o chamam de tio avô, e ele cria um espaço onde reside a sua representação e todos os seus parentes podem entrar e interagir com ela. Mas, ele é um sujeito que se afasta da realidade e vive em um mundo fantasioso, que está prestes a entrar em colapso.

Então, em *Star Trek*, a consciência compartilhada serve para criar um holocausto perante aqueles que não compartilham da mesma representação de mundo, mas, em O menino e a garça (Kimitachi, 2023), o meio pelo qual todos os parentes visitam a representação de seu antepassado, e, independentemente da era em que nasceram, podem se encontrar e compreender as questões familiares enquanto buscam compreender aquele mundo fantasioso, é a mente de um senhor de idade se preparando para a morte.

Eu, particularmente, gosto muito mais da ideia de acessar as alteridades de representações. Não tenho desejo algum de que todos pensem da mesma forma que eu. Mas, conseguir compreender o pensamento do outro me parece ser a única forma viável de conviver bem com os outros, e de maneira que não haja uma imposição normativa. O dia que for possível compreender a representação do outro não haverá necessidade da jurisdição.

Sendo assim, podemos compreender um pouco do que Miyazaki está passando. A primeira vez que li sobre esse filme, foi quando ele ainda estava começando a ser produzido, e Miyazaki disse apenas que o filme estava sendo feito para seu neto aprender a lidar com a morte. Logo, é um filme muito intimista para Miyazaki, pois ele sabe que é impossível escapar da morte e que ela é o grande colapso que fornece significado à vida.

Enquanto o tio avô está vivo, todos podem perambular por sua representação e reencontrar parentes que sequer estão vivos em suas linhas do tempo, e neste momento Mahito percebe que a garça falava a verdade e ele reencontra a sua mãe quando a mesma era mais jovem e adentrou nessa representação. E quando ocorre a morte do tio-avô, também é a morte de sua representação e o local onde todos compartilham, então, quando ocorre este

grande colapso, todos os parentes começam a fugir para seus respectivos tempos enquanto a representação desmorona.

A fortaleza do tio avô - ou melhor - a sua representação, desmorona com a morte do corpo, enquanto em *Star Trek* a morte de um *Borg* significa a invasão física de sua fortaleza. Não somos *borgs*. Não precisamos atestar que outros pensamentos e representações sejam a invasão de nossa fortaleza, até porque, nem mesmo nossos pensamentos são inteiramente nossos. Estão em constante mudança. E aceitar a morte também é aceitar o ruir de nossas representações para que outros possam interpretá-las futuramente.

Obviamente que minha vontade de verdade está atrelada à vontade de defender os corpos assexuais e jamais esconderei esse meu posicionamento. E a inclusão de pessoas assexuais só ocorre com a exclusão de práticas sexonormativas. Sei também que não posso obrigar ninguém a aderir a este pensamento e sei que não demora muito para um corpo - junto com sua representação - encontrar sua ruína. Mas enquanto eu estiver aqui eu vou me esforçar para demonstrar a representação das pessoas assexuais e espero que um dia as pessoas compreendam e incluam essas pessoas e rompam com os vestígios da *lex lulia et papia*.

Quando eu era mais nova eu tinha mais tempo para ler literatura, e era um tanto tenso saber quando uma obra estava chegando ao fim. Às vezes eu adiava de ler o último capítulo de um livro por receio de saber que quando eu fosse ler novamente eu não teria mais a mesma sensação ao ler aquela obra novamente e sentir as mesmas sensações de como se tivesse lido pela primeira vez. Sinto um pouco disso neste momento. É como se aquele que está terminando essa leitura tenha que fugir de minha representação enquanto há tempo antes de ser engolido por seu grande colapso.

> No descomeço era o verbo.
> Só depois é que veio o delírio do verbo.
> O delírio do verbo estava no começo, lá onde a
> criança diz: *Eu escuto a cor dos passarinhos*.
> A criança não sabe que o verbo escutar não funciona
> para cor, mas para som.
> Então se a criança muda a função de um verbo, ele
> delira.
> E pois.
> Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer
> nascimentos —
> O verbo tem que pegar delírio. (Barros, 2015, p.66).

Referências

ADAID, F. HOMOFOBIA E MISOGINIA NA ANTIGUIDADE: GENEALOGIA DA VIOLÊNCIA. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 28, n. 1, 2017.

ALBERTI, V. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. *Mesa-redonda "Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral", apresentada no II Seminário de História Oral*, Belo Horizonte. 1996. 13p.

_____. *Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC. 2005. 11p.

_____. Manual de história oral. 3a.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 384p.

ALCOFF, L. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Sociedade e estado*, v. 31, p. 129-143, 2016.

ALCAIRE, R. LGBTQI+ healthcare (in) equalities in Portugal: *What can we learn from asexuality?*. *Healthcare*, [s. l.], v. 583, ed. 9, p. 1-13, 2021.

ANSEDE, M. A volta do Prêmio Nobel que não abandona suas teorias racistas sem base científica. *El País*, São Paulo, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/03/internacional/1546527532_263106.html>. Acesso em: 18 mar. 2024.

ANTUNES, J. C. L; NOGUEIRA, C. S. REPRESENTAÇÕES DE NEGROS E INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS NO CONTEXTO DAS LEIS 10.639 E 11.645: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS: mudanças e permanências. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 10, n. Ed. Especi, p. 749-769, 2018.

ARCADE FIRE. *Normal Person*. Compositores: Win Butler, Régine Chassagne, Richard Reed Parry, William Butler, Tim Kingsbury, Jeremy Gara. Intérprete: Arcade Fire. Gravadora: Merge Records. Ano: 2013. Faixa do álbum Reflektor.

ARCARI, C. *Pipo e Fifi*: Ensinado Proteção Contra A Violência Sexual Na Infância. Paraná: Caqui, 2018.

BÂ, A. H. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Palas Athena: Acervo Africa, 2013. 350p.

BADIA, D. D. Paradigmas, valores e educação. *Educação e pesquisa*, v. 35, n. 02, p. 233-249, 2009.

BARROS, M. *Memórias inventadas*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Afaguara, 2018.

_____. Meu quintal é maior do que o mundo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 137 p.

BENJAMIN, W. *A hora das crianças: narrativas radiofônicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2015. 292p.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*: Magia e técnica, Arte e política. 3ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 197-221.

_____. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 176 p.

BENTO, B; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 02, p. 569-581, 2012.

BERNARDES, M. B. J; PRIETO, É. C. Educação Ambiental: disciplina versus tema transversal. *REMEA*-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 24, 2010.

BEZERRA, P. V. *Avessos do excesso*: a assexualidade. 2015. 143 f. , 2015.

BOGAERT, A. F. Asexuality: Prevalence and associated factors in a national probability sample. *Journal of Sex Research*, v. 41, n. 3, p. 279-287, 2004.

BONDIA, J. L. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Rev. Bras. Educ. [*online*]. 2002, n.19, p. 20-28. ISSN 1413-2478.

BORSA, M; PERUSSATTO, M. K. Representações sobre o corpo do homem negro: filme mandingo o fruto da vingança. *Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, v. 10, n. 2, 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da criança e do adolescente Brasília, DF: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/ lein9394.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: Orientação Sexual. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

BRIGEIRO, M. M. C. A emergência da assexualidade: notas sobre política sexual, *ethos* científico e o desinteresse pelo sexo. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), p. 253-283, 2013.

_____. Desejos contingentes e obrigatórios: produção científico-tecnológica, politização da sexualidade e o conceito de desejo sexual.. Orientador: Grita Grin Debert. 2021. 295 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

BROWN, P. *Corpo e sociedade*: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Zahar. 1990. 485p.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/form/ação*, v. 29, p. 65-78, 2006.

CARVALHAES, R. S. *Entre laços e nós*: narrativas de violência nas relações afetivo-sexuais de adolescentes de uma escola na região Costa Verde (RJ). Orientadora: Claudia Mercedes Mora Cárdenas. 2019. 141 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em saúde coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro Biomédico, Instituto de Medicina Social, RJ, 2019.

CARVALHO, J. Política LGBTQIA+ avança em 2023, mas direitos trans e Educação patinam. *Diadorim*, 24 jan. 2024. Disponível em: https://adiadorim.org/reportagens/2024/01/politica-lgbtqia-avanca-em-2023-mas-direitos-trans-e-educacao-patinam/. Acesso em: 12 nov. 2024.

CATTELAN, J. C. Mulher de amigo meu: espelho e subliminaridade. *Revista Linguagem & Ensino*, v. 9, n. 1, p. 187-214, 2006.

CAVALCANTI, C; BARBOSA, R. B; BICALHO, P. P. G. Os tentáculos da tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, p. 175-191, 2018.

CÉSAR, M. R. A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia". *Educar em revista*, p. 37-51, 2009.

COELHO, A. L. S. Metamorfose: o programa augustano de reforma moral. *Revista Labirinto (UNIR)*, v. 22, p. 177-190, 2015a.

COELHO, R. T. A tradição judaico-cristã e a homofobia: substratos ideológicos de um preconceito. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 1, n. 1, 2015b.

CONCEIÇÃO E. - Da calma e do silêncio. Produção: Milena Afonso. Intérprete: Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Debê Produções, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Iez_LTqSrkg. Acesso em: 21 maio 2024.

CONSALVO, M. Borg babes, drones, and the collective: Reading gender and the body in Star Trek. *Women's Studies in Communication*, v. 27, n. 2, p. 177-203, 2004.

CORREIA, M. “O Congresso precisa corrigir sua negligência com direitos LGBTQIA+”, afirma Fabiano Contarato. Brasil de Fato, 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/06/14/o-congresso-precisa-corrigir-sua-negligencia-com-direitos-lgbtqia-afirma-fabiano-contarato. Acesso em: 10 de maio de 2024.

COSTA, C. P. *A de Assexual*: Entendendo a Assexualidade Humana. *Online*: Amazon, 2017. 85 p. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Assexual-Entendendo-Assexualidade-Humana-ebook/dp/B076TZZDXM. Acesso em: 16 jul. 2024.

DESCARTES, R. *Meditações sobre a filosofia primeira*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

DIAS, L. de O. Reflexos no Abebé de Oxum: por uma narrativa mítica insubmissa e uma pedagogia transgressora. Articulando e Construindo Saberes, Goiânia, v. 5, 2020. DOI: 10.5216/racs.v5i.63860. Disponível em: https://revistas.ufg.br/racs/article/view/63860. Acesso em: 27 fev. 2024.

ENCARNAÇÃO, J. Convergência e cisão na gênese do Império Romano. *Humanitas*, v. 54, p. 231-243, 2002.

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ERIBON, D. *Michel Foucault*: 1926-1984. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FILHO, M. F. A. S. *Débito conjugal no casamento*: aspectos históricos, doutrinários e jurisprudenciais. 2014. 59p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

FILHO, A. S. A política do conceito: subversiva ou conservadora? crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 3, n. 04, 2009.

FORD, J. V. *"Going with the flow"*: How College Men's Experiences of Unwanted Sex Are Produced by Gendered Interactional Pressures. Journal Social Forces. p. 1-22, Outubro 2017. Disponível em: < https://doi.org/10.1093/sf/sox066 >. Acesso em Janeiro de 2018.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I* - A vontade de saber. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FRAZÃO, F. C; MORAIS, C. C. Silenciamento: a historiografia sobre a educação feminina na colônia. *e-hum*, v. 5, n. 2, p. 78-96, 2012.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler o mundo*. São Paulo: Cortez Editora. 1981. 49p.

FUKUDA, R. F. Assédio Sexual. Uma releitura a partir das relações de gênero. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, n. 1, p. 119-135, 2012.

G1 (São Paulo). Filósofa Judith Butler é agredida em aeroporto de SP e mulher leva tapa ao defendê-la. *G1* São Paulo, 10 nov. 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/filosofa-judith-butler-e-alvo-de-ofensas-em-aeroporto-de-sp-e-mulher-e-agredida-ao-defende-la.ghtml. Acesso em: 9 abr. 2024.

G1 (São Paulo). Homens e mulheres fazem conexões cerebrais diferentes. *G1 São Paulo*, 10 ago. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/08/homens-e-mulheres-fazem-conexoes-cerebrais-diferentes.html. Acesso em: 11 set. 2024.

GAMA, M. C. B. Cura gay? Debates parlamentares sobre a (des)patologização da homossexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), p. 4-27, 2019.

GARCIA, A; SOUZA, E. M. Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. *Revista de Administração Pública*, v. 44, p. 1353-1377, 2010.

GONÇALVES, J. “QUEIMEM A BRUXA!”: VISITA DE JUDITH BUTLER PROVOCA MANIFESTAÇÕES NAS RUAS DE SÃO PAULO. *Intercept Brasil*, Online, p. s.p, 7 nov. 2017. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2017/11/07/judith-butler-bruxa-manifestacoes-sao-paulo-ideologia-genero/. Acesso em: 7 abr. 2024.

GOUVÊA, P. C. MONODISSIDÊNCIA E SOFRIMENTO PSÍQUICO: UM VIÉS PSICANALÍTICO ACERCA DAS NEUROSES DE ANGÚSTIA. *II Sena Bi* - Seminário nacional de estudos em bissexualidade, Campinas, p. 110-130, 2024.

GUIMARÃES, R. C. P; LORENZO, C. F. G; MENDONÇA, A. V. M. Sexualidade e estigma na saúde: uma análise da patologização da diversidade sexual nos discursos de profissionais da rede básica. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, n. 01, p. e310128, 2021.

HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&P Editora, 2006.

HISAISHI, J. *The great collapse*. In: KIMITACHI wa dō ikiru ka: original soundtrack. Japão: Studio Ghibli Records, 2023. 1 CD (74 min).

JACOB, J. *Tuca e Juba* - Prevenção de Violência Sexual Para Adolescentes. Paraná: Caqui, 2018.

JARDELINO, F; CAVALCANTI, D. B; TONIOLO, B. P. A proliferação das *fake news* nas eleições brasileiras de 2018. *Comunicação Pública*, v. 15, n. 28, 2020.

JÚNIOR, A. P.; BISPO, C. J. C; PONTES, A. N. Interdisciplinaridade no âmbito do ensino superior: Da graduação à pós-graduação. *Revista Ibero-americana de estudos em educação*, p. 0751-0767, 2022.

JUNIOR, J. L. Transitar para onde?: monstruosidade,(des) patologização,(in) segurança social e identidades transgêneras. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, p. 559-568, 2012.

KENNEDY, H. Karl Heinrich Ulrichs First Theorist of Homosexuality. *Science and homosexualities*, p. 26-45, 1997.

KIMITACHI wa dō ikiru ka. Direção: Hayao Miyazaki. Japão: Studio Ghibli, 2023. 1 filme (124 min). Animação.

KINSEY, A. C. et al. *Sexual Behavior in the Human Male*. Philadelphia: W.B. Saunders Company, 1948.

KRISTEVA, J. et al. *Powers of horror*: an essay . University Presses of California, Columbia and Princeton, 1982. 219p.

LAERTE-SE. Direção: Lygia Barbosa da Silva, Eliane Brum. Produção: Tru3 Lab. Roteiro: Eliane Brum. Brasil: Netflix, 2017. Disponível em: https://www.netflix.com . Acesso em: 18 set. 2020.

LAQUEUR, T. W. *Inventando o Sexo*: Corpo e Gênero dos gregos à Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2001. 313p.

LEITE, R. C. M.; FERRARI, N.; DELIZOICOV, D. A história das leis de Mendel na perspectiva Fleckiana. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, [S. l.], v. 1, n. 2, 2011.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Autêntica. 2018. 96p.

MACHADO, F. V; RODRIGUES, C. S. Movimentos Negros e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada. *Estado, ambiente e movimentos sociais.[recurso eletrônico]*. Florianópolis: ABRAPSO, Edições do Bosque, 2015. p. 22-45, 2015.

MAQUIAVEL, N. O príncipe. São Paulo: Madras, 2009.

MUNCH, E. *O Beijo*. 1895. Óleo sobre tela, 88 × 83 cm. Galeria Nacional, Oslo, Noruega.

NASCIMENTO, M. B. *ROBÔS HUMANÓIDES E A INTERAÇÃO HUMANO-MÁQUINA NA CULTURA JAPONESA*: Uma exploração do imaginário tecnológico contemporâneo. Orientador: Prof. Dr. Alex Degan. 2019. 74 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - UFSC, Florianópolis, 2019.

NEIVA, G. A. “Já experimentou para saber se gosta?”: assexualidades na sociedade sexualizada. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, 2019.

NHANCALE, D. A. J. *Percepções das adolescentes acerca da preservação da virgindade*: influência do seu grupo de pares. Orientador: Maria Judite Chipenembe. 2012. 78p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Sociologia) - Universidade Eduardo Mondlane - Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Maputo, 2012.

NIETZSCHE, F. W. *O crepúsculo dos ídolos*: ou a filosofia a golpes de martelo. 1ª ed. Curitiba: Hemus, 2001. 116 p.

NÚÑEZ, G. *Descolonizando afetos*: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 192p.

OLIVEIRA, A. L. G. “Somos quem podemos ser”: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. 2015. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015a.

OLIVEIRA, E. R. B. de. *"Minha vida de ameba"*: os scripts sexo-normativos e a construção social das assexualidades na *internet* e na escola. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015b. 225p.

OLIVEIRA, R. A. A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. *Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia*, v. 2, n. 03, p. 72–88-72–88, 2010.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, p. 13-37, 1996.

OTTONI, A. C. V; MAIA, A. C. B. Considerações sobre a sexualidade e educação sexual de pessoas com transtorno do espectro autista. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, p. 1265-1283, 2019.

PASTORE, J. A. D. Schopenhauer e Freud: um elo inegável. *Rev. bras. psicanál*, São Paulo , v. 48, n. 4, p. 151-162, dez. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2014000400014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 abr. 2024.

PIAGGE, A. C. M. D; SOUZA, T. P. de. Biscatinha: uma visão decolonial acerca da marginalidade imposta a meninas dentro do contexto da escola. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 24, n. esp3, p. 1884–1899, 2020. DOI:

10.22633/rpge.v24iesp3.14446. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14446. Acesso em: 18 nov. 2024.

PINOTTI, F. Meta atualiza políticas de utilização para usuários no Brasil: Mudança permite associar doenças mentais à orientação sexual e engloba as redes Facebook, Instagram e Threads. *CNN*, 9 jan. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/meta-atualiza-politicas-de-uso-para-usuarios-no-brasil/. Acesso em: 10 jan. 2025.

PLATÃO. *O banquete*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Biblioteca Virtual VirtualBooks, 2001. Disponível em: http://www.virtualbooks.com.br. Acesso em: 22 abr. 2025.

POLLOCK, J. *Ocean Greyness*. 1953. Óleo sobre tela, 146,7 × 236,2 cm. Coleção Particular.

PORTELLI, A. et al. O que faz a história oral diferente. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 14. p. 25-39. 1997.

PORTILLO, W.; PAREDES, R. Asexualidad. *Revista Digital Universitária*, v. 12, n. 3, marzo 2011, p. 1-8.

PRADO, C. Não Recomendado. [Música]. 2013. Disponível em: (BR) Emma Original UGC Monique (youtube.com). Acesso em: 17 ago. 2024.

PUENZO, L. XXY. Argentina: Gema Films, 2007.

QUADROS, M. P. R; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, v. 24, p. 486-522, 2018.

QUERINO, R. ABGLT inclui pessoas intersexo e convida para fazer parte do coletivo. *Observatório G*, [S. l.], s.p, 22 ago. 2017. Disponível em: https://observatoriog.com.br/noticias/abglt-inclui-pessoas-intersexo-e-convidam-para-fazer-parte-do-coletivo. Acesso em: 9 maio 2024.

RAMALHO, E. Raízes culturais do pensamento dualista cristão: Uma análise ecofeminista/Cultural origins of the Christian dualistic thinking: An ecofeminist analysis. *PLURA, Revista de Estudos de Religião/PLURA, Journal for the Study of Religion*, v. 7, n. 2, jul-dez, p. 336-346, 2016.

RANKE-HEINEMANN, U. *Eunucos pelo Reino de Deus:* mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

REDAÇÃO CONJUR. Marido pode anular casamento por falta de relação sexual. *Consultor Jurídico*, 21 dez. 2006. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2006-dez-21/marido_anular_casamento_falta_sexo/. Acesso em: 1 ago. 2024.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres e educação no Brasil-colônia: histórias entrecruzadas. *HISTEDBR, Navegando na história da educação brasileira*, 2006.

RICUPERO, B. O que foi o 8 de janeiro? São Paulo 8 jan. 2024. Disponível em: https://jornal.usp.br/artigos/o-que-foi-o-8-de-janeiro/. Acesso em: 17 maio 2024.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 10, p. 1-12, 2013.

RODRIGUES, K. O. *ESTUPRO CORRETIVO*: Você sabe o que é? Orientador: Marlon Eduardo Barreto. 2021. 45 f. Monografia (Bacharelado em direito) - Centro Universitário de Brasília - UniCEUB - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS, Brasília, 2021.

RODRIGUES, L. L. O avesso do casamento: uma leitura antropológica do celibato camponês feminino. *Anuário Antropológico*, v. 16, n. 1, p. 139-166, 1992.

ROSOSTOLATO, B. Reflexões acadêmicas sobre o estupro marital através da historicidade da violência sexual e de gênero. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 28, n. 1, 2017.

SAFATLE, V. *Só mais um esforço*: como chegamos até aqui ou como o país dos "pactos", das "conciliações", das "frentes amplas" produziu seu próprio colapso. Vestígio Editora, 2022.

SANTOS, T. E. C. *Educação de crianças e adolescentes intersexo*. 2020. 180 p. Tese (Doutorado em educação) - UNESP, Marília, 2020.

SANTHIAGO, R; MAGALHÃES, V. B. Rompendo o isolamento: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, v. 27, p. 1-18, 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Currículo paulista*: etapa educação infantil e ensino fundamental. São Paulo: SEE, 2020a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Currículo paulista*: etapa ensino médio. São Paulo: SEE, 2020b.

SATIE, E. *Gymnopédies*. 1888. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S-Xm7s9eGxU>. Acesso em: 30 de junho de 2024.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e como representação*. 2ª. ed. São Paulo: UNESP, 2005

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 2010.

SECOS & MOLHADOS. *Sangue Latino*. Composição: João Ricardo e Paulo Mendonça. Intérprete: Secos & Molhados. Gravadora: Continental, 1973. 1 disco sonoro (LP).

SILVA, A. C. R. e ABRÃO, J. L. F. A vivência emocional de adolescentes vítimas de violência sexual por intermédio dos Desenhos-Estórias: um estudo de caso no contexto

judiciário. Mudanças, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 49–57, 2023. Disponível em: https://revistas.metodista.br/index.php/mudancas/article/view/683. Acesso em: 18 nov. 2024.

SILVA, E. A. da. O "(NÃO) LUGAR" DA EDUCAÇÃO ETNICORRACIAL NA GRADE CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA USP, UNICAMP E UNESP. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 10, n. Ed. Especi, p. 505–529, 2018. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/487. Acesso em: 12 maio. 2024.

SILVA, R. A; MENEZES, J. A. A interseccionalidade na produção científica brasileira. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 15, n. 4, p. 1-16, 2020.

SILVEIRA, R. Frantz Fanon e a descolonização. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 66, p. 352–390, 2022. DOI: 10.9771/aa.v0i66.47750. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/47750. Acesso em: 1 fev. 2024.

_____. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, 2000. DOI: 10.9771/aa.v0i23.20980. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20980. Acesso em: 18 mar. 2024

SOUSA, A. J. M; NOGUEIRA, F. J. S. Narrativas de pessoas LGBTQIA+ universitárias acerca do suicídio. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 22, n. 1, p. 32-49, 2022.

SOUZA, R. F; NUNES, D. R. P. Transtornos do processamento sensorial no autismo: algumas considerações. *Revista Educação Especial*, v. 32, p. 1-17, 2019.

SQUIZZATO, J. EDUCAÇÃO SEXUAL E LGBTFOBIA: uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Orientador: Profª Drª Eva Aparecida da Silva. 2021. 67 p. TCC (Bacharel em Ciências Sociais) - FCLAr UNESP, Araraquara, 2021.

TAJRA, A. Bolsonaro: MEC intervém, e universidade anulará vestibular para transexuais. UOL, s.p, 2019. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/07/16/bolsonaro-mec-intervem-e-universidade-anulara-vestibular-para-transexuais.htm#:~:text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20afirmou,intersexuais%20e%20pessoas%20n%C3%A3o%20bin%C3%A1rias. Acesso em: 16 jul. 2019.

TAUBMAN, A V. *Não me toca, seu boboca!*. Belo Horizonte: Aletria Editora, 2020.

TAWANE, N. Maioria da população brasileira defende discussão sobre racismo e educação sexual nas escolas. *Brasil de Fato*, 3 jul. 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/07/03/maioria-da-populacao-brasileira-defende-discussao-sobre-racismo-e-educacao-sexual-nas-escolas. Acesso em: 12 nov. 2024.

TENENTE, L. Milton Ribeiro: veja 6 frases do ministro da Educação que foram criticadas por especialistas. *G1*, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/01/31/milton-ribeiro-veja-6-frases-do-ministro-da-educacao-que-foram-criticadas-por-especialistas.ghtml. Acesso em: 11 maio 2024.

TROVÃO, J. M. A. Cartografia sobre a assexualidade na perspectiva da comunidade assexual. 2018.

VIANNA, C P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educação e Pesquisa*, v. 41, p. 791-806, 2015.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Outubro de 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas--adolescentes-no-brasil.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2024.